



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TRÓPICO ÚMIDO

PEDRO MARCELO STAEVIE

**O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NA MIGRAÇÃO
CONTEMPORÂNEA DE GAÚCHOS EM RORAIMA**

Belém
2012

PEDRO MARCELO STAEVIE

**O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NA MIGRAÇÃO
CONTEMPORÂNEA DE GAÚCHOS EM RORAIMA**

Tese apresentada para obtenção do grau de Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental, pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Orientador: Dr. Luis Eduardo Aragón

Belém
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca do NAEA/UFPA

Staevie, Pedro Marcelo

O papel das redes sociais na migração contemporânea de gaúchos em
Roraima / Pedro Marcelo Staevie ; Orientador, Luis Eduardo Aragon. – 2012.

234 f. : il. ; 29 cm

Inclui bibliografias

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos
Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do
Trópico Úmido, Belém, 2012.

1. Redes de relações sociais – Roraima. 2. Redes de relações sociais – Rio
Grande do Sul. 3. Movimentos sociais. 4. Migração – Roraima. 5. Migração
interna – Brasil. I. Aragon, Luis Eduardo. II. Título.

CDD. 22. ed. 325.098114

PEDRO MARCELO STAEVIE

**O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NA MIGRAÇÃO
CONTEMPORÂNEA DE GAÚCHOS EM RORAIMA**

Tese apresentada para obtenção do grau de Doutor em “Ciências: Desenvolvimento Socioambiental”, pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Aprovado em:

Banca examinadora:

Prof. Dr. Luis Eduardo Aragón
Orientador, NAEA/UFPA

Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
Examinador, NAEA/UFPA

Prof. Dr. Mário Miguel Amin Garcia Herreros
Examinador, NAEA/UFPA

Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha
Examinador externo, NUMA/UFPA

Prof. Dr. Sidney Antônio da Silva
Examinador externo, PPGAS/UFAM

Aos meus pais Elton Renã Staevie e Adélia Staevie.

Ao meu irmão Cesar Augusto Staevie.

A minha esposa Sulamita Oliveira Simões.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Elton e Adélia, por todo o apoio que sempre me deram. Agradeço a vocês por tudo que fizeram por mim. Não fosse por vocês eu não estaria aqui. Muito obrigado. Eu amo vocês.

Ao meu irmão, pela amizade, por nossas longas conversas, pelas discussões políticas, existenciais, musicais e futebolísticas. E também as diversas viagens que fizemos e compartilhamos juntos. Valeu. Você é um grande cara.

Ao meu orientador, professor Dr. Luis Aragón, pela competente orientação e a disposição em sempre atender as minhas demandas. E pela paciência em conviver e aceitar minhas mudanças de caminho ao longo da Tese. Muito obrigado.

Aos professores Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, Gilberto Rocha, Sidney Antônio da Silva e Mário Amin pelas contribuições para a melhoria da Tese.

A todos os gaúchos que se dispuseram a participar da pesquisa e que sempre me receberam de braços abertos. A todos vocês meu muito obrigado. Sem vocês esta pesquisa não existiria. Em especial um agradecimento a Rossiele, que me ajudou muito no “chamamento” de futuros entrevistados. Obrigado.

Aos senhores Vicente Paulo Joaquim e Guilherme Cornelly, do IBGE – Roraima.

A professora Carla Monteiro de Souza, do departamento de História da UFRR.

A todos os amigos dos pampas. Vocês foram muito importantes na minha formação pessoal, no meu caráter, nas minhas posições políticas e ideológicas. Participaram das minhas alegrias e tristezas ao longo da minha jornada em solo gaúcho. Impossível listar todos, mas alguns merecem deferência: Luiz Fernando “Catarina”, Cristiano Souza (Satolep noite...), Edson “Van Gogh”, Marcelo Tavares, Júlio César Rosa, Pedro Fregappani, Cecília, Gulliver. Alessandro Barragan (Tutuca), Marcelo E. da Silva (cadê você, homem?), Aloisio Ely, Fábio Pedrozo, Fabiano “Polenta” e Alessandra. Valeu galera. PAZ SEMPRE.

Ao Departamento de Economia da Universidade Federal de Roraima, na pessoa do meu colega e amigo prof. Dr. Rodrigo Rodrigues Silva. À Universidade Federal de Roraima.

Aos amigos Meire Joisy e Fernando Xavier.

Ao senhor Walter Bus, da hemeroteca do Diário Oficial do Estado de Roraima.

A CAPES, pela concessão da bolsa de estudos.

A todos os professores do NAEA que repassaram seus conhecimentos, colaborando para minha formação e construção da Tese. Em especial a prof. Dra. Marília Emmi e ao prof. Dr. Mario Amin, quando da defesa de minha qualificação deram contribuições fundamentais para a continuidade da pesquisa. Obrigado.

Ao servidor Albano Gomes. Às bibliotecárias Ruth Saraiva e Rosângela Mourão da Biblioteca do NAEA.

Ao prof. Armando Lírio, do Departamento de Economia da UFPA. A Léa Fernandes e Paulo Canto, pela hospitalidade e amizade. Valeu mesmo.

A Margareth Coimbra, por me ajudar a arranjar gaúchos dispostos a conceder entrevistas. Obrigado.

A Francisca das Chagas, pela lista de gaúchos para futuras entrevistas. Obrigado.

Ao Yuri e galera da praça. Valeu mesmo.

Ao Sport Club Internacional, que ao longo dos anos tem me dado muitas alegrias. Aos colorados de todo o país.

Aos colegas do NAEA e de Belém que proporcionaram momentos de descontração e debates muito profícuos, seja nas mesas de bar, nas feijoadas, nos churrascos e na sinuca no do Pará, além do próprio NAEA. Em particular agradeço aos meus grandes camaradas Fabiano Gumier Costa (esquina rua JK...), Paulo Ramos, Haroldo “Ceni” Souza, Hisakhana Corbin, Armando Júnior, Léo, Rafael “Mineiro” e Dalya. Valeu mesmo. Vocês são meus irmãos. A minha amiga de NAEA e UFRR, Cassia Caliari.

A minha esposa Sulamita. Por compreender minhas ausências e meus maus humores nos momentos difíceis desta jornada. Por todos os momentos que temos passado juntos ao longo destes sete anos. Mas, o principal, por você ter surgido na minha vida e seguir comigo o caminho da felicidade. Você sabe o quanto representa em minha vida. Muito obrigado. Ainda teremos muitas jornadas pela frente. Esta Tese também é dedicada a você.

Ao povo brasileiro, por proporcionar toda a minha formação superior na Universidade Federal pública.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo central entender e explicar o papel das redes sociais na migração contemporânea de gaúchos em Roraima. Desde os anos 1960 há um incremento de pessoas nascidas no Rio Grande do Sul residindo neste estado. Durante os anos 1970, 1980 e 1990 alguns incentivos e chamarizes foram fundamentais para a ida de gaúchos para Roraima, a saber: Projeto Rondon, Campus Avançado da Universidade Federal de Santa Maria, a Polícia Militar de Roraima, as Forças Armadas e os projetos de colonização agrícola. Atualmente, a priori não se verificam elementos que possam chamar gaúchos para irem residir em Roraima. Ainda assim o fluxo de gaúchos se deslocando para aquele estado tem crescido constantemente. Buscamos entender por que isso tem acontecido. Acabados os incentivos e chamarizes a migração de gaúchos a este estado tão diferente e com tão poucos atrativos continua aumentando. É isso que buscamos compreender e explicar na presente pesquisa. A pesquisa foi focada nos gaúchos que chegaram a Roraima entre 2000 e 2011. Foram levantadas as histórias de 28 chefes de famílias de gaúchos residindo em Boa Vista, mais outras 10 histórias de chefes de famílias de gaúchos residindo nessa cidade que haviam chegado nos anos 1970, 1980 e 1990, para fins comparativos. A caminhada metodológica teve como principal base de análise os relatos orais concedidos pelos entrevistados, além das pesquisas documentais e bibliográficas e dados populacionais oficiais. Entretanto, para entendermos a migração como um fato social total primeiro foi feita uma análise histórica das transformações socioeconômica e demográficas das sociedades de origem e destino (RS e RR). Num segundo momento foi feito um levantamento histórico sobre a ida de gaúchos em direção a Amazônia e para Roraima em particular nas décadas de 1970 e 1980. Por fim a análise da migração contemporânea de gaúchos para aquele estado a partir dos relatos orais dados pelos entrevistados. Os resultados da pesquisa indicam o papel central que as redes sociais de parentesco, amizade e conterraneidade têm neste movimento migratório, além de cruciais para a adaptação e permanência destes migrantes em solo roraimense. Dadas as condições e estrutura econômica de Roraima, a pesquisa aponta que os gaúchos que tem chegado a Roraima atualmente vão através das relações sociais que tem com outros gaúchos já residentes no estado. Não fossem esses laços os gaúchos não estariam indo morar em Roraima.

Palavras-chave: Migrações. Redes Sociais. Adaptação. Rio Grande do Sul. Roraima.

ABSTRACT

This study's main aim was to understand and to explain the role of social networks in the contemporary migration of Gauchos to Roraima. Since the 1960s there has been an increase in the number of people borne in Rio Grande do Sul that reside in this state. During the years 1970, 1980 and 1990, some incentives and calls were fundamental to the migration of Gauchos to Roraima, namely: Project Rondon, the Advanced Campus of the Federal University of Santa Maria, the Military Police of Roraima, the Armed Forces and the agricultural colonization project. Currently, from an a priori stance, there is no evidence of attractive forces that they could motivate Gauchos to reside in Roraima. Yet the flow of Gauchos to this state is reflecting a steady increase. We try to understand why this has been occurring. Although the incentives and calls are finished, the migration of Gauchos to this state, which is so different and with so little appeal, continues to increase. This is what we tried to understand in this current research. The research focused on Gauchos who arrived between 2000 and 2011 in Roraima. A total of twenty-eight (28) heads of households were interviewed. For comparative purposes we further interviewed ten (10) Gauchos who had arrived in the years 1970, 1980 and 1990. The methodological approach was based on the analysis of oral reports given by respondents. Additionally, there were bibliographic and documentary reviews, and population data elicited from official sources. However, to understand migration as a social fact, a historical analysis of the socioeconomic and demographic transformations of the states of origin and destination, RS and RR, respectively was first done. Secondly, a historical review was conducted on the migration of Gauchos to the Amazon and to Roraima in particular, during the 1970s and 1980s. Finally, the analysis of contemporary migration among Gauchos to Roraima, based on oral reports given by respondents, was undertaken. The findings confirm that social networks of kinship, friendship and place of origin play a central role in this migratory flow and are therefore crucial for the adaptation and fixation of migrants in Roraima. Given the conditions and economic structure of Roraima State, the research confirms that the Gauchos who currently migrate to Roraima depend on social relations that have been established with gauchos already residing in this state. Without these ties Gauchos would not be migrating to resettle in Roraima.

Keywords: Migration. Social Networks. Adaptation. Rio Grande do Sul. Roraima.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 -	Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Nova Querência	27
Fotografia 2 -	Açougue e Mercantil dos Gaúchos	31
Fotografia 3 -	Área interna do CTG Nova Querência	52
Mapa 1 -	Distribuição de gaúchos vivendo em outros estados da federação	90
Quadro 1 -	Projetos de assentamento agrícolas criados até 1998 – situação em 2004	102
Gráfico 1 -	Origem e procedência dos imigrantes – 1980 a 1985	106
Figura 1 -	Tipos de colonização na região Sul	129
Figura 2 -	Principais rotas migratórias no Brasil na década de 1980	145
Fotografia 4 -	Mercadinho dos Pampas	156
Mapa 2 -	Divisão geopolítica do estado de Roraima	160
Quadro 2 -	Informações sobre os migrantes gaúchos contemporâneos – 2012	162
Quadro 3 -	Municípios ULR no RS, mesorregiões, microrregiões, COREDE, população e pertencimento à RMPA - 2012	166
Mapa 3 -	Mesorregiões geográficas do Rio Grande do Sul – IBGE	167
Mapa 4 -	Microrregiões geográficas do Rio Grande do Sul – IBGE	168
Mapa 5 -	Regiões funcionais de Planejamento e COREDES Rio Grande do Sul	169
Fotografia 5 -	Churrascaria “Churrasco do Gaúcho”	174
Quadro 4 -	Tipo de migração e motivos para a saída do Rio Grande do Sul	175

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estatística Industrial – 1920	71
Tabela 2 – Estrutura da Produção Industrial	77
Tabela 3 – Produção e produtividade da soja – Brasil e RS – 1970-1977	81
Tabela 4 – População absoluta do Rio Grande do Sul e Porto Alegre, 1872-2010	87
Tabela 5 – Saldo migratório anual no Rio Grande do Sul – 1970 a 2000	89
Tabela 6 – Taxa líquida de emigração – Rio Grande do Sul – 1940-2000	90
Tabela 7 – Imigrantes em Roraima conforme UF de nascimento, número total e porcentagem relativa na população total do estado – 2009	104
Tabela 8 – Fluxo imigratório para Roraima – 1980 a 1984	105
Tabela 9 – Principais fluxos migratórios de Roraima: 1975-1980	107
Tabela 10 – População de Roraima e Boa Vista e porcentagem da população de Boa Vista no total de Roraima – 1950-1991	108
Tabela 11 – Principais fluxos migratórios de Roraima: 1980-1985	109
Tabela 12 – Fluxo migratório de entrada – Roraima – 1996	112
Tabela 13 – Fluxo migratório de saída – Roraima – 1996	113
Tabela 14 – Evolução populacional de Boa Vista e Roraima – 1991 a 2010	114
Tabela 15 – Total de residentes na região Norte nascidos na região Sul	135
Tabela 16 – Nascidos no Sul residentes em Roraima – 1960-1991	149
Tabela 17 – Nascidos no Rio Grande do Sul e residentes em Roraima por municípios de residência – 2000	159

LISTA DE SIGLAS

ARS – Análise de Redes Sociais

BANRISUL – Banco do Estado do Rio Grande do Sul

BASA – Banco da Amazônia

CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul

CEF – Caixa Econômica Federal

CETREMI – Centro de Recepção e Triagem ao Migrante

CFE – Conselho Federal de Educação

COOPERCANA – Cooperativa de Colonização Canarana

COOPERCOL – Cooperativa de Colonização 31 de Março

COREDES – Conselho Regional de Desenvolvimento

CTG – Centro de Tradições Gaúchas

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAB – Força Aérea Brasileira

FEE – Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

GFPA – Grêmio Football Porto-Alegrense

IBGE – Instituto de Geografia e Estatística

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços

IEM – Índice de Eficácia Migratória

INDRA – Instituto Nacional de Desenvolvimento e Reforma Agrária

ITERAIMA – Instituto de Terras de Roraima

JK – Juscelino Kubitschek

LN – Lugar de Nascimento

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

PA – Projeto de Assentamento

PAC – Projeto de Assentamento Conjunto

PAD – Projeto de Assentamento Dirigido

PAR – Projeto de Assentamento Rápido

PIB – Produto Interno Bruto

PIN – Programa de Integração Nacional

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios
PND – Programa Nacional de Desenvolvimento
POLOAMAZÔNIA – Programa Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLONOROESTE – Programa Polos do Noroeste
POLORORAIMA – Programa Polos de Roraima
PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
R2 - Reservista
RADAM – Projeto Radar da Amazônia
RM – Região Metropolitana
RMPA – Região Metropolitana de Porto Alegre
RMS – Regiões Metropolitanas
S.A. – Sociedade Anônima
SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima
SETRABES – Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social do Estado de Roraima
SLC – Schneider, Logemann e Companhia Limitada
SPVEA – Superintendência do Planejamento e Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus
UF – Unidade da Federação
UFRR – Universidade Federal de Roraima
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
ULR – Último Local de Residência
URGS (UFRGS) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 CONTEXTUALIZANDO O OBJETO DE PESQUISA	15
1.2 PROBLEMATIZANDO O OBJETO DE PESQUISA E AS QUESTÕES NORTEADORAS	23
1.3 HIPÓTESE DE TRABALHO	24
1.4 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS	25
1.5 JUSTIFICATIVA	25
1.6 A METODOLOGIA E OS CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	26
1.7 ESTRUTURA DA TESE	34
2 REVISÃO DE LITERATURA: UM PANORAMA SOBRE AS TEORIAS DAS MIGRAÇÕES	36
2.1 UM BALANÇO GERAL DAS TEORIAS DA MIGRAÇÃO	36
2.2 REDES SOCIAIS NA MIGRAÇÃO	49
3 A HISTÓRIA SOCIOECONÔMICA DA SOCIEDADE DE ORIGEM	61
3.1 A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE SUL-RIO-GRANDENSE	61
3.2 A COLONIZAÇÃO EUROPEIA NO RIO GRANDE DO SUL	64
3.2.1 A imigração alemã e a prosperidade das colônias	64
3.2.2 A imigração italiana e suas colônias	67
3.3 A FORMAÇÃO SINGULAR DA SOCIEDADE SUL-RIO-GRANDENSE	68
3.4 A ECONOMIA E SOCIEDADE GAÚCHA NO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI	69
3.4.1 Do início do século XX à Revolução de 1930	69
3.4.2 De 1930 a 1945: prosperidade e apogeu da economia gaúcha	73
3.4.3 De 1945 ao final dos anos 1960: da prosperidade à grande crise	76
3.4.4 De 1970 a 2000: recuperação, crise e integração internacional	80
3.5 COMPORTAMENTO DEMOGRÁFICO E MIGRATÓRIO GAÚCHO NO SÉCULO XX E INÍCIO DO XXI	87
4 FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA E A EXPANSÃO DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL DE RORAIMA	95
4.1 DO PERÍODO COLONIAL AO INÍCIO DOS ANOS 1960	95
4.2 DOS ANOS 1960 AO INÍCIO DA DÉCADA 1990: O BOOM NA MIGRAÇÃO EM RORAIMA	101

5 O CAMINHO DOS GAÚCHOS EM DIREÇÃO À AMAZÔNIA BRASILEIRA	116
5.1 REGIME MILITAR E EXPANSÃO DA MIGRAÇÃO GAÚCHA PARA A AMAZÔNIA	116
5.1.1 O início da ocupação oficial da Amazônia e o caminho dos gaúchos	116
5.1.2 O governo Geisel, o POLOAMAZÔNIA e a migração gaúcha para a Amazônia	122
5.2 OS GAÚCHOS “PIONEIROS” EM RORAIMA: TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS	136
5.3 AGRICULTORES GAÚCHOS EM DIREÇÃO A RORAIMA: (MAIS UMA) BUSCA POR TERRAS PARA PRODUZIR	142
5.4 MOTIVAÇÕES DA IDA DE GAÚCHOS PARA RORAIMA	151
6 MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DE GAÚCHOS PARA RORAIMA E O PAPEL DAS REDES SOCIAIS	158
6.1. UM RETRATO DA MIGRAÇÃO GAÚCHA CONTEMPORÂNEA PARA RORAIMA	158
6.1.1 Campos emigratórios da migração gaúcha contemporânea	158
6.1.2 Motivações da emigração contemporânea de gaúchos do Rio Grande do Sul	171
6.1.3 Migração e educação: Roraima como polo de atração educacional?	177
6.2 REDES SOCIAIS NA MIGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DE GAÚCHOS PARA RORAIMA	179
6.2.1 Redes de parentesco e amizade no desencadeamento da migração	179
6.2.2 As redes sociais na adaptação dos gaúchos contemporâneos em Roraima	205
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	214
REFERÊNCIAS	224
APÊNDICE	233

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZANDO O OBJETO DE PESQUISA

O mote desta pesquisa está imbricado à minha história pessoal. Mesmo não nascido no Rio Grande do Sul me considero um gaúcho de alma e coração. Sou filho de gaúchos, neto de gaúchos, bisneto de gaúchos, “feito” no Rio Grande do Sul e vivi mais de 15 anos de minha vida em território rio-grandense. Dividi minha permanência no Rio Grande do Sul entre as cidades de Porto Alegre, Rio Grande e, porque não, Candelária. Mesmo residindo há oito anos no Norte – entre Boa Vista-RR e Belém-PA não dispenso diariamente o meu chimarrão, nem tampouco abro mão de ouvir minhas músicas gauchescas. E, mesmo de longe, não deixo de acompanhar diariamente as notícias do “meu” estado e do glorioso Sport Club Internacional.

Desde pequeno minha vida fora marcada pelas constantes migrações. Desde o dia em que nasci até meus 12 anos de idade minha vida foi um vai e vem intermitente, dada a especificidade do trabalho de meu pai. Com 12 anos finalmente sossegamos, indo residir “definitivamente” no lugar onde tudo começou, o Rio Grande do Sul. Aí foi quando efetivamente me senti pertencente a um lugar, aí me “tornei” gaúcho.

Ainda em função do trabalho de meu pai, nos deslocamos no interior do próprio estado. Morei um ano e meio em Porto Alegre (ainda muito guri), depois me mudei para Rio Grande onde permaneci por quase quatro anos e finalmente retornamos à capital do estado, meu verdadeiro local de pertencimento. Mas todos os deslocamentos até então não tinham sido realizados por mim, eu apenas acompanhava meus pais.

Com 27 anos de idade iniciei minha jornada própria, rumando em direção ao estado de Minas Gerais para iniciar meu curso de Mestrado na Universidade Federal de Uberlândia. Permaneci por lá durante 3 anos, dividindo minha residência entre Uberlândia e Itumbiara, em Goiás, onde também exercia minhas atividades profissionais. Durante 1 ano, fazia movimentos pendulares de Uberlândia para Itumbiara e de volta para Uberlândia no mesmo dia (as duas cidades distam aproximadamente 120 km).

Em setembro de 2004, com 30 anos de idade aportei em Boa Vista-RR. Havia terminado meu mestrado em junho daquele ano e fui fazer concurso para a Universidade Federal de Roraima (UFRR). Tendo sido aprovado fui residir naquela cidade em fevereiro de 2005. Em poucos dias na cidade, percebendo a quantidade de pessoas de outros estados que nela residiam, o interesse na migração se tornou latente dentro de mim. Sendo eu também um

deles, comecei a me questionar o que vinham fazer num estado tão distante, tão diferente? Cheguei muitas as vezes a me perguntar: O que eu vim fazer em Roraima?

Entretanto, naquele primeiro momento o interesse sobre a migração em Roraima foi mais por puro diletantismo do que preocupação científica propriamente dita. Digamos que a migração como objeto de investigação ficou incubando. O passar dos anos e o maior conhecimento da cidade e do estado trouxeram a tona novamente a minha curiosidade sobre a migração em Roraima. Em um projeto que participei na Universidade Federal de Roraima (UFRR), na Incubadora de Economia Solidaria, tive bastante contato com muitos imigrantes, passando a conhecer a história de vida de alguns deles. Mas, ao mesmo tempo, outra inquietação me vinha: como falar em migração, migrantes, num lugar em que (quase) todos os são? No ambiente de trabalho, nas atividades diárias, no futebol das quintas-feiras, nas mesas de bar, enfim, em todos os lugares era raro encontrar pessoas nascidas em Roraima. Havia de tudo, cearense, maranhense, paraense, pernambucano, paraibano, gaúcho.

Com o passar dos anos fui conhecendo alguns conterrâneos e conhecendo-os um pouco melhor. Alguns, poucos, é verdade, se tornaram meus chegados, como se diz no sul. Mas estes poucos já estavam residindo em Boa Vista há algum tempo, desde os anos 1980 e/ou 1990. A “conterraneidade” nos aproximava, mas ainda assim eram poucos os gaúchos que conhecia. Mesmo assim não era difícil eu ouvir (de não gaúchos) a seguinte afirmativa: “aqui em Roraima tá cheio de gaúcho”. Eu não via essa gauchada toda. Mesmo sendo gaúcho (de alma e coração, como disse) eu conhecia muito poucos. Mas aquela afirmativa me intrigava, “Roraima cheio de gaúcho, onde?”. Mesmo passando na frente do Centro de Tradições Gaúchas (CTG) diariamente (“ôpa, tem gaúcho mesmo”) eu conhecia um monte de maranhenses, cearenses, pernambucanos, mas gaúchos eram muito poucos mesmo. “Mas então, cadê a gauchada toda que dizem ter por aqui”? “Eu que sou gaúcho não vejo isso tudo não”. Alguma coisa tem aí, pensei, mas enfim.

Passando o tempo comecei a refletir melhor sobre os gaúchos em Roraima e compreender a vinda dos mesmos para o estado. De uma forma “não científica” passei a entender o porquê dos gaúchos (mais antigos) terem chegado até Roraima e especular sobre a dimensão numérica dos mesmos, ou do superdimensionamento dado à sua existência no estado. Os dados não mentiam. Ao verificar no Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a quantidade de gaúchos residindo em Roraima constatee

apenas 2.300 (0,7% do total do estado). E em Boa Vista, somente 1800 (0,9% do total do município)¹. Havia poucos, mas ainda assim eram “muitos gaúchos em Roraima”.

Passou mais algum tempo e comecei a achar que a quantidade de gaúchos estava aumentando. No ambiente de trabalho, nas atividades diárias, no futebol das quintas-feiras, nas mesas de bar, me parecia haver mais gaúchos. Aqueles poucos gaúchos que tinha contato começaram a ser “menos poucos”. E comecei a ver mais pessoas tomando chimarrão nas praças da cidade e mais camisas do Internacional e do Grêmio circulando pelas ruas². Estes dois símbolos da identidade gaúcha em maior profusão me chamaram a atenção. Chimarrão, quem toma é gaúcho. Diferentemente do que acontece com outros clubes do futebol brasileiro, os grandes times do Rio Grande do Sul tem um alcance geográfico menor, localizado regionalmente. Quem torce para o Internacional ou para o Grêmio é gaúcho (ou filho de gaúcho).

A partir desta minha percepção da realidade é que o interesse sobre a migração de gaúchos para Roraima vai efetivamente se tornar uma preocupação científica. Mas, pensando ter já explicações para a ida dos gaúchos nos anos 1970, 1980 e 1990, a minha preocupação recaiu sobre os gaúchos recentes.

O fenômeno migratório no Brasil não é, porém, recente. As migrações internas no país tomam corpo a partir dos anos 1930, ainda no governo Getúlio Vargas. Depois de muitas décadas recebendo imigrantes estrangeiros, o governo brasileiro adota medidas desencorajando e até proibindo (MÜLLER, 1998, TAVARES DOS SANTOS, 1993) a entrada de pessoas de outros países e lança uma política incentivando as migrações internas, a famosa “Marcha para o Oeste”. Com o objetivo de ocupar as áreas parcamente povoadas do país e expandir a fronteira agrícola, Getúlio Vargas incentiva a ida de pessoas para estas regiões. Num primeiro momento o Paraná se torna o alvo principal destes imigrantes. Contudo, este movimento é marcadamente rural-rural.

Nos anos 1950 o Brasil entra em franco processo de desenvolvimento industrial, resultando em amplo movimento de urbanização da sociedade. Com o governo Juscelino Kubitschek (JK), a partir de 1956, tanto a industrialização como a urbanização tomam maior intensidade. Os estados mais industrializados do Brasil, particularmente São Paulo e Rio de Janeiro, começam a receber levas significativas de imigrantes oriundos de outras unidades, principalmente do Nordeste brasileiro e de Minas Gerais. Já na década de 1930, São Paulo, por exemplo, recebe milhares de imigrantes nordestinos, mas é na década de 1950 que este

¹ Números arredondados.

² Os times de futebol mais tradicionais e de maior torcida do Rio Grande do Sul.

contingente aumentará consideravelmente. Na sua grande maioria os imigrantes vão se dirigir para a capital paulista, contribuindo para que aquela cidade se torne uma das maiores do mundo em termos populacionais. Não a toa que São Paulo vai atrair tanta gente. Lá estava o centro da economia nacional. Na capital paulista estavam as grandes empresas brasileiras e as oportunidades de trabalho. A grande indústria estava na capital de São Paulo, era lá que havia demanda crescente por mão de obra.

Em termos nacionais São Paulo foi, indubitavelmente, a cidade que mais recebeu migrantes de outras unidades da federação. Milhares de pessoas saíram do campo para tentar a vida na cidade grande. Porém, vários estados brasileiros vão experimentar este fenômeno do êxodo rural. Tendo em vista que eram nas capitais que se encontravam as indústrias e as oportunidades de emprego, foi em direção a elas que rumaram milhões de pessoas que viviam nas áreas rurais destes estados. Isto ocorreu, por exemplo, no Paraná, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, em Pernambuco, dentre outros.

No que concerne os deslocamentos interestaduais/inter-regionais, a região Sudeste foi a que recebeu a maior quantidade de migrantes, com a centralidade nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Foi justamente em suas respectivas capitais que se concentrou a massa de imigrantes que se deslocaram para o Sudeste, acelerando o processo de urbanização já em curso.

Ao longo de toda a segunda metade do século passado, as migrações internas reorganizaram a população no território brasileiro, movimento no qual a industrialização e as fronteiras agrícolas constituíram os eixos norteadores da dinâmica distributiva da população no âmbito interestadual, muito embora o primeiro eixo detivesse os fluxos mais volumosos. Nesse sentido, as análises acerca do processo de redistribuição espacial da população na década de 70, e até mesmo durante os anos 80, estiveram preocupadas em apontar o crescente e intenso movimento de concentração: da migração, com a predominância do fluxo para o Sudeste; do processo de urbanização, com a imensa transferência de população do campo para a cidade (êxodo rural), e, a concentração da população, manifestada no processo de metropolização (BAENINGER, 2011).

É justamente no período compreendido entre os anos 1970 e 1980 que há um crescente deslocamento de gaúchos para as regiões Centro-Oeste e Norte do país. Estes brasileiros já haviam se deslocado maciçamente aos estados vizinhos de Santa Catarina e Paraná nos anos 1940, 1950 e 1960. Mas, para aquelas regiões o movimento se torna intenso somente na década de 1970. Chegam ao Mato Grosso, Rondônia, Pará e até mesmo Roraima. Estas eram as novas fronteiras agrícolas do país. Como dizia Tavares dos Santos (1993, p.

73), “a novidade era ir para o Mato Grosso”. Os gaúchos, que em Roraima eram apenas 18 em 1960, já eram 700 em 1980.

A partir dos anos 1970 iniciam-se transformações importantes nas migrações internas do país. Novos circuitos migratórios começam a se configurar em diferentes partes do território nacional. Ainda que o Sudeste e São Paulo em particular permanecessem como os grandes chamarizes de imigrantes, a quantidade de pessoas se dirigindo para estes locais mostrava sinais de arrefecimento.

As mudanças no processo migratório nacional tiveram, a partir dos anos 70, o deslançar de suas transformações. No contexto dos deslocamentos interestaduais, apesar da centralidade migratória no Sudeste - São Paulo e Rio de Janeiro foram os dois estados dessa Região que já haviam assistido a uma redução em seus volumes de imigrantes dos anos 70 para os 80 (BAENNINGER, 2011). O Sudeste que chegava a ter um movimento migratório que envolvia cerca de 5,0 milhões de pessoas nos anos 70, diminuiu este volume para 4,3 milhões no período 1980-1991. Os anos 1970 são marcados por intensa migração em direção aos estados do Centro-Oeste e Norte do país. Com a política de colonização dos governos militares do período, a Amazônia Legal sofrerá um intenso processo de ocupação encabeçado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelas empresas colonizadoras situadas principalmente no sul do país. Num primeiro momento os colonos que vão se dirigir para a Amazônia tem como origem o Nordeste. Com o advento do governo Geisel em 1974 os alvos se tornam os pequenos agricultores do sul do país, mais acostumados com as práticas cooperativas e com produção de excedentes voltados ao mercado. Na tentativa da integração da Amazônia aos mercados nacionais, assim como a expansão capitalista na região, o governo federal lança mão de projetos de colonização agrícola direcionados aos colonos sulistas, considerados a partir de então o “tipo ideal de colono” para a nova fase de ocupação produtiva/demográfica da hileia amazônica. Como dito, estados como Pará, Rondônia e Mato Grosso vão receber (de forma dirigida ou espontânea) milhares de colonos oriundos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os três estados do norte citados anteriormente são os que vão receber a maior quantidade de agricultores sulistas. Neles, diversos projetos de assentamento são criados – pelo governo federal e pelas empresas colonizadoras – e uma malha rodoviária é constituída para fazer frente a demanda crescente por transporte (para os migrantes e para o escoamento da produção). É deste período, por exemplo, a construção da Transamazônica, da Cuiabá-Santarém e da Cuiabá-Porto Velho. Porém, não obstante a primazia daqueles estados na atração dos migrantes, os sulistas (particularmente gaúchos) vão chegar a outras unidades da região Amazônica, como Roraima.

Lá, a distância e a falta de ligação terrestre com os demais estados prejudicou a ida de imigrantes em maior número. Também não houve neste estado nenhum projeto de colonização privada, como houvera no Mato Grosso, por exemplo. A ligação rodoviária de Roraima com o Amazonas, ainda que precária, vai ocorrer apenas ao final dos anos 1970 com a construção da BR-174. A partir daí se intensifica a migração para o estado. A migração para Roraima não era uma novidade, mas com a construção da BR é que o fluxo vai se intensificar, conferindo ao estado na década seguinte as maiores taxas de crescimento populacional do país, na casa de 10% ao ano. A estrada facilitou, mas o chamariz para os imigrantes foram os projetos de colonização agrícola e, prioritariamente, a atividade garimpeira. Curiosamente, são raros os casos de gaúchos que se envolveram diretamente com o garimpo. A partir deste momento, Roraima se torna “definitivamente” um estado altamente receptor de população. Em termos absolutos a quantidade de migrantes que aportam nesta unidade da federação desde então são baixos se comparados com outras unidades receptoras (São Paulo, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, por exemplo), mas extremamente elevados em valores relativos. Atualmente, ainda mais da metade da população residente em Roraima é nascida em outro estado brasileiro. As elevadas taxas de crescimento populacional verificadas desde então não se devem ao crescimento vegetativo da população, e sim à intensa imigração de pessoas de diversos estados brasileiros.

Em nível nacional, outro aspecto importante a considerar se refere aos possíveis destinos migratórios nos anos 70. Baeninger (2011) sintetiza os deslocamentos populacionais desse período, destacando o crescimento no número de estados de expulsão de população e a redução dos receptores de população. Segundo a autora, das vinte e seis unidades da federação (UF's) existentes em 1980, onze delas registraram trocas migratórias positivas com outros estados, das quais cinco estavam no Norte, indicando que entre 1970-1980 “essa fronteira foi capaz de aumentar o número de estados absorvedores de população no país” (BAENINGER, 2011, p. 3), dentre eles Roraima; no cômputo geral, nos anos 70 havia mais estados “perdedores” que “ganhadores” de migrantes. Eram 15 contra 11, respectivamente. Essa situação se inverte no decênio seguinte, com os anos 80 entrando na história migratória recente do País com o maior número de “espaços ganhadores” nas migrações interestaduais, com o estado do Rio de Janeiro registrando saldos migratórios negativos (emigração). Outra transformação importante foi o retorno de mineiros (nascidos em Minas Gerais) para seu estado de origem. Outros movimentos permaneceram, como a saída de gaúchos de seu estado de origem. Mesmo numa dimensão menor do que ocorrera nos anos 1970, a emigração de gaúchos para outros estados permaneceu elevada nos anos 1980, na ordem de

aproximadamente 10.000 emigrantes/ano. E Roraima será um dos destinos dos gaúchos. Mesmo que o número absoluto (e também relativo ao total de nascidos em outros estados) seja pequeno, não é desprezível a quantidade de gaúchos que vão chegar a Roraima nos anos 1980.

Refletindo os dados da década de 1980, o Censo de 1991 mostra que dentre as vinte e sete UF's existentes naquele ano, quatorze delas registraram trocas migratórias positivas no período 1980-1991, destacando-se, além dos estados do Norte (à exceção do Acre), o saldo positivo do Estado de Sergipe, do Espírito Santo e de Goiás.

Quanto a Roraima, o Censo de 1991 apontou uma população total de 215.950 habitantes, muito acima dos 82 mil observados em 1980. A taxa de crescimento populacional foi de 10,4% ao ano. Desta população total em 1991, aproximadamente 1.550 haviam nascido no Rio Grande do Sul. Mais uma vez destacando que os números são baixos se comparados aos de outros estados, o fato é que em 1960 eram apenas 18 gaúchos residindo em Roraima. O número de sul-rio-grandenses morando em Roraima cresceu durante o período mais de 85 vezes. A capital que possuía pouco mais de 67 mil habitantes em 1980 passa a contar em 1991 com 122, 6 mil, quase duplicando sua população.

Entre os anos 1980 e 1991 ocorreram significativas mudanças econômicas que implicaram em transformações significativas nos movimentos migratórios internos. Junto ao esgotamento das fronteiras agrícolas, o país conviveu com o processo de desconcentração relativa da indústria, que implicou na alteração da distribuição das atividades econômicas, em particular as industriais (BAENINGER, 2011). Pode-se concluir daí que essa desconcentração relativa da indústria propiciou também fluxos migratórios nessas direções, assim como reteve uma população que potencialmente migraria destas áreas. Cidades do interior paulista e mineiro são exemplos destes novos espaços migratórios àquela época.

No período 1980-1991 foi importante o movimento de retorno aos estados de nascimento, contribuindo positivamente para a elevação no número de estados com saldo migratório positivo. Na década de 1970, a migração de retorno aos estados de nascimento representava tão somente 11,0% do total da migração nacional, proporção que chegou a dobrar no período 1980-1991, alcançando 24,5% do total; passou-se de um volume anual de retorno de 105.482 pessoas, no período 1970-1980, para 259.582, entre 1980-1991. Assim, os anos 1980 já indicavam o crescimento dos espaços da migração, tendência que se confirmou nos anos 1990. As tendências na migração interna no Brasil nos anos 90 apontaram que (BAENINGER, 2011):

1) os fluxos migratórios de longa distância reduziram-se, consideravelmente, em particular aqueles que se dirigiam às fronteiras agrícolas;

2) mantiveram-se como área de absorção de fluxos de longa distância, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal, que canalizaram os fluxos do Nordeste;

3) houve a recuperação migratória no âmbito intra-regional de “espaços perdedores” no âmbito nacional, especialmente os estados nordestinos;

4) houve o surgimento e consolidação de polos de absorção migratória no âmbito inter-regional e intra-regional, com a maior parte dos estados tornando-se “ganhadores” de migrantes - mesmo que estes ganhos estejam circunscritos a contextos regionais específicos.

Ainda conforme Baeninger (2011, p. 4), a análise dos movimentos migratórios mais recentes “indica o reforço da tendência de configuração de novos espaços da migração, agora, no entanto, muito mais relacionados ao âmbito de suas próprias regiões”.

Durante a década de 1980 Roraima recebeu um contingente significativo de imigrantes. Tornou-se um polo regional de atração populacional. Os projetos de colonização agrícola e o garimpo foram os grandes atrativos do estado. Contudo, é na capital que vai se concentrar a maioria dos migrantes que chegavam diariamente ao estado. Analisando os dados de data-fixa para o período 1986-1991 observa-se a primazia de Boa Vista como destino final dos migrantes, muitos deles vindos de áreas de garimpo mais antigas, como Itaituba no Pará. Porto Velho, capital de Rondônia, aparece como uma das principais cidades de procedência, remetendo a uma migração de sulistas que anteriormente já tinham passado por outra área de colonização agrícola. No último quinquênio da década de 1990, Itaituba se consolida como o principal centro fornecedor de migrantes para Roraima. Nenhum município gaúcho figurava entre os 20 principais locais de procedência, mas muitos gaúchos chegavam de outras áreas da Amazônia, já numa segunda (ou terceira) etapa migratória. Uma pesquisa realizada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Roraima em 2002 apontou que no Projeto Apiaú a maioria dos colonos tinha feito outra parada antes de chegar a Roraima (EMBRAPA, 2002).

Roraima chega ao ano 2000 com uma população total de 324.152 habitantes, dos quais aproximadamente 200 mil na capital. A taxa de crescimento da população reduziu-se significativamente se comparada ao período anterior (1980-1991), mas manteve-se elevada, na casa de 4,72% ao ano. Em termos migratórios, Boa Vista foi a segunda cidade da Amazônia Legal que mais recebeu imigrantes entre 1995 e 2000 (34.442), ficando atrás apenas de Manaus, com 72.349 imigrantes (IBGE, 2000).

O que se percebe é um contínuo crescimento de gaúchos vivendo em Roraima desde os anos 1960, mesmo que, como já ressaltado, o número total de gaúchos residindo no estado é muito baixo se comparado aos originários de outros estados da federação, inclusive da Amazônia Legal. Em Santa Catarina são quase 660 mil; no Mato Grosso são outros 80 mil (Censo 2000). No que tange os imigrantes no próprio estado de Roraima, os gaúchos são poucos se comparados aos maranhenses (90 mil) ou os paraenses e amazonenses (20 mil cada). Entretanto, destes três estados (Maranhão, Pará e Amazonas), dois deles são limítrofes a Roraima e o outro possui uma relação migratória histórica com o estado, sendo também relativamente próximo. Mas o Rio Grande do Sul fica, literalmente, do outro lado do país. Para se chegar a Roraima é necessário percorrer alguns milhares de quilômetros. Sem dúvida as facilidades atuais de transporte facilitam enormemente este trajeto. Basta embarcar num avião em Porto Alegre e em (nem tão) poucas horas chega-se a Boa Vista. Mas pra que? Por que sair do Rio Grande do Sul e fixar residência em Roraima? Por que sair do estado com a quarta maior economia do país para o de menor economia? Sair do estado com o segundo maior IDH do país para um estado desprovido de diversas especialidades médicas? Como sair de um estado com a segunda maior indústria de transformação do país para um em que a indústria inexistente? É esse o problema de pesquisa que trataremos de elucidar nesta tese.

1.2 PROBLEMATIZANDO O OBJETO DE PESQUISA E AS QUESTÕES NORTEADORAS

O fluxo de gaúchos se dirigindo para Roraima a partir dos anos 1960 tem representado um contínuo crescimento destes imigrantes vivendo naquele estado desde então. Em 1960 eram 18, em 1980 são 700, em 1991 são 1.500, em 2000 já eram 2.300 e em 2010 podem ser 6.000. O Censo 2000 apontou que a quantidade de gaúchos vivendo em Roraima era de 2.320 pessoas, 1.254 homens e 1.065 mulheres. A mesorregião Norte, composta pelas microrregiões de Boa Vista e Nordeste de Roraima, concentra a maioria dos gaúchos (2.096). A microrregião de Boa Vista contava com 1.972 gaúchos. Já o município de Boa Vista, capital estadual e núcleo principal da microrregião de Boa Vista possuía uma população de 1.802 gaúchos, dos quais 965 do sexo masculino e 837 do sexo feminino. Dito de outra forma, 77% dos gaúchos que viviam em Roraima em 2000 moravam na capital do estado. E entre 2000 e 2010, estima-se um aumento de mais de 100% de gaúchos morando em Roraima.

Nesta linha, nosso problema de pesquisa consiste em entender e explicar o aumento do fluxo de gaúchos a Roraima, especialmente a Boa Vista, após os incentivos e chamarizes à

migração durante as décadas de 1970, 1980 e 1990. Isto é, acabados os incentivos e chamarizes (projetos de colonização agrícola, Projeto Rondon, garimpo e emprego público) a migração de gaúchos para este estado tão diferente e com tão poucos atrativos continua aumentando. Por que isso acontece? Esta é a nossa pergunta norteadora da pesquisa. Por que continua havendo um crescimento no fluxo de gaúchos para Roraima mesmo sem os incentivos e chamarizes de outrora? Focamos assim os gaúchos que chegaram a Roraima entre os anos 2000 e 2011, denominados aqui de “gaúchos contemporâneos”.

Assim, na busca em compreender o fenômeno migratório de gaúchos em direção a Roraima nos dias atuais (pós 2000) é que propomos a presente pesquisa. Busca-se compreender e explicar o processo migratório dos gaúchos residentes em Roraima – especificamente em Boa Vista - que chegaram àquele estado a partir do ano 2000. Além da questão norteadora central, buscamos responder aos seguintes questionamentos:

- a) Por que estes gaúchos saíram do Rio Grande do Sul?
- b) Com quem foram para Roraima?
- c) Tiveram ajuda de alguém?
- d) Em que trabalham em Roraima?
- e) Como foram suas inserções no mercado de trabalho local?
- f) Como se sentem em Roraima?
- g) Como é para os migrantes ser gaúcho em Roraima?

Estes questionamentos aguçaram aquela preocupação latente sobre a migração de gaúchos em Roraima a qual me referi anteriormente e se tornaram as perguntas norteadoras da presente pesquisa. Roraima possui uma economia muito fraca, sem indústria, sem agropecuária forte, enfim, desprovida a priori de fatores que possam atrair população, particularmente de um lugar tão distante e diferente como o Rio Grande do Sul. Ainda assim, a quantidade de gaúchos residindo em Roraima vem aumentando gradualmente. Por que isto tem acontecido? O que leva estes gaúchos para Roraima atualmente?

1.3 HIPÓTESE DE TRABALHO

Sem desconsiderar outros fatores, a hipótese básica de trabalho é que as redes sociais têm papel central na migração de gaúchos contemporâneos para Roraima e na inserção social e laboral dos mesmos no lugar de destino, especificamente na cidade de Boa Vista. Os gaúchos contemporâneos se deslocam para Roraima em função das redes sociais, através dos laços de amizade e parentesco presentes no processo. Por isso é crucial o entendimento das

redes no processo migratório para Roraima. Elas explicam, em grande medida, a migração gaúcha contemporânea para Roraima. As redes direcionam este fluxo.

1.4 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

Tendo como referência a abordagem das redes sociais na migração, buscamos entender e explicar o papel das redes no fenômeno migratório e na inserção dos migrantes no local de acolhimento. O objetivo principal da pesquisa reside, portanto, na compreensão do papel das redes sociais na migração de gaúchos contemporâneos para Roraima e na inserção social e laboral dos mesmos na cidade de Boa Vista. Nosso foco se deu sobre as relações propriamente ditas, nos laços entre os agentes envolvidos. Nos debruçamos sobre os laços que unem os envolvidos no movimento migratório, no sentido de conferir a importância dos mesmos para a migração e adaptação de gaúchos contemporâneos em Roraima.

Os objetivos específicos são: discutir os motivos que levaram os migrantes a deixarem o RS; apontar os tipos de redes mais presentes na migração gaúcha; traçar o perfil dos migrantes contemporâneos e delimitar o campo emigratório destes migrantes.

1.5 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa se justifica pela necessidade da compreensão da migração para a Amazônia brasileira e para Roraima em particular nestes primeiros anos do século XXI. Particularmente no que diz respeito aos gaúchos, a Amazônia tornou-se um espaço de imigração a partir dos anos 1970. Durante esta década e a seguinte, a entrada de sul-rio-grandenses nesta região do país mostrou-se intensa. E é justamente sobre este período que se debruçam a maioria das pesquisas sobre a migração para a Amazônia. Em termos locais (Roraima) o aumento de gaúchos na composição da sua população também é significativo, mesmo que muito aquém dos nascidos em outros estados. Ainda assim, entender a migração – de gaúchos, neste caso – nos primeiros anos do século XXI a partir das redes sociais é importante na compreensão do fenômeno migratório contemporâneo na Amazônia. Não vislumbramos compreender a migração de gaúchos para Roraima sem lançar mão do entendimento sobre as redes neste processo.

Por outro lado, o estudo da migração contemporânea para aquele estado é fundamental para entendermos a dinâmica migratória atual. Mesmo que a quantidade de imigrantes que se dirijam atualmente para lá tenha se reduzido significativamente se

compararmos aos dados dos anos 1980 e 1990, ainda hoje a imigração é fator importante na determinação populacional de Roraima.

Entendendo a Tese de Doutorado como um instrumento que vise contribuir para a discussão teórica acerca de determinado fenômeno, e neste caso, a abordagem das redes sociais é chave para a compreensão da migração contemporânea para a Amazônia brasileira. Assim, o estudo empírico da migração de gaúchos contemporâneos para Roraima serve como instrumento analítico para o objetivo maior de contribuir teoricamente sobre o fenômeno estudado.

1.6 A METODOLOGIA E OS CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Delimitado o tema – a migração de gaúchos para Roraima – e o problema específico, a compreensão do aumento no fluxo de gaúchos para aquele estado, através da abordagem das redes sociais, passei a definir os procedimentos metodológicos e os caminhos a percorrer para a realização da pesquisa.

A primeira coisa que pensei foi em como arregimentar gaúchos para participarem da pesquisa. Precisava de gaúchos que estivessem dispostos a contar suas histórias de vida, visto que este foi o instrumento/método escolhido como o mais apropriado para realizar a contento a pesquisa. Conhecia alguns poucos, como mencionei anteriormente. Ainda que não descartados totalmente, buscava evitar os amigos para tentar manter ao máximo o distanciamento necessário a fim de não fazer julgamentos prévios dos entrevistados, driblando as possíveis pré-noções que podiam surgir.

Apelei então aos amigos (não necessariamente gaúchos). Perguntei se conheciam gaúchos que pudessem colaborar com a pesquisa e pedi a eles para se possível fazer um pré-contato com os mesmos explicando sobre minhas intenções. Prontamente recebi alguns números de telefone de potenciais entrevistados. E alguns já previamente contatados. Com estas listas em mão passei a um segundo estratagema. Tinha que me cercar de todas as possibilidades.

Às vésperas da Semana Farroupilha³ me dirigi ao CTG Nova Querência e fui direto conversar com o Patrão⁴ pedindo permissão para espalhar pelas dependências do CTG cartazes explicando sobre minha pesquisa e solicitando a colaboração dos interessados. Meu pedido foi prontamente aceito. Deixei meu telefone de contato e do departamento acadêmico

³ Semana comemorativa à Guerra dos Farrapos e à Proclamação da República Rio-Grandense no século XIX.

⁴ Patrão é o nome que se dá ao presidente de um CTG.

em que trabalho na UFRR para os futuros entrevistados contatarem. Nada melhor do que o CTG para encontrar gaúcho. E no período da Semana Farroupilha então, melhor ainda. Vai ter muita gente. Vai aparecer muita gente interessada, pensei.

Fotografia 1 - Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Nova Querência. Av. Eduardo Gomes. Bairro Mecejana. (Foto: Pedro M. Staeve, 2012)



Mas tinha também minhas listas de contato fornecidas pelos amigos. Comecei então a contatá-los e marcar uma conversa prévia, informal. Neste primeiro contato eu explicava a razão e a natureza de minha pesquisa e informava o intento de realizar uma entrevista formal num próximo encontro. Deixava claro que a pesquisa tinha cunho estritamente acadêmico, sendo as entrevistas utilizadas única e exclusivamente para a construção da Tese. Nem todos os contatados neste primeiro momento foram entrevistados posteriormente, principalmente por problemas de agenda de ambas as partes. Outros acabaram sendo entrevistados no primeiro contato mesmo, pois se mostraram tão dispostos a conceder a entrevista que achei por bem pegar seus relatos imediatamente. Marcante pra mim foi a segunda entrevista que fiz, com dona Nêga, pessoa amabilíssima que me recebeu de braços abertos em sua casa e me contou uma verdadeira saga de sua família. Durante mais de duas horas conversamos e pensei, “quero virar amigo dessa família”. Se prontificou a separar e me dar fotos da família

que foram tiradas ainda no sul e na longa viagem de 16 dias para Roraima nos idos de 1978. E me falou pra eu ir num churrasco na casa do pai quando quisesse para entrevistar “um monte de gaúchos”, tomar chimarrão e comer cuca⁵. Infelizmente não foi possível contatar mais dona Nêga, mas sua contribuição foi valiosíssima para a pesquisa. Pelo seu relato, só a história de sua família merece uma Tese.

Continuei utilizando minhas listas de telefone para contatar os gaúchos. Destas listas entrevistei alguns poucos, pois, na sua maioria eram de pessoas que haviam chegado ainda nos anos 1980 e 1990 e até mesmo 1970. Como o foco era naqueles que chegaram nos anos 2000, os mais antigos foram, num primeiro momento, deixados em stand by.

Como o gaúcho possui características peculiares que permitem sua fácil identificação (sotaque, costumes – o chimarrão, por exemplo, a utilização das camisetas de seus times) não foi difícil encontrá-los no meu dia-a-dia. Se encontrava alguém com camiseta do Internacional ou do G.F.P.A. na rua já ia conversar me apresentando e falando sobre a pesquisa. Da mesma forma se visse alguém tomando chimarrão numa praça; me apresentava e falava da pesquisa. E assim ocorreu quando em algum estabelecimento comercial era atendido por alguém com sotaque gaúcho ou que o nome do estabelecimento fizesse referência ao Rio Grande. E muito importante foi a “propaganda boca a boca”. Em muitos casos quando entrevistava alguém esta pessoa já se prontificava a entrar em contato com outro gaúcho com o perfil que desejava e assim sucessivamente. A rede de gaúchos foi fundamental para a realização da pesquisa.

Mas ainda tinha a estratégia do CTG. Mesmo focando nos gaúchos atuais, acabamos decidindo que seria importante entrevistar alguns “pioneiros” que tivessem chegado há mais tempo. Sabíamos (em tese) porque haviam ido pra Roraima nos anos 1970 e 1980. Mas era o senso comum e tínhamos que fugir dele. Precisava de informações concretas e coletadas cientificamente.

No dia seguinte à colocação dos cartazes no CTG recebi a primeira ligação, fato que me deixou extremamente empolgado. Havia colocado os cartazes na noite anterior e antes das 09:00 horas da manhã do dia seguinte já recebera o primeiro retorno. Bom sinal, pensei mais uma vez. Agendei imediatamente uma conversa com o meu primeiro potencial entrevistado, que havia me dito que estava em Roraima desde 1982. No fim de semana seguinte já estava em sua casa comendo um churrasco “gaudério”⁶, regado a muita prosa e chimarrão. Com meu

⁵ Tipo de pão/bolo doce muito consumido nas regiões de colonização alemã no RS.

⁶ Expressão gaúcha que, neste contexto, significa “bom”, ao estilo gaúcho. No início dos anos 2000 a Assembleia Legislativa do RS aprovou uma lei definindo que o verdadeiro churrasco gaúcho só pode ser temperado com sal grosso. Churrasco gaúcho temperado com algo que não apenas o sal grosso é propaganda enganosa.

caderno de campo embaixo do braço cheguei à casa do Sr. Emanuel para um primeiro contato com ele e com o seu “mundo”. Num exercício de observação participante permaneci durante muitas horas na casa do Sr. Emanuel para me interar de sua realidade e das relações sociais que se desenrolavam naquela casa. Eram parentes e amigos gaúchos que participavam daquele churrasco, tornando-o um espaço de interações, representações e (re) territorialização (HAESBAERT, 2005) de costumes e tradições gaúchas destes migrantes que se fixaram em Roraima. Para um observador participante, esta reunião foi importante para compreender tais práticas levadas à frente pelos gaúchos ali presentes.

Ainda no primeiro dia pós fixação dos cartazes recebi o segundo telefonema, dessa vez do senhor Evilásio, que de pronto me convidou para uma conversa no “nosso piquete lá no CTG na próxima quinta-feira”. Também com o intuito de fazer o primeiro contato com potenciais entrevistados, me desloquei na quinta-feira combinada para o CTG com meu caderno embaixo do braço, para anotar minhas primeiras impressões a respeito do grupo e deste espaço de sociabilidade. Confesso que, mesmo sendo gaúcho, nunca fui frequentador de CTGs, por motivos que não cabem aqui expressar. Entretanto, o CTG Nova Querência de Boa Vista eu até frequentava, mas para fins de prática esportiva. Esporadicamente ia também comer um bom costelão gaúcho ou assistir jogos do meu glorioso Sport Club Internacional. Confesso ainda que fiquei um pouco apreensivo com tal reunião, por dois motivos: primeiro, o gaúcho é em geral reservado, introvertido e não sabia a reação do grupo a um estranho que quisesse saber sobre suas vidas e; para os gaúchos tradicionais (que eram provavelmente o “tipo” de gaúcho que encontraria no CTG) um porto-alegrense como eu não é visto como gaúcho, o que poderia trazer algum tipo de “preconceito”. “Ah, tu é de Porto Alegre? Então não é gaúcho, é magrinho da capital”. Mas nada disso se materializou. Fui recebido com entusiasmo pela maioria dos presentes. Claro que, pelo contato que havia feito com o senhor Evilásio, este se tornou o meu principal interlocutor naquele primeiro momento. Depois fui me entretendo mais com o grupo (ou parte dele, pois deviam ser mais de 30 presentes) e conversando mais proximamente com meia dúzia deles. Pelo menos quatro deles eu mantive contatos futuros e três foram entrevistados por mim. Foi aqui que soube da existência da hemeroteca do Diário Oficial do Estado e que lá poderia encontrar jornais que tratassem da migração de gaúchos nos anos 1970 e 1980. E tinha mesmo, mas sobre isto tratarei depois. Ainda fui mais uma vez a estes encontros semanais no piquete do CTG Nova Querência reunir com este grupo. Estes gaúchos mais antigos foram meus primeiros contatos e também os primeiros entrevistados. Serviram também como teste para as entrevistas futuras. A partir do pré-teste realizado com estes, alguns questionamentos foram incluídos na entrevista.

Ao iniciar efetivamente as entrevistas, algumas inquietações começaram a surgir e a me afligir. Primeiramente, a minha condição de gaúcho me foi um pouco preocupante num primeiro momento. A preocupação inicial era com o envolvimento afetivo que tinha com o universo a ser pesquisado. Me cobrava constantemente o distanciamento necessário para não fazer pré-concepções do que ouviria dos meus entrevistados. Tinha receio de “deixar coisas de fora” por imaginar já saber as respostas ou querer ouvir algumas respostas que já havia inconscientemente concebido. Assim como Rocha (2010) em sua Tese de Doutorado, me perguntava até que ponto conseguiria exercer o movimento dialético de aproximação-distanciamento e ruptura com o senso comum.

Mas aos poucos este tensionamento constante deu espaço a uma percepção positiva da minha condição de gaúcho. Em alguns pontos esta condição me foi favorável, penso eu. Em termos práticos, quando os entrevistados começavam a falar sobre seus locais de nascimento e suas mudanças dentro do Rio Grande do Sul eu já sabia (em quase todos os casos) a localização destes lugares e podia traçar mais facilmente a trajetória migratória dos mesmos. Também permitiu um maior entendimento acerca da regionalização geográfica dos campos de emigração do Rio Grande do Sul para Roraima.

Outro ponto que destaco positivamente à minha condição de gaúcho foi a facilidade e o acolhimento que me foi dado nos diferentes espaços de sociabilidade que acessei. Ser gaúcho fez com que as pessoas me acolhessem muito bem, pois, éramos todos gaúchos. O gaúcho tem os seus rituais que são marcadamente agregadores e instrumentos de comunicabilidade. O chimarrão é o exemplo típico. O gaúcho adora tomar chimarrão e contar estória. Eu, sendo gaúcho e consumidor contumaz de chimarrão, me sentia em casa ao ser recebido por meus entrevistados com uma cuia de mate na mão. O chimarrão é um símbolo importante da identidade gaúcha e o ato de tomar o chimarrão oferecido por outro gaúcho “abre portas” para uma boa prosa. Este ato torna o momento da entrevista mais informal, porém não menos importante. Um mate leva a outro, que leva a uma estória, que leva a outro mate e assim sucessivamente.

Por fim, o gaúcho em geral é um tanto o quanto reservado. É conversador, contador de “causos”, mas o faz principalmente junto a seus pares. Particularmente os gaúchos mais antigos são mais “na deles”. Minha condição de gaúcho pode ter facilitado esta aproximação. O meu ethos gaúcho proporcionou uma identificação dos entrevistados com a minha pessoa.

E assim foram se desenrolando as entrevistas. As listas dos amigos, a estratégia do CTG, as pessoas que abordava na rua e em estabelecimentos comerciais, o boca a boca, todos

estes estratagemas foram fundamentais para “conseguir” gaúchos interessados em participar das pesquisas.

Bom, eu tinha lista de entrevistados acertados e outros em potencial. Em potencial eram aqueles tipo, “eu conheço um cara que trabalha na prefeitura que é gaúcho” e outros que provavelmente seriam gaúchos pelos nomes dos estabelecimentos comerciais que remetiam ao Rio Grande do Sul. Os proprietários do “Mercadinho dos Pampas”, do “Mercantil dos Gaúchos”, do “Churrasco do Gaúcho”, da “Capotaria Gaúcha”, do “Hotel Farroupilha”, dentre outros, eram potenciais entrevistados. Alguns deles se tornaram, efetivamente, entrevistados. Mas como escolher os entrevistados?

Fotografia 2: “Açougue e Mercantil dos Gaúchos”. Bairro Centro (Foto: Pedro M. Staevie, 2012)



Considerando a pesquisa como um processo em que as questões são discutidas e reformuladas durante seu desenvolvimento, não foi definido previamente ou de forma rígida o perfil dos possíveis entrevistados, tampouco o número deles. A única condição é que fossem os chefes de família. Tais decisões foram tomadas à medida que as entrevistas eram realizadas, numa contínua reflexão acerca das necessidades inerentes ao objeto que estava

sendo pesquisado e das observações decorrentes com os grupos pesquisados. A própria indicação que era feita por alguns entrevistados sobre outros potenciais “que teriam muita estória para contar” foi levada muitas vezes em consideração e, destes indicados, alguns se tornaram entrevistados-chave para a pesquisa. Uns foram escolhidos por razões estritamente práticas. Naquele primeiro contato que fazia (que não ocorreu com todos) alguns eram descartados para a pesquisa por se mostrarem pouco entusiasmados ou muito tímidos, ou não falavam muito. Como aponta Demartini (2005, p. 94), “a seleção dos entrevistados pode e deve ser revista”. Contudo, na busca de conhecer as diferentes vivências e representações dos imigrantes gaúchos em Roraima (Boa Vista) optou-se para a seleção dos sujeitos a serem entrevistados a diversidade de informantes. Este mecanismo garante a diversidade de visões que esse tipo de fonte (oral) pode permitir ao pesquisador. Buscou-se evitar – sem descartar por definitivo – alguns “tipos” de imigrantes, tais como militares, que tem sua mobilidade muito mais definida pelas instituições as quais pertencem do que por (também) iniciativa própria. Entendemos a imigração como resultado de estruturas sociais e motivações subjetivas. Sem dúvida muitos militares (das Forças Armadas) escolhem ir para Boa Vista, mas na maioria dos casos estes são mandados para lá.

Foram usados os discursos e representações socialmente construídas para a investigação sobre a migração e o viver migrante dos gaúchos em Roraima. Desta forma, privilegiamos a fala dos indivíduos como fonte primária para a consecução da Tese, que expressa o vivido, o sentido e o simbolizado por ele na sua trajetória de vida. Como afirma Minayo (1992), sendo classificada como Metodologia Qualitativa, esta estratégia de abordagem é capaz de “incorporar o significado e a intencionalidade como fundamentais às construções humanas, contidas em seus atos, relações e estruturas sociais” (VIANNA, 1998, p. 10). Entendemos que para a compreensão da imigração como fato social total, aos moldes de Sayad (2000), a entrevista, ao permitir a proximidade entre entrevistador e entrevistado, proporciona àquele perceber os gestos, os sentimentos, as emoções, a noção de pertencimento, a historicidade do interlocutor. Esta abordagem metodológica, também denominada de História Oral, pressupõe um envolvimento do pesquisador com o objeto de estudo, em que este busca desvendá-lo a partir dos relatos orais dos sujeitos envolvidos. Entretanto, tal metodologia assevera que tais relatos são complementares a outras fontes, tais como as escritas, iconográficas, dentre outras. Assim, além das entrevistas, realizei pesquisas na hemeroteca do Diário Oficial do Estado de Roraima, particularmente nos acervos do Jornal de Boa Vista, jornal diário do município de Boa Vista, que circulou entre os anos de 1971 e 1986, quando Roraima ainda era território federal. Neste jornal encontramos reportagens

sobre a colonização em Roraima (com a participação de gaúchos) e material acerca do Projeto Rondon e do Campus Avançado da Universidade Federal de Santa Maria, que, como veremos, foi um elemento fundamental na ida de gaúchos para Roraima. Também foram utilizados dados demográficos do IBGE, além de estudos e dados da Fundação Estadual de Economia e Estatística (FEE) do Rio Grande do Sul, órgão ligado à Secretaria Estadual de Planejamento daquele estado. Na verdade, além da nossa percepção sobre uma possível maior quantidade de gaúchos em Roraima, os dados do IBGE foram o ponto de partida desta constatação. Também utilizei livros, teses de doutorado e mestrado, monografias de pós-graduação lato sensu e trabalhos de conclusão de curso.

Voltemos às entrevistas. Como afirmamos anteriormente, a quantidade de pessoas que seriam entrevistadas não foi previamente definido. O perfil do futuro entrevistado também não foi pré-determinado. Apenas deveriam ser nascidos no Rio Grande do Sul e serem chefes de família. Não houve critérios etários, nem tampouco de escolaridade e renda. Nem de gênero, apesar de tentarmos contemplar de forma equilibrada ambos os sexos, o que não ocorreu de fato. A maior parte dos entrevistados foi do sexo masculino. A maioria deles, que era justamente o foco da pesquisa, haviam chegado a Roraima já na primeira década do novo milênio. Alguns entrevistados (10) chegaram em décadas anteriores. Foram entrevistados para um melhor entendimento sobre a migração “pioneira” de gaúchos no estado e para comparações acerca da migração contemporânea. Chamamos de pioneiros os gaúchos que chegaram nos anos 1970 e 1980. Aqueles chegados nos anos 1990 foram denominados “imigrantes de transição”, em função do período de transformação e aparelhamento do novo estado surgido com o fim do Território Federal em 1988. Os contemporâneos são o objeto central de nossa pesquisa, isto é, os que chegaram ao estado entre 2000 e 2011. Foram entrevistados um total de 28 contemporâneos (chefes de família), 3 de transição e 7 pioneiros. A não escolha dos futuros entrevistados por critérios numéricos, segundo Minayo (1992, p. 102-103), não interfere na pesquisa pois numa abordagem qualitativa, “uma amostra ideal é aquela capaz de refletir a totalidade nas suas múltiplas dimensões”. Desta forma, “a questão da validade dessa amostragem está na sua capacidade de objetivar o objeto empiricamente, em todas as suas dimensões”.

As entrevistas duraram em média uma hora e dez minutos. Algumas se estenderam por quase duas horas. Mais do que entrevistas estruturadas, deixamos o microfone em aberto (21 de contemporâneos foram gravadas) para as pessoas contarem suas histórias de vida. Antes do início da fala propriamente dita, pedia que as narrativas passassem pelos temas relacionados à vida pessoal, profissional, de vivência coletiva, dentre outros. Mostrava aos

entrevistados uma lista de perguntas que deveriam ser respondidas ao longo de suas falas (Apêndice A). Ainda que deixasse o microfone livre, fazia algumas intervenções com o propósito de nortear os questionamentos que tinha. Havia uma interação grande entre entrevistado e entrevistador. As falas eram livres, mas intercedia quando se fazia necessário. Os locais das entrevistas eram definidos em conjunto entre o entrevistado e o entrevistador. Em grande parte foram realizadas na residência dos interlocutores.

Sem dúvida, nos deparamos com alguns problemas com as entrevistas. Algumas pessoas (ainda que muito poucas) marcavam as entrevistas e não compareciam ou não estavam em suas casas no horário marcado. Outras não quiseram gravar entrevistas. Para estas fiz diretamente perguntas (as mesmas feitas para os que deixaram gravar) e anotei as respostas e outros ainda entreguei o questionário e estes responderam de seu próprio punho. Mas estes foram a minoria, a maioria permitiu a gravação de seus relatos de vida. Resolvemos utilizar nomes fictícios para os entrevistados, para evitar possíveis constrangimentos. O instrumento utilizado para as gravações foi um gravador digital da marca Coby, modelo CXR 190 – 2G.

1.6 ESTRUTURA DA TESE

A Tese esta estruturada em sete capítulos, sendo esta Introdução o primeiro capítulo. No capítulo 2 fazemos uma revisão da literatura, apresentando uma discussão sobre as Teorias da Migração. A evolução das distintas correntes que tratam do tema das migrações em âmbito interno e internacional, assim como as limitações destas ao estudo que se propõem. Ênfase será dada a abordagem das Redes Sociais na Migração. Esta abordagem contém elementos novos para o entendimento das migrações na época atual, por isso a escolha desta para o desenvolvimento da pesquisa. Entretanto, nosso foco não recai sobre a chamada Análise das Redes Sociais (ARS). Buscamos, sobretudo, abordar questões cuja base leva em conta os aspectos conceituais, a relação entre as redes e as migrações.

O capítulo 3 trata da formação e evolução social e econômica do Estado do Rio Grande do Sul. Para entendermos a migração como fato social total, onde o imigrante antes de o sê-lo é um emigrante (SAYAD, 1998, 2000) torna-se imperioso compreender as transformações estruturais pelas quais as sociedades de origem passaram, aqui, no caso, o Rio Grande do Sul. A partir de uma discussão histórica acerca da formação social do estado do Rio Grande do Sul, busca-se demonstrar como a sociedade e a economia sul-rio-grandense se forjaram e como ocorrem as mudanças estruturais ao longo de sua história.

No capítulo 4 discorremos sobre a formação socioeconômica da sociedade de destino, isto é, o estado de Roraima. Focando no processo de ocupação territorial desta unidade da federação, buscamos discutir sobre as transformações estruturais ocorridas ao longo do tempo. Assim como necessitamos compreender as transformações estruturais na sociedade de origem, é fundamental o entendimento destas modificações na sociedade de acolhimento, no caso, Roraima. O objetivo dos capítulos três e quatro é demonstrar as diferenças socioeconômicas entre os dois estados, ajudando na compreensão do papel das redes sociais na migração entre estas duas unidades federativas tão distintas.

No capítulo 5 abordamos o início da migração dos gaúchos em direção a Amazônia brasileira e posteriormente, em direção à Roraima. Usando como referência principal sobre o deslocamento de gaúchos para a Amazônia os trabalhos de Tavares dos Santos (1993), Rocha (2006, 2010) e Simon (2009) mostramos os fatores que impulsionaram este deslocamento especialmente durante o século passado. Quanto à ida para Roraima, nos baseamos em trabalhos de Souza (2001, 2004), além da pesquisa na hemeroteca do Diário Oficial do Estado de Roraima, além das entrevistas formais com gaúchos pioneiros e as incursões em espaços de sociabilidade destes migrantes.

Já o capítulo 6 trata do cerne da pesquisa, a imigração de gaúchos contemporâneos para Roraima e suas respectivas inserções sociais e laborais e as redes sociais envolvidas nestes processos. A partir dos relatos orais e também através da incursão nos espaços de sociabilidade destes imigrantes é que desenvolvemos este capítulo. Com isso, analisamos os papéis das redes sociais nos processos de imigração e inserção social e laboral na cidade de Boa Vista.

O último capítulo serve-se às considerações finais da Tese. Apresentando e sintetizando os resultados finais da pesquisa, suscitamos um debate acerca dos principais indicativos que encontramos, além de uma breve exposição sobre os desdobramentos e possibilidades de estudos futuros.

2 REVISÃO DE LITERATURA: UM PANORAMA SOBRE AS TEORIAS DAS MIGRAÇÕES

2.1 UM BALANÇO GERAL DAS TEORIAS DA MIGRAÇÃO

A temática da migração perpassa as mais diferentes áreas do conhecimento, constituindo-se num campo profícuo para o desenvolvimento efetivo da multidisciplinaridade. O campo das ciências sociais é o grande guarda-chuva sob o qual se abriga o tema da migração. Distintas (e tão próximas) áreas como Geografia, Economia, Demografia, Sociologia e Ciência Política têm se preocupado com tal objeto de investigação desde suas épocas mais remotas, dado o caráter social do fenômeno (CASTIGLIONI, 2009). A migração, como fenômeno social que é tem, portanto, chamado a atenção dos diferentes cientistas das ciências sociais (puras ou aplicadas) e tem se constituído num fértil terreno para as mais distintas interpretações acerca de seus condicionantes e dos seus reflexos na sociedade moderna. Entretanto, parece haver ainda um enorme distanciamento entre as distintas áreas do conhecimento para a construção de uma possível teoria das migrações. Não obstante alguns importantes esforços nesta direção, o que ainda encontramos é uma fragmentação científica no tratamento da temática da migração. A dificuldade em se caminhar na direção de uma teoria geral reside na complexidade do tema, impossibilitando muitas vezes uma melhor compreensão do fenômeno. Marc Augé (2010), antropólogo francês, por exemplo, caracteriza a mobilidade contemporânea como “sobremoderna”, dada a superabundância de causas que dificulta a análise de tal fenômeno⁷. Neste contexto, a própria definição do conceito de migração ainda não é ponto pacífico entre os pesquisadores, que acabam por trazer a tona conceituações díspares, dificultando assim uma comparação entre as diferentes experiências observadas nas mais distintas regiões. Estas divergências se justificam porque “os processos sociais que possuem relação com este conceito aparecem também de forma heterogênea” Brumes (2003, p. 19). Isto se reflete nos impasses acerca de uma possível teoria das migrações (GOLDSTEIN, 1980; ARAGÓN, 1984).

Em documento publicado pelas Nações Unidas em 1970, a entidade já chamava a atenção para a dificuldade na compreensão do fenômeno migratório, pela falta de uma unanimidade entre os estudiosos do tema acerca do entendimento sobre migração, migrante ou simplesmente mobilidade, dentre outros, como nomadismo, movimentos sazonais, etc. (BRUMES, 2003). O que se colocava era a forma do tratamento destes últimos fenômenos,

⁷ Segundo o autor, o sentido de “sobre” na expressão deve ser entendido na determinação que lhe dão Althusser e Freud. Para aprofundar o tema, ver Augé (2010).

quer dizer, como eles deveriam ser considerados no interior do entendimento da migração. Para dar uma padronização aos estudos, ou pelo menos uma maior adaptabilidade entre eles, as Nações Unidas lançaram um dicionário temático apresentando os diferentes conceitos relacionados ao tema da migração (NAÇÕES UNIDAS, 1972). Neste documento o órgão define conceitos como migração, migrante, nomadismo, dentre outros. Apesar de sua aceitação no interior da comunidade científica pertinente ao tema, o mesmo não se livrou de críticas, que ainda hoje repercutem no meio. Mesmo que os conceitos possam ter tido uma maior aceitação apesar de tudo, a convergência para a unanimidade na compreensão do fenômeno migratório continua ainda distante.

É importante frisar que a migração se caracteriza como fenômeno social, e, desta feita, o seu estudo demanda conhecimento acerca de seus condicionantes históricos, econômicos, políticos e culturais, que, obviamente não são uniformes, nem espacialmente, tampouco temporalmente. Isto o torna complexo. Como diversos fatores contribuem para sua existência, deve-se lançar mão de um arsenal heterogêneo na busca por uma melhor compreensão sobre este fenômeno. Aí reside a importância da multidisciplinariedade para o entendimento da migração. Entretanto, como já destacamos, esta construção teórica é bastante complexa, permanecendo ainda no campo das intenções, ainda que algumas tentativas tenham sido efetuadas nesta direção.

A gênese dos estudos migratórios pode ser atribuída à E.G. Ravenstein, com seus dois trabalhos intitulados igualmente de “*The Laws of migration*” (As leis da migração) publicados em 1885 e 1889, no *Journal for the Statistical Society* (Ravenstein, 1885, 1889). Com esses trabalhos, Ravenstein inaugura uma tradição ainda hoje relevante na produção acerca da migração. Ravenstein busca uma regularidade de fatos à qual vai caracterizar como lei, ou melhor, como “leis da migração”. Utilizando os Censos britânicos de 1871 e 1881, e mais tarde informações de mais 20 países, o autor consegue observar estas regularidades empíricas que vão dar a tônica dos fluxos migratórios ocorridos no interior da Grã-Bretanha no período compreendido entre os dois censos.

Através destas observações empíricas, Ravenstein vai propor uma porção de leis migratórias, referentes à distância, à migração por etapas, correntes e contracorrentes migratórias. Suas análises acerca dos condados de absorção e de dispersão, além dos locais de passagens das correntes migratórias vão exercer enorme influência nos estudos posteriores sobre migração, particularmente na chamada Escola de Chicago, que terá como grande expoente Evert Lee, nos anos 1950 (LEE, 1980). Ainda hoje são muito recorrentes os estudos voltados para a descrição destes locais de atração e repulsão de migrantes. Uma parcela ainda

significativa dos estudos migratórios tem como foco a análise dos polos de atração/ repulsão de migrantes, na descrição dos determinantes destas características (polo de atração ou polo de repulsão). As análises de Ravenstein estão na origem dos modelos neoclássicos contemporâneos que ainda são representativos nas abordagens das migrações.

As “Leis de Migração” iniciais de Ravenstein associavam os deslocamentos populacionais às atividades econômicas no interior da Grã-Bretanha, no contexto de um vigoroso período de industrialização em curso no Reino Unido. Depois este mesmo procedimento foi incorporado em seu segundo estudo em que analisava o processo migratório em outros 20 países. Ravenstein focava assim sua análise na busca pela compreensão das correntes e contra-correntes migratórias, concluindo que eram resultado de um contínuo processo em direção ao equilíbrio entre a oferta e a demanda de mão-de-obra. Onde houvesse “excesso de braços” para o trabalho, haveria forte emigração para regiões onde o número de braços fosse insuficiente. Assim, a falta de mão-de-obra numa região seria compensada pelo excesso da mesma em outra região. Por isso é que “Ravenstein parte do princípio de que a migração tende a ocasionar o equilíbrio entre a oferta e a demanda de mão de obra” (GHIZZO; ROCHA, 2008, p.104). Portanto, não é difícil perceber que sua análise, em última instância, centra-se na questão do trabalho.

Em suma, a partir da sistematização de diversas regularidades empíricas observadas no interior da Grã-Bretanha, Ravenstein formula uma série de proposições – as chamadas leis da migração – que vão perdurar por mais de cem anos, “e que ainda hoje perduram em muitos estudos” (BRUMES, 2003, p.23). No segundo estudo em 1889, Ravenstein amplia suas “leis”, encontrando regularidades apontadas no primeiro trabalho, em outros países.

Na mesma linha de Ravenstein surge com destaque o trabalho de Everett Lee, intitulado “*A theory of migration*” publicado em 1966 na revista *Demography* (LEE, 1980). O trabalho de Evertt Lee é considerado um dos clássicos no campo dos estudos migratórios. Partindo dos estudos de Ravenstein, busca definir uma teoria geral da migração capaz de responder aos mais diversos questionamentos referentes ao fenômeno migratório ao longo da história. Dentre outros condicionantes, destaca fatores como distância, tecnologia e motivação econômica. Para o autor, os fatores que pesam na decisão do ato de migrar estão relacionados à: local de origem, local de destino, obstáculos intervenientes (para a migração) e fatores pessoais.

O trabalho de Lee (1980) ofereceu um novo paradigma para os estudos da mobilidade da população ao propor um conjunto de fatores negativos e positivos nas chamadas áreas de origem e de destino dos migrantes, além de uma série de obstáculos

intervenientes, tais como a distância e fatores de ordem pessoal. Desta forma, Lee afirma que a decisão de migrar está ligada a um comportamento racional do indivíduo, que leva em consideração tais fatores no momento de decidir sobre seu deslocamento. Aborda as transformações econômicas ocorridas nos diferentes países, em particular os em desenvolvimento, em que ocorriam importantes modificações estruturais nas relações de trabalho e, assim, as relaciona com a questão migratória. Na mesma linha de Ravenstein, dirige seu olhar à problemática da escassez X excesso de mão de obra e a mobilidade da mesma, focando sua atenção à questão do trabalho. Assim como o trabalho de Ravenstein, o de Lee também se encontra na base dos chamados modelos neoclássicos contemporâneos.

Esses dois trabalhos clássicos parecem ser a única possível unanimidade entre os pesquisadores da temática da migração, particularmente no que diz respeito as suas relevâncias históricas. A partir daí, as divergências parecem ser a tônica dos estudos sobre a migração, a ponto de Salim (1992, p. 12) afirmar que “o simples inventário ou a indexação das principais correntes ou linhas teóricas sobre migração [...] gera controvérsia entre os estudiosos”. E agrega que isto impede o “estabelecimento de uma classificação que seja universalmente aceita e que resulte em melhor compreensão científica do tema”.

Ainda assim vários são os esforços na tentativa de uma classificação das distintas correntes teóricas relacionadas aos estudos sobre as migrações. Visto que esta temática está ligada a diferentes áreas do conhecimento, estas classificações originam-se no interior destas distintas áreas, o que, em muitos casos não chega a se constituir num problema, já que ocorrem diversas convergências, particularmente quando se tratam de ramos tão próximos como a Sociologia e a Economia.

Uma importante contribuição pode ser atribuída a Oliveira e Stern (1980) que, com o seu “*Notas acerca de la teoria de las migraciones internas: aspectos sociológicos*”, lançam luz sobre as principais interpretações imputadas à Sociologia no estudo das migrações internas. Apresentam o que acreditam serem as principais correntes teóricas no campo da Sociologia para a compreensão do fenômeno migratório, classificando as diferentes correntes de interpretação sociológica sobre o fenômeno em questão.

Os autores apontam dois marcos conceituais ou enfoques de interpretação: o enfoque da modernização e o enfoque histórico-estrutural ou histórico-estruturalista. Utilizam para tanto, conceitos e categorias da teoria sociológica para a demarcação destes marcos teóricos.

No enfoque da modernização, a migração interna é entendida como o processo fundamental da mobilização social, constituindo-se no eixo principal para a transformação das sociedades agrárias tradicionais para sociedades industriais modernas.

Já o enfoque histórico-estruturalista entende a migração interna como resultado do processo de desenvolvimento capitalista das sociedades, adquirindo características específicas segundo o desencadeamento desse processo.

O enfoque da modernização explica basicamente as diferenças em termos da velocidade e da sequência dos diferentes processos envolvidos na transição, dando destaque aos fatores demográficos e psicossociais, porém conceptualizando globalmente o fenômeno em termos semelhantes aos da chamada experiência ocidental (OLIVEIRA; STERN, 1980, p. 253).

E prosseguem:

Quanto ao enfoque histórico-estrutural, procura explicar as diferenças em termos das distintas características estruturais que surgem no processo de formação das sociedades capitalistas centrais e periféricas (ou dependentes), destacando os modos de vinculação entre umas e outras e, em especial, os fatores econômicos e políticos que neles se acham envolvidos (OLIVEIRA; STERN, 1980, p. 253).

O enfoque da modernização aborda fundamentalmente a migração rural-urbana, dado seu foco sobre a transformação das sociedades tradicionais em sociedades modernas. De outra parte, o histórico-estruturalismo enfatiza a reconstrução do quadro histórico-estrutural no qual ocorrem os processos migratórios, dando ênfase à relação de dependência entre o centro e a periferia. Visto que sua preocupação mais geral reside nos processos de mudança ocorridos na América Latina, enfatiza a formação histórica dos países latino-americanos no seu escopo de análise.

Para Salim (1992), inexistente unanimidade entre os autores que buscam classificar as principais correntes teóricas sobre os estudos de migração. No intuito de contribuir ao esforço classificatório das distintas correntes, Salim propõe três troncos teóricos no estudo das migrações: os modelos neoclássicos contemporâneos; a perspectiva histórico-estrutural, e a mobilidade da força de trabalho.

Os modelos neoclássicos contemporâneos surgem da inspiração econômica neoclássica do comportamento racional dos agentes econômicos e partem de três pressupostos básicos: diferenciais de salários e oportunidades; cálculo racional do indivíduo face aos custos e utilidades entre ficar e migrar e; correntes migratórias entendidas como somatório das decisões individuais. Devido à existência de assimetria na distribuição espacial dos fatores de produção, os indivíduos vão se deslocar no espaço num processo constante de equilíbrio dos fatores. A assimetria na distribuição dos fatores é que vai determinar a direção e a magnitude dos fluxos migratórios. Os indivíduos vão se deslocar de regiões onde sobra mão-de-obra para onde falta mão-de-obra. A migração, portanto, permite a transferência de excedentes

populacionais de um setor para outro. Os espaços geográficos são considerados “equilibrados” ou “desequilibrados” e a migração compete para o reequilíbrio econômico, “atuando como fator corretivo dos desequilíbrios socioeconômicos no espaço” (VAINER, 2005, p.123). O trabalho exerce assim, importante função para o equilíbrio econômico.

Parte de uma concepção dualista da economia, em que se observam regiões rurais (e urbanas) não desenvolvidas convivendo com outras em processo de industrialização emergente, como de praxe ocorre na América Latina. A decisão de migrar parte de uma escolha racional na qual o indivíduo coloca na balança os fatores positivos e negativos, ou os fatores de atração e de repulsão. Há a livre decisão do indivíduo, refletindo uma mobilidade perfeita do trabalho.

Dando continuidade à sua classificação, Salim descreve a chamada análise histórico-estrutural. Neste tronco teórico a migração é resultado das desigualdades regionais. Enfatiza a estrutura como um todo na determinação do fenômeno migratório, isto é, considera as condições estruturais de nível social, econômico e político na determinação dos fluxos migratórios. Ainda que assuma a dificuldade em sumarizar este tronco teórico de maneira concisa, Salim coloca os pontos comuns destas subdivisões: modelar as causas estruturais e relacioná-las com as desigualdades regionais que caracterizam os países de industrialização retardatária, como os latino-americanos. Outros elementos comuns a este tronco são: caracterização da migração segundo as propriedades estruturais da área geográfica na qual se insere; tendência predominante de dimensionar a migração pelo aspecto econômico; definição das classes sociais a partir das relações de produção e concepção de estrutura de classe como mecanismo de exploração, dentre outros.

Por fim aponta o tronco da mobilidade da força de trabalho, que tem como seu expoente o economista francês Jean-Paul de Gaudemar com sua obra intitulada “Mobilidade do trabalho e acumulação do capital”, lançada em 1977, resultado de sua tese de doutoramento defendida na Universidade de Paris-I em dezembro de 1974, com o título de “Mobilidade do trabalho e teoria econômica: ensaio de genealogia de um conceito”.

Seu fio condutor é o conceito marxista da mobilidade da força de trabalho. Mas até chegar ao ponto de utilizá-lo em sua abordagem, Gaudemar (1977) percorrerá um longo caminho pelo interior da história do pensamento econômico numa exploração arqueológica a procura do conceito “perdido” de mobilidade do trabalho. Vai realizar uma verdadeira genealogia do conceito, mostrando, sobretudo, que a partir do século XVIII, devido à eclosão da Revolução Industrial na Inglaterra, as distintas formas de mobilidade vão surgir como

fenômenos marcadamente estruturais. Critica abertamente os autores que buscam tratar a mobilidade como simples deslocamentos populacionais.

Com o fim do sistema feudal surge a figura do trabalhador livre, possuidor de liberdade para definir o seu destino. Entretanto, esta liberdade é falsa, como aponta Marx, esconde-se atrás do véu da obediência ao capital. Ao contrário de representar liberdade, a ruptura faz surgir uma nova forma de dominação. Nesta mesma direção caminha a mobilidade do trabalhador. Existe na verdade uma falsa liberdade de movimento. O trabalhador não se desloca (espacialmente, setorialmente, profissionalmente) conforme seu desejo individual. Seus movimentos são determinados exclusivamente pelo capital, único ente provido de real liberdade de movimento.

A liberdade do trabalho é definida desta forma, numa dupla determinação: o detentor da mercadoria força de trabalho (trabalhador) dispõe dela livremente, mas tem absoluta necessidade de vendê-la. Com a mobilidade ocorre o mesmo, o trabalhador dispõe livremente dela, mas também necessita vendê-la (realizá-la).

As distintas formas de mobilidade (espacial/geográfica, setorial, profissional) servem indiscriminadamente aos interesses do capital. Todas elas são determinadas pela necessidade do capital em realizar sua valorização. O que realmente provoca a mobilidade da força de trabalho é a diferenciação das procuras por trabalho, originada na diferenciação dos lucros entre as inúmeras atividades econômicas. “É a pedido das empresas em expansão que se produz o movimento dos homens” (GAUDEMAR, 1977, p. 302).

O que Gaudemar busca mostrar é que a mobilidade é, em última instância, a capacidade que permite à força de trabalho adaptar-se às variações na jornada de trabalho (criação de mais-valia absoluta) e aos efeitos da crescente intensificação da divisão social do trabalho (criadora de mais-valia relativa). Dadas as flutuações no interior do sistema capitalista, as formas de mobilidade do trabalho, sendo parte constituinte da oferta de trabalho, são envolvidas diretamente nos movimentos de acumulação do capital. É ao ritmo das flutuações no processo de acumulação que o trabalhador se desloca, geograficamente ou funcionalmente. A mobilidade constitui assim, respectivamente, “um deslocamento físico, em diversas escalas, e um deslocamento funcional de uma atividade profissional a outra ou mesmo dentro de uma mesma atividade” (ROCHA, 1999, p. 158).

Indubitavelmente uma mobilidade condizente com os objetivos de produção de mais-valia do capital. Aqui, se mostra importante a contribuição de Acevedo Marin e Hébette (1982, p. 23):

[...] mobilidade [...] que inclui os deslocamentos dos trabalhadores para onde o capital precisa deles, ou melhor, uma disponibilidade a operar os deslocamentos necessários, para onde e quando convier ao capital; inclui ainda a maleabilidade para passar de um setor para outro da atividade econômica, de uma esfera de produção para outra, de uma ocupação para outra, de um ritmo de trabalho para outro, nos horários convenientes ao capital.

Na tentativa de enquadrar disciplinarmente os estudos migratórios em distintos paradigmas tecnológicos, Peixoto (2004) chama a atenção para o fato de que o tema da migração tem despertado interesse a muitos estudiosos, das mais distintas áreas e que tem desenvolvido suas pesquisas sob as diversas perspectivas teóricas. Tal panorama dificulta a existência de uma “teoria geral da migração”, mas tem na interdisciplinaridade um ponto positivo que merece ser considerado. Para ratificar a dificuldade da “teoria geral” o autor utiliza-se dos argumentos de Jansen:

A migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema econômico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios econômicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultura, tanto dos lugares de origem como de destino, são afetados pela migração e, em contrapartida, afetam o migrante (JANSEN apud PEIXOTO, 2004, p. 4).

Ao tratar mais especificamente dos estudos migratórios no âmbito das ciências sociais, particularmente no interior da Sociologia, Peixoto (2004, p. 7-8) conclui que:

A bibliografia sobre migrações partilha referências múltiplas, tanto as que provêm de diferentes disciplinas do social como as que envolvem os próprios debates internos da sociologia. No primeiro caso, se buscarmos as teorias que têm procurado explicar a natureza do processo migratório, encontramos várias ascendências teóricas. Por outras palavras, aquilo que vulgarmente se designa por “sociologia das migrações” pode ser considerado como uma amálgama de referências proveniente de diferentes ciências sociais. No segundo caso, a coexistência de explicações sociológicas de tipo “micro” – como as que envolvem o processo racional de tomada de decisão – e de tipo “macro” – como as que referem a existência de “forças” que impelem a migração é notória ao longo do tempo. A maior parte destas teorias tem sido desenvolvida para a análise “clássica” dos movimentos migratórios. É provável, no entanto, que o seu carácter interdisciplinar se reforce ao observarmos as novas formas de mobilidade.

O referido autor aponta para a forte convergência entre os temas da sociologia econômica nos estudos migratórios. Os condicionantes dos fluxos migratórios têm forte relação com fatores econômicos e sociológicos. E mais ainda, em boa parte das correntes

teóricas, o trabalho constitui-se na centralidade do movimento. Tanto sob uma perspectiva neoclássica como numa estruturalista, por exemplo, o que se coloca em movimento ao fim ao cabo é o trabalho, ou a força de trabalho. E a categoria trabalho é crucial no âmbito tanto da ciência econômica quanto na sociologia. Desta forma, a migração constitui-se num tema sob o qual diversas áreas do conhecimento se debruçam, particularmente a economia e a sociologia, no último caso a sociologia econômica. Assim conclui que “a natureza aberta das fronteiras disciplinares da sociologia econômica convida, claramente, a uma relação com o tema migratório, ele próprio de desenvolvimento interdisciplinar” (PEIXOTO, 2004, p. 8).

Mesmo admitindo a dificuldade de delimitação da sociologia econômica, Peixoto (2004) entende que muitos estudiosos da migração acabam por usar instrumentais teóricos das duas disciplinas (sociologia e economia) de forma inconsciente, não sistemática e que o autor que mais se aproxima de uma abordagem sustentada nas perspectivas da sociologia econômica é Alejandro Portes, com a utilização de conceitos e categorias desenvolvidos pela chamada “nova sociologia econômica”. Um conceito chave na análise de Portes é o de *embeddedness* (desenvolvido por Granovetter), que é entendido como a relação entre ação econômica e estrutura social, relação esta de elevado grau de intensidade. Peixoto (2004, p. 9) aborda da seguinte forma as relações entre a sociologia e a economia:

Esta última não se desenrola apenas num campo de ação racional de indivíduos atomizados, procurando objetivos estritamente econômicos, mas decorre no seio de (está *embedded* em) um campo de relações e estruturas sociais (relações pessoais, contextuais ou históricas concretas).

E Peixoto dá prosseguimento à sua explanação destacando os atributos desta perspectiva: “de forma exemplar, critica tanto a visão “sub-socializada” (*undersocialized*) do ator social, típica da economia neo-clássica, como a “sobre-socializada”, bem demonstrada pelos argumentos funcionalistas e estruturalistas” (PEIXOTO, 2004, p.9).

Com a construção de uma matriz cruzada interdisciplinar (economia individualista e sociologia holista) o autor expõe diferentes teorias migratórias, inseridas em dois grandes grupos (PEIXOTO, 2004, p. 13):

as perspectivas possíveis de enquadramento das teorias sociológicas contemporâneas sobre migrações são várias. Se adotarmos, como referência principal, a noção clássica das migrações, a distinção mais habitual coloca em contraste as teorias que articulam as causas (e a análise global) dos fluxos migratórios ao nível micro ou macro sociológico. O primeiro tipo de explicação descreve os fluxos como resultantes de escolhas individuais, sejam as escolhas racionalmente suportadas do *homo economicus* (a teoria neo-clássica) ou os investimentos estratégicos no futuro (teoria do capital humano). O mapa de referência dos agentes é constituído pelos fatores que, ao nível do mercado de trabalho ou do contexto de ação (ciclo de vida ou estratégias familiares, por exemplo) enquadram essa decisão. Mas o processo

migratório constitui, no essencial, uma serie de decisões individuais tomadas por agentes racionais que procuram melhorar a sua condição individual. O segundo tipo de explicação avalia as migrações como resultado de forças sociais estruturantes, sejam as diferentes posições dos países no sistema internacional (as teorias do sistema-mundo), as lógicas específicas do mercado de trabalho (teses da segmentação do mercado de trabalho ou outras) ou a formação de redes migrantes de produção e suporte (incluindo as teorias da etnicidade e enclaves migrantes). O grau de “constrangimento” social é variável (como, em geral, sucede na relação sociedade/ator descrita pelas sociologias deste tipo), situando-se entre um “determinismo” social puro e a assumpção de um mercado imperfeito que condiciona as decisões. Mas o essencial, neste caso, é admitir a importância de variáveis coletivas como analiticamente superiores ao momento individual da racionalização.

Primeiramente o autor apresenta as chamadas teorias micro-sociológicas, que têm como ponto comum a aceitação da ação individual, da racionalidade do agente como central na explicação do movimento migratório. Ainda que os condicionantes sejam exteriores à sua decisão – econômicos e/ou sociais – é a racionalidade individual que pondera tais condicionantes e materializa sua (dele) mobilidade.

As primeiras teorias inseridas entre as micro-sociológicas apresentadas por Peixoto são os chamados modelos push-pull e do capital humano.

Nos modelos push-pull, o indivíduo faz uma análise (racional) acerca dos fatores que o repelem do seu lugar de origem e dos possíveis ganhos futuros no seu local de destino. Levando também em consideração os obstáculos intervenientes (como custo de transporte, distância e tamanho da família) o indivíduo (o possível migrante) faz uma análise custo-benefício do seu deslocamento, da sua mudança de residência. Essa análise recai sobretudo nos possíveis ganhos salariais e na maior oferta de empregos no lugar de destino, mas aspectos relacionados às condições de habitação e a existência de redes sociais locais também são consideradas na hora de decisão individual do potencial migrante. Se o indivíduo vislumbrar uma situação futura vantajosa, fará o deslocamento para outro lugar, considerando o custo de tal movimento. Se este custo for menor que os benefícios esperados ele realiza o deslocamento. Entretanto, tal perspectiva contempla uma análise de curto prazo, mais imediatista, na qual o que importa é o ganho individual no menor período de tempo possível.

A Teoria do Capital Humano aproxima-se da perspectiva descrita anteriormente, mas o benefício esperado com a mobilidade pode vir no longo prazo. Nesta linha, projeções de aprimoramento profissional futuro, tanto para o indivíduo como para a família, podem levar ao movimento migratório. O que o futuro migrante considera é o investimento em seu potencial produtivo, ou mesmo de sua família, cujos resultados só serão alcançados no longo

prazo⁸. Por isso, um ato migratório que no presente possa parecer não vantajoso, pode vir a se tornar exitoso no futuro. É o caso de migrações realizadas por famílias que a fazem no intuito de permitir a continuidade dos estudos de seus filhos em outras regiões, por exemplo. É investimento em capital humano, daí a denominação de tal vertente analítica.

Ainda no âmbito das chamadas teorias micro-sociológicas, Peixoto apresenta a do Ciclo de vida e a da Trajetória social, consideradas as mais “sociológicas” das micro, revestidas de um caráter biográfico.

A primeira teoria relaciona o ato migratório a diversas variáveis biológicas e sociais, tais como entrada na vida adulta, casamento, nascimento dos filhos, divórcio, morte do cônjuge, reforma, mobilidade social, etc. Analisa a influência do ciclo de vida e da trajetória de mobilidade social (incluindo carreira profissional) nos deslocamentos realizados pelos migrantes. O ato migratório continua sendo realizado em função da decisão individual do agente, portanto, ainda que haja influência das variáveis apontadas anteriormente, é a racionalidade do agente humano que leva efetivamente ao deslocamento.

Já a vertente da trajetória social (ou mobilidade social e profissional) relaciona mobilidade social/ocupacional com a mobilidade espacial. Pressupõe a realização de um percurso, por parte do indivíduo, por diferentes posições sócio-ocupacionais. O indivíduo almeja realizar uma trajetória ascendente, “progredir na vida”. Daí, o ato migratório é explicado, pela necessidade do indivíduo em realizar esta trajetória ascendente. Esta perspectiva analítica é considerada mais macro-sociológica, pois já chama atenção ao fato de que

Embora a decisão individual seja, em última instância, decisiva, é a multilocalização das organizações e as suas estratégias de colocação de pessoal (mecanismos *macro-sociológicos*) que revelam as principais dinâmicas da mobilidade (PEIXOTO, 2004, p. 22).

As teorias macro-sociológicas advogam que são os fatores coletivos ou estruturantes que condicionam as migrações, isto é, as forças estruturais e coletivas é que condicionam a ação individual.

A primeira teoria macro-sociológica é descrita por Peixoto (2004) como a do mercado de trabalho segmentado ou dual. Em decorrência das transformações estruturais ocorridas nas economias fordistas desenvolvidas a partir dos anos 1970 e das novas formas de regulação daí originadas, surgem nestes países setores precários da economia, demandantes de uma mão de obra flexível e informal. Neste chamado mercado secundário, impera o baixo

⁸ São formas de investimento em capital humano: escolarização, formação profissional, dentre outros.

salário, a baixa qualificação, a insegurança laboral e social, no qual os não migrantes não querem atuar. Assim, “abre-se caminho” para os trabalhadores dos países subdesenvolvidos, que aceitam atuar neste mercado. Tal assertiva nasce da verificação empírica da migração internacional de países pobres para os mais desenvolvidos. Portanto, são fatores estruturais que clamam pelo seu trabalho.

Entretanto, não só os trabalhadores migrantes desqualificados (mercado secundário) entram no mercado de trabalho dos países mais desenvolvidos. Também ocorre a atração de população migrante para o mercado de trabalho primário, onde prevalecem os melhores salários, a estabilidade e a proteção social. Porém, diferentemente do que acontece com os menos qualificados, a entrada no mercado primário ocorre através de canais legais, em função das qualidades individuais e não por origens étnicas. Mas, de uma forma ou de outra, são as necessidades de um mercado segmentado que levam aos deslocamentos humanos. Seja no mercado secundário ou no primário, são as demandas específicas deste mercado dual que determinam os movimentos migratórios.

Continuando sua explanação sobre as teorias macro-sociológicas, Peixoto (2004) descreve aquelas que envolvem uma forte relação entre a Economia e a Geografia, além da própria Sociologia: Estruturas espaciais, Sistemas-mundo e Sistemas migratórios. Todas estas perspectivas têm como pano de fundo analisar de forma explícita a variável espaço “e que procuram enunciar os fatores que levam a um desenvolvimento particular dos territórios” (PEIXOTO, 2004, p. 24). Procuram entender os mecanismos que levam os assentamentos humanos a se localizarem em determinadas regiões e quais relações estes mecanismos possuem com a mobilidade espacial das pessoas. Tais assentamentos localizam-se em áreas urbanas, rurais, centrais, periféricas e é justamente esta distribuição territorial que conduzirá a movimentos migratórios efetivos. Têm o espaço como variável central de suas análises.

No que tange a teoria das Estruturas espaciais, uma primeira vertente bebe na fonte da Economia e Geografia (neo) clássicas, com as conhecidas teorias da localização espacial. Tais teorias (como as de Von Thünen, Weber, Lösch) procuram relacionar diversas variáveis – como custos de transportes, fonte de matérias-primas, economias de escala – com a localização das atividades econômicas, sobretudo industriais. A partir de uma racionalidade econômica (maximização de lucros com minimização de custos) é que as empresas vão decidir onde instalarão suas plantas produtivas e assim direcionar os movimentos migratórios.

A Teoria do Sistema-Mundo de Wallestrein é adaptada para os estudos migratórios e parte da premissa da existência de um mercado de trabalho global, alimentado por fluxos de trabalho (ou força de trabalho) a partir da migração internacional. A principal razão da

migração é a existência de zonas salariais diferenciadas, originadas de estruturas socioeconômicas distintas. Esta distinção de estruturas mundial acarreta no movimento de pessoas de um país para outro. São as forças estruturais da economia mundial, portanto, que definem os movimentos migratórios (PEIXOTO, 2004).

A teoria dos sistemas migratórios entende que os movimentos migratórios resultam de contextos históricos próprios e passam a adquirir uma dinâmica interna que lhes confere as características de um sistema, um “ser vivo”. Este sistema vivo é resultante de várias interações entre diversos elementos, incluindo outros tipos de fluxos e um processo de interdependência mais geral. A dinâmica de cada sistema é única, resultante de seu contexto histórico particular e de diversas interações entre os fluxos migratórios e outros tipos de intercâmbios – políticos e comerciais, por exemplo. Nas palavras do autor,

A existência de relações particulares (incluindo migratórias) entre regiões ou grupos de países gera, por sua vez, as condições de alguma continuidade, uma vez que as decisões migratórias individuais são tomadas por influência desse contexto, que elas próprias contribuem para consolidar (PEIXOTO, 2004, p. 27).

Sob esta perspectiva se pode identificar um conjunto de regiões ou países que mantêm fluxos migratórios constantes entre si, como no caso das “redes macro-regionais” internacionais, que unem uma região central (formada por um ou mais países) com outras regiões emissoras de migrantes. Este é o caso, por exemplo, da rede formada entre a cidade de Governador Valadares, em Minas Gerais, com algumas regiões nos Estados Unidos da América.

Por fim o autor apresenta “as teorias mais propriamente sociológicas que explicam as migrações segundo uma perspectiva macro” (PEIXOTO, 2004, p. 28). Podem ser separadas em três grandes grupos: as que salientam o papel das diferentes instituições sobre os movimentos migratórios; as que destacam os laços de natureza étnica e social que ocorre entre os migrantes nas regiões de destino e; as que defendem a atuação das redes migratórias.

O primeiro grupo é representado pelas teorias institucionalistas, que afirmam serem as instituições (Estado, empresas públicas e privadas, agências de emprego, etc.) agentes promotores do fluxo migratório e/ou do suporte dado aos indivíduos durante seu trajeto e mesmo no seu destino final. Tais teorias atribuem a centralidade aos agentes coletivos, isto é, são as instituições que acabam por “decidir” sobre a existência e direção dos movimentos migratórios.

O segundo grupo é denominado de teorias sobre “enclaves de imigrantes”, “enclaves étnicos”, “negócios étnicos” ou “nichos de imigrantes”. Estas teorias ressaltam o papel dos

laços de natureza social e étnica na união de atividades nos locais de destino por grupos de base geográfica (territorial) ou ocupacional. Dito de outra forma, os laços que envolvem os grupos sociais podem ser de natureza étnica-geográfica ou de cunho ocupacional. Africanos auxiliando africanos. Pedreiros ajudando pedreiros. Ressalta ainda a importância de uma comunidade étnica solidária, que pode se constituir em um mercado cativo para bens e serviços de origem cultural, uma reserva de mão de obra e também numa fonte de capital para a realização de investimentos.

2.2 REDES SOCIAIS NA MIGRAÇÃO

No terceiro grupo das “teorias mais propriamente sociológicas que explicam as migrações segundo uma perspectiva macro” (PEIXOTO, 2004, p. 28), encontramos as que dialogam intimamente com teorias das redes sociais e do capital social, além da própria perspectiva institucionalista citada anteriormente. No âmbito deste grupo de teorias, Peixoto (2004, p. 29) afirma que

[...] os migrantes não atuam isoladamente, nem no ato de reflexão inicial, nem na realização dos percursos concretos, nem nas formas de integração no destino. Eles estão inseridos em redes de conterrâneos, familiares ou, inclusivamente, agentes promotores da imigração, que fornecem a informação, as escolhas disponíveis, os apoios e à fixação definitiva.

Peixoto (2004) fortalece seu argumento citando Portes e Böröcz (apud PEIXOTO 2004, p.30):

Redes construídas pelo movimento e contato de pessoas através do espaço estão no centro de microestruturas que sustentam a migração ao longo do tempo. Mais do que cálculos individuais de ganho, é a inserção das pessoas nestas redes que ajuda a explicar propensões diferenciais à migração e o caráter duradouro dos fluxos migratórios.

Soares (2002) conceitua rede social da seguinte forma: conjunto de pessoas, organizações ou instituições sociais que estão conectadas por algum tipo de relação. Esta definição, simples e objetiva, traduz a essência do que se entende por redes sociais. Em sua tese de doutorado, o autor distingue redes pessoais de redes migratórias por serem estas últimas formadas anteriormente ao ato migratório em si e que, portanto, influenciariam apenas a decisão de migrar.

As redes sociais na migração são de vários tipos, podendo se basear em solidariedades locais ou até mesmo por recrutadores temporários, o que demonstra a participação não só de agentes econômicos como também por agentes sociais envolvidos por uma identidade de natureza coletiva. O papel das redes sociais é fundamental na formação dos

fluxos e ritmos migratórios e até mesmo nos percursos da mobilidade social dos migrantes na área de destino, por serem fundamentais na adaptação e na interação dos migrantes no mercado de trabalho local. Peixoto (2004) aponta ainda que o estudo destas redes é essencial para analisar uma determinada corrente migratória, no nosso caso Rio Grande do Sul – Roraima.

O conceito de redes sociais foi introduzido por Barnes (BRUMES, 2010). Em 1954, Barnes passa a utilizar sistematicamente o termo “rede social” para mostrar padrões de laços ou relações sociais, utilizando conceitos tradicionalmente usados pelos cientistas sociais: grupos sociais (famílias, tribos, etc.) e categorias sociais (gênero, etnia, etc.). O autor destaca a noção de pertencimento a um grupo social no âmbito das redes. Combina o enfoque estrutural com a análise das interações sociais em nível individual, voltada ao estudo dos processos sociais, como a migração.

Uma rede social compreende os vínculos entre todos os membros da sociedade, ou parte deles, unidos por objetivos comuns. Consiste de um conjunto finito de sujeitos e a(s) relação (ões) definidas entre eles como os laços familiares, de amizades, de confiança, de solidariedade, de conterraneidade, etc. As redes sociais designam organizações informais, sem coordenações, sem estatutos legais. São estruturas sociais compostas por grupos de pessoas conectadas por um ou vários tipos de relações, como amizade, parentesco, conterraneidade, interesses em comum e que acabam compartilhando informações e conhecimento. Pressupõem ainda flexibilização e multiplicidade de atores. Brumes (2010, p. 79) afirma que

Os estudos das redes sociais favorecem o estabelecimento de vínculos positivos pela interação entre indivíduos; oportunizam um espaço para reflexão por meio da troca de experiências e busca de soluções para problemas comuns; estimulam o exercício da solidariedade e da cidadania; mobilizam pessoas, grupos e instituições para a utilização de recursos existentes na própria comunidade e estabelecem parcerias entre setores governamentais e não governamentais para definição e implementação de políticas.

Já Marteleto (2000) entende uma rede social como um conjunto de participantes unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses comuns. As redes são verificadas por intermédio dos padrões de relacionamentos entre pessoas, organizações, instituições (públicas ou privadas), etc., uma vez que os estudos das estruturas sociais permitem observar a totalidade e os elementos subjacentes a elas. Possibilitam ainda a compreensão dos fenômenos sociais dentro dos seus contextos, estratificando suas relações e sua inserção na sociedade. Conforme Marques (2003, p. 11), a rede é “composta por relações de vários tipos- pessoais, profissionais, institucionais e políticas”.

A importância conferida às redes sociais nos estudos sobre migração surgiu da necessidade de considerar processos que pudessem responder a duas questões chaves: por que alguém se torna um migrante e por que algumas pessoas, sob as mesmas transformações estruturais econômicas, sociais ou políticas, migram e outras não? No nosso caso, por que alguns gaúchos migraram para Roraima e outros não, tendo em vista que todos experimentaram as mesmas transformações estruturais? Segundo Soares (2002, p. 19) tais processos sociais concretos incluiriam redes institucionais e pessoais que, “operando entre as esferas micro e macro, organizariam, de fato, a migração”.

Inicialmente, o foco nas redes sociais no campo de estudos das migrações recaiu sobre os movimentos internacionais. A partir da busca pela compreensão do papel de tais redes na migração internacional é que surgiram os primeiros estudos. Laços de identidade, de origem, de condição laboral, dentre outros, foram sendo verificados nos movimentos migratórios entre diferentes países. Tentando responder às perguntas citadas no parágrafo anterior, é que surge a necessidade de se debruçar com mais afinco sobre o papel exercido pelas redes nos fluxos migratórios internacionais. Num segundo momento é que será transportado para a análise das migrações internas. Entre as principais referências sobre as redes sociais na migração destacam-se Massey et al. (1987), Massey (1998) e Tilly (1990). No caso brasileiro temos as contribuições de Fazito (2002), Truzzi (2008) e Carleial (2004). As Teses de Brumes (2010) e Weber Soares (2002) também são igualmente importantes.

De acordo com Tilly (1990) as unidades efetivas da migração não são nem indivíduos sozinhos, tampouco apenas as famílias, mas, sim, conjuntos de pessoas ligadas por relações de amizade, de conhecimento, de parentesco e de trabalho, ou seja, as redes sociais. Entretanto, chama a atenção que não se pode ter como garantida a solidariedade entre os imigrantes e que muitos aproveitam sua posição social/laboral para explorar outros imigrantes. A condição de imigrante não destitui a relação de classes no âmbito da sociedade de acolhimento. Portanto, a existência das redes não garante “vida fácil” ao novo imigrante, mas nelas circulam informações importantes para a decisão de migrar. As redes ajudam no deslocamento dos futuros imigrantes e na inserção social e laboral deles na região de destino. Ajudam ainda na permanência dos novos imigrantes no novo local de residência. Portanto, as redes contribuem na redução dos riscos envolvidos na migração.

Tilly (1990) lembra ainda que a análise da dinâmica migratória, na linha fornecida pelas redes sociais permite concluir que, ao contrário de uma série de transformações individuais na direção de uma cultura dominante na sociedade de destino, os migrantes negociam novas relações dentro e por meio das redes: as trajetórias de mudança variam de

corrente para corrente migratória, porque a mudança se traduz numa dimensão coletiva e não apenas individual (DESCONSI, 2009). No caso dos gaúchos em Roraima, como de resto em outros lugares do país, as suas tradições culturais são evocadas constantemente em espaços de sociabilidade. É o caso, em Roraima, do Centro de Tradições Gaúchas Nova Querência.

Fotografia 3: Área interna do CTG Nova Querência. Av. Eduardo Gomes. Bairro Mecejana. (Foto: Pedro M. Staeve, 2012)



Na pesquisa constatou-se que uma das maiores dificuldades apontadas pelos imigrantes gaúchos em Roraima foram as diferenças culturais sentidas por eles na comparação com seu estado de origem. Estas diferenças residiam muito mais naquilo que Rocha (2006) denominou de “discurso da diferença” do que na possível falta de elementos simbólicos da tradição gaúcha. Não era a escassez de churrascarias na cidade, a pequena quantidade de estabelecimentos que vendem erva mate, a diferença de costumes (em Roraima se ouve muito forró; os gaúchos em geral não são muito afeitos a este ritmo musical, por exemplo) que mais incomodavam (e incomodam) os gaúchos. O que mais apareceu na fala de nossos entrevistados foi “a falta de compromisso”, “a falta de responsabilidade”, “a falta de apego pelo trabalho”. A maioria via estes comportamentos como questões de ordem cultural e

não de forma pejorativa ou preconceituosa. A diferença cultural era justamente esta, “o gaúcho é trabalhador”, “o gaúcho é responsável”, “o gaúcho honra seus compromissos”. Não abrindo mão de seus comportamentos (trabalhador, responsável, cumpridor dos seus compromissos) os gaúchos “negociam” com a sociedade local um novo “estatuto” comportamental, onde seus valores sejam respeitados e aceitos. Este é um momento crucial para os imigrantes ao se depararem com uma cultura distinta da sua. Nas nossas entrevistas, um dos pontos capitais acionados pelos entrevistados quando questionados sobre as principais dificuldades que encontram em Roraima era justamente “se acostumar com o comportamento do povo daqui”. Aí também entram em cena as redes sociais, no sentido de amenizar este sofrimento. A constituição das redes no local de destino tem a função, na linha de Sayad (2000), da reconstituição da identidade social e cultural que se rompe com a emigração. Como argumenta, a ideia de retorno está sempre presente na migração. Disto trataremos no capítulo sobre as redes sociais de gaúchos em Roraima.

Para Massey et al. (1987) as condições que dão origem a um determinado movimento migratório podem ser completamente distintas daquelas que mantêm esse mesmo movimento ao longo do tempo. Os gaúchos pioneiros viveram mudanças estruturais distintas das que se apresentam hoje no Rio Grande do Sul e são vivenciadas pelos migrantes atuais. As mudanças estruturais nas sociedades de origem e destino determinam o movimento migratório. Já as redes sociais desencadeiam o movimento e lhe conferem estabilidade, direcionando os fluxos. A abordagem das redes permite unir os determinantes estruturais aos subjetivos na análise dos fenômenos migratórios. E mais, possibilita também unir estes dois aspectos no estudo sobre a retenção dos imigrantes no local de destino. Por isto decidimos por esta abordagem no desenvolvimento da presente pesquisa. Não só o movimento em si, mas a adaptação dos gaúchos em Roraima é também nosso objeto de análise.

As redes sociais mais importantes se fundam em relações de parentesco, de amizade, de trabalho e de conterraneidade ou pertencimento. Na contemporaneidade alguns elementos se constituem como importantes fontes de informação que, assim como as redes sociais, minimizam os riscos inerentes à migração. A informação disponível atualmente na internet e outros veículos de comunicação mais tradicionais se constitui num novo componente não desprezível para a análise das migrações nos dias atuais. Nesta linha, destacamos a fala do senhor Sepé Tiaraju, 40 anos, natural de Viamão – RS, funcionário público federal e residente em Roraima desde 2011.

Eu fiz o concurso pro Ministério Público e podia ter vindo pra cá (Roraima), pra Rondônia ou pro Pará. O Pará a gente via muito na TV os problemas, aquelas coisas de assassinato no campo, violência, essas coisas. Rondônia a gente também tinha ouvido falar que não era muito bom, que tinha umas coisas ruins como no Pará. Roraima era o único que a gente não sabia nada. Não ouvia falar nada daqui. Aí fomos na internet, procuramos no Google sobre Boa Vista e gostamos. Vimos umas fotos, achamos bonito e escolhemos vir pra cá.

Essas relações que fundam as redes sociais não são criadas pelo processo migratório, mas são adaptadas por ele e, com o passar do tempo, são reforçadas pela experiência comum da migração (DESCONSI, 2009). Assim, pode-se entender a migração como processo social, organizado por intermédio de redes forjadas por conexões interpessoais que caracterizam os grupos humanos (MASSEY et al., 1987).

O movimento migratório pode envolver relações de interesse entre aqueles que chegam ao novo local e os outros já residentes no lugar. Trata-se de redes de determinado tipo de sociabilidade, de reciprocidade, que resignificam as ações sociais, reterritorializam (HAESERBAERT, 2005) os grupos sociais, rearranjam as parcerias e os espaços de vivência do imigrante na sociedade de destino. O que é comum a todas as redes é que envolvem novas formas e espaços de sociabilidades. No lugar de destino novas interações sociais são formadas visando a adaptação a nova cultura que o migrante passa a experimentar, em muitos caso bastante distinta da sua, como é o caso dos gaúchos em Roraima.

As redes sociais no processo migratório foram analisadas por Dimitri Fazito em seu artigo intitulado “Análise das redes sociais (ARS) na migração: mito e realidade” (2002). Nele, Fazito investiga as relações sociais existentes no interior do processo migratório que articulariam migrantes e não migrantes. Conforme o autor, os estudos relacionando migrações e redes sociais são relativamente recentes. Despontaram somente nos anos 1980 e caracterizam-se por serem eminentemente descritivos, tendo por objeto as migrações focalizadas pelas relações envolvendo indivíduos e famílias, e entre regiões; e ainda nas trocas de pessoas, informações e de recursos: “Assim, não faz sentido pensar em redes sociais de migração sem pensar na interação dos atores distribuídos em suas respectivas estruturas sociais” (FAZITO, 2002, p. 2). Assim:

Estrutura e organização social fariam parte integrante deste conceito, inclusive relações sociais interdependentes e complexas que comporiam um sistema relacional. Dentro desta perspectiva, a migração seria entendida, também, como fluxos conectados de recursos humanos, materiais, e de bens culturais (CARLEIAL, 2004, p. 3).

Para Fazito (2002) as redes sociais inseridas na atividade laboral e na vida social são estratégias de sobrevivência e de sustentabilidade dos imigrantes no local de destino. Elas subordinam às condições e ao nível de desenvolvimento do lugar de destino os migrantes que vem de fora. As formas como essas articulações se desenvolvem e se manifestam são as mais diversas possíveis.

A existência de redes sociais no local de destino responde às necessidades de minimizar os riscos inerentes ao ato migratório, mitigando as tensões e os conflitos normais a qualquer sujeito envolvido numa mudança desta natureza. Estas dificuldades serão mais facilmente superadas de forma compartilhada. Entretanto, tal afirmativa pode levar a um tipo de interpretação que subestima a dimensão da dominação e do poder no interior das redes. Estas redes evitariam que imigrantes não sofressem com a exploração do trabalho; por exemplo. Podem servir apenas para recrutar mão de obra trabalhadora para o novo local de residência. A rede pode somente prestar-se aos interesses do capital, e não aos interesses do imigrante. Disfarçado de ajuda ao (potencial) imigrante, as ações dos atores envolvidos em determinadas redes podem se configurar apenas como estratégias mascaradas a serviço dos interesses do capital. Como afirmava Gaudemar (1977), o único fator realmente livre é o capital. A mão de obra só se desloca pelos interesses do capital. Porém, a estrutura de dominação no interior destas redes, não seria violenta nem mesmo forçada; mas, estaria presente na divisão social do trabalho que pressupõe um mandatário capitalista e os que se submetem aos seus determinismos (trabalhadores) (CARLEIAL, 2004).

Existe uma submissão baseada em uma hierarquia, onde um grupo dirigente formado pelos capitalistas – sejam eles “grandes” ou “pequenos” – exerce dominação sobre os novos componentes da rede, isto é, os imigrantes trazidos por eles. Assim, uma análise superficial das redes sociais pode esconder uma relação conflituosa de classes no seu interior. Em nossa pesquisa, verificamos a ocorrência deste tipo de relação no interior de algumas redes, entretanto, em pouco tempo a maioria dos trabalhadores “arregimentados” no Rio Grande do Sul se tornaram donos do seu próprio negócio. Esta não foi uma preocupação nossa ao longo da Tese, mas, a partir de uma reflexão mais profunda percebemos a importância de se compreender essas nuances das redes migratórias. Sem dúvida, conflitos e alteridades de classe, de grupos e culturais permeiam as redes sociais envolvidas na migração.

Cabe destacar que a oposição entre os dois fatores de produção (capital X trabalho), ou patrão e empregado, vai reproduzir as relações de domínio predominantes no sistema econômico mais geral. “Os direitos e os deveres estão submetidos à lógica do capital, à mentalidade de eficiência produtiva, e à competitividade” (CARLEIAL, 2004, p. 7). Em

função dos laços entre os envolvidos na rede da migração, as relações são impregnadas de viés paternalista e protecionista, com características de ajuda, assistência e até mesmo dependência. Muitas vezes estas relações se inauguram para os novatos no novo local de destino. Pequenos agricultores que produziam numa lógica voltada à produção de subsistência no seu lugar de origem se tornam trabalhadores rurais assalariados no lugar de destino. Ou até mesmo se tornam trabalhadores urbanos, numa dupla ruptura com o seu *modus vivendi* anterior. Portanto, as redes não livram o novo imigrante das intempéries na sociedade de acolhimento. Ela (a rede), que contribuiu para o deslocamento do imigrante para este novo lugar constitui-se no elemento fundante de uma nova racionalidade para este sujeito. A vida se divide entre o antes e o depois da migração.

Os condicionantes da migração são anteriores à rede. A migração em si acessa dimensões sociais que envolvem diversos aspectos como valores, cultura, necessidade, subjetividade, etc. O que determina uma corrente migratória são as estruturas nas sociedades de origem e destino, porém, acionada pelas decisões individuais/familiares ou coletivas de determinados grupos que se põem em movimento. São as redes sociais que desencadeiam o movimento migratório.

Estas redes criam práticas sociais que aproximam as pessoas e as fazem se sentir como membros do grupo, criando sociabilidades e também conflitos, interesses individuais, preferências e demais relações sociais naturais em qualquer grupo social. Na pesquisa com os gaúchos em Roraima visualizamos redes de interesses e afinidades comuns no interior de outras redes que se manifestam como espaços de sociabilidades. No próprio CTG Nova Querência percebem-se redes de interesses comuns a um determinado grupo no interior da rede maior que seria o próprio Centro. São relações que se forjam no interior de redes anteriormente estabelecidas. E não são fechadas, são formadas por componentes de outras redes. Como afirma Soares (2002, p. 25) “uma rede social, em virtude do processo em torno do qual ela se organiza, pode abrigar várias redes sociais”.

Em alguns casos as redes institucionalizam-se e tornam-se referências no aporte aos novos moradores do lugar. Muitas destas redes institucionais formais são ligadas a entidades religiosas e até mesmo ao poder público. No interior destas redes também ocorrem relações de poder desequilibradas, em que os migrantes muitas vezes ficam a mercê dos ditames dos responsáveis pela entidade. As redes institucionalizadas e que são ligadas às mais diferentes entidades são muitas vezes pautadas por interesses que extrapolam os interesses dos próprios migrantes.

As entidades de apoio a imigrantes em diversas regiões buscam ainda contribuir para acabar com o estigma de que são eles os responsáveis pelos problemas nos lugares de destino. Este estigma está presente tanto quando pensamos sobre migrações internacionais de pessoas de países pobres migrando para países industrializados quanto no interior de países com desigualdades regionais profundas, como o Brasil. Contudo, estas entidades/redes de apoios focam em determinado “tipo” de migrante, não sendo acessada por todos eles.

A formalização institucional das redes sociais pode servir para a sua sustentabilidade no longo prazo, possibilitada pelo transcurso do tempo e pelo acúmulo de capital social, entendido como as trocas entre parentes, amigos e conterrâneos e as oportunidades de emprego, hospedagem e assistência financeira, reduzindo os custos financeiros, físicos e até mesmo culturais originados na emigração (SOARES, 2002).

O percurso trilhado pela abordagem sobre as redes sociais norteia-se pelas explicações aos determinantes das migrações, os motivos das expulsões e das atrações. Na chamada Análise das Redes Sociais (ARS) se admitem as redes como uma teia de atores sociais ligados entre si através de pontos ou nós (relações) que podem ser mensuradas numericamente. Com a utilização de softwares específicos se podem determinar os elementos mais fortes ou mais confiáveis desta rede. Com isso, se consegue determinar quais são os pontos fortes e os pontos fracos dela. Esta análise de redes sociais presta-se aos mais diversos usos, como por exemplo, o estudo de cadeias produtivas no campo do agronegócio. No campo das migrações se podem analisar quais são os pontos vulneráveis de uma rede migratória ou até mesmo determinar os pontos (ou nós) mais reforçados desta rede. Obviamente, as relações que ocorrem no âmbito de uma teia de atores sociais mergulhados numa miríade de interesses e capacitações distintas, por mais que se queira, não são homogêneas. Assim, a ARS permite mapear as falhas e os pontos fortes das redes, com o objetivo de compreender o mal ou o bom funcionamento delas. Fazito (2002), ao propor a utilização da ARS defende que o simples estudo descritivo das redes carece de maior legitimidade. Entretanto, a abordagem teórica das redes sociais através da percepção dos sujeitos envolvidos (os imigrantes) a partir de seus relatos orais, foi o instrumento utilizado para o desenvolvimento da Tese.

O pano de fundo por trás desta abordagem é que, indubitavelmente, as pessoas estão conectadas por meio de complexas redes sociais, que se manifestam em várias instâncias, de diferentes formas. Desta forma, “as redes funcionam como circuito de tráfego no ambiente social, como trajetórias relacionais possíveis que ligam certos atores/nós e fornecem, a um só tempo, oportunidades e constrangimentos” (SOARES, 2002, p.177).

Para Carleail (2004, p. 9),

a categoria analítica imigrantes seria abstrata, se pensássemos em uma totalidade de uma unidade absoluta, pois, se retiraria dessa relação social as suas múltiplas determinações, e a pluralidade que a compõe. Os imigrantes estão, diferentemente, inseridos na esfera produtiva da sociedade; estabelecendo relações econômicas, contraditórias e mutáveis, de acordo com o nível de desenvolvimento local. Assim, têm-se imigrantes patrões e empregados; tanto nos não-naturais antigos quanto nos recentes; igualmente nos imigrantes homens e mulheres. Enfim, são redes de pessoas que se relacionam de modo desigual e interdependente.

Em suma, a abordagem das redes sociais defende as relações sociais como desencadeadoras dos fluxos e não simplesmente cálculos individuais baseados em desigualdades econômicas. O que esta abordagem defende é que os migrantes não atuam de forma isolada, nem no ato da reflexão inicial sobre a possibilidade de mudar, nem na realização concreta do(s) deslocamento(s), tampouco nas formas de adaptação e integração no lugar de destino. Eles estão inseridos em redes de familiares, amigos, conterrâneos, “que fornecem a informação, as escolhas disponíveis, os apoios à deslocação e à fixação definitiva” (PEIXOTO, 2004, p. 28). Entende-se que as migrações não estão sujeitas apenas a mecanismos econômicos. As migrações recentes resultariam também de redes sociais. Massey et al. (1998) apud Brumes (2010, p. 94) afirmam que

as redes migratórias compõem um conjunto de laços sociais que ligam comunidades de origem aos específicos pontos de destino nas sociedades receptoras. Tais laços unem migrantes e não migrantes em uma complexa teia de papéis sociais complementares e relacionamentos interpessoais que são mantidos por um quadro informal de expectativas mútuas e comportamentos predeterminados.

Na mesma linha, Peixoto (2004, p. 30) argumenta que

As redes baseadas em solidariedades locais apresentam, geralmente, uma inércia que transcende o momento econômico, ao contrário das baseadas em “engajadores” e recrutamentos temporários. [...] não são efetuadas apenas por “agentes econômicos”, mas agentes sociais profundamente inseridos em laços de natureza coletiva.

Nossa pesquisa sobre as redes sociais na migração gaúcha contemporânea para Roraima caracteriza-se pela não quantificação dos laços, pois, no nosso entendimento, as relações sociais são de difícil quantificação. Ainda que metodologias como a ARS possam quantificar as relações e valorizar numericamente a força destas relações, é através da abordagem teórica das redes que desenvolvemos nosso trabalho. Como dito, buscamos compreender o papel (central) das redes sociais na migração contemporânea de gaúchos para Roraima. Tendo em vista as características socioeconômicas deste estado, tais redes exercem

papel central no fenômeno que nos propomos a estudar. Não fosse a existência das redes a imigração de gaúchos para Roraima dificilmente estaria se ampliando nos últimos anos. Em Roraima não existem chamarizes econômicos atualmente que possam induzir o deslocamento de pessoas para lá. Não existem hidrelétricas em construção, nem estradas de rodagem sendo construídas, nem tampouco lavouras empresariais em larga escala e muito menos grandes empresas se instalando (ou instaladas) no estado. Nem o garimpo e nem os projetos de colonização agrícola, que outrora foram responsáveis por uma maciça entrada de migrantes no estado, cumprem mais este papel.

O aparelhamento do estado também se reduziu significativamente nos últimos anos. A farra do funcionalismo público tem se esgotado. Enfim, economicamente falando, Roraima não apresenta atrativos que possam “chamar” as pessoas para seus domínios. Particularmente de um lugar tão distante como o Rio Grande do Sul. Mesmo considerando a noção de fronteira de recursos, a situação institucional da propriedade fundiária em Roraima é um fator extremamente limitante a ocupação de novas terras e ao desenvolvimento de diversas atividades econômicas, particularmente do setor primário.

Ainda assim, não há dúvidas que as pessoas migram em função das estruturas dos seus lugares de origem e do local de destino. Como afirma Augé (2010) muitos são os fatores que acabam determinando a mobilidade espacial da população. E a abordagem das redes sociais não nega isso. Simplesmente assevera que as relações sociais dão excelentes pistas para o entendimento da migração. As pessoas migram pelos fatores estruturais, mas laços sociais são acessados pelo migrante, antes, durante e depois do ato migratório propriamente dito. Esses laços ajudam a explicar a migração, tanto no âmbito externo quanto interno. E, dependendo dos lugares e dos agentes sociais envolvidos, estes laços exercem um papel de protagonista na migração e na permanência dos mesmos na sociedade de acolhimento. É assim que pensamos sobre a migração de gaúchos em Roraima. As redes sociais direcionaram o fluxo destes gaúchos para este estado.

No sentido de entendermos a migração como um ato social total, a la Sayad (1998, 2000), analisaremos nos próximos dois capítulos a formação social e econômica das duas sociedades envolvidas no presente estudo. Primeiro Rio Grande do Sul (sociedade de origem) e depois Roraima (sociedade de destino). Mais uma vez chamando a atenção para o fato de que as pessoas migram em função das estruturas no local de origem e destino, torna-se imperioso entender a formação de cada uma destas sociedades, assim como a evolução econômica das mesmas ao longo de suas histórias.

Para compreender a migração contemporânea de gaúchos para Roraima necessitamos saber como estes dois estados se encontram atualmente em termos econômicos e sociais. Estes dois estados possuem características socioeconômicas e culturais extremamente distintas, por isso as redes sociais são fundamentais na migração e adaptação dos migrantes. A conjuntura econômico-social, junto à estrutura dos lugares, é fundamental também para o entendimento da migração. Como nos lembra Souza (2001, 2004), a migração só pode ser totalmente compreendida se a vislumbrarmos a partir das estruturas, da conjuntura e das subjetividades dos agentes envolvidos.

No capítulo seguinte sobre a formação socioeconômica do Rio Grande do Sul nos baseamos principalmente em Müller (1998), Luvizzoto (2010), Queiroz (1987) e Targa (1996, 2010).

3 A HISTÓRIA SOCIOECONÔMICA DA SOCIEDADE DE ORIGEM

3.1 A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE SUL-RIO-GRANDENSE

Targa (1996) entende que a sociedade que foi se estruturando no Rio Grande do Sul ao longo do século XIX resultou de um constante estado de beligerância nas suas fronteiras. Conforme o autor, essa sociedade foi simultaneamente produzida pelo “Estado-Nação” em fase de constituição – o Brasil – e pelas forças regionais propriamente ditas. Dadas suas peculiaridades sociais e econômicas, o Rio Grande do Sul “tornou-se o único subsistema brasileiro voltado para as trocas inter-regionais” (TARGA, 1996, p. 26). A sociedade sul-riograndense, ímpar na estrutura social brasileira, “brotou da fronteira em guerra” (TARGA, 1996, p. 27) e forças internas e externas à região entraram em jogo para forjar tal “sociedade original” (TARGA, 1996).

Um dos pontos cruciais para Targa (1996) é a peculiar estrutura fundiária do Rio Grande do Sul em relação ao resto do Brasil. Esta estrutura possuía (e ainda possui) a seguinte configuração: de um lado, uma região caracterizada por grandes propriedades (região da pecuária) e, de outro, uma região de pequenas propriedades rurais (primitivamente região de policultura-pecuária). A grande propriedade no Rio Grande do Sul não era, ademais, agroexportadora, nem essencialmente escravista (o que não significa a inexistência da mão-de-obra escrava negra no RS). Esta disposição fundiária “teve sua origem na situação fronteiriça do Rio Grande do Sul” (TARGA, 1996, p. 27).

Os preadores de gado que ocuparam inicialmente o território o fizeram à revelia do Império. A Coroa Espanhola reclamava a presença destes caçadores na região e o Estado português fazia repreensões a estes preadores, mas sem muita efetividade. A ocupação do território foi ocorrendo, portanto, assim mesmo. Décio Freitas denomina estes preadores de empresários-guerreiros e assinala ainda que o Rio Grande do Sul foi “a única porção do território brasileiro conquistada pelos próprios moradores, através de guerras contra uma potência europeia” (FREITAS, 1980, p. 37). O Estado português veio a reboque, “distribuindo títulos que legitimavam a propriedade e, assim, caucionando o controle privado dos rebanhos e da terra” (TARGA, 1996, p. 27). Destarte, “dessa ocupação resultou a formação dos latifúndios pecuários do Rio Grande do Sul” (TARGA, 1996, p. 27).

A história da atividade pecuária no Rio Grande do Sul inicia-se ainda no século XVII, mais precisamente a partir de 1626 quando da introdução do gado pelos padres jesuítas que iniciaram a catequese e o aldeamento dos índios. Naquele momento, esta era uma das

únicas atividades econômicas desenvolvidas no Rio Grande do Sul, juntamente com a produção de subsistência dos índios e das pequenas roças introduzidas pelos próprios missionários.

Com a desorganização das Missões parte dos rebanhos criados pelos indígenas e pelos padres jesuítas tornou-se selvagem, reproduzindo-se naturalmente na campanha gaúcha. Os campos não possuíam qualquer tipo de cerceamento, o que só vai ocorrer em larga escala em meados do século XIX/ início do século XX. Os rebanhos das Missões e o gado xucro eram bastante numerosos, “principalmente considerando a população e as necessidades da época em termos de carne, couro e sebo” (MÜLLER, 1998, p. 12). Diante das pilhagens, Müller (1998) estima que os jesuítas transferiram mais de 100 mil cabeças de gado das fazendas da Campanha para os Campos de Cima da Serra, sendo a maior dessas estâncias, a de São Miguel, que abrangia uma área total de 2,5 milhões de hectares (MÜLLER, 1998). Ao tratar da preação do gado no Rio Grande do Sul, Müller (1998, p. 14) discorre que

por décadas o gado xucro e das missões foi caçado por bandos de espanhóis, portugueses e mestiços, inicialmente com a finalidade de retirar o couro e os chifres. A partir do século XVIII, os rebanhos passaram a ser capturados para formar as tropas que abasteciam o centro do Brasil (região das minas e mais tarde fazendas) e para formar o plantel dos primeiros estancieros locais.

Após a aniquilação das Missões jesuíticas como comunidade organizada e com força militar, em 1801, os integrantes das tropas portuguesas foram contemplados com a concessão de sesmarias pela Coroa na mesma região. Alguns remanescentes das Missões eram envolvidos na guerra de libertação do Uruguai, em 1828, sendo então dizimados. Foi a partir de então que se desenvolveram as fazendas de gado gaúchas.

Com a atividade pecuária vão surgir as charqueadas, cujo produto destinava-se predominantemente ao mercado interno do Brasil, fato este que criava conflitos de interesse entre os pecuaristas do Sul e os demais senhores de terra e escravos do resto do país. O charque era utilizado principalmente para a alimentação de escravos no Brasil e não possuía nenhum tipo de proteção fiscal em relação àquele produzido na região do rio da Prata.

Nas últimas décadas do século XVIII é que as charqueadas irão se expandir, particularmente na região de Pelotas/Rio Grande. Esta atividade dominou o cenário econômico gaúcho até o início do século XX. O primeiro estabelecimento do gênero com fins comerciais foi fundado em Rio Grande, em 1780. Este estabelecimento foi criado pelo português José Pinto Martins, depois de deixar o Ceará em 1777 em decorrência da grande seca que ocorreu naquele estado. Estas secas reduziram a oferta de carne de sol do Nordeste

brasileiro, amplamente utilizada na alimentação dos escravos e das camadas mais pobres da população, abrindo o mercado para o charque produzido no Rio Grande do Sul. A atividade se desenvolveu rapidamente utilizando basicamente a mão-de-obra escrava. Segundo Müller (1998) em 1793, a exportação de charque gaúcha alcançou 13.000 arrobas (aproximadamente 191 toneladas). Ao final do século o volume exportado chegou a 600 mil arrobas, ou 8.800 toneladas. Os charqueadores, com a importância econômica que a atividade começa a tomar se tornam uma força política importante, ao passo que a utilização da mão de obra escrava negra torna-se mais expressiva. Na atividade pecuária propriamente dita, a utilização da mão-de-obra escrava foi menos intensa. Foi justamente com a atividade charqueadora que se expande a população negra no Rio Grande do Sul. O primeiro recenseamento, feito em 1780 pelo tenente Córdova, apontava a existência de mais de 5 mil negros, ou 28,4% da população total (www.jornalismocultural.com.br/reportagem/negrosRS.html). Em 1814, cerca de 39% da população da Província era de escravos ou ex escravos. Entre 1874 e 1884, a então Província de São Pedro era a sexta maior em número absoluto de escravos. Em 1884, quando foram libertos os escravos pelotenses, a cidade e seus arredores contavam com uma população negra de mais de 5.000 indivíduos distribuídos entre a atividade charqueadora e as diversas atividades urbanas. Em 1861, 11 anos após a proibição do comércio marítimo de escravos, 23% da população de Porto Alegre era constituída por escravos (MÜLLER, 1998).

Ainda ao final do século XVIII, no período da administração pombalina, houve tentativas de criação de uma classe média rural não escravista, na qual se incluía as experiências de colonização açoriana no Rio Grande do Sul. Ainda que não tenha tido êxito, pois os colonos se transformaram em senhores de escravo, foi uma primeira tentativa oficial da criação dessa classe rural. Uma seguinte tentativa de implementação de pequenas propriedades rurais partiu da Imperatriz Dona Leopoldina, esposa de D. Pedro I. A existência de pequenas propriedades nas fronteiras do Império Austro-Húngaro com a Turquia teria servido de inspiração para a monarca. Porém, mais do que isto, era um projeto advindo da necessidade de introduzir a mão-de-obra livre (e branca europeia) no país, “respondendo, assim, também às pressões inglesas pela abolição do tráfico negreiro” (TARGA, 1996, p.28). Por outro lado, a implantação destas pequenas propriedades agrícolas no Rio Grande do Sul visava também ao saneamento de alguns problemas que derivavam da fronteira: alimento para as tropas, contingentes populacionais mobilizáveis, população sedentária, concentração populacional, liquidação dos índios nas fronteiras. Para Targa (1996, p. 29) “o significado desse projeto era de transformação da estrutura social via introdução da pequena propriedade e do trabalho livre”. No que diz respeito ao Império, este projeto ajudava a criar um apoio

político alternativo ao da grande propriedade, conduzida por escravistas pecuaristas e charqueadores, oponentes muitas vezes aos interesses imperiais. Targa (1996, p. 28) afirma que a sugestão da Imperatriz também respondia à “necessidade de criação de um poder agrário alternativo ao dos grandes proprietários de terras e de escravos pela implementação de uma classe média rural em pequenas propriedades”. Sem dúvida, tal projeto acabou transformando a sociedade sul-rio-grandense. De uma sociedade marcadamente latifundiária escravagista para uma sociedade também caracterizada por pequenas propriedades não escravagistas geridas por colonos europeus. Portanto, o Rio Grande do Sul serviu de palco para uma experiência impar no Brasil de então: a diversificação social (TARGA, 1996). O autor utiliza o binômio fronteira em guerra mais diversificação social para resumir o “traço original da trajetória histórica do Rio Grande do Sul” (TARGA, 1996, p. 33):

a fronteira e a guerra engendraram as estruturas econômica, fundiária e social do Rio Grande do Sul: seu latifúndio pecuário e sua classe dominante, o poder privado armado dessa classe, mas também a formação de uma classe de pequenos proprietários rurais que valorizavam a terra através do trabalho familiar livre. Emanaram, portanto, da fronteira e da guerra tanto os projetos privados daqueles que se tornaram a classe dominante regional como os projetos criados pela monarquia do Brasil. O projeto do Governo Central – de formação de uma classe média rural no sul – devia constituir um duplo contrapeso no poder regional dos grandes proprietários: por um lado, contra-arrestar o poder da grande propriedade em geral e, por outro, contra-arrestar o poder militarizado (e não obrigatoriamente fiel ao Império) da classe dominante da região (TARGA, 1996, p. 32).

Por fim, resumindo o processo de formação social sul-rio-grandense, Targa (1996, p. 34) afirma que

a fronteira conflituada que engendrou as estruturas sociais no Sul. De forma imediata ou não, a partir das necessidades das populações locais ou das necessidades do poder central do Brasil, as estruturas sociais do Sul podem ser sempre referidas à situação criada pela fronteira em guerra. De fato, a fronteira é uma questão de Estado. Essas estruturas foram a resposta do político às necessidades criadas pela guerra. Elas atestam o surgimento de uma sociedade nova no Brasil de então; uma sociedade cujo aparecimento viria a ter conseqüências importantes para a história nacional. É por isso que afirmamos que o Rio Grande do Sul foi a encruzilhada entre duas formações sociais – a platina e a brasileira – e que, ao terminar por fazer parte do Brasil, se tornou, até certo ponto, uma formação histórica estranha a ele.

3.2 A COLONIZAÇÃO EUROPEIA NO RIO GRANDE DO SUL

3.2.1 A imigração alemã e a prosperidade das colônias

O projeto de implantação das pequenas propriedades rurais efetivou-se não na região da campanha, dos grandes latifúndios escravistas, e sim na área de florestas, de matas, de serra. O primeiro núcleo de colonização (1824) ocorreu com imigrantes alemães, no Vale do

Rio dos Sinos, na região do atual município de São Leopoldo, área metropolitana de Porto Alegre. No dia 18 de julho de 1824, chegaram a Porto Alegre os 38 primeiros colonos alemães que se instalaram na Feitoria do Linho Cânhamo (atual São Leopoldo). Segundo Müller (1998), a ida dos colonos alemães foi consequência da missão do major Jorge Antônio Von Schäffer, enviado por D. Pedro I em 1822, aos reinos alemães, arregimentando colonos para a região e também recrutar soldados para as tropas imperiais que enfrentavam a resistência portuguesa na Bahia. Para os interessados em imigrar para o Brasil, o Império prometia 50 hectares de terra com vacas, bois e cavalos; ajuda financeira por dois anos; isenção de impostos pelos primeiros dez anos; liberação do serviço militar; nacionalização imediata e liberdade de culto. Nem todas as promessas foram efetivamente cumpridas, ainda que nas primeiras colônias os imigrantes tenham recebido uma porção de terra até maior do que o prometido (MÜLLER, 1998, p. 83).

Os primeiros alemães a desembarcar no Rio Grande do Sul iniciaram sua saga em 05 de abril de 1824, na cidade de Hamburgo. A bordo do navio Anne Luise, os imigrantes seguiram inicialmente rumo ao Rio de Janeiro, tendo chegado por lá no dia 04 de junho daquele mesmo ano. A bordo do bergatim Joaquim Protector, os 38 imigrantes chegaram a Porto Alegre, instalando-se a partir de 25 de julho na então Feitoria de Linha Cânhamo, fundando a colônia de São Leopoldo. Até 1825, 1.027 imigrantes chegaram à colônia (LUVIZZOTO, 2010).

Os primeiros germânicos a chegarem ao Rio Grande do Sul eram de origem rural que haviam sido expulsos de suas terras em seu país natal devido ao avanço da industrialização. Na nova terra encontraram as condições para continuar sua vida rural. Porém, a partir de 1848 o perfil deste imigrante começa a mudar. O alemão de origem rural dá lugar a artesãos e assalariados urbanos (e rurais) que acabaram expulsos de sua pátria pela crise que acompanhou a Era das Revoluções na Europa (LUVIZZOTO, 2010). A partir de então, “começam a chegar ao Rio Grande do Sul exilados políticos, social-democratas e anarquistas alemães” (LUVIZZOTO, 2010, p. 24).

A colônia cresceu rapidamente e apenas 20 anos após a sua criação, emancipou-se de Porto Alegre. Localizada às margens do rio dos Sinos, tinha fácil ligação com a capital e com cidades como Rio Grande e Pelotas, os principais centros econômicos do sul do estado. As áreas planas e férteis também contribuíram para o franco desenvolvimento da colônia.

De 1830 até 1844 – período que compreende a Revolução Farroupilha (1835-1845) – a imigração esteve suspensa. Entre 1844 e 1850 aproximadamente 10 mil alemães aportaram no Rio Grande do Sul, mesmo contingente que chegou ao estado entre 1860 e 1889. Já entre

1890 e 1914 foram 17 mil os alemães que chegaram ao Rio Grande do Sul. Assim, nos primeiros 90 anos de colonização alemã (1824-1914), cerca de 50 mil imigrantes estabeleceram-se no estado, distribuídos em 142 colônias agrícolas e em alguns núcleos urbanos. Após a Primeira Guerra Mundial até o início da Segunda Guerra, outros 80 mil alemães chegaram ao Rio Grande do Sul. Sendo assim, até a Segunda Guerra Mundial, “o Rio Grande do Sul se tornou a segunda pátria para alemães de todas as classes sociais e estabeleceu-se um fluxo migratório constante da Alemanha para a região” (LUVIZZOTO, 2010, p. 24).

Tendo sido iniciada pelo governo imperial em 1824 a partir de São Leopoldo, a colonização alemã seguiu com iniciativas do governo da província e de particulares. Foram implementadas as colônias de Mundo Novo – Taquara (1847), Padre Eterno, Sapiranga e Picada Verão (1850) no Vale do Rio dos Sinos. No vale do rio Caí foram criadas as colônias Bom Princípio (1846), Caí (1848), Montenegro (1857) e Nova Petrópolis (1858). Ao longo de outros rios da bacia do rio Jacuí, foram fundadas Estrela (1853), Lajeado (1853), Teutônia (1868), Monte Alverne, em Santa Cruz do Sul (1849). Entre o final do século XIX e início do século XX foram fundadas colônias nas terras altas, entre elas Ijuí (1890), Sobradinho (1901) e Erechim (1908) (MÜLLER, 1998).

Rapidamente a região tornou-se um importante polo econômico do Estado. Em 1858 o médico alemão Robert Avé-Lallemant fez uma incursão pela província e constatou a seguinte estrutura econômica em São Leopoldo: 60 curtumes; 41 selarias; 6 olarias; 2 fábricas de chapéus; 30 fábricas de tamancos; 32 fábricas de óleo; 40 moinhos de trigo; 90 fábricas de farinha de mandioca; 34 destilarias; 5 serrarias; 2 cordoarias; 6 cervejarias; 32 forjas; 32 alfaiatarias; 33 sapatarias; 27 marceneiros; 47 carpinteiros; 23 músicos. E é justamente na região colonial que se dá o processo de acumulação de capital que vai permitir o surto industrial no estado a partir de inícios do século XX. Parte da acumulação de capital responsável pelo desenvolvimento da burguesia urbana regional ocorreu nas chamadas “vendas” da zona colonial que eram também locais de compra da produção. Desta forma, os vendedores obtinham lucros importantes na intermediação e, “rapidamente acumularam o capital que impulsionou a industrialização do Estado até a primeira metade do século XX” (MÜLLER, 1998, p.30).

Os imigrantes alemães eram, inicialmente, procedentes das regiões de Holstein, Hamburgo, Mecklemburgo e Hannover. Depois vieram colonos provenientes de Hunsrück, Palatinado, Pomerânia e Boêmia, principalmente. Em sua maioria eram luteranos (MÜLLER, 1998).

3.2.2 A imigração italiana e suas colônias

Os imigrantes italianos só chegariam ao Rio Grande do Sul meio século depois dos alemães. Quando aportaram em solo gaúcho, a situação era bem mais tranquila do que aquela encontrada pelos açorianos e alemães. O ciclo de guerras – Cisplatina, dos Farrapos e do Paraguai – já havia sido superado e a economia regional estava em franco desenvolvimento. As primeiras colônias, as de Conde d’Eu e de Dona Isabel (atual Garibaldi e Bento Gonçalves) foram constituídas em 1870.

Os italianos receberam porções de terras menores que os alemães, aproximadamente 25 hectares, situadas em terreno íngreme na região serrana. Não receberam auxílio financeiro, tampouco alimentos, equipamentos e insumos agrícolas como lhes tinha sido prometido. Como foram alocados nas regiões de mata, assim como havia ocorrido com os alemães, a produção não ocorreu de imediato, resultando em fome e doenças muitas vezes fatais para os imigrantes. Eram tantas as dificuldades que, na colônia de Conde d’Eu, apenas 74 pessoas viviam nos 19 lotes cultivados (MÜLLER, 1998, p. 86).

Mesmo que a colonização italiana tenha efetivamente ocorrido em 1872, a data oficial do seu início é 27 de outubro de 1875, ano em que a responsabilidade pela colonização passa para as mãos do governo imperial (anteriormente o responsável era o governo provincial). Com esta reorganização, houve uma crescente entrada de italianos no Rio Grande do Sul, até o início da Primeira Guerra Mundial. De 1875 até 1914, cerca de 100 mil italianos desembarcaram no estado, sobretudo da região do Vêneto (MÜLLER, 1998). Naquele momento os imigrantes não se consideravam italianos, dada a recente unificação do país. Somente com a Primeira Guerra Mundial é que vai ser reforçado o sentimento nacionalista entre os imigrantes.

Ainda no ano de 1875 é criada a colônia Caxias (atualmente o segundo município mais populoso do estado – 500 mil habitantes - e importante centro industrial gaúcho) e, em 1877, a de Silveira Martins, próxima a Santa Maria. Na década posterior, outras foram estabelecidas em distintas regiões da Província, ou por iniciativa privada ou por parte do governo central. Muller (1998) menciona: Alfredo Chaves (1884), São Marcos e Antônio Prado (1885), Mariana Pimentel (1888), Barão do Triunfo (1888), Vila Nova de Santo Antônio (1888), Jaguari (1889), Ernesto Alves (1890) e Marquês do Herval (1891).

No que tange a origem regional dos imigrantes italianos, a maioria era oriunda do Vêneto, embora houvesse também lombardos, trentinos, friulinos e outros.

Assim, a imigração europeia – sobretudo com alemães e italianos – e a importação de escravos negros fizeram com que a população gaúcha se expandisse rapidamente, aumentando o peso da então província no contingente populacional brasileiro. De uma população de 434.813 (4,3%) em 1872, passou-se a um total de 2.182.713 (7,12%) em 1920 (CENSO 1872, CENSO 1920).

3.3 A FORMAÇÃO SINGULAR DA SOCIEDADE SUL-RIO-GRANDENSE

Targa (2010) afirma que o período de constituição da formação sócio-territorial do Rio Grande do Sul ocorre justamente durante o século XIX, “e, diferentemente de outra sociedade regional do Brasil, a do Rio Grande do Sul foi fruto da fronteira em guerra” (TARGA, 2010, p. 51). Muito antes de existir qualquer população não indígena em seu território, ele já fora envolvido pelas disputas militares entre portugueses e espanhóis pela posse da Colônia de Sacramento, ainda no século 17. Seu território mesmo, ou partes dele, ora pertenceu à Espanha, ora a Portugal. A partir de um dado momento, a fronteira oscilava entre Porto Alegre e Rio Pardo e o Uruguai incorporado como Província Cisplatina. Depois vieram a Revolução Farroupilha, as guerras contra os Estados do Prata, Estados-nação em construção; guerras estas que só terminaram em 1870. E, durante estes conflitos, “foi sempre o RGS que forneceu os importantes contingentes em homens, cavalos e alimentos” (TARGA, 2010, p. 52). O Rio Grande do Sul era passagem obrigatória para as tropas brasileiras atingirem os países platinos. “Esse passado de guerras, derrotas, vitórias e lutos viria a marcar, para sempre, o imaginário social sul-rio-grandense” (TARGA, 2010, p. 52). Com a criação da classe média rural a partir de 1824 gera-se uma diversificação social ímpar no Brasil. Essa diversificação social foi um dos mais profundos e originais traços da sociedade que se formava no sul do Brasil, “pois essa sociedade de imigrantes se diferenciou e terminou composta por muitas classes sociais, tanto rurais quanto urbanas”, tornando-a a sociedade regional mais diversificada do Brasil (TARGA, 2010, p. 52). Nessa sociedade colonial, era extraordinária a divisão social do trabalho.

Ao contrário da divisão social do trabalho observada nas zonas de povoamento do Rio Grande do Sul, em São Paulo, por exemplo, latifúndio, escravidão, monocultura de exportação e monopólio no mercado internacional foram a tônica da estrutura social, baseada em um tipo de exploração econômica que estrangulava a divisão social do trabalho. Essa ordem social monocultora era exportadora para o mercado internacional e gozava de uma posição monopolística nesse mercado.

Já a sociedade escravista no Sul foi diferente: nela, latifúndio e escravidão não foram instituições que se sobrepusessem. À classe dos senhores de terra não correspondeu uma de escravos rurais. O escravismo em massa se concentrou nas charqueadas, que eram, geralmente, propriedade de comerciantes, “localizadas perto de cidades, e que constituíam atividades de tipo artesanal protourbanas e não autárquicas, e cujo produto nunca gozou de monopólio no mercado brasileiro (seu principal mercado)” (TARGA, 2010, p. 55). Destarte, mesmo a parte tradicional e escravista da sociedade sulista não guardava semelhanças com a cafeeicultora ou com a açucareira.

Darcy Ribeiro (2011), em sua obra maior sobre a formação social das diversas regiões do país, aponta que o Sul se caracteriza por uma heterogeneidade cultural não vista nas demais. Isto se deu pela origem dos distintos “formadores” da sociedade sulista – em particular a gaúcha - como portugueses, espanhóis, gaúchos (mestiços de espanhóis e portugueses com índias Guarani), alemães, italianos, poloneses, sírios, libaneses e japoneses. A cada um destes correspondia diferentes sistemas de produção agrícola: a lavoura de modelo arcaico, o pastoreio gaúcho e a pequena propriedade intensamente explorada pelos colonos europeus.

Em suma, a diversidade social a que se referiu Targa marcou a formação da sociedade gaúcha e de seu povo. Preadores de gado, militares, soldados privados, índios, espanhóis, portugueses, alemães, italianos, poloneses, sírios, libaneses, japoneses, negros, todos estes “personagens” ajudaram na formação da sociedade gaúcha.

3.4 A ECONOMIA E SOCIEDADE GAÚCHA NO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI

3.4.1 Do início do século XX à Revolução de 1930

A economia do Rio Grande do Sul tomou impulso na segunda metade do século XIX, após a Revolução Farroupilha e a Guerra do Paraguai, com base em dois eixos regionais: os polos Pelotas/Rio Grande, na região sul do estado, zona das charqueadas e; Porto Alegre/São Leopoldo. Consolidava-se, enfim, o perfil econômico da Província até o seu esgotamento ocorrido na segunda metade do século XX. Neste sentido, Pesavento (1994, p. 5) afirma que:

O Rio Grande, desde sua formação, constituíra-se nos moldes de uma economia agropecuária, subsidiária da agroexportação, voltada para o abastecimento do

mercado interno brasileiro com a exportação de gêneros alimentícios, pelo que era conhecido pelo cognome de celeiro do país.

No início dos anos 1860 Pelotas e Rio Grande possuíam cada uma cerca de 7.000 habitantes. Este eixo concentrava a produção de charque, de trigo e as exportações dos produtos agropecuários, principal atividade econômica da província. O eixo Porto Alegre/São Leopoldo concentrava a produção rural das colônias, uma incipiente indústria de base artesanal e grande parte do comércio da região e do interior. Neste momento o Rio Grande do Sul já se tornara a quarta província em arrecadação tributária, responsável por quase 17% da arrecadação do Império.

A economia gaúcha neste período esteve bastante ligada ainda à atividade charqueadora. O charque permaneceu durante um bom tempo como o principal produto de exportação do Rio Grande do Sul para o exterior e para outros estados brasileiros. Entretanto, já no último quartel do século XIX ensaia-se um movimento de industrialização no Rio Grande do Sul, inicialmente na porção sul do estado, mais precisamente nos municípios de Pelotas e Rio Grande. Foi justamente na zona das charqueadas que se iniciou a industrialização no Rio Grande do Sul, com os curtumes, fábricas de vestuário, chapéus, cigarros e alimentícios. A gênese da indústria gaúcha foi a zona sul, entretanto, a expansão efetiva da indústria sul-rio-grandense se deu na área colonial, a partir dos capitais acumulados nas atividades comerciais da região.

Porém desde o seu início a indústria gaúcha apresentou características distintas daquelas de São Paulo e do Rio de Janeiro. O porte das empresas que surgiam no Rio Grande do Sul era, em geral, menor que o das fábricas do Distrito Federal (Rio de Janeiro) e São Paulo. Entretanto, o número de estabelecimentos era geralmente maior (com uma expansão significativa durante a Primeira Guerra Mundial) e com uma maior proporção de empresas individuais.

Com a expansão do mercado regional e a política de desvalorização da moeda nacional para favorecer as exportações de café, ocorre um surto industrial no Rio Grande do Sul. A política cambial encarecia as importações, abrindo caminho para a produção interna dos produtos até então importados. No período entre o final do século XIX e início do século XX surgem empresas como a Neugebauer (1891), a Gerdau (1901), a Wallig (1904) e AJ Renner (1912). Ademais, cerca de 1/3 das 30 sociedades anônimas existentes no estado em 1895 haviam sido criadas após a proclamação da república em 1889 (MÜLLER, 1998).

O surto industrial observado no Rio Grande do Sul o levou a ter já em 1907 o terceiro parque industrial do país, com as características apontadas anteriormente.

Paralelamente houve uma urbanização intensa nas principais cidades do estado, em particular o eixo Porto Alegre/São Leopoldo/ Caxias do Sul e Pelotas/Rio Grande. Assim, o Rio Grande do Sul, marcadamente agrário, gradualmente se torna um estado industrial e urbano, tornando a sua capital uma das maiores e mais ricas cidades do país (Tabela 1).

Tabela 1 – Estatística Industrial - 1920

Estado	Nº estabelecimentos	Posição relativa	Nº operários	Posição relativa
DF	1.451	3º	56.229	2º
MG	1.243	4º	18.552	4º
RJ	453	5º	16.794	5º
RS	1.773	2º	24.661	3º
SP	4.145	1º	83.998	1º
Demais estados	4.180		75.278	
TOTAL	13.336		275.512	
Estado	Capital empregado	Posição relativa	Valor da produção	Posição relativa
DF	441.669	2º	666.275	2º
MG	89.775	5º	172.060	5º
RJ	126.206	4º	184.161	4º
RS	250.689	3º	353.749	3º
SP	537.817	1º	986.110	1º
Demais estados	369.000		626.821	
TOTAL	1.815.156		2.989.176	

Fonte: Müller (1998, p. 54).

Em 1890 sua população era de 52.421 habitantes. Em 1900 passa para 73.647. No ano de 1920 já se aproximava dos 180.000 habitantes. Já no ano da Revolução, em 1930, Porto Alegre alcança mais de 220.000 residentes, frente a uma população total no estado de aproximadamente 2.600.000 habitantes (IBGE). As três primeiras décadas do século XX foram de importantes obras e transformações na cidade e no estado, capitaneadas pelo poder público estadual. O crescimento da receita estadual decorrente da ampliação da indústria e da própria agropecuária, além de manobras fiscais, possibilitou a inversão em grandes obras de infraestrutura no Rio Grande do Sul e em sua capital⁹.

Em 1887 Porto Alegre se tornou a primeira capital brasileira a instalar um serviço público de iluminação elétrica residencial, dois anos antes do que São Paulo. No ano seguinte foi ampliada sua capacidade e, em 1890 passou a contar com um grupo gerador. Em 1912 a

⁹ Para um maior detalhamento da política fiscal do estado no período considerado, sugerimos a leitura de Müller (1998).

eletricidade chega a Pelotas e, em 1918 é a cidade de Rio Grande que passa a contar com o serviço público de luz elétrica. Em 1920 o Rio Grande do Sul possuía 41 usinas elétricas, perdendo apenas para São Paulo e Minas Gerais. De um total de 306 empresas instaladas no Brasil, 40 se encontravam em solo gaúcho (MÜLLER, 1998).

Em 1902, a telefonia, existente em Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande desde os anos 1880 e 1890, chega a Jaguarão (fronteira com o Uruguai) e em cidades vizinhas. Em 1912 começa a funcionar a linha de longa distância entre Porto Alegre e Pelotas e em 1922 foi inaugurada a central automática de Porto Alegre. Em 1908 é criada a Companhia Telefônica Rio-Grandense, que em 1927 passou a ser controlada pela multinacional International Telephonic and Telegraph (MÜLLER, 1998).

O desenvolvimento econômico do estado se traduziu na capital em diversas obras “que transformaram a acanhada zona central numa cidade moderna para os padrões da época” (MÜLLER, 1998, p. 43). Também é desta época – 1914 – o Plano de Melhoramentos da cidade, que visava a urbanização da capital. Célia Ferraz de Souza (1997, p. 31) afirma que:

O marco mais significativo foi o Plano de Melhoramentos de 1914, elaborado pelo arquiteto João Moreira Maciel. Este tinha como objetivo a higienização ou saneamento, a circulação e o embelezamento. Nesse plano, ele propõe a abertura da avenida Borges, que deveria passar no meio de duas quadras, densamente construídas, entre as ruas Uruguai e Vigário José Inácio. As obras iniciaram na administração Otávio Rocha com um corte profundo no terreno e a construção de um viaduto no prosseguimento da rua Duque de Caxias. A avenida, que passava por baixo, só ficou completamente construída na administração Loureiro da Silva, em 1943, quando permitiu por completo, a união das duas orlas.

É desse período também o Plano de Viação, estabelecido pelo Decreto no 1958, de 19 de abril de 1913. O plano previa a integração das vias férreas, fluviais e rodoviárias existentes no estado, ligando os portos marítimos de Torres e Rio Grande aos portos de cabotagem de Porto Alegre e Pelotas. O governador Borges de Medeiros (1898-1908 e 1913-1928) construiu diversas estradas de rodagem, o cais do porto de Porto Alegre e obteve junto ao governo federal a encampação de ferrovias estrangeiras e o porto de Rio Grande, o maior porto marítimo do sul e um dos mais importantes do Brasil. Com estas operações as suas administrações passaram ao governo do estado. Ainda em seu governo foi criada (1927) a Viação Aérea Rio-Grandense (VARIG), que obteve ajuda financeira do estado para iniciar suas operações. É criado ainda, em 1928, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), atualmente o maior banco estadual público do Brasil (MÜLLER, 1998).

A década de 1920 termina com Getúlio Vargas como governador e o Rio Grande do Sul havia se tornado um dos estados mais prósperos do país, com crescente industrialização e

afirmação de seu potencial agropecuário. Entretanto, no último quinquênio da década de 1920, o estado começa a ensaiar uma crise econômica. A indústria diminui seu ímpeto dos primeiros anos do século, assim como a atividade agropecuária também diminuiu o seu ritmo. A crise de 1929 gera impactos profundos na economia brasileira e, por conseguinte, na economia gaúcha. Contudo, apesar da forte intervenção estatal, as finanças públicas estaduais gozavam de relativo conforto, findando o ano de 1929 com um superávit de 4,5% em relação à receita. Entretanto, esta situação se modifica radicalmente nos anos 1950, quando o Rio Grande do Sul entra numa profunda crise fiscal.

Em termos populacionais o Rio Grande do Sul possuía mais de 2.600.000 habitantes e sua capital já contava com 220.000 (IBGE). A população urbana vinha numa crescente desde o início do século, paralelo ao processo de industrialização que se verificava naquele momento. Mas nesse momento se intensifica o movimento de colonos das antigas colônias em direção ao noroeste do estado, em busca por terras para produzir. Este movimento ficou conhecido como “enxame”, em alusão ao movimento dos enxames de abelha em busca de novos lugares para fazer suas colônias. Em consequência surge uma intensa corrente migratória rumo àquela região, ainda um espaço não esgotado para a produção agrícola. Como o Rio Grande do Sul ainda não havia esgotado a sua fronteira agrícola os antigos colonos das zonas de imigração alemãs e italianas encontram lá uma área ainda propícia à expansão. Porém, três décadas depois esta área se esgota e muitos agricultores gaúchos vão rumar em direção ao Centro-Oeste e Norte do país.

3.4.2 De 1930 a 1945: prosperidade e apogeu da economia gaúcha

A década de 1930 iniciou com um grande baque na economia gaúcha. No primeiro semestre de 1931 o Banco Pelotense entrou em falência. Este banco, que de 1925 a 1929 fora o maior do estado em depósitos, acabou falindo, gerando uma série de expectativas negativas em relação ao futuro do sistema bancário gaúcho que no momento era o terceiro maior do país. A crise do banco se deu, dentre outros fatores, pela decadência da pecuária que se observava já no início dos anos 1920 e pela retirada de depósitos do estado feita para cobrir a encampação do porto de Rio Grande (1919) e da Viação Férrea (1920).

Em 1932, a pedido do interventor Flores da Cunha, criou-se uma linha especial de crédito aos pecuaristas. Até o final daquele ano, 307 fazendeiros tiveram empréstimos aprovados, num valor total de 28,6 mil contos de réis. Apesar de lenta, a recuperação da atividade pecuária favoreceu a recuperação da economia rio-grandense (MÜLLER, 1998).

Ao longo de 1933 a crise começa a se amenizar. No início de 1934 os volumes e preços, tanto da indústria quanto da agropecuária ensaiam uma ligeira recuperação. Na safra de 1932/33, apesar da queda da área plantada e do valor, o volume de produção teve um leve incremento (de 3.828 toneladas para 3.838 toneladas). O valor da produção industrial que vinha em queda brusca, teve ainda uma redução naquele ano, porém, com um recuo menor. Entretanto, o rebanho bovino chegou ao seu nível mais baixo (MÜLLER, 1998).

Em 1934 começava a funcionar a Destilaria Rio-Grandense, processando 400 barris/dia, na margem brasileira do rio Uruguai. O petróleo vinha do Equador via Buenos Aires, era processado em Uruguaiana e levado novamente para a Argentina. Em 1936 o país platino proibiu a reexportação do petróleo. No ano seguinte a companhia é transferida para Rio Grande, sendo criada a Ipiranga S.A. Companhia Brasileira de Petróleo, com uma produção estimada de 1.500 barris/dia de derivados (MÜLLER, 1998).

Na agropecuária a orizicultura começa um novo ciclo expansivo a partir de 1933, com a duplicação das exportações entre 1935 e 1936. Ao mesmo tempo, o charque, principal produto de exportação gaúcho, começa a entrar em decadência, chegando a representar apenas 6,3% do valor das exportações em 1945, atrás do arroz, da carne processada e do fumo. Aquele produto, responsável em 1922 por um quarto das exportações gaúchas, e que historicamente foi fundamental para a formação da sociedade sul-rio-grandense, havia entrado definitivamente em declínio, finalizando sua era na história do Rio Grande do Sul (MÜLLER, 1998).

Durante todo o primeiro governo Vargas a atividade econômica gaúcha ampliou-se para além da agropecuária. A escassez de produtos de consumo duráveis e de bens de capital obtidos no exterior impulsionou a produção nacional destes produtos, inclusive no Rio Grande do Sul. O estado experimentou um surto industrial em que parte dos novos estabelecimentos era dedicada ao processamento de matérias-primas de origem agropecuária e ao abastecimento de insumos para o setor primário. Nesta época o Rio Grande do Sul se consolida como um estado industrializado, produtor não apenas de bens de consumo, mas também de bens intermediários e de capital. Alçado a esta condição, se tornou o quarto estado mais rico do país.

A Segunda Guerra Mundial se mostrou como uma oportunidade para o crescimento da indústria gaúcha apesar da escassez de matérias-primas e de máquinas e equipamentos para a expansão da produção industrial. Muitas das matérias-primas, máquinas e equipamentos eram importadas da Alemanha e da Itália, inimigos do Brasil no conflito. Esta conjuntura possibilitou a diversificação e expansão da indústria gaúcha.

É o caso de indústrias que haviam surgido em função do mercado regional – às vezes até local – e tornaram-se estratégicas em termos nacionais em função da guerra, como a Eberle, em Caxias, a Gerdau em Porto Alegre, a Mernak, em Cachoeira do Sul, a A. J. Renner, em Porto Alegre, entre outras (MÜLLER, 1998, p. 127).

Ainda durante o primeiro governo Vargas esgotaram-se as possibilidades de expansão da produção colonial gaúcha. Tal fator, combinado com a expansão demográfica, levou a um fluxo migratório das regiões coloniais para o oeste de Santa Catarina e Paraná. Paralelamente, houve um excedente de mão de obra na zona pastoril da Campanha Gaúcha que se somou àqueles descendentes de imigrantes das áreas coloniais. Isto ampliou ainda mais o contingente de gaúchos rumando em direção aos estados vizinhos. Os que não migraram para estes estados instalaram-se nas cidades, acelerando o processo de urbanização. Conforme aponta Müller (1998, p. 128),

O ano de 1940 é tomado como referência em função do censo então realizado, o primeiro desde 1920. A comparação com as contagens populacionais anteriores e posteriores a 1940 indicam que a população do Rio Grande do Sul, que aumentara mais rapidamente que a brasileira até então, passou a crescer mais lentamente que a nacional a partir desse momento. É razoável supor, porém, que a inflexão tenha ocorrido antes, ainda na década de 30, com a reversão dos fluxos migratórios. O censo de 1940 também é apontado como divisor de águas no processo de urbanização.

Desde o início do século a imigração estrangeira para o estado passou a ser desestimulada e uma das primeiras medidas adotadas pelo governo Vargas foi a restrição à entrada de estrangeiros no país. O esgotamento das possibilidades de expansão produtiva nas áreas coloniais em decorrência do empobrecimento do solo e da fragmentação das pequenas propriedades levou a um intenso movimento migratório de gaúchos em direção ao noroeste do estado e aos estados catarinense e paranaense. Este movimento intensificou-se ao final dos anos 1930. O Censo de 1940 confirmou este fenômeno ao mostrar um saldo migratório negativo da ordem aproximada de 89 mil pessoas. O Rio Grande do Sul se torna definitivamente um estado perdedor de população. Além disso, a redução da fecundidade, mais intensa que no resto do país, contribui para a menor taxa de crescimento populacional do estado verificada no Censo de 1940. Mesmo assim o estado se tornou o quinto mais populoso do país.

Segundo Medeiros (1975), já nos anos 1890 verifica-se um contingente importante de nascidos no Rio Grande do Sul residindo em Santa Catarina e Mato Grosso. Afirma também que ainda na década de 1880 os primeiros excedentes demográficos das áreas

colonizadas com alemães começaram a ser encaminhados por empresas particulares para o estado de Santa Catarina.

Com o término do conflito bélico em 1945, o mundo entrava numa nova era e o Estado Novo dava sinais de esgotamento. Nesse momento a economia do Rio Grande do Sul estava no seu apogeu após uma década de crescimento ininterrupto. Um estado eminentemente agrícola transforma-se gradualmente numa unidade industrializada, cada vez mais urbanizada e diversificada economicamente.

A expansão econômica, iniciada por volta de 1934 prosseguiu até meados da década de 1950, quando o estado mergulha numa grave crise fiscal e o setor primário entra em franco declínio.

3.4.3 De 1945 ao final dos anos 1960: da prosperidade à grande crise

A partir do primeiro semestre de 1945 as exportações gaúchas para o exterior esbarraram em dificuldades cambiais dos países importadores, da retomada da produção por parte daqueles afetados pela guerra, do protecionismo e da sobrevalorização da moeda nacional que elevava o preço do produto nacional. Contudo, tal conjuntura não chegou a afetar negativamente a economia gaúcha porque houve a reorientação dos embarques para o mercado nacional.

Mas o Rio Grande do Sul continuava com sérios problemas estruturais que impediam uma maior integração aos mercados nacionais. Transportes e energia eram os principais deles. Era crucial a solução destes gargalos para um incremento no dinamismo e desenvolvimento da economia rio-grandense.

Somente na década de 1960 é que o abastecimento de energia elétrica vai suprir a demanda do estado. Até então a energia era produzida por particulares, que somadas todas as fontes (geralmente geradores de pequeno porte movidos a óleo) possuíam uma capacidade maior do que as fornecidas pela Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) (MÜLLER, 1998).

O setor de transportes, ainda que tenha recebido algumas melhorias, não chegou a ver os seus problemas efetivamente resolvidos. Tanto o setor ferroviário quanto rodoviário receberam recursos significativos e receberam melhoras, mas ainda aquém da necessidade real do estado. Esta situação contribuiu para a estagnação econômica do Rio Grande do Sul a partir dos anos 1950. Juntamente com a geração de energia elétrica, o setor de transportes é crucial para a promoção do desenvolvimento industrial. Durante a década de 1940 até meados

dos anos 1950, os dois setores passaram por melhorias, mas não a ponto de suprir as necessidades de um estado que se industrializava e urbanizava a passos largos. A indústria passava por mudanças importantes, demandando uma maior quantidade de energia para continuar produzindo (Tabela 2).

Tabela 2 – Estrutura da produção industrial no Rio Grande do Sul (Em CRS 1.000 a preços de 1949)

	1949		1959		1965	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Bens de capital	162	1,73	875	3,85	2.027	6,23
Bens intermediários	2.140	22,81	6.581	28,97	8.555	26,31
Bens de consumo duráveis	215	2,29	636	2,80	1.111	3,42
Bens de consumo não duráveis	6.893	73,17	14.627	64,38	20.285	64,04
TOTAL	9.380	100	22.719	100	32.518	100

Fonte: FEE (1987, p. 32).

A indústria sul-rio-grandense, mesmo passando por mudanças continuava amplamente ligada à produção primária. Mesmo as indústrias de bens intermediários e bens de capital possuíam forte ligação com o setor agropecuário que começara a entrar em crise ainda no início dos anos 1950, particularmente os produtos voltados ao mercado interno.

Com o Plano de Metas o governo Juscelino Kubitschek privilegiou a industrialização na região mais rica do país. O Rio Grande do Sul ressentiu-se desta política, pois os investimentos federais no estado tiveram uma redução drástica, fazendo com que o Estado assumisse a conta dos investimentos em sua infraestrutura. A falta de investimentos no Rio Grande do Sul não permitiu que o estado acompanhasse São Paulo e Minas Gerais, por exemplo, mantendo o Rio Grande ainda parcialmente integrado aos mercados mais importantes do país. Neste momento o Rio Grande do Sul chegou ao seu limite de desenvolvimento baseado nas exportações de produtos agropecuários e bens de consumo de origem primária para o resto do país. Os estados do sudeste tomam a dianteira destes mercados tradicionais da economia gaúcha. Estes estados passam a ser os grandes responsáveis pela agroindústria do país, posição ocupada pelo Rio Grande do Sul até então. Assim descreve Geraldo Müller (1993, p. 164) acerca da limitação do modelo de desenvolvimento gaúcho a partir dos anos 1950:

o período que vai de 1930 a 50, aproximadamente, pode ser entendido como uma fase na qual os constituintes do modelo histórico de acumulação e dominação gaúcha são explorados ao máximo e sempre a favor das classes agropecuárias e industriais dominantes [...] a partir dos anos 1950, os produtos dessa exploração intensiva passam do ativo para o passivo da conta de poder dessas classes que, para se manterem enquanto tais, deveriam dar prosseguimento à forma de industrialização das matérias-primas regionais sem mexer na estrutura fundiária.

A indústria de bens de consumo não duráveis, carro chefe da indústria rio-grandense entra em franca decadência na metade dos anos 1950. A concorrência de outros estados mergulha este setor da indústria gaúcha numa crise de grandes proporções. Assim descreve a Fundação Estadual de Economia e Estatística (FEE) sobre a crise da indústria gaúcha entre 1950 e 1965:

O período de 1950-65 (aproximadamente) foi bastante desfavorável à indústria gaúcha. Ao iniciar-se essa fase intensa de integração do mercado nacional, a indústria do Estado partiu de uma situação de desvantagem, tanto no que se refere à sua base tecnológica (baixa produtividade) como devido à deficiência crônica de sua infra-estrutura energética e de transportes. A perda mais palpável localizou-se nos chamados setores antigos [...] cujo peso na estrutura interna da indústria do Rio Grande do Sul tem sido proporcionalmente elevado. [...] esse conjunto de atividades industriais (principalmente os gêneros produtos alimentares, têxtil, vestuário, bebidas, fumo, couros e peles, madeira e extração de minerais) foi atingido pela combinação de duas forças que atuaram em sentido desfavorável à economia do Rio Grande do Sul. De um lado, na reestruturação das necessidades sociais (ou seja, na alteração do perfil da demanda) a nível da economia brasileira, esses setores perderam participação. O efeito sobre a economia regional foi evidentemente maior, devido à maior representatividade desses segmentos produtivos na estrutura da indústria local. De outro, a integração do mercado nacional atingiu de forma intensa a esses ramos de atividade, pelo simples fato de serem antigos, ou seja, de já existirem na maioria das regiões quando se intensifica aquele processo de unificação. Há várias indicações que os diferenciais de produtividade favoreceram, em regra ao segmento localizado em São Paulo, dando-lhe vantagens competitivas que sufocaram e até eliminaram parte de setores industriais situados nas demais regiões (FEE, 1983, p. 394).

Müller (1993) resume as barreiras ao desenvolvimento do estado à época da seguinte forma: a) dificuldades pela distância em relação ao grande mercado consumidor nacional do Sudeste; b) falta de uma indústria de base regional, muito em função do porte do mercado estadual para os produtos deste segmento (aço, cimento, derivados de petróleo, autopeças, etc.); c) graves deficiências nos setores de transporte, energia e comunicações; d) falta de escala de produção para concorrer com as indústrias do Sudeste e; f) escassez de capital para financiar os investimentos, pois o padrão de acumulação e as características da ocupação territorial do estado implicavam em baixas taxas de poupança, pulverização de pequenas unidades produtivas e índices elevados de imobilização.

Por fim, a situação das contas públicas estaduais começa a se deteriorar no início dos anos 1950. Até os anos 1930 o Rio Grande do Sul tinha uma tradição de austeridade na

administração de suas contas com poucos casos de déficit orçamentário. A partir da segunda metade dos anos 1930 a situação começa a mudar, os déficits tornam-se cada vez mais frequentes.

No que tange a estrutura fundiária do estado, a valorização das exportações, basicamente de produtos primários e/ou agroindustriais provocou a valorização do preço da terra.

Persiste, em marcha ascendente a **valorização da propriedade rural** imobiliária, no Estado. Já em relatório anterior, havíamos fixado as linhas gerais desta situação e o receio, hoje justificado, de que não se haviam encontrado ainda os limites dessa surpreendente majoração de valores [...] (BANCO DO RIO GRANDE DO SUL, 1957, p. 71) (grifo nosso).

O documento demonstrava que a valorização da terra baseava-se em expectativas, mais do que em avaliação real da terra como fator produtivo, sugerindo um processo de especulação imobiliária. Na região da Campanha a valorização era frequentemente superior a 300%.

No Alegrete, em sete anos, o valor mínimo da terra passara de Cr\$ 9.000,00 para Cr\$ 35.000,00, e em Uruguaiana, de Cr\$ 16.000,00 para Cr\$ 45.000,00. O preço mínimo dos campos de Vacaria passou de Cr\$ 15.000,00 para Cr\$ 70.000,00. As colônias de Antônio Prado tiveram suas cotações multiplicadas por quatro. Nas áreas de ocupação mais recente, o aumento foi ainda maior: de Cr\$ 5.000,00 para Cr\$ 50.000,00 no preço mínimo, em São Luiz Gonzaga (BANCO DO RIO GRANDE DO SUL, 1957, p. 71.).

De caráter especulativo, o valor das propriedades rurais no Rio Grande não condizia com seu real valor em termos de geração de riqueza. A terra passa a se tornar cada vez mais uma reserva de valor. Isto gera um impacto profundo nas áreas rurais do estado. O processo de fracionamento das propriedades, principalmente nas zonas coloniais, faz com que a busca por áreas para produzir passem a extrapolar os limites estaduais. Além do êxodo rural em direção aos centros urbanos do próprio estado, uma leva de agricultores sai em busca de terras nos estados vizinhos de Santa Catarina e Paraná. Este movimento se intensifica nos anos 1970. Nesta década o Rio Grande do Sul se torna cada vez mais um estado expulsor de população. O Paraná se torna a grande fronteira agrícola do país ainda nos anos 1950/60. O Rio Grande, 5ª maior população do Brasil desde os anos 1920 perde esta posição para o Paraná.

No Rio Grande do Sul, assim como de resto o Brasil, a população urbana superou a rural durante a década de 1960, embora a urbanização fosse acelerada desde a década anterior. O processo ocorreu de forma bem distinta entre as regiões do estado. Na Campanha, o

crescimento das cidades se deu de forma bastante lenta. A maioria das cidades mais importantes desta região expandiu menos do que 50% em dez anos. Das 66 cidades com mais de 5 mil habitantes em 1960, as que menos cresceram foram desta região, a saber: Santana do Livramento (25,9%), Jaguarão (24,1%) e Rosário do Sul (27,1%). As cidades que mais cresceram situavam-se nas margens da BR-116, próximas a Porto Alegre, com destaque para Canoas, que obteve uma expansão demográfica de aproximadamente 380%. A capital passa a ter um freio no seu crescimento, com uma taxa total de 61,6% entre 1960 e 1970 (FEE, 1983, MÜLLER, 1998).

Ainda na década de 1950 a pressão demográfica nas áreas rurais da zona colonial se acentuou, com a população se expandindo nas pequenas propriedades com menos de 50 hectares. Isso se refletiu no processo de urbanização mencionado anteriormente, bem como na migração de gaúchos em direção a Santa Catarina e Paraná. Isto ocorreu em razão da estrutura fundiária dos municípios de origem dos migrantes, predominantemente formados por minifúndios.

3.4.4 De 1970 a 2000: recuperação, crise e integração internacional

Ainda em 1964 o golpe militar traz como consequências a centralização do poder econômico e político e um enfraquecimento dos governos estaduais, “situação especialmente delicada para o Rio Grande do Sul, onde as forças políticas alijadas do poder tinham amplas raízes” (MÜLLER, 1998, p. 198). Contudo, a crise econômica gaúcha não se agravou. Pelo contrário. Puxada pela produção primária, a participação do estado na renda nacional voltou a crescer, ainda que em 1970 fosse menor do que se observara em 1955 (8,45% e 8,16%, respectivamente). Entre o golpe de 1964 e o início dos anos 1970 a situação mudou profundamente, mais uma vez puxada pela expansão da produção no campo. A indústria, entretanto, mantinha sua tendência de queda em relação ao total nacional: 6,67% em 1950; 6,25% em 1955; 5,41% em 1960; 5,22% em 1965 e 4,84% em 1970 (MÜLLER, 1998).

Entre 1965 e 1975 a produção primária gaúcha obteve um rápido crescimento, basicamente em decorrência da expansão da agricultura, em particular a cultura da soja. Em 1970, quando o Brasil já figurava como o segundo produtor mundial desta leguminosa, o Rio Grande do Sul respondia por cerca de 2/3 de toda a produção nacional e tinha uma produtividade média também acima da brasileira. Mesmo perdendo esta liderança em 1973, no quinquênio 1970-75 a safra gaúcha cresceu a uma taxa de 37% ao ano (Tabela 3). Também a indústria de processamento de soja no estado se destacava como a principal do país neste

segmento. Ainda em 1958 instala-se no Rio Grande do Sul a maior planta de esmagamento e refino de soja da América Latina, ligada ao grupo argentino Bunge y Born. Esta unidade industrial encontrava-se na região metropolitana de Porto Alegre, mais especificamente no município de Esteio. Sua capacidade de esmagamento de soja era de aproximadamente 1.500 toneladas/dia, considerada uma unidade de alta produção/produktividade (STAEVIE, 2004).

Tabela 3 – produção e produtividade da soja – Brasil e Rio Grande do Sul – 1970-1977

Ano	Produção Brasil (em mil t.)	Produção RS (em mil t.)	Produtividade Brasil (kg/ha)	Produtividade RS (kg/ha)
1970	1.509	977	1.144	N.D.
1971	2.077	1.393	1.210	1.229
1972	3.223	2.174	1.470	1.489
1973	5.011	2.872	1.386	1.295
1974	7.877	3.870	1.531	1.397
1975	9.893	4.689	1.699	1.506
1976	11.228	5.107	1.750	1.549
1977	12.513	5.678	1.770	1.627

Fonte: Müller (1998, p. 199).

A rápida expansão da soja no Rio Grande do Sul na década de 1970 trouxe consigo um pujante complexo agroindustrial, formado por mais de 35 empresas processadoras, das quais pelo menos 15 constituídas naquela década (STAEVIE, 2004).

A acelerada elevação da sojicultura gerou uma renda monetária para os produtores, inclusive os pequenos. A “febre da soja”, como denomina Müller, “que parecia levar o Rio Grande da policultura para a monocultura” (MÜLLER, 1998, p. 200), transformou o estado no maior mercado nacional para alguns tipos de máquinas, implementos e insumos agrícolas. Junto a isso houve uma política de crédito que facilitou a implantação de um parque de esmagamento de soja que se tornara ocioso, dado que a produção de soja não acompanhou a expansão da indústria de processamento. Chegou-se ao final dos anos 1970 com uma capacidade ociosa próxima a 25% (STAEVIE, 2004).

Porém, a expansão do produto agrícola gaúcho começa a perder força na metade da década. Entre os anos de 1975 e 1980 a taxa de crescimento da lavoura gaúcha ficou num patamar menor que a nacional. O motivo principal foi que as terras disponíveis para as culturas mecanizadas já haviam se esgotado. Como o nível de produtividade crescia lentamente, as grandes lavouras empresariais não puderam ver a sua produção expandida.

As terras incultas no estado em 1975 somavam somente seis mil hectares, ao passo que em 1970 eram quase 780 mil (FEE, 1983). Em 1972 as áreas inexploradas no Rio Grande do Sul representavam 12%, contra 34,6% em Santa Catarina, 32,0% no Paraná e 41,5% no Brasil como um todo. Aí reside um ponto nevrálgico para compreender a migração gaúcha para Santa Catarina, Paraná e demais estados brasileiros, como Mato Grosso e Rondônia. À escassez de terras no Rio Grande do Sul junta-se a imensa quantidade de terras disponíveis naqueles estados.

Em síntese, já em meados dos anos 1970 a produção agrícola gaúcha chegou ao seu limite. A expansão a partir daí passou a depender de ganhos de produtividade, o que ocorria de forma muito lenta. A rápida especialização de boa parte da agricultura gaúcha na produção de soja trouxe graves consequências sociais no médio e longo prazos. Contudo, do ponto de vista estritamente econômico, houve repercussões imediatas sobre a infraestrutura do estado, como a abertura de estradas e ampliação de portos para o escoamento da produção. Do ponto de vista social agravou o processo de empobrecimento dos pequenos agricultores, incentivando a migração dos mesmos em direção a outros estados da federação.

Neste momento a sojicultura começa a se deslocar em direção ao Centro-Oeste do país, onde a quantidade de áreas propícias à mecanização era abundante. A produção de soja foi levada a esta região por agricultores gaúchos que conseguiram deixar o Rio Grande do Sul com um nível de capitalização que lhes permitiu tocar a lavoura.

Quanto à indústria, houve mudanças importantes em seu perfil. Os sub-setores mais modernos e sofisticados, como metalúrgico, metal-mecânico, de comunicações e material elétrico, fertilizantes, etc., cresceram a taxas elevadas, até mesmo superiores às observadas em São Paulo. A expansão da agricultura moderna experimentada pelo estado a partir da segunda metade dos anos 1960 contribuiu para estas transformações. Paralelamente, os setores mais competitivos do setor secundário estadual conquistaram mercados em outros estados e até mesmo no exterior.

No início dos anos 1970 o Rio Grande do Sul se integra cada vez mais aos mercados nacionais, conquistando uma posição de destaque no cenário industrial brasileiro. O estado passa a se vincular de forma muito mais direta com os mercados de outras unidades da federação, perdendo a indústria seu caráter eminentemente regional. Ainda nos anos 1960 os capitais industriais do Rio Grande do Sul conquistaram mercados fora da região, passando a participar de forma intensa da concorrência a nível nacional. Entre meados dos anos 1960 e a primeira metade dos 1970 os embarques gaúchos para outros estados se concentram em bens de consumo duráveis ou de capital – material de transportes, material elétrico e mecânico – e

de bens de consumo intermediários ligados à indústria química e metalurgia, fortemente presentes em outros estados brasileiros, o que demonstra a integração da indústria gaúcha à matriz industrial nacional.

O comportamento dos setores industriais gaúchos no início dos anos 1970 revela a especificidade da economia do Rio Grande do Sul e quanto ela estava amplamente relacionada com a modernização da agricultura voltada para a exportação. O setor que mais expandiu foi o de bens de capital, e dentro deste, destaca-se o ramo de máquinas e implementos agrícolas, no gênero mecânica e a produção de carrocerias e caminhões no sub-setor de transportes.

Nos setores de bens de consumo duráveis e não duráveis a indústria gaúcha cresceu a taxas superiores à média nacional entre a segunda metade dos anos 1960 e a primeira dos anos 1970. O crescimento se concentrou em segmentos bastante especializados, com raízes nas manufaturas de origem na imigração europeia. Entre os bens de consumo duráveis, a expansão foi liderada pela indústria metalúrgica e de mobiliário. As novas circunstâncias levaram o produto industrial do estado a crescer a uma taxa anual de 18,47%, 4,16 pontos percentuais acima da taxa brasileira. Entre 1970 e 1980 a participação do Rio Grande do Sul na produção industrial brasileira elevou-se de 6,29% para 7,34% (MÜLLER, 1998).

Em 1974 é criado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) prevendo a continuidade na política de ocupação das regiões menos habitadas do país. Mantinha a necessidade de ampliar as fronteiras agrícolas em direção à Amazônia brasileira, mas com uma mudança significativa: os colonos prioritários para os projetos de assentamento na região passaram a ser os sulistas, em detrimento dos nordestinos de outrora. Isto ocorrera pela mudança de estratégia por parte do governo Geisel, buscando uma agricultura moderna voltada à produção de excedentes para o mercado nacional, amparada na organização de cooperativas. Esta nova característica da agricultura pretendida por Geisel era amplamente conhecida pelos sulistas. Daí a escolha deste “tipo” de colono para a nova fase de colonização da Amazônia. Trataremos deste movimento em capítulo posterior.

O II PND não foi muito benevolente com o Rio Grande do Sul. A distribuição dos investimentos foi extremamente desigual. De um modo geral, se concentraram na região Sudeste, sendo Minas Gerais o estado mais beneficiado. Os programas concluídos neste estado lhe deram um parque industrial de base e uma infraestrutura que lhe permitiu suplantar de longe o PIB do Rio Grande do Sul que àquela época era superior ao mineiro. Em 1994, o Produto Interno Bruto mineiro, que era menor que o gaúcho em 1970, já era duas vezes maior (MÜLLER, 1998).

Os únicos investimentos federais significativos realizados no Rio Grande do Sul pelo II PND foram a ampliação do porto de Rio Grande e o aumento na malha rodoviária e ferroviária dos “Corredores de Exportação” (voltados basicamente ao escoamento da soja) e o Polo Petroquímico de Triunfo.

Os anos 1980 são conhecidos como a “década perdida”. Na interpretação de Müller (1998), o Rio Grande do Sul foi provavelmente o estado que mais sentiu o desconforto econômico e psicológico desta década. Por uma série de razões, que vão desde uma sucessão de quebras de safra, passando por uma severa crise fiscal e a fragilidade política regional, o Rio Grande do Sul defrontou-se com uma crise financeira aguda já na metade da década, antes que situações semelhantes ocorressem em outros estados.

A queda da renda do setor primário, devido às quebras de safra e a diminuição dos preços internacionais de seus produtos, o fechamento do crédito internacional, a recessão brasileira e a crise financeira do setor público estadual marcaram a economia gaúcha no final da década de 80 e início dos anos 90. Como não poderia deixar de ser, essa situação de crise [...] refletiu-se negativamente no setor privado rio-grandense (MÜLLER, 1998, p. 265).

Ao mesmo tempo em que os investimentos produtivos diminuía e migravam para outras regiões ou para o sistema financeiro, o sistema cooperativista que se expandira ainda nos anos 1950, entrava em crise, arrastando consigo os segmentos de máquinas e insumos agrícolas. As dificuldades vão surgir a partir do ingresso das cooperativas no ramo industrial e do agravamento da instabilidade econômica do país, afetando a saúde financeira das mesmas. Além da crise do sistema cooperativista, ocorreu a falência de empresas tradicionais como a Companhia Jornalística Caldas Júnior, o Banco Sulbrasileiro e o conglomerado controlado pelo Montepio da Família Militar, assim como os bancos Maisonave, Habitasul e Ioschpe, além da Wallig, dentre outras (MÜLLER, 1998).

Além da transferência de linhas de montagem para outras regiões, também ocorreu o deslocamento da administração de algumas empresas gaúchas para o centro do país, ao mesmo tempo em que indústrias de transformação eram absorvidas por companhias com sede fora do estado.

E o problema de falta de terras permanecia. Tendo esgotado sua fronteira agrícola ainda nos anos 1970 e os problemas ocorridos no noroeste do estado entre colonos e indígenas, os pequenos agricultores continuavam sua saga em direção às novas fronteiras agrícolas do país. Num continuum do que vinha ocorrendo na década anterior, nos anos 1980 os colonos gaúchos permanecem se deslocando para as novas áreas promissoras do Centro-Oeste e Norte do país. Atrás de terras para produzir estes agricultores vão atravessar o país

inteiro, chegando a áreas longínquas do Pará, Rondônia e até Roraima, cruzando o país do sul ao norte. No caso deste último estado, é justamente nos anos 1980 que muitos gaúchos vão se deslocar para lá em busca de novas oportunidades para plantar e criar gado.

Depois de esgotar a área cultivável do Rio Grande do Sul, e em busca de terras para plantar, os gaúchos haviam ajudado a ampliar a fronteira agrícola brasileira, semeando soja e arroz e criando gado no Centro-Oeste e na Amazônia. **Após mais de um século acolhendo imigrantes, o estado se transformara em fornecedor.** Na realidade, o movimento migratório a partir do estado começou no início do século com a primeira crise da região colonial (MÜLLER, 1998, p. 269).

No alvorecer dos anos 1990 o Rio Grande do Sul encontrava-se numa delicada situação fiscal. Mantinha ainda deficiências no setor de transporte, energia e telecomunicações. A superação destas deficiências dependia de investimentos do governo estadual ou das estatais estaduais, que enfrentavam dificuldades financeiras. O problema não se alterou na primeira metade da década. Além da reduzida capacidade de investimentos através de recursos próprios, a administração pública havia esgotado sua capacidade de endividamento, impossibilitando os investimentos em infraestrutura. Outro problema gravíssimo do Rio Grande do Sul era o custeio da máquina do estado. Naquele momento, cerca de 80% da receita era gasta com o funcionalismo público.

A abertura da economia brasileira trazia desafios ao Rio Grande do Sul, no sentido de uma maior integração os mercados nacionais e internacionais. Apesar da evolução desta integração a partir dos anos 1930, o estado ainda prescindia de uma maior ligação aos demais estados da federação e a outros países. Na década de 1990 o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) abriu caminho para uma maior comercialização entre o Rio Grande do Sul e os países membros, mas esta maior integração comercial ficou ainda muito restrita ao bloco. A agropecuária, historicamente o carro chefe da economia gaúcha, necessitava se adaptar aos novos tempos de integração internacional. Para isso demandava uma sólida integração em cadeias produtivas nos moldes do agronegócio contemporâneo. Entretanto, neste momento o estado já perdera sua condição de maior produtor de importantes commodities agrícolas, tais como a soja. A pecuária gaúcha também havia perdido espaço para os rebanhos do Centro-Oeste. O agronegócio passava por um momento de forte internacionalização da sua produção, paralelamente a um movimento de concentração e centralização de capital. O agrobusiness, portanto, experimentava forte reestruturação produtiva, em que o Rio Grande do Sul perdia espaço para os novos estados produtores de commodities, como Mato Grosso e Goiás. Junto à soja, a suinocultura, a avicultura, a indústria de processamento de soja, dentre outros, também

seguem em direção ao cerrado brasileiro. Assim, os gaúchos continuam o movimento migratório em direção a estas regiões do país, além de novas áreas como o sul da Bahia e do Piauí. Particularmente a soja, que se torna um dos grandes produtos de exportação do Brasil, torna-se responsável pela ocupação de gaúchos nestas novas regiões de fronteira agrícola. Nestas regiões os gaúchos são inclusive responsáveis por novas territorializações, reivindicando a criação de novos municípios, num rearranjo do poder político local.

Com a impossibilidade do estado em manter os ritmos de investimentos observados ao longo da história do Rio Grande, juntamente ao movimento político e econômico neoliberal, o governador Antônio Britto – que assumira em 1994 – promove um intenso processo de privatização de empresas estatais. Promove a transferência de ativos do Estado para o setor privado, “com a condição de que este assumisse os investimentos necessários à integração e com a aplicação dos recursos obtidos numa ampla reestruturação do passivo financeiro” (MÜLLER, 1998, p. 281). Esta política resultou em privatizações nas áreas de energia, telecomunicações, operação e manutenção de rodovias e terminais portuários; renegociação da dívida pública, reforma administrativa, atração de investimentos e reestruturação do sistema financeiro, com a transformação da Caixa Econômica Estadual em Agência de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

Ao final dos anos 1990 o Rio Grande do Sul passa por um ciclo de investimentos privados da ordem de US\$ 20 bilhões. General Motors, Pirelli, Goodyear, Navistar, Petrobrás e Gerdau foram algumas empresas a investiram no estado, resultando no desenvolvimento do setor de serviços em seus segmentos mais sofisticados (MÜLLER, 1998).

No campo o estado continua a perder posições no ranking da produção de commodities agrícolas para os estados do Centro-Oeste e até Nordeste do país. No ciclo da internacionalização da produção a pressão sobre as pequenas propriedades torna-se ainda mais evidente, restringindo suas participações na “nova ordem econômica” do agronegócio. Setores como a vitivinicultura, a suinocultura e a avicultura passam a perder ainda mais espaço na dinâmica do setor do agronegócio gaúcho. A vitivinicultura, por exemplo, passa a sofrer forte concorrência dos produtos chilenos e argentinos.

A década, marcada por forte processo de desestatização e concorrência internacional, trás desafios imensos ao setor produtivo sul-rio-grandense. A “nova ordem econômica” internacional com sua respectiva reestruturação produtiva repercute intensamente no mercado de trabalho, tanto urbano quanto rural. Num amplo movimento de reorganização industrial, as empresas buscam adequarem-se aos novos tempos, implicando em severas transformações no mundo do trabalho, cada vez mais pautado no discurso da produtividade, da competição e da

qualificação profissional. O mundo do trabalho contemporâneo passa a se caracterizar pela precariedade, pela terceirização, pela maior competição da força de trabalho.

3.5 COMPORTAMENTO DEMOGRÁFICO E MIGRATÓRIO GAÚCHO NO SÉCULO XX E INÍCIO DO XXI

Em termos populacionais o Rio Grande do Sul chega ao início dos anos 2000 com um total de 10.187.798 habitantes, dos quais 1.360.590 na capital Porto Alegre. Tanto o estado quanto a capital apresentaram um declínio nas suas taxas de crescimento demográfico em relação ao Censo 1991. O Rio Grande do Sul, que recebera uma maciça quantidade de imigrantes estrangeiros no início do século, contribuindo para taxas de crescimento populacional maiores do que as do Brasil, ratifica sua condição de estado perdedor de população. No início do novo milênio, já eram mais de 1,0 milhão de gaúchos residindo em outros estados da federação. O boom da emigração de gaúchos se deu nos anos 1970 e 1980, mas ainda na virada do milênio era significativa a ida de sul-rio-grandenses em direção aos demais estados brasileiros.

Em 1900 o estado possuía uma população total de 1.149.070 habitantes, passando para 10.187.798 em 2000. O ritmo de crescimento da população do Rio Grande do Sul no início do século XX foi intenso (3,26% ao ano), levando aproximadamente 20 anos para dobrar o volume populacional. Já nos últimos vinte anos a população do Estado aumentou em apenas 30%. A população do estado tem crescido a taxas cada vez menores desde a década de 50, quando apresentava uma taxa de 2,57% ao ano, sendo que na última década do século XX cresceu apenas a 1,21% ao ano. Já no primeiro decênio do atual século a taxa reduziu-se para apenas 0,49% ao ano, semelhante a países europeus.

Tabela 4 – População absoluta de Rio Grande do Sul e Porto Alegre, 1872-2010

Ano	Rio Grande do Sul	Porto Alegre
1872	434.815	43.998
1890	897.455	52.421
1900	1.149.070	73.647
1920	2.182.713	179.263
1940	3.320.689	272.232
1950	4.164.821	394.121
1960	5.336.720	635.125
1970	6.664.891	885.545
1980	7.773.837	1.125.477
1991	9.127.611	1.263.403
2000	10.187.798	1.360.590
2010	10.695.532	1.409.351

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados censitários do IBGE (1872-2010).

Da Tabela 4 pode-se deduzir o decréscimo na taxa de crescimento populacional do Rio Grande do Sul desde 1960. Em 1960 foi de 2,57% ao ano (em relação a 1950); em 1970 caiu para 2,19%; em 1980 passou para 1,55%; já em 1991 foi de 1,48%; em 2000, 1,21% e 0,49% em 2010. Isto se deu por causa da redução nas taxas de fecundidade e pela intensa emigração de gaúchos para outros estados a partir dos anos 1960.

Conforme a análise de Medeiros (1975), desde pelo menos 1919 o estado (RS) já dava conta da saturação demográfica na região colonial. Neste ano, o Presidente do Estado em resposta à consulta do Ministro da Agricultura afirmava que o Rio Grande do Sul não possuía mais condições fundiárias de receber novas correntes imigratórias, ao passo que em 1920, o Secretário de Obras Públicas declarava que o Rio Grande do Sul já possuía um excesso de agricultores e que estes poderiam ser enviados aos estados vizinhos, particularmente Santa Catarina. Ainda conforme Medeiros (1975), em 1925 o Governo do Rio Grande do Sul ratificou seu desinteresse em políticas voltadas à atração de imigrantes. No ano seguinte esse desinteresse foi reiterado: “O Estado continua perseverando na sua atitude de não instalar imigrantes, à vista especialmente da população colonial que possui,[...] cuja avultada descendência não tem podido estabelecer senão em parte [...]” (MEDEIROS, 1975, p. 90).

Para Medeiros (1975), nos anos 1930 o Rio Grande do Sul chega a uma situação demográfica delicada, pois, a existência de uma densidade demográfica maior só poderia ocorrer mediante a redução do nível de vida da população, dadas as características do sistema econômico regional, da formação de capital, da diferenciação setorial e do nível tecnológico. Assim, ocorre a intensificação da emigração para outros estados a partir de então.

Em 1940 já eram 131.132 gaúchos residindo em outras unidades da federação. Uma década depois esse número chega a 205.576. No ano de 1970 já eram 719.186 gaúchos morando em outras unidades federativas (IBGE). Obviamente estes dados refletem apenas o número de emigrantes vivos na data do recenseamento e que permaneciam nestas unidades. O fluxo total é maior, pois considera os retornados, os re-emigrados e os mortos. Portanto, o número de gaúchos que se deslocou para os demais estados (e territórios) é maior do que o total contabilizado pelo Censo.

A emigração de gaúchos do Rio Grande do Sul se intensifica a partir da década de 1970. Ainda que os volumes de emigração tenham diminuído nas duas últimas décadas, é significativa a quantidade de gaúchos morando em outros estados, mantendo-o como perdedor líquido de migrantes. Entre 1970 e 1980 o Rio Grande do Sul perdia cerca de 21,7 mil pessoas ao ano devido à emigração, cifra que se reduziu para aproximadamente 2,9 mil na década de

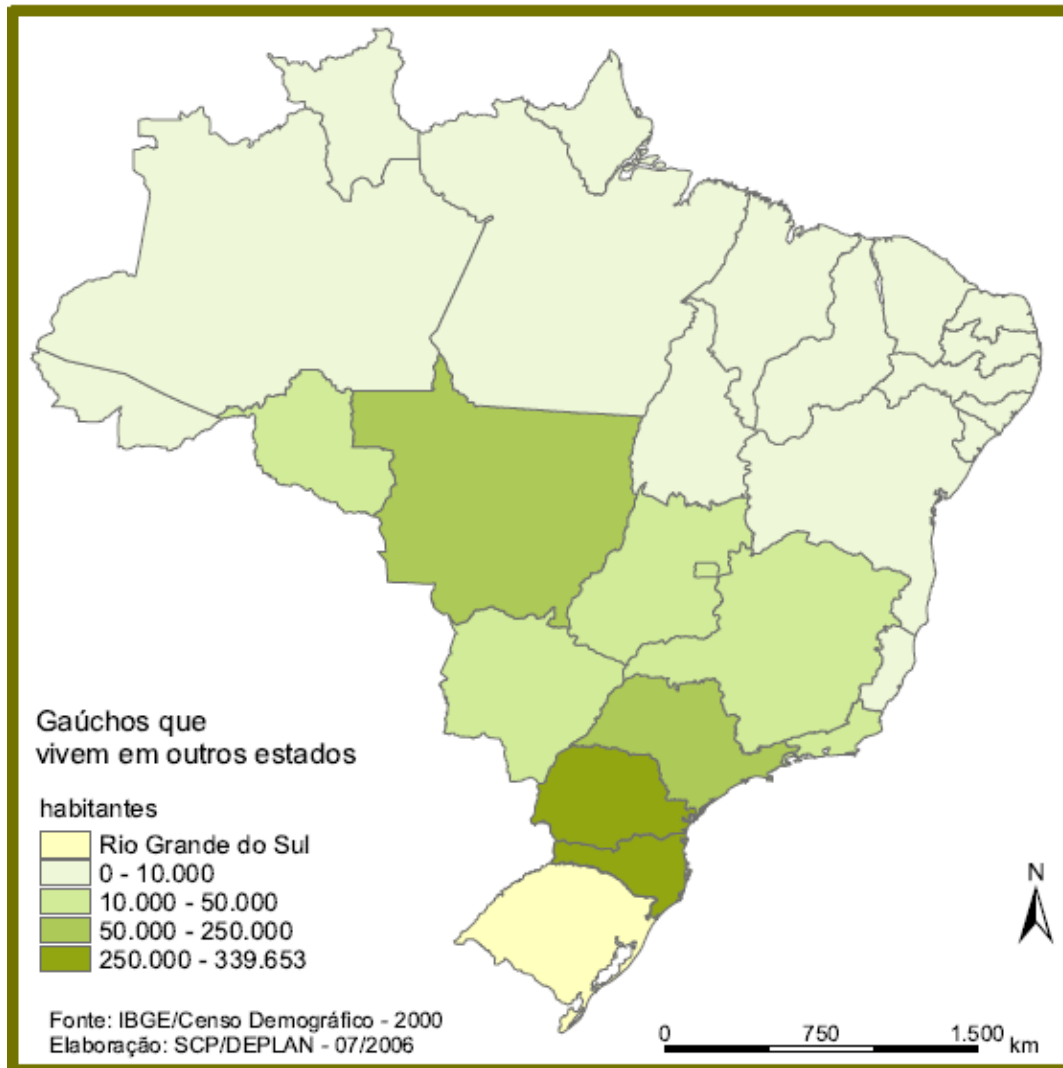
1990 (Tabela 5). Mesmo com a redução no número de emigrantes, o estado se mantém como perdedor líquido de população.

Tabela 5 – Saldo migratório anual no Rio Grande do Sul – 1970 a 2000

Período	Saldo migratório anual
1970 – 1980	(-) 21.716
1980 – 1990	(-) 10.344
1990 – 2000	(-) 2.884

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados censitários do IBGE (1970-2000).

Nas três últimas décadas do século passado, o volume de gaúchos residindo fora do Estado, nesse período, aumentou em 50%. De cerca de 697.000 em 1970, este número ultrapassou a marca de um milhão em 2000. No balanço entre as imigrações e as emigrações o estado apresentou um saldo migratório líquido negativo. O pico do estoque (negativo) do saldo migratório do estado ocorreu em 1980, com uma diferença entre o volume de gaúchos residindo em outros estados brasileiros e o de não gaúchos morando no Rio Grande do Sul de cerca de 710.000 pessoas (JARDIM, 2010). O mapa abaixo mostra a distribuição de nascidos no Rio Grande do Sul residentes nos demais estados da federação. Como se pode ver, os estados com a maior quantidade de gaúchos são os da própria região Sul (Paraná e Santa Catarina), o Mato Grosso (fronteira agrícola forte desde os anos 1970) e São Paulo.

Mapa 1 - Distribuição de gaúchos vivendo em outros estados da federação

A Tabela 6 mostra a taxa líquida de emigração do Rio Grande do Sul entre 1940 a 2000. Este valor refere-se à porcentagem de naturais do Rio Grande do Sul residindo em outros estados da federação em relação à população total natural do estado.

Tabela 6 – Taxa líquida de emigração – RS 1940 a 2000

Ano	Valor (a)
1940	3,97
1950	4,84
1960	7,40
1970	9,67
1980	10,65
1991	9,49
2000	9,36

(a) porcentagem de naturais do RS residindo fora do estado (exceto exterior) em relação à população total natural do estado. Fonte: Jardim (2010). Elaborado pelo autor, 2011.

As trocas migratórias do Estado são frequentemente intra-regionais. Em 1970 mais de 86% dos gaúchos residentes em outros estados viviam em Santa Catarina (258.420) ou no Paraná (340.389). Em 2000, o estoque de gaúchos residindo fora do Estado tinha a seguinte distribuição regional: 64% na Região Sul, 15% na Centro-Oeste, 14% na Sudeste, 4% na Norte e 3% na Nordeste. Acompanhando a tendência de maiores fluxos populacionais dos estados vizinhos, a maioria dos imigrantes regionais residentes no Rio Grande do Sul era natural dos Estados de Santa Catarina e do Paraná.

Em 2000, os dados sobre migração com data fixa mostram os fluxos migratórios do estado. Nas trocas migratórias com os demais estados brasileiros, o Rio Grande do Sul perdeu quase 40.000 pessoas. Ou seja, 113.395 pessoas declararam residir, em 1995, em outras unidades da Federação, e 152.891 pessoas residentes em outros estados declararam morar, em 1995, no Rio Grande do Sul. O saldo migratório líquido do estado foi negativo com quase todas as unidades da Federação. Entre os saldos positivos, apenas o do Rio de Janeiro foi significativo: da população residente no Rio de Janeiro, 7.755 declararam que moravam no Rio Grande do Sul em 1995, e 8.269 dos residentes no Rio Grande do Sul disseram que moravam no Rio de Janeiro, em 1995, resultando num saldo de 514 pessoas. Outros estados com saldos positivos foram Amapá (diferença de 57 pessoas) e Espírito Santo (diferença de 19 pessoas).

Nesse mesmo ano (2000), os maiores volumes de fluxos da migração de data fixa do Rio Grande do Sul são com os estados mais próximos, da própria região Sul. A migração com Santa Catarina foi de 58.586 residentes no Rio Grande do Sul, enquanto 41.155 naturais de RS residiam em Santa Catarina. Com menos da metade dos fluxos de Santa Catarina, o Paraná aparece em segundo lugar em volume de emigração e imigração (23.669 e 22.132 respectivamente). Despontam ainda como grandes saldos migratórios negativos, além de Santa Catarina (-17.471 pessoas), Mato Grosso (aproximadamente, -6.000 pessoas) e São Paulo (quase -4.000 pessoas).

Parte dos fluxos migratórios captados pelo quesito de data fixa se refere à migração de retorno, de pessoas retornando para o seu estado de origem após uma emigração anterior. Na tentativa de mensurar esse fenômeno no Rio Grande do Sul, Jardim (2010) avaliou a imigração interestadual de retorno, ou seja, a proporção de naturais do Rio Grande do Sul em relação à população do estado em 2000, que, em 1995, residiam em outra unidade da Federação. Assim, constatou-se que mais de $\frac{1}{4}$ de todos os imigrantes de data fixa do estado eram gaúchos de nascimento. A desagregação desses imigrantes por lugar de origem em 1995 mostrou que, dos oriundos de Tocantins e de Roraima, mais da metade era natural do Rio Grande do Sul. Isto equivale a dizer que de todos os que residiam nestes dois estados em 1995

e que em 2000 moravam no Rio Grande do Sul, mais da metade era de gaúchos que haviam emigrado anteriormente para estas unidades da federação (migrantes retornados). Também com percentual elevado, mais de 40%, de retorno de imigrantes, destacaram-se os Estados de Amazonas, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso e o Distrito Federal. No âmbito geral, os dados do Censo de 2010 mostram que os gaúchos são os migrantes que mais retornaram ao seu estado de origem após uma (ou mais) etapa migratória anterior. São os que mais retornam ao seu local de nascimento.

Em seu estudo sobre a rotatividade migratória nas diferentes regiões e nos 27 estados da federação e no Distrito Federal, Rosana Baeninger (2011) demonstra que, para o período entre 1995 e 2000 o Rio Grande do Sul pode ser considerado um estado de perda de migrantes, ratificando sua posição de estado perdedor observada desde pelo menos os anos 1960. Com um saldo migratório negativo neste período de 39.496 pessoas (113.395 imigrantes e 152.891 emigrantes), resultando num índice de eficácia migratória de $-0,15$, o Rio Grande do Sul é tido como um estado de significativa perda migratória. Na mesma situação encontravam-se o Maranhão, Alagoas, Bahia, Piauí, Paraíba, Pernambuco¹⁰. Excetuando-se os estados mencionados acima – todos eles do Nordeste brasileiro – o Rio Grande do Sul possuía o menor índice de eficácia migratória. No extremo oposto, os estados considerados de retenção migratória são Amazonas (0,21), Goiás (0,37), Amapá (0,49) e Roraima (0,54). Destaque para este último, que desde os anos 1980 se torna um estado altamente receptor de população de outras unidades da federação. Em termos absolutos, os números são menos expressivos, mas proporcionalmente, a quantidade de imigrantes que se deslocam para Roraima é bastante expressiva. No período 1995 – 2000 seu saldo migratório foi positivo em 33.370, com um número total de 47.750 imigrantes e 14.380 emigrantes. Já Oliveira, Ervatti e O'Neill (2011), usando uma tipologia baseada em Baeninger (2010) apontam o Rio Grande do Sul como de (baixa) evasão populacional e Roraima (IEM=0,54) como o único estado de forte atração populacional.

Dentre os imigrantes internacionais, apesar da proporção de retorno ser similar à interestadual, alguns países apresentaram (em 2000) cifras significativas: dos oriundos de Honduras, Israel, Áustria, Canadá, Espanha, Chile, Alemanha, Suíça e Estados Unidos, mais de 40% eram naturais do Rio Grande de Sul (migração de retorno internacional). A migração

¹⁰ O índice de eficácia migratória varia de $-1,0$ a $+1,0$. Quanto mais próximo do $1,0$, maior a retenção migratória do lugar. Entre $-0,12$ e $0,12$ o lugar é considerado de rotatividade migratória. O índice é calculado da seguinte forma: $IEM = (Imigração - Emigração) / (Imigração + Emigração)$. Dito de outra forma, o índice de eficácia migratória refere-se à razão entre o saldo migratório e o volume migratório total. Para maiores esclarecimentos, ver Baeninger (2011).

de retorno também contribui de forma indireta para a mobilidade populacional, uma vez que parte dessa população que retorna traz família formada no local de destino.

Em síntese, no início dos anos 2000 o Rio Grande do Sul possuía uma população aproximada de 10.190.000 habitantes, dos quais 1.360.000 residindo na capital Porto Alegre. Já em 2010 a população total do estado alcança 10.695.532 habitantes e a capital passa a 1.409.351 residentes. Desde 1950 a população gaúcha cresce a taxas cada vez menores, chegando ao decênio 1991-2000 com uma taxa de apenas 1,21% ao ano e 2000 – 2010 alcança apenas 0,49%. Com taxas bem acima da média brasileira no início do século XX, ao seu final o Rio Grande do Sul apresenta taxas de crescimento populacional abaixo da média nacional. Isto ocorreu pelo decréscimo na taxa de fecundidade ocorrido no estado e pelas emigrações de gaúchos para outros estados da federação. Neste quesito, o Rio Grande do Sul se mostra como perdedor de migração desde os anos 1960. Ainda que o pico do movimento de saída de gaúchos tenha ocorrido nos anos 1970, no início dos anos 2000 o estado perde em média quase 3.000 pessoas por ano. Atualmente mais de 1,2 milhão de gaúchos residem em outras unidades da federação.

Quanto às trocas interestaduais de população, a maioria delas se dá entre os próprios estados da região Sul. Santa Catarina é o maior receptor de emigrantes gaúchos, seguido do estado do Paraná. Destacam-se ainda como receptores de gaúchos, mesmo que em menores dimensões, os estados de São Paulo e Mato Grosso. Na região Nordeste residiam em 2000 cerca de 27.500 gaúchos e, no Norte, aproximadamente 36.500.

No mesmo ano 2000 (dados data fixa 1995-2000), os dados do IBGE apontavam uma intensa migração de retorno de gaúchos vindos de outros estados. Mais de 25% dos imigrantes que chegaram eram nascidos no próprio estado. Neste ponto merecem destaque os estados de Tocantins e Roraima. Dos informantes que disseram morar nestas duas unidades da federação em 1995, mais da metade deles havia nascido no Rio Grande do Sul. Ou seja, mais de 50% dos residentes em Tocantins e Roraima em 1995 e que moravam no Rio Grande do Sul em 2000 eram migrantes retornados, isto é, gaúchos de nascimento que haviam ido residir nestes estados e tinham voltado.

O número de gaúchos residindo em Roraima em 2000 era de 2.320, dos quais 1.802 na capital Boa Vista. Este número é baixo se compararmos a outros estados, até mesmo da região Norte, como Rondônia e Pará. Entretanto, em 1960 eram apenas 18 gaúchos residindo em Roraima. Atualmente, as estimativas é que este número chegue próximo 6.000, o que representa um acréscimo significativo em relação a 2000. Ainda que possam ser superestimados, Simon (2009) afirma que aproximadamente 90% dos agricultores e

pecuaristas de Roraima, quase todos pequenos e médios, são gaúchos. Superestimados ou não, a verdade é que a quantidade de gaúchos produzindo e residindo nas áreas rurais do estado é significativa.

No próximo capítulo analisaremos a formação socioeconômica e a expansão da ocupação em Roraima. Tal como o Rio Grande do Sul, na sua origem Roraima era ocupado por populações indígenas. Entretanto, a expansão da ocupação territorial por não índios só ocorrerá mais intensamente em meados do século XX, quase duzentos anos após a observância deste processo no Rio Grande do Sul. Por outro lado, o estado sulista se tornou, ao longo do século XX, a quarta maior economia do país, caracterizada por uma indústria pujante e diversificada. Sua indústria de transformação ocupa a segunda posição no total nacional e suas exportações primárias estão em terceiro lugar no ranking nacional. Possui uma das maiores rendas per capita do país e elevados índices de desenvolvimento humano. Já Roraima possui o menor Produto Interno Bruto, a última indústria do país e, a exceção de sua capital, um dos menores IDHs. Também à exceção de Boa Vista, a renda per capita dos demais municípios é baixa. O Rio Grande do Sul possui ainda uma rede de serviços hospitalares e educacionais das mais complexas e reconhecidas do país, ao passo que Roraima carece de serviços de saúde em diversas especialidades médicas. As suas formações sociais também são bastante distintas, haja visto a grande quantidade de europeus e pessoas de outras nacionalidades que ajudaram na composição étnica do Rio Grande do Sul e que não estiveram presentes de forma intensiva na ocupação de Roraima. Portanto, são sociedades bastante distintas em sua formação histórica e no seu momento atual.

É isto que buscamos retratar nestes dois capítulos históricos acerca da formação socioeconômica dos dois estados. Compreendendo as diferenças entre eles é que se pode entender o papel das redes sociais na migração contemporânea de gaúchos para Roraima.

4 FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA E A EXPANSÃO DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL DE RORAIMA

4.1 DO PERÍODO COLONIAL AO INÍCIO DOS ANOS 1960

Os portugueses somente fincaram o pé na região amazônica no ano de 1616, com Francisco Caldeira Castelo Branco, quando fundaram o Forte do Presépio, origem da cidade de Belém do Grão-Pará. Porém, somente em 1637 é que Pedro Teixeira delimita o território da Amazônia aos portugueses, a partir do lugar da antiga povoação de Franciscana, no alto rio Solimões. Um dos afluentes da margem esquerda do Rio Negro foi denominado de Rio Branco, devido à tonalidade de suas águas. Quando da chegada dos europeus à região, esta era ocupada por populações indígenas. No caso de Roraima a maioria das etnias era oriunda do Caribe.

O conhecimento do rio Branco ocorreu somente após primeira viagem portuguesa de exploração ao rio Negro, realizado por Pedro Teixeira em 1637, como relata Nadia Farage em seu livro *Muralha dos Sertões*, mostrando a necessidade de ocupar a área:

Nesse quadro, a ocupação efetiva do Rio Branco tornou-se uma questão central para os portugueses: já que a tropa de guerra enviada ao Brasil para combater os espanhóis levava não só a ordem de expulsá-los, mas também de iniciar a construção de uma fortaleza e o aldeamento de índios na região. (FARAGE, 1991, p. 123)

Em 1752 os portugueses iniciam a construção da Fortaleza de São Joaquim num local estratégico:

à margem direita do Tacutu, no ponto de junção deste rio com o Uraricoera para formar o rio Branco, posição esta recomendada pelos estrategistas portugueses por permitir o controle da passagem de ambos os rios ao Branco. Impedido assim para o futuro quaisquer tentativas de invasão ao rio Negro por parte dos vizinhos espanhóis e holandeses (FARAGE, 1991, p. 123).

Num primeiro momento existiam outros motivos para a ocupação da região do Rio Branco, na época: “sua importância para o mercado interno colonial como zona de suprimento de escravos índios e sua posição estratégica” (FARAGE, 1991, p. 55). Com a passagem da região do Rio Branco para o mercado interno colonial, o apresamento de índios passa a não ser mais um empreendimento da Coroa Portuguesa. Este negócio passa a ser realizado por pequenos traficantes, tais como Francisco Ferreira, isso com o apoio sistemático do Estado. Já nas últimas décadas do século XVIII o objetivo não era somente militarizar a região do Rio Branco, mas também povoá-la com civis. A região contava àquela época com poucos civis,

alguns missionários, que eram também responsáveis pelos aldeamentos e militares. É somente em 1790 que “os civis tornaram-se residentes do rio Branco, por ordem do Governador da Capitania do Rio Negro, Lobo D’Almada, que substituiu os diretores militares dos aldeamentos indígenas por civis” (RODRIGUES, 1996, p. 22).

No entanto, a chegada de civis à região ocorreu muito timidamente e foi logo interrompida pela Guerra Civil Portuguesa de 1830, onde a militarização ficou desestabilizada, além da dissolução da guarda nacional 1873.

Apesar de o Decreto Imperial nº 662 de 22/12/1849 determinar a instalação de colônias militares, e a Portaria de 26/05/1850 que o regulamenta, fixar o alto do Rio Branco como local prioritário, não havia recursos nem contingente para concretizar essas medidas segundo informavam seguidamente a presidentes da província do Amazonas à corte (SANTILLI, 1997, p. 18).

A partir desses acontecimentos a região do rio Branco deixou de ser uma colonização militar. Somente nas últimas décadas do século XIX é que se reinicia o povoamento, através da introdução da pecuária na região.

Em 1787, Manoel Lobo D’Almada, então governador da Capitania do Rio Negro, introduziu as primeiras cabeças de gado na região do rio Branco. Em consequência disso foram criadas as Fazendas Reais que posteriormente receberam o nome de Fazendas Nacionais. “O objetivo da instalação das mesmas era assegurar a posse lusa nestas áreas periféricas da bacia do rio Amazonas” e também como medida complementar de proteção das fronteiras ao norte da Amazônia para o Império Colonial Português. “Além disso as fazendas deveriam se vincular – oferecendo gado vivo – às áreas do rio Negro e do rio Amazonas” (BARROS, 1995, p. 47). Dessa forma, “com a expansão da atividade de coleta da borracha nos vales dos rios amazônicos, surgiu um mercado consumidor regional no Maranhão que proporcionou a pecuária o início de seu processo de ascensão” (RODRIGUES, 1996, p.87). A pecuária foi a atividade de maior importância na região no período de 1870 a 1910, no entanto, esta ocupação pecuária juntamente com a coleta vegetal ao longo do rio Branco não colocaria a área no mercado internacional. Isso porque o gado da região do rio Branco abastecia apenas a região do rio Negro, especificamente Manaus. O que realmente levava as pessoas para o rio Branco era o interesse na coleta vegetal, mesmo não sendo em grande escala como era no Amazonas e rio Negro.

A primeira grande decaída da atividade pecuária ocorreu paralelamente à queda da borracha. Com o declínio da exploração vegetal houve um êxodo dos coletores que foi determinante para crise na criação de gado. Outro fator foi o surgimento da atividade garimpeira, que acabou absorvendo o restante da mão de obra.

Pessoas desmobilizadas da coleta da borracha, gente sem alternativas de ganho, foram atraídas pela possibilidade de mineração de ouro e diamantes nas áreas montanhosas das fronteiras entre Brasil (Roraima) e a Venezuela, e nas fronteiras entre Roraima e Guayana. (BARROS, 1995, p. 56).

Em 1909 os Monges beneditinos se estabelecem na Vila de Boa Vista. Os Monges tinham como projeto a instalação de uma usina de beneficiamento de carne enlatada evitando que o gado fosse levado para os abatedouros em Manaus. Isto geraria empregos para os moradores da cidade. A carne enlatada substituiria a carne seca e poderia ser exportada, gerando mais divisas de que o comércio com gado vivo (BARBOSA, 1993a).

A usina de carne foi à falência devido à população se voltar contra os Monges Beneditinos. Um americano que tinha como projeto a construção de uma estrada de rodagem e uma ferrovia ligando Manaus a Boa Vista gerou descontentamento por parte dos monges, que acabou gerando a desistência do projeto por este empresário. O americano incitou a população contra os Monges, alegando serem estes contrários ao progresso e conseqüentemente a geração de empregos. Nesse período também foi equipada pela primeira vez em Boa Vista uma usina de gelo (BARBOSA, 1993a).

A vila de Boa Vista tinha em 1920 uma população de pouco mais de mil habitantes e no vale do rio Branco aproximadamente 200.000 cabeças de gado. Outro fator que desestimulou a criação de gado foi “a abundância de proteína animal obtida pela caça e pesca, [...] e a distância do rio Branco até o rio Negro” (BARROS, 1995, p.49). Não há indícios que na época do início da pecuária na região do Rio Branco tivesse havido um intenso movimento migratório. O crescimento da população se deu de forma lenta e gradual. As atividades econômicas gravitavam em torno da criação de gado.

Na década de 30 do século XX, o garimpo toma impulso e atrai um contingente considerável de imigrantes para a região serrana. São pessoas vindas tanto de áreas do rio Branco como de outras regiões do país. Comerciantes e investidores começam a chegar, e fazendeiros tratam de investir na mineração. O rebanho bovino que na década de 1920 contabilizava 300.000 cabeças caiu para um pouco mais de 120.000 em 1940. Isso ocorreu porque parte do gado foi dizimado pelo abandono e parte vendida a criadores da Venezuela (BARBOSA, 1993a). Os garimpeiros chegaram de diversos Estados do Brasil, principalmente do Nordeste, e Boa Vista passou a ser o ponto de apoio para os imigrantes.

Contudo, o atual estado de Roraima foi criado como unidade federativa no governo do então presidente Getúlio Vargas em 1943. Naquele momento, no âmbito de uma política de ocupação do território nacional, nasceu o Território Federal do Rio Branco. A atividade pecuária no ano da criação do Território já tinha entrado em franca decadência. O auge da

atividade se deu no período do *boom* da borracha no Amazonas. Em 1943, aproximadamente 60% do valor da produção registrada em Roraima (ainda Território Federal do Rio Branco) correspondia à produção de ouro e diamante - atividade já presente antes da década de 1920 - e apenas 27% referia-se à pecuária, que contava com um rebanho de 120.000 cabeças, muito abaixo dos 300.000 observados em 1920. Em função da derrocada da economia gomífera, a população que chegara a 10.000 habitantes no vale do rio Branco em 1900, não ultrapassava naquele ano, mais do que 7.424 indivíduos.

Boa Vista (capital de Roraima) foi criada no ano de 1890 originada do município de Moura, no Estado do Amazonas. Foi criado no dia 09 de julho com o nome de Boa Vista do Rio Branco pelo então governador do Amazonas, Augusto Ximeno de Villeroy. Sua história mais antiga remete ao ano de 1830 quando foi fundada a primeira fazenda particular do vale do Rio Branco, a fazenda Boa Vista. Em 1858 foi criada a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo do Rio Branco, onde se encontra atualmente a cidade de Boa Vista. Esta freguesia foi alçada à condição de município em 1890, administrativamente vinculada ao estado do Amazonas, contando com uma população aproximada de 1.000 habitantes. Segundo dados de Miranda (2003, p. 28), em 1917 Boa Vista e suas cercanias somavam uma população não indígena estimada em aproximadamente 5.000 indivíduos, “e mais três ou quatro mil espalhados pelas fazendas e postos de coleta ao longo do Rio Branco”. O rio Branco foi a via utilizada pelos padres para estabelecerem aldeamentos indígenas durante os séculos 17 e 18, pelos apressadores dos nativos (índios) e pelas tropas portuguesas que estabeleceram a fronteira colonial nos limites da sua bacia no fim do século 18 e estabeleceram as primeiras fazendas (Fazendas Reais ou do Governo). Foi ainda utilizado por pecuaristas que fundaram fazendas nos campos do rio Branco em meados do século 19 até a segunda década do século 20 para fornecer gado vivo ao vale amazônico então no auge da borracha, fato que criou a funcionalmente articulada “idade de ouro da pecuária nos campos do rio Branco” (HEMMING, 1990, p.8). Foi também a via de chegada dos garimpeiros a partir da década de 1930; dos colonos agrícolas nos anos de 1940, 1950 e 1960 e da massa em geral dos imigrantes vindos para as obras federais em Boa Vista a partir de 1943, quando fora criado o Território Federal do Rio Branco. Dada a sua importância na dinâmica socioeconômica e na mobilidade populacional “[...] o rio Branco é então por isto um elemento emblemático e central na paisagem da Roraima pré- rodoviária” (BARROS, 1996, p.4).

Com a criação do Território Federal surge a necessidade de implementação de infraestrutura urbana na cidade de Boa Vista, que passa a ser a capital do novo Território. Esta necessidade se materializa com a implantação de um novo plano urbano (1946) onde foram

assentadas as novas construções do centro administrativo. A criação do Território, juntamente com a intensa mineração provocou o crescimento demográfico e a concentração da população e das funções urbanas em Boa Vista ao longo das décadas de 1940 e 1950. Boa Vista consolida assim seu papel como centro político-administrativo e também econômico. Nesta direção, Barros (1996, p.14) conclui que Boa Vista que em 1943 teria 2.000 habitantes

tornou-se uma *fronteira burocrática* cuja importância se prolongará até os dias atuais. É também no âmbito da atuação federal, e simultaneamente, que várias colônias de pequenos produtores foram implantadas pelo governo, no entorno de Boa Vista (distâncias não maiores que 60 quilômetros desta cidade). O povoamento resultante, efeito dos processos mencionados (pecuária, mineração, fronteira burocrática e primeiros projetos de colonização), ocupou mais consistentemente apenas o sudeste de Roraima e rarefeitamente as áreas ribeirinhas do rio Branco.

Com a criação do Território Federal do Rio Branco e a consequente transformação de Boa Vista em capital inicia-se um novo ciclo migratório em direção à região, inicialmente para as obras de infraestrutura básica da nova capital. Quando da criação do Território, sua população total era de 12.130 habitantes, o que representava uma densidade demográfica de 0,05 habitantes por quilômetro quadrado (BARBOSA, 1993a). O município de Boa Vista¹¹ possuía um contingente populacional de 10.509 indivíduos, 86,7% deles residindo na área rural, restando menos de 1.500 na cidade¹² (BARBOSA, 1993a). Essa medida visava promover a ocupação humana do espaço, com auxílio direto da União, mediante o povoamento, a exploração e o aproveitamento de seus recursos naturais. Administrativamente, o novo território compreendia os municípios de Boa Vista e Catrimani, pertencentes anteriormente ao estado do Amazonas. Catrimani nunca chegou a ser efetivamente. Após a institucionalização do Território Federal ocorre o primeiro projeto colonizador, quando foram criadas três colônias agrícolas voltadas para o abastecimento de gêneros alimentícios para a capital. Entre os anos de 1951 e 1952 se inicia importante programa de colonização, no qual a União viabilizava o traslado dos colonos migrantes e cedia a cada um deles lote de 25 hectares. O período compreendido entre os anos 1951 e 1953 representou importante efetivação no processo de colonização agrícola no novo Território. A Colônia Fernando Costa, instalada ainda em 1945 a cerca de 55 km ao sul da capital, sofreu uma reestruturação que levou a esta região um contingente de 150 famílias, ou 640 pessoas (BARBOSA, 1993a). Esta localidade deu origem à cidade de Mucajaí, sede do atual município homônimo.

¹¹ Boa Vista é alçada a condição de município através do Decreto n.49 do Governo do Amazonas em 09/07/1890. Este decreto elevou a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo à categoria de município, recebendo o nome de Boa Vista do Rio Branco.

¹² Estes dados não computam a população indígena, referindo-se tão somente aos não índios.

Ainda na década de 1950 outras tentativas de colonização foram arroladas pelo governo federal. As colônias Brás de Aguiar e Coronel Mota foram criadas na região do Médio/Alto Rio Branco e a colônia agrícola Santa Maria do Boiaçú na região do Baixo rio Branco, rapidamente inviabilizada devido a sua total falta de infraestrutura e inaptidão agrícola. A Coronel Mota (atual Taiano) foi uma tentativa de assentamento de imigrantes japoneses nos moldes de Tomé-Açú, no estado do Pará, por iniciativa conjunta dos governos brasileiro e japonês.

Estas primeiras tentativas de colonização redundaram em grandes fracassos econômicos em função da precariedade de suas instalações, além do cometimento de surtos de malária que resultaram na desistência e até a morte de alguns colonos. Apenas alguns anos após suas instalações é que algumas delas vão lograr algum êxito produtivo (BARBOSA, 1993a). Entretanto, em termos demográficos, as colônias parecem ter representado um incremento importante ao contingente populacional do Território. A população total que era de 12.130 em 1940, passa para 18.116 habitantes em 1950 e alcança 28.304 indivíduos em 1960 (IBGE). Estes números resultam numa taxa de crescimento demográfico anual entre 1940 e 1950 de 5,49% e de 4,65% no decênio seguinte. Conforme aponta Barbosa (1993a) estes valores superam em 139,7% e 39,2% os índices observados nos mesmos períodos para toda a Região Norte do país. Nesta linha, o referido autor afirma que

A pressão fundiária no Nordeste e a facilidade de obtenção de terras incentivada pelo governo local já eram responsáveis por um significativo número de migrantes deslocando-se nesta região. O incremento no tráfego fluvial e os primeiros deslocamentos aéreos nesta região também permitiram que o vale do rio Branco começasse a sair gradualmente do seu isolamento diante do restante do país (BARBOSA, 1993a, p.141).

Encerra-se assim, no início dos anos 1960, a primeira etapa de ocupação oficial no então Território Federal do Rio Branco, marcado por iniciativas e participações da Coroa Portuguesa, dos Missionários Carmelitas, da política Pombalina, do Governo Republicano de Getúlio Vargas e suas colônias agrícolas. Ao final do período, ainda que se verificasse uma importante expansão populacional, a região permanecia isolada do resto do país, ainda debilmente ocupada (em termos de densidade demográfica). A região, anteriormente ocupada por populações indígenas, caboclas e ribeirinhas começa a receber um contingente de pessoas oriundas de outras partes do país. Ainda assim, a população absoluta e a densidade demográfica de Roraima permaneciam diminutas.

4.2 DOS ANOS 1960 AO INÍCIO DA DÉCADA 1990: O BOOM NA MIGRAÇÃO EM RORAIMA

Seguindo a linha interpretativa de Barbosa (1993a; 1993b), consideramos o início dos anos 1960 como a gênese de uma nova fase de ocupação humana em Roraima, de contornos distintos daqueles observados ao longo do período anterior, descritos no tópico 4.1.

Com a tomada do poder pelos militares em 1964, um novo modelo de ocupação e desenvolvimento econômico para a Amazônia é colocado em prática. Sob os auspícios do discurso da soberania nacional e da necessidade de resolução de conflitos agrários no Nordeste do país, a “terra de poucos homens” torna-se foco principal das ações colonizadoras por parte do governo ditatorial. O marco fundamental neste processo é o término da construção da rodovia Bernardo Sayão, conhecida por Belém-Brasília, iniciada na década de 1950, possibilitando a integração da região Norte ao resto do país e permitindo a intensificação dos fluxos migratórios em direção à região. As rodovias Cuiabá-Santarém e Cuiabá-Porto Velho também foram fundamentais neste processo, além da Transamazônica.

O rebatimento desta nova política em Roraima¹³ só ocorreu em 1975 com a criação do Programa Polos Agropecuários e Agrominerais de Roraima (POLORORAIMA), no âmbito do Programa Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA). Este programa incentivaria “[...] o acréscimo na escassa mão-de-obra local, de população externa via migração” (BARBOSA, 1993b). Para o período de 1975 até 1979, o orçamento do POLORORAIMA previa investimentos na ordem de US\$ 53, 8 milhões, o que correspondia à quase 51 vezes o valor do Imposto sobre circulação de mercadorias (ICM) arrecadado pelo Território em 1980. Deste total, 45% eram de total responsabilidade do POLOAMAZÔNIA, 41,9% viriam de outros ministérios¹⁴ e os restantes 13,1% do governo local. No orçamento previsto, havia recursos destinados para a criação de novas colônias agrícolas, regularização da posse da terra e abertura de novas estradas que “dariam suporte ao enquadramento de novos colonos no Território” (BARBOSA, 1993b, p.180).

Estes vultosos investimentos acabaram por possibilitar um fluxo migratório em direção a Roraima, que só não foi mais intenso “devido ao ainda difícil acesso e, em parte,

¹³ Em 1962 o Território Federal do Rio Branco tem seu nome modificado para Território Federal de Roraima. Segundo BARBOSA (1993b) esta mudança se deu em função da confusão que havia com Rio Branco, capital do Acre. Segundo o autor, correspondências e até mesmo pessoas acabavam parando nesta capital quando seu verdadeiro destino era o atual estado de Roraima.

¹⁴ O POLOAMAZÔNIA estava vinculado ao Ministério do Interior.

todos os governos locais dessa época eram regidos por militares pouco estimulados ao desenvolvimento de uma base política futura” (BARBOSA , 1993b, p.180).

Com a iniciativa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Roraima inicia ao final dos anos 1970 um amplo programa de assentamentos humanos dirigidos. Os projetos de maior monta foram instalados nas regiões leste e centro-oeste do Território, com a Colônia Alto Alegre e os chamados Programas de Assentamento Rápido (PAR) Apiaú e Baraúna e ao sul com o PAR Jauaperi e os Projetos de Assentamento Dirigidos (PAD) Salustiano Vinagre (atual Anauá) e Jatapú. Durante os anos 1970 e 1980 ocorreu a implementação de diversos projetos, atualmente administrados pelo INCRA ou pelo Instituto de Terras do Estado de Roraima (ITERAIMA). O quadro 1 apresenta os projetos de colonização agrícola criados até a década de 1980 e que ainda existiam no ano de 2004. O número de famílias assentadas refere-se ao ano de 2004.

Quadro 1 – Projetos de assentamento agrícolas criados até 1989 - situação em 2004

Projetos	Município (1)	Ano de criação	Famílias assentadas
Cantá	Cantá	1944	40
Taiano	Alto Alegre	1965	40
Anauá (2) (3)	Rorainópolis	1975	2.536
Alto Alegre	Alto Alegre	1976	300
São Luiz	São Luiz	1978	800
Apiaú	Mucajá	1979	900
Confiança I	Cantá	1980	40
Confiança II	Cantá	1981	100
Confiança III	Cantá	1982	850
São Francisco	Bonfim	1983	70
Jatapú (2)	Caroebe	1983	1.263
Pacaraima	Pacaraima	1983	6
Socoraima	Pacaraima	1983	20
Samá	Pacaraima	1983	10
Paubaru	Amajari	1985	80
Pacu	Amajari	1985	50
Vilena	Bonfim	1985	80
Tamandaré	Mucajá	1985	45
Paredão (2)	Alto Alegre	1987	648
Roxinho	Iracema	1987	300
Roxinho	Mucajá	1987	200
São Silvestre	Alto Alegre	1988	35
Tepequém	Amajari	1989	70
Total			8.483

(1) Município atual onde se encontra o projeto.

(2) Projetos administrados pelo INCRA. Os demais estão sob a responsabilidade do ITERAIMA.

(3) Este projeto é considerado o maior do país, com uma área de 221.832, 20 hectares e capacidade para assentar 3.460 famílias.

Fonte: Arantes (2006). Adaptada pelo autor (2011).

O quadro 1 mostra que entre os anos 1970 e fim dos 1980, 23 projetos de assentamento foram criados em Roraima e que existiam ainda em 2004. Apresenta ainda a quantidade total de famílias assentadas nestes projetos, 8.483. Os projetos administrados pelo INCRA possuíam uma extensão territorial total de 462.676 hectares e uma capacidade de assentamento de 7.960 famílias, apesar de contar com apenas 4.447 assentadas, ou seja, 55,

86% da capacidade total. Obviamente, tal quadro não demonstra explicitamente elementos referentes a fluxos migratórios, mas provavelmente os colonos assentados já haviam experimentado ao menos uma etapa migratória em suas vidas, seja ela iniciada em outro Estado ou no interior de Roraima. Importante frisar que a instalação das rodovias BR 174 (ligando Manaus à Boa Vista) em 1977¹⁵ e a BR 210 (Perimetral Norte) em 1976 foram vitais para a expansão do movimento migratório em direção a Roraima, encerrando o que Crocia de Barros (1996) denominou de período pré-rodoviário. Esta última, de acordo com Diniz e Santos (2008, p. 2), “abriu o flanco Sudoeste de Roraima à colonização”. Referindo-se ainda à importância destas rodovias para a imigração em Roraima, concluem que

A construção dessas estradas marca o início de uma nova era de ocupação na região, pois além de garantir uma ligação durante todas as estações do ano, permitiu que vastas áreas fossem exploradas em diversos projetos de colonização (DINIZ; SANTOS, 2008, p.2)

Os projetos de colonização agrícolas implementados desde a criação do Território acabaram por promover a transferência de colonos de regiões deprimidas economicamente do Nordeste brasileiro. Ainda que esta colonização dirigida tenha alcançado diversos estados nordestinos, é fundamentalmente o Maranhão o que mais contribuiu naquele momento no fornecimento de colonos imigrantes em direção ao novo Território Federal. Na realidade, esta primazia do Maranhão como grande fornecedor de mão-de-obra é observada ao longo de muitas décadas, exercendo ainda importante papel na composição do fluxo migratório em direção à Roraima. Neste sentido Freitas (1997, p. 2) afirma: “Esta ligação histórica entre o Maranhão e Roraima se fortaleceu através do tempo, gerando e perpetuando uma série de fluxos [...], ligando comunidades específicas nos dois estados”. Esta primazia do Maranhão no fornecimento de mão-de-obra migrante pode ser constatada pelos dados da PNAD 2009, que apontam para uma população nascida neste estado da ordem de 90 mil pessoas, ou seja, cerca de 21% do total da população residente no estado de Roraima (Tabela 7). Chama a atenção o fato de mais da metade da população ter nascido em outra unidade da federação. Ademais, praticamente 37% nasceram no Maranhão, Pará, Amazonas ou Ceará, os quatro principais fornecedores de imigrantes para Roraima. Os imigrantes oriundos destes quatro estados representam nada menos do que 72,5 % do total de nascidos em outras unidades da federação, praticamente $\frac{3}{4}$ do total de imigrantes residindo em Roraima. verifica-se que a quantidade de

¹⁵ Em 1998 a rodovia foi totalmente finalizada, estendendo-se até Pacaraima, na divisa com a Venezuela. Isto contribuiu para o incremento no fluxo migratório internacional de habitantes entre os dois países.

gaúchos vivendo em Roraima é significativamente menor do que a dos principais locais de origem dos migrantes. Dos originários do sul do país, a maior quantidade é de paranaenses.

Tabela 7 - Imigrantes em Roraima conforme estado de nascimento, número total e porcentagem relativa a população total do estado – 2009

Estado de nascimento	Número total (em mil hab.)	% do total da população residente em Roraima
MA	90	20,88
PA	30	6,9
AM	27	6,26
CE	14	3,25
PI	8	1,86
GO	5	1,16
PR	4	0,92
SP	3	0,7
RO	3	0,7
RS	2	0,46
Total MA, PA, AM, CE	161	37,3
Total imigrantes	222,6	51,6
População total	431	100,00

Fonte: IBGE. PNAD (2009). Elaborada pelo autor, 2011.

Entre 1970 e 1980 a população de Roraima praticamente dobrou, apresentando uma taxa de crescimento anual de 6,8%, com predominância do sexo masculino. Como destacado anteriormente, boa parte dos migrantes que se deslocaram para Roraima neste período eram oriundos do Maranhão. Para Dutra (2004), a massa de migrantes maranhenses que chega a Roraima ao final dos anos 1970 está ainda fortemente relacionada com a crise da orizicultura naquele estado.

Paralelamente à facilidade obtida com as novas rodovias, a política de distribuição de lotes rurais e urbanos, juntamente com o patrocínio das viagens oferecido pelo então governador Ottomar de Sousa Pinto permitiram uma constância no movimento migratório em direção a Roraima. Com o adensamento populacional proveniente deste fluxo, nasce a oportunidade de criação de novos municípios, defendida pelo governador do Território. Desta forma, em 1982, através da Lei 7009 de 01 de julho nascem os municípios de Alto Alegre, Bonfim e Normandia e de terras provenientes de Caracaraí são criados Mucajaí, São João da Baliza e São Luiz. Com a criação destes 6 novos municípios, “Ottomar Pinto foi formando, principalmente através da migração maciça, um eleitorado fiel no campo e na cidade”(DUTRA, 2004, p.122).

Até a metade da década de 1980, pelo menos 14 projetos de colonização agrícola já haviam sido instalados em Roraima, favorecendo sobremaneira a convergência de pessoas em

direção à região. Silveira e Gatti (1988, p. 183), afirmam que “[...] o surgimento de um fluxo migratório mais intenso [...] representaria uma forma de expansão da fronteira caracterizada por um campesinato diferenciado”. Camponeses estes que já haviam experimentado outra etapa migratória, oriundos de outras frentes de colonização na própria Amazônia, particularmente de Rondônia. Eram colonos que haviam sofrido o impacto de um crescimento na demanda por terras ou mesmo passado pelo fracasso dentro da agricultura nestas antigas áreas.

Os dados levantados junto ao Centro de Recepção e Triagem ao Migrante (CETREMI) por Silveira e Gatti (1988) demonstram que 60,7% (2.500) do total de migrantes triados dirigiam-se à zona rural, sendo 4% destes para as áreas de garimpo e 96% rumavam às colônias agrícolas. O fluxo direcionou-se principalmente para o trecho sudeste da BR-210, onde se localizam atualmente os municípios de São João da Baliza e São Luiz, com 1.339 pessoas.

Já a Secretaria de Estado de Planejamento de Roraima (SEPLAN) em relatório publicado em 1985 aponta para uma tendência ainda mais intensa de fluxo rumo às áreas rurais (74,5% de 17.682 migrantes triados) entre outubro de 1980 e novembro de 1984. Uma diferença importante entre os dois documentos é que o relatório da SEPLAN considerava os distintos meios de entrada (fluvial, aérea e terrestre) dos migrantes, ao passo que o do CETREMI apenas o terrestre. O relatório da Secretaria não levantou os locais de origem e procedência, nem tampouco o destino final dos mesmos (garimpo, área de assentamento, pecuária, etc.). A tabela 8 mostra o fluxo imigratório em direção a Roraima (SEPLAN).

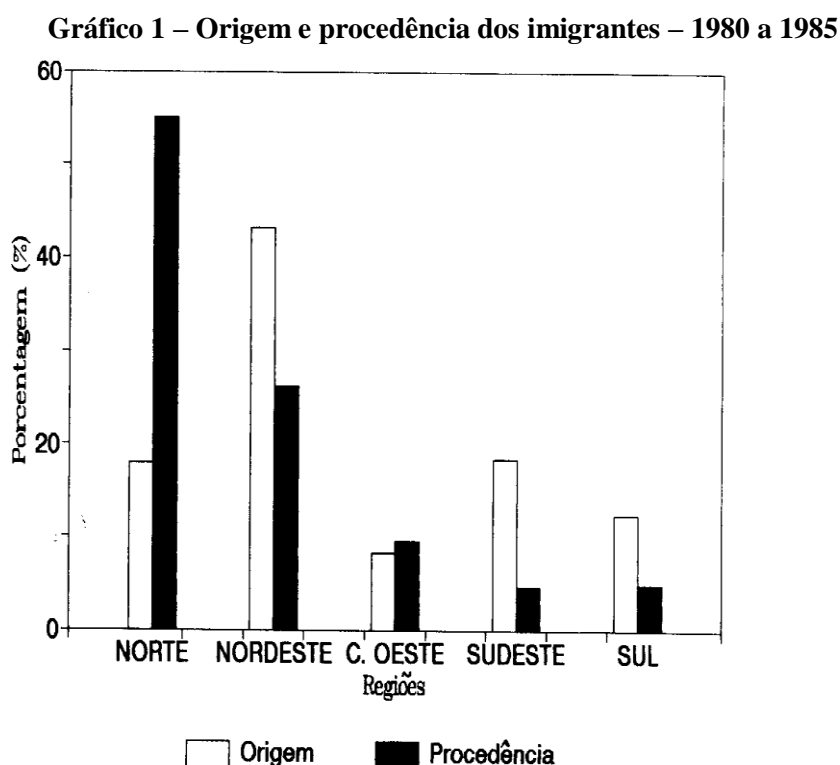
Tabela 8 – Fluxo imigratório para Roraima – 1980 a 1984

Ano	Zona		(Nº de Migrantes)
	Urbana	Rural	Total
1980	624	1546	2170
1981	1259	5281	6540
1982	862	2615	3477
1983	802	1778	2580
1984	956	1953	2909
Total	4503	13173	17676
(%)	25.5	74.5	-

Fonte: Barbosa (1993b).

Os dados do CETREMI mostram que a procedência dos migrantes era, sobretudo, do Norte (54,9%) e Nordeste (26,1%). A maioria destes colonos era proveniente de antigas

frentes de colonização agrícolas, principalmente de Rondônia (28,9%). Entretanto, a origem¹⁶ destes migrantes era fundamentalmente nordestina, com uma participação de 43,2%. Estas informações ratificam a ideia de que estes indivíduos já haviam experimentado anteriormente outra etapa migratória, sendo Roraima, portanto, mais um ponto dentro de uma trajetória. Ao se tomar a origem dos migrantes por unidade da federação, constata-se a prevalência de maranhenses (20,4%) e amazonenses (10,1%) (Gráfico 1).



Fonte: Barbosa (1993b, p. 185).

Os dois documentos demonstram que apesar dos atrativos estarem nas áreas rurais do Território (colônias agrícolas, campos de pecuária e garimpo), uma parcela não desprezível dos imigrantes dirigia-se para os núcleos urbanos, particularmente, Boa Vista. Diniz e Santos (2008) apontam para uma intensa mobilidade entre campo e cidade, própria do comportamento dos agentes sociais que ocupam o espaço roraimense. Tanto os frutos da atividade mineradora como agrícola são comercializados na capital, como os instrumentos necessários para o seu exercício também tem seu mercado em Boa Vista. Com as sedes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Instituto de Terras de

¹⁶ Procedência refere-se ao último local de residência antes do levantamento (Censo, PNAD, *survey*, etc.), ao passo que origem refere-se ao local de nascimento do entrevistado.

Roraima (ITERAIMA) localizadas na capital, muitos imigrantes aguardam na cidade até conseguirem acesso aos lotes nas áreas de assentamento agrícola no interior do Estado.

Ao estudar os principais fluxos migratórios em direção a Roraima nos últimos quinquênios das décadas de 1970 (1975-1980) e 1980 (1986-1991), Diniz e Santos (2008) mostram a seguinte situação (Tabelas 9)¹⁷.

Tabela 9 – principais fluxos migratórios de Roraima: 1975-1980

Procedência	Destino	Número de imigrantes
Manaus – AM	Boa Vista	1.608
Manaus – AM	Caracaráí	377
Belém – PA	Boa Vista	374
Fortaleza – CE	Boa Vista	319
Imperatriz – MA	Caracaráí	374
Santa Luzia – MA	Boa Vista	284
Santa Luzia – MA	Caracaráí	278
Imperatriz – MA	Boa Vista	263
São Luis – MA	Boa Vista	241
Santarém - PA	Boa Vista	157
Bacabal – MA	Boa Vista	154
Santa Inês – MA	Boa Vista	132
Boa Vista – RR	Caracaráí	131
Rio de Janeiro – RJ	Boa Vista	122
João Lisboa – MA	Caracaráí	120
Aracati – CE	Boa Vista	114
Vitorino Freire – MA	Boa Vista	113
Bacabal – MA	Caracaráí	109
Rio Branco – AC	Boa Vista	96
Vitorino Freire – MA	Caracaráí	92
TOTAL		4.765

Fonte: Diniz; Santos (2008). Adaptado pelo autor.

Percebe-se pela tabela 9 a prevalência de Boa Vista no destino dos imigrantes que chegaram em Roraima¹⁸. Dos 4.765 indivíduos, 3.284, ou 68, 9% se dirigiram para a capital. Do total de indivíduos, 30,8 % tinham como procedência o estado do Maranhão e, 131 o próprio Território de Roraima (migração intra-estadual). Entretanto, os dados da tabela referem-se apenas aos 20 principais municípios de procedência dos migrantes. Na totalidade, chegaram¹⁹ à Roraima 11.729 imigrantes no segundo quinquênio da década de 1970.

De 1980 a 1991 a população de Roraima cresceu 2,7 vezes (Censos 1980 e 1991), passando de 79.159 para 217.583 habitantes. A taxa de crescimento anual total ficou em

¹⁷ Os autores usaram o quesito “data-fixa”, que mostra onde os entrevistados residiam numa data fixa anterior, no caso cinco (05) anos antes. Como o Censo de 1980 não continha este quesito os autores usaram um filtro no qual foram selecionados os indivíduos que tinham, em 1980, tempo de residência inferior a cinco anos nos municípios de Roraima e idade igual ou superior a cinco anos.

¹⁸ Dois pontos são importantes aqui. Primeiro: naquela data (1980) só havia dois municípios em Roraima, Boa Vista e Caracaráí. Segundo: os valores na tabela são apenas dos 20 principais municípios de procedência, não o total de imigrantes que chegaram no período.

¹⁹ Na realidade, o quesito “data-fixa” não mostra todos os indivíduos que chegaram (ou saíram). Mostra onde residiam cinco anos antes, sem considerar as (possíveis) etapas migratórias ocorridas no intervalo considerado.

10,6%, enquanto a mesma taxa para as áreas rurais foi de 9,7%, muito acima dos 2,7% observados na década anterior. Estes números estão estreitamente ligados à criação de colônias agrícolas (23 no período), mas sobretudo à expansão do garimpo, principalmente a partir de 1987. Estimativas apontam (MAC MILLAN, 1987) que aproximadamente 40.000 pessoas estiveram envolvidas diretamente na atividade garimpeira entre 1987 e 1991. Como já destacado, ainda que os atrativos de Roraima estivessem na área rural, a expansão populacional ocorrida na década de 1980 se apresentou muito mais intensa nas zonas urbanas (136%) do que rurais (35,3%). Boa Vista, que possuía uma população de 43.016 habitantes em 1980, alcança quase 119 mil em 1991, um crescimento semelhante ao experimentado por Roraima como um todo. Sua participação no total da população do estado alcança 54,66% (Tabela 10).

Tabela 10 - População de Roraima (A) e Boa Vista (B) e porcentagem da população de Boa Vista no total de Roraima (B/A)%. 1950-1991

	1950	1960	1970	1980	1991
Roraima	18.116	28.304	40.885	79.159	217.583
Boa Vista	5.132	7.037	16.727	43.016	118.926
(B/A)%	28,33	24,86	40,91	54,34	54,66

Fonte: IBGE. Censos (1950, 1960, 1970, 1980, 1991). Elaborada pelo autor, 2011.

Ao final dos anos 1980, Roraima contava com 08 municípios – Boa Vista e Caracaraí, mais antigos – e os outros 06 criados com a Lei 7009 de 1982: Alto Alegre, Mucajaí, São João da Baliza, São Luiz, Normandia e Bonfim. Alguns destes já aparecem como principais municípios de procedência de imigrantes em Roraima no início dos anos 1990. Com a expansão da atividade garimpeira, alguns novos municípios do interior do estado surgem como locais de destino de novos imigrantes que chegavam diariamente para a extração de ouro e diamante em garimpos situados nestas localidades. Entretanto, a capital Boa Vista permanece como o principal destino dos migrantes que aportavam diariamente no estado de Roraima. Com a intensa migração em direção à capital, a cidade passa por um forte processo de expansão de sua mancha urbana. Intensifica-se a ocupação de áreas institucionais e de fragilidade ambiental. A zona oeste da cidade, com presença de vários corpos hídricos (igarapés e lagoas) começa a ser intensamente ocupada. Esta ocupação se dá de forma oficial (conjuntos habitacionais e bairros criados pelo poder público) e espontânea. Atualmente (2010) cerca de 80% da população da cidade vive nesta área (zona oeste). A tabela 11 demonstra os principais locais de procedência e a supremacia de Boa Vista como destino final

dos migrantes que chegaram no estado de Roraima entre os anos de 1986 e 1991, período do auge da atividade garimpeira.

Tabela 11 – principais fluxos migratórios de Roraima – 1986-1991

Procedência	Destino	Número de imigrantes
Manaus – AM	Boa Vista	2.300
Itaituba – PA	Boa Vista	1.564
Imperatriz – MA	Boa Vista	1.555
Fortaleza – CE	Boa Vista	946
Zé Doca – MA	Boa Vista	785
Belém – PA	Boa Vista	712
Santarém – PA	Boa Vista	705
Santa Inês – MA	Boa Vista	703
Porto Velho – MA	Boa Vista	586
São Luis – MA	Boa Vista	567
Rio de Janeiro – RJ	Boa Vista	556
Bacabal – MA	Boa Vista	498
São João da Baliza – RR	Boa Vista	443
Alto Alegre – RR	Boa Vista	403
Goiânia – GO	Boa Vista	376
Teresina – PI	Boa Vista	362
São Paulo – SP	Boa Vista	354
Acailândia – MA	Boa Vista	306
Xinguara – PA	Boa Vista	295
Mucajaí – RR	Boa Vista	288
Total		14.304

Fonte: Diniz; Santos (2004). Adaptado pelo autor (2011).

A tabela 11 mostra alguns pontos que merecem destaque. Primeiramente, é importante observar o incremento no total de imigrantes que aportam ao estado no período considerado (1986-1991). Este número foi três vezes maior que o do quinquênio 1975-1980. No que tange apenas a imigração inter-estadual, Santos e Diniz (2008) apontam que esta também triplicou, passando de um total de 11.729 indivíduos em 1975-80 para 33.086 em 1986-1991.

Merece destaque ainda o fato de que alguns municípios que nem apareciam no quinquênio anterior (1975-1980) aparecem como importante local de procedência neste último período. Este é particularmente o caso de Itaituba, no estado do Pará. Não por coincidência o município em questão também era uma área com forte presença de garimpo. Importante também é a presença de Porto Velho como município fornecedor de imigrantes para Roraima, oriundos de uma região de fronteira agrícola mais antiga. A continuidade da importância do Maranhão, até com o surgimento de novos municípios fornecedores de imigrantes (como Zé Doca, por exemplo) se dá pelo prosseguimento das relações

socioeconômicas históricas entre as duas regiões, intensificadas pelas campanhas feitas pelos governos locais para atrair ainda mais maranhenses para a região.

Outro ponto de destaque é a exclusividade de Boa Vista como destino final dos imigrantes. Este fato decorre dos fatores descritos anteriormente, como a comercialização dos minérios feita quase que exclusivamente em estabelecimentos da capital, assim como a espera por lotes agrícolas no interior do estado. A distribuição de lotes urbanos na periferia da capital também tem papel fundamental no movimento de pessoas em direção a cidade. Grande parcela dos 40.000 envolvidos diretamente no garimpo fixou residência em Boa Vista, tanto na casa de parentes e amigos como em residências construídas com material disponibilizado pelo poder público. No caso dos colonos, muitos deles residiam também em Boa Vista.

Em 1988, ainda antes da transformação do Território em Estado²⁰, é lançado o Plano de Metas do Governo de Roraima, delineando algumas ações a serem desenvolvidas para o triênio 1988-1990. Tais medidas consistiam na (a) expansão das colônias agrícolas existentes; (b) criação da colônia agrícola Trairão/Tepequém (atual município de Amajari) e; (c) estudo da viabilidade da instalação da colônia Equador, no sul do estado. Estas ações tinham por objetivo oficial o crescimento da produção agrícola no estado, tendo em vista a imensa massa de imigrantes que chegavam diariamente – 47 famílias por semana – para o exercício da atividade mineradora. Portanto, o que se observa é uma imigração planejada para suprir a demanda por alimentos de uma imigração aurífera pré-existente. A meta era assentar 2.400 famílias ao longo dos três anos (BARBOSA, 1993b).

O início dos anos 1990 é marcado pela intervenção do governo federal nas zonas de garimpo que haviam alcançado áreas institucionais de preservação ambiental e reservas indígenas. Entidades de direitos humanos e ambientalistas chamavam a atenção para o genocídio de índios e as graves consequências negativas que a garimpagem estava proporcionando àquelas regiões. Tais denúncias resultaram no fechamento dos garimpos ilegais, representando um grande baque na economia roraimense. A mineração era a principal responsável pela arrecadação de tributos por parte do recém criado estado de Roraima, além de se constituir na atividade econômica em torno da qual gravitava a economia roraimense. Agricultura, comércio, serviços, finanças, todas estas atividades estavam de uma forma ou de outra atreladas à atividade garimpeira. O fim do garimpo representou um movimento inverso nos fluxos migratórios. Ocorre uma maior migração de retorno de indivíduos para seus

²⁰ Roraima passa da condição de Território Federal para Estado Federado a partir da Constituição Federal de 1988. A primeira eleição direta para governador do estado ocorrerá apenas em 1990, tendo o eleito assumido em 1991.

estados de origem ou de procedência, assim como o deslocamento para outras regiões ainda não “experimentadas” pelos migrantes. Ocorre ainda uma intensificação na migração em direção a áreas garimpeiras da Venezuela e da Guiana, países fronteiriços à Roraima. Paralelamente, ocorre uma migração mais intensa em direção à Boa Vista, inflando a periferia da cidade.

Por fim, a transformação política do Território Federal em Estado repercute econômica e demograficamente. Num primeiro momento uma leva de servidores públicos do Território emigraram de Roraima (cerca de 2.000, segundo dados de BARROS, 1996) para outras unidades da federação. Entretanto, com a necessidade da criação das instituições públicas do novo Estado, uma onda de imigrações ressurgiu em direção à capital. Desta forma, percebe-se uma transformação importante na dinâmica migratória em Roraima. Nas décadas anteriores os atrativos para a chegada de pessoas ao estado eram os projetos de colonização agrícola e o garimpo, ao passo que no início dos anos 1990 o chamariz se deslocou para o serviço público. Este movimento tem, entretanto, semelhanças ao ocorrido nos períodos anteriores. Dada a inexistência de concursos públicos, não havia critérios seletivos (de nível educacional, por exemplo) para a nomeação dos servidores, acarretando numa baixa qualificação profissional destes funcionários. Muitos deles não possuíam nem primeiro grau completo e suas experiências laborais anteriores resumiam-se às atividades agrícolas familiares e à garimpagem (os migrantes inter-estaduais). Assim, tal como antes, a maioria dos migrantes possuíam baixo grau de escolaridade. Para a capital, que participava com quase a totalidade dos servidores imigrantes (intra e inter-estaduais) e outros imigrantes, este perfil se torna mais explícito.

Em suma, o início dos anos 1990 é marcante para o entendimento da dinâmica migratória de Roraima e, particularmente, de Boa Vista. O fechamento dos garimpos no interior do estado intensifica a imigração em direção a capital. A transformação efetiva do Território Federal em Estado Federado contribui de um lado para uma fuga de pessoas (funcionários federais qualificados) para outras partes do país e, de outro, para uma nova onda de imigração em direção ao estado para ocupar os cargos públicos criados, sobretudo na sua capital. Atrai ainda uma leva de trabalhadores que vislumbram uma melhora na qualidade de vida em outras atividades econômicas, assim como empresários urbanos e rurais de distintas regiões do país atrás de possibilidades de lucro no novo Estado.

Durante os anos 1990 a chegada de imigrantes a Roraima permaneceu elevada, ainda que em proporções menores que na década anterior. Muito por conta das políticas adotadas pelos municípios para atrair os migrantes, visando à elevação do valor recebido do Fundo de

Participação dos Municípios (FPM) e de outras verbas federais. O município de Rorainópolis, no sul do estado, é um bom exemplo desta prática. Sua população praticamente quadruplicou entre 1997 e 1999, passando de pouco mais de 7.000 para aproximadamente 28.000 habitantes. Vale destacar que muitos deles vinham de outras regiões da Amazônia, já haviam passado por projetos de colonização em Rondônia e no Pará. Neste município, segundo matéria publicada na revista *Veja* (04/08/1999), distribuía-se cesta básica, arranjava-se abrigo num galpão público e concedia-se emprego na prefeitura ou no comércio local aos interessados em residir em Rorainópolis. Assim se refere a matéria ao tratar de algumas facilidades aos migrantes que se dispusessem a ir para Rorainópolis: “qualquer família que estiver em Manaus ou em cidades próximas à divisa do Amazonas com Roraima e não tiver dinheiro para a mudança, pode ligar para a prefeitura e encomendar um caminhão para buscá-la” (*Veja*, 04/08/1999).

Desta forma, a entrada de migrantes em Roraima permaneceu elevada. No ano de 1995 foram contabilizadas 6.264 pessoas entrando no estado, contadas apenas as que passaram pelo Posto de Triagem da Vila Jundiá. Destas, 5.641 eram maiores de 18 anos e 623 crianças e adolescentes. Em 1996 houve uma elevação neste número, passando para 7.607, dos quais 7.018 em direção à capital (Tabela 12). Vale lembrar que estes dados se referem apenas às pessoas que chegaram a Roraima por via terrestre. As migrações se dão também por via aérea e fluvial.

Tabela 12 – Fluxo migratório de entrada – Roraima – 1996

Mês	Adulto masc.	Adulto fem.	C./A. masculino(1)	C./A. feminino(2)	Total de entrada	Migrante dest. BV(3)	U.F. de maior procedência
Janeiro	749	297	272	279	1.597	1.499	MA
Fevereiro	443	206	186	234	1.069	942	AM
Março	389	160	142	139	830	772	PA
Abril	236	89	60	74	459	421	PA
Mai	273	95	74	78	520	470	MA
Junho	20	03	03	04	30	26	MA
Julho	238	102	88	79	507	477	MA
Agosto	220	102	58	57	437	364	MA
Setembro	296	119	74	75	564	510	MA
Outubro	348	90	73	49	560	507	MA
Novembro	372	99	81	52	604	564	MA
Dezembro	271	104	82	53	510	466	MA
Total	3.855	1.466	1.193	1.173	7.687	7.018	

(1) Criança/adolescente masculino.

(2) Criança/adolescente feminino.

(3) Migrante com destino para Boa Vista.

Fonte: adaptado de Amorim (1997). Elaborado pelo autor, 2012.

A tabela 12 mostra a prevalência de pessoas do sexo masculino entrando em Roraima em 1996. Enquanto apenas 1.466 mulheres adultas chegaram ao estado naquele ano, 3.855 homens fizeram o mesmo deslocamento, isto é, 2,5 vezes mais homens do que mulheres aportaram em Roraima em 1996.

Tabela 13 – fluxo de saída de Roraima – 1996

Mês	Masculino	Feminino	C./A. masc.	C./A. fem.	Total de saída
Jan	78	35	24	21	158
Fev	76	20	16	16	128
Mar	131	35	15	18	199
Abr	145	21	11	04	181
Mai	161	29	13	14	217
Jun	20	01	05	01	27
Jul	123	24	11	14	172
Ago	76	18	12	09	115
Set	84	17	13	12	126
Out	61	11	12	07	91
Nov	87	24	17	27	155
Dez	109	35	14	16	174
Total	1.151	270	163	159	1.743

C./A. masc. – criança/adolescente masculino; C./A. fem. – criança/adolescente feminino.

Fonte: Adaptado de Amorim (1997). Elaborado pelo autor, 2011.

Pelos dados das tabelas 12 e 13 verifica-se que o saldo migratório líquido foi de 5.945, visto que 7.687 pessoas entraram no estado e 1.743 saíram de Roraima em 1996. Destes 7.687 que chegaram ao estado, nada menos do que 7.018 tiveram como destino Boa Vista, o que representa 91,3% do total, demonstrando a prevalência da capital como ponto final dos imigrantes. Neste mesmo ano de 1996 o IBGE estimava a entrada de 16 novos migrantes diariamente no estado, desencadeando um aumento populacional que ampliou consideravelmente a população residente em Roraima (IBGE, 2000). A maioria dos imigrantes que chegavam era maranhense, de forma que em 1995, de uma população total de aproximadamente 174.500 habitantes, algo em torno de 41.000 eram nascidos no Maranhão.

Entre 1980, início do boom demográfico de Boa Vista, até 2007, a população total quase quadruplicou, passando de 67.017 para 249.853 habitantes, chegando atualmente (2010) a aproximadamente 285 mil habitantes. Aproximadamente 98% deste total residem na zona urbana, diferentemente do que ocorria em 1980, quando o tamanho da população rural ainda se aproximava da urbana. Os dados do IBGE apontam que os períodos com maiores taxas de crescimento populacional foram de 1980 a 1991 (7,22%) e de 1996 a 2000 (4,92%). Tal crescimento ocorreu principalmente na população urbana, que apresentou taxas de 9,60% e 6,99% respectivamente. A população urbana de Boa Vista, entre 1980 e 2007 (Contagem

Populacional), passa de 43.854 para 246.156 habitantes, aumentando, portanto, em mais de cinco vezes o seu tamanho (Tabela 14). Como dito anteriormente, a zona oeste da cidade se torna a zona de intensa ocupação populacional, acolhendo mais de 80% da população urbana da cidade de Boa Vista. Dadas suas características ambientais, esta região tem sofrido com o intenso incremento populacional das últimas décadas.

Tabela 14 – evolução populacional Boa Vista e Roraima – 1991 a 2010

Ano	Boa Vista	Roraima
1991	122,6	217,5
1996	153,9	247,1
2000	200,5	324,3
2005	242,1	391,3
2010	284,3	451,2

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do IBGE, 2011.

Além dos números absolutos, a Tabela 14 permite depreender o aumento da participação relativa da capital no total da população do estado. Enquanto em 1991, a população de Boa Vista representava 56,36% do total do estado, em 2007 esta participação eleva-se para 63,12%, o que demonstra uma maior concentração populacional na capital roraimense ao longo do período analisado. Em 2010 esta participação alcança 69% do total e 82% da população urbana do estado. Sua população é aproximadamente 11 vezes maior que a do segundo município mais populoso do estado (Rorainópolis, com cerca de 25 mil habitantes). Em termos econômicos, responde por mais de 80% do PIB estadual, concentra 80% dos estabelecimentos comerciais, responsáveis por aproximadamente 70% das atividades privadas no estado. Possui sozinha mais estabelecimentos financeiros, hospitalares e educacionais do que o restante (14) dos municípios juntos. Ademais, é sede das principais instituições públicas, tanto da administração direta como indireta, gerando um desequilíbrio hierárquico entre a capital e as demais cidades, resultando num “fenômeno de macrocefalia urbana na capital do Estado” (DINIZ; SANTOS, 2008, p.9).

Em 2010 Roraima permanece sendo um estado altamente receptor de imigrantes. Ainda que os fluxos tenham diminuído de intensidade no último decênio, o estado permanece sendo destino de imigrantes de diversas partes do país. Perdendo apenas para o Amapá, Roraima é o segundo estado que mais recebe imigrantes em termos relativos a sua população. Como aponta o estudo de Baeringer (2011), além de receptor, Roraima tem elevado índice de absorção de imigrantes, isto é, um estado (o único, conforme a autora) com alto índice de eficácia migratória.

Em suma, o estado de Roraima chega ao início da década de 2000 com cerca de 325.000 habitantes, quase 110.000 mais do que em 1991. Já Boa Vista, que em 1991 contava com 122, 6 mil residentes, alcança 200 mil em 2000. No final da primeira década do século XXI, Boa Vista passa a contar com aproximadamente 285 habitantes e Roraima, 451 mil. Alguns deles são gaúchos vindos das distintas regiões do Rio Grande do Sul. São gaúchos da Campanha, da Serra, da Produção, do Litoral, da Região Metropolitana de Porto Alegre, enfim, das distintas regiões geográficas que compõem o estado mais meridional do país. Desde os anos 1970 tem crescido a participação destes brasileiros na composição da população roraimense, sendo reconhecidos pelos seus costumes, sua forma de falar, seu fenótipo.

O capítulo seguinte trata de compreender a “gênese” da imigração gaúcha para Roraima, iniciada, nos termos desta pesquisa, ao final dos anos 1960/início dos 1970. Nesse capítulo buscaremos entender o processo migratório dos gaúchos em direção primeiro à Amazônia e posteriormente à Roraima no período compreendido entre os anos 1960 até os 1990, focando nas décadas de 1970 e 1980.

Para a abordagem da migração gaúcha para a Amazônia em geral nos apoiaremos, sobretudo, nos trabalhos de Tavares dos Santos (1993) e Rocha (2006 e 2010), além de Simon (2009), Becker (1982), Lenharo (1986), Lisboa (1982) e Martins (1986). Na análise da migração de gaúchos para Roraima nos baseamos nos trabalhos de Souza (2001 e 2004). Também utilizamos a pesquisa de Lúcia Amorim (1997). Lançamos mão ainda de pesquisa na hemeroteca do Diário Oficial do Estado de Roraima, particularmente nos arquivos do Jornal de Boa Vista. E, um instrumento de fundamental importância foram as entrevistas formais junto à gaúchos “pioneiros” e nas conversas (nem tão) informais que tive com outros tantos no Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Nova Querência, em Boa Vista. Dada a escassez de estudos e dados sobre a migração gaúcha em Roraima, as entrevistas e conversas informais foram importantes para o desenvolvimento desta (e outras) fases da pesquisa. Através delas soubemos da existência desta hemeroteca e a possibilidade de nela se encontrar jornais que pudessem tratar da migração gaúcha nos anos 1970 e 1980.

5 O CAMINHO DOS GAÚCHOS EM DIREÇÃO À AMAZÔNIA BRASILEIRA

5.1 REGIME MILITAR E EXPANSÃO DA MIGRAÇÃO GAÚCHA PARA A AMAZÔNIA

5.1.1 O início da ocupação oficial da Amazônia e o caminho dos gaúchos

Com a ascensão dos militares ao poder em 1964, a Amazônia entra definitivamente no mapa geopolítico e econômico do país. Ainda nos anos 1950, com o início da construção da rodovia Belém-Brasília, ensaia-se a primeira grande tentativa de integração da região com o restante do país. Ainda que de fundamental importância para a ligação do Norte com as demais regiões, o incentivo para o deslocamento humano só vai ocorrer de forma mais contundente no início dos anos 1970, marcadamente a partir de 1972, com o Programa de Integração Nacional (PIN).

A ocupação planejada e sistemática da Amazônia vai ocorrer de forma mais intensa a partir do início do governo militar. Além da construção de diversas rodovias (como a Brasília-Acre e a Transamazônica), nesse período o Estado transformou a antiga SPVEA Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criou a Zona Franca de Manaus, a Suframa Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e o Banco da Amazônia (BASA), visando o desenvolvimento econômico da região.

A partir dos anos 1980, diversos investimentos de grande monta foram realizados na atividade mineradora, particularmente o Polo Minero-metalúrgico de Carajás, no município de Parauapebas, no sul do Pará. Além de inversões na extração e beneficiamento parcial do minério de ferro realizada na serra de Carajás, houve ainda a construção da ferrovia ligando Carajás ao porto de São Luis, no Maranhão. Também a construção da hidroelétrica de Tucuruí, ainda no Pará, para o fornecimento de energia utilizada na produção de alumínio em Barcarena e São Luis. Com a construção de rodovias surgiram novos polos econômicos na região, voltados principalmente para a exploração pecuária e a extração e beneficiamento de madeira. Tais atividades, apoiadas e financiadas pelo Estado, levaram a uma maciça entrada de capitais e pessoas oriundas de todos os rincões do Brasil para a Amazônia. Ao comentar a intensa migração para a região, Fleischfresser (2006, p. 11) afirma que

Desse modo, no processo de ocupação da Amazônia conjugaram-se e potencializaram-se uma ocupação planejada e estimulada pelo Estado, com a atração espontânea que os recursos naturais exercem, quer seja sobre aqueles que dispõem

de capital e desejam investir, quer seja pelos desprovidos que se dirigem para a região em busca de oportunidades de trabalho.

Com o crescimento da demanda internacional e a consequente elevação dos preços das commodities agrícolas nos anos 1970, o mercado de terras na Amazônia começa a se expandir, impulsionado pelas facilidades concedidas pelo governo federal para aqueles que se aventurassem na tentativa de colonizar a região. Na década seguinte este processo se tornou ainda mais intenso, dado o esgotamento das antigas fronteiras agrícolas no Paraná. Junto a isso, a modernização que se intensifica nos estados mais meridionais – Rio Grande do Sul e Santa Catarina – e os problemas relacionados à questões hereditárias que levam a um constante fracionamento das propriedades nestas unidades da federação, contribui para a imigração dos sulistas em direção ao Centro-Oeste e Norte do país. Naquele momento, o valor da terra na Amazônia estava muito aquém daquele observado no sul, o que contribuiu ainda mais para o deslocamento dos “gaúchos”²¹. Com a venda de pequena propriedade no Rio Grande do Sul, por exemplo, um pequeno agricultor podia se tornar um grande proprietário de terras em Rondônia ou no Mato Grosso.

Juntamente com a colonização espontânea, ocorre uma intensa colonização capitaneada pelo estado brasileiro, na tentativa de ocupar uma região até então pouco habitada, além de solucionar os problemas fundiários recorrentes no Nordeste do país. Muitas iniciativas ocorreram por parte de empresas de colonização – Sinop, no Mato Grosso, é um exemplo clássico. O Estado, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), juntamente com as empresas colonizadoras, tomou as rédeas do processo, criando diversos projetos de colonização no interior da Amazônia brasileira. Se destacam os projetos no entorno da rodovia Transamazônica, que consumiram aproximadamente US\$ 1,5 bilhão dos cofres públicos e levaram para as suas imediações aproximadamente 1,0 milhão de pessoas (FREITAS, 2004).

No processo de ocupação da Amazônia brasileira a partir dos anos 1970, destaca-se a presença do imigrante “gaúcho”. Marcadamente o Rio Grande do Sul e o Paraná são importantes fornecedores de colonos para as áreas de fronteira agrícola da Região Norte do país, notoriamente no Mato Grosso, Rondônia e o Pará. Boa parte dos paranaenses que migraram para a Amazônia era descendente de gaúchos (nascidos no RS) que haviam se deslocado para o Paraná ainda nos anos 1940, 1950 e 1960.

²¹ Como são conhecidos os sulistas na Amazônia, independente de seus estados de origem. Sul-riograndenses, paranaenses ou catarinenses – mormente os dois primeiros – são designados como gaúchos.

No início do século XX, muitos descendentes de europeus instalados nas antigas colônias da serra gaúcha e da região pioneira de colonização alemã começam a se dirigir mais para o norte do estado, sobretudo no chamado planalto rio-grandense. Lá, nas chamadas “Colônias Novas”, iniciaram ou deram continuidade ao processo de ocupação daquelas áreas, assentado nas pequenas propriedades rurais e no trabalho familiar. Assim, muitos colonos europeus empreenderam um novo movimento migratório, agora interno, em busca de novas áreas para o cultivo. A necessidade de novas terras se deu fundamentalmente por problemas econômicos, visto que o intenso fracionamento das terras nas antigas colônias pressionava a produção agrícola para baixo, inviabilizando muitas vezes a reprodução social das famílias que nelas viviam. As famílias eram normalmente bastante numerosas, pela necessidade de braços para a produção agrícola. Quando os filhos se casavam, como mandava a tradição dos colonos, o pai se via obrigado a doar terras para que estes pudessem tocar sua vida dali por diante. E isto se sucedia através das gerações, o que acabava resultando numa divisão das propriedades a ponto de não permitir mais a reprodução das famílias. Daí a necessidade da busca por novas terras no norte e noroeste do estado e também em Santa Catarina. Durante as três primeiras décadas do século XX “os gaúchos criaram aquelas cidades que viriam a ser as maiores do oeste e meio oeste catarinense” (SIMON, 2009, p. 56).

Em seguida os gaúchos vão chegar ao estado do Paraná. Concomitantemente, ao final da década de 1930, o presidente Getúlio Vargas inicia a imediata ocupação de extensões de terra ainda despovoadas no Brasil. A incorporação destes espaços passa a ser crucial para impulsionar o desenvolvimento e até mesmo “para facilitar a nacionalização de propriedades que, durante o século XIX e início do século XX, haviam permanecido em mãos de empresas estrangeiras” (SIMON, 2009, p. 56). Tornava-se fundamental para o país incorporar novas terras ao processo produtivo, contribuindo para a expansão das exportações de produtos agrícolas, assim como reduzir as possibilidades de conflitos sociais agrários que já despontavam no Brasil. Ademais, o governo brasileiro conseguiria proporcionar condições para a expansão do capital e, especificamente para o oeste do Paraná, oferecer aos gaúchos a possibilidade de colonização da região. Desta forma, o estado brasileiro lançou mão de políticas de incentivo para a ocupação do oeste do Paraná, para onde rumaram milhares de gaúchos ainda no início da década de 1940. O governo Vargas pode ser considerado como um marco na política de colonização brasileira, ao privilegiar as migrações internas em detrimento das imigrações de europeus como era de praxe até então. Calcado no discurso da nacionalidade, foram tomadas medidas coercitivas para a entrada de estrangeiros no país. No campo econômico havia a necessidade de expansão da fronteira agrícola do país em função da

transição da sociedade agroexportadora para uma economia urbano-industrial. O mercado interno (urbano-industrial) começa gradualmente a se tornar o centro dinâmico da economia brasileira, demandando um excedente produtivo do campo para suprir suas necessidades.

Um dos principais atrativos para o povoamento destas regiões foi o preço da terra, muito aquém do praticado no Rio Grande do Sul, por exemplo. O baixo preço da terra, aliado à sua boa fertilidade, sobretudo no oeste de Santa Catarina, no oeste e sudoeste do Paraná e no sul do Mato Grosso do Sul, predominantemente marcadas pela terra roxa, foi o grande responsável pela ocupação intensiva destas localidades. Os gaúchos foram o foco dessa política por serem donos de pequenas propriedades rurais (ou nem mesmo as tinham) ou porque começavam a formar um forte excedente de mão-de-obra, haja vista a situação em que se encontravam naquele estado, principalmente pelo intenso fracionamento das terras. Como visto anteriormente, o processo de hereditariedade, comum nas colônias do Rio Grande do Sul, implicou na inviabilidade social da reprodução familiar naquelas regiões. A maioria dos gaúchos que iniciaram a colonização no Paraná descendia de imigrantes europeus, sobretudo alemães e italianos, que deram início a colonização do Rio Grande do Sul durante o século XIX.

Desta forma, o esgotamento da possibilidade de expansão da produção colonial, juntamente com o crescimento demográfico no Rio Grande do Sul, levou a um fluxo migratório dessas regiões (colônias) para estes outros estados, particularmente Santa Catarina e Paraná. Este movimento migratório intensificou-se ainda no final da década de 1930, confirmado pelo Censo de 1940 que mostrou um saldo migratório negativo da ordem de 88,7 mil pessoas. Na verdade, o movimento emigratório para outros estados vai se iniciar de forma mais intensa ainda nos anos 1910 com a ida de gaúchos para Santa Catarina. Sintomaticamente no período entre 1920 e 1940, a população total do Paraná e de Santa Catarina aumentou 94,9% e 76,2%, respectivamente, ao passo que o Rio Grande do Sul experimentou uma expansão demográfica de apenas 56,7% (IBGE).

Com a política de ocupação territorial levada a cabo pelo governo Vargas, ainda no início de 1940, milhares de gaúchos acreditaram nas facilidades oferecidas pelo Governo e partiram para ocupar o oeste do Paraná. Grosso modo, foi assim que Getúlio Vargas estabeleceu as bases da chamada “Marcha para o Oeste”, cujo objetivo era colonizar, integrar e alargar as fronteiras agrícolas do país (SIMON, 2009,). Ainda em 1943, sete colônias agrícolas foram fundadas no país, totalizando 2.223.000 hectares, sendo seus lotes distribuídos aos cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres (TAVARES DOS SANTOS,

1993). Uma das principais colônias situava-se justamente no oeste do Paraná, a colônia General Osório, com 300.000 hectares, para a qual se deslocaram muitos gaúchos.

Nas décadas de 1950 e 1960 se intensifica a migração dos gaúchos em direção ao oeste do Paraná, para onde partiam diariamente grupos de gaúchos, formados por amigos, vizinhos e familiares. Chegando ao local de destino, procuravam a empresa colonizadora responsável pelo empreendimento e adquiriam lotes (a preços muito mais baixos que os praticados no Rio Grande do Sul) em uma mesma área. Lá, trabalhavam em conjunto na derrubada da mata, na preparação da terra para o cultivo, na plantação da lavoura e na colheita, além de construírem suas casas em regime de mutirão. A produção agrícola inicialmente era voltada à subsistência das famílias. Num segundo momento, muitos destes colonos gaúchos vão criar cooperativas agrícolas para a expansão da produção e comercialização dos produtos. No início dos anos 1970 a “marcha” dos gaúchos em direção ao Paraná perde força, marcando o fim da colonização gaúcha no oeste paranaense.

Com a ascensão dos militares ao poder, em 1964, a Amazônia começa a “receber mais atenção” por parte do governo federal. Não obstante a criação de colônias agrícolas ainda na década de 1940, Bela Vista (AM) e Monte Alegre (PA), por exemplo, criadas em 1941 e 1942, respectivamente, é com os militares que toma corpo o processo de colonização agrícola para a Amazônia. Marcadamente no início do governo do general Emílio Garrastazu Médici (novembro de 1969 a março de 1974) vai começar um novo ciclo de colonização, particularmente em direção à Amazônia. A primeira iniciativa foi o já citado Plano de Integração Nacional (PIN), cujos objetivos foram os seguintes:

a) deslocar a fronteira econômica, e especialmente, a fronteira agrícola, para as margens do rio Amazonas [...]; b) criar condições para incorporar à economia de mercado – tanto no sentido da capacidade de produção como no sentido do poder aquisitivo – amplas faixas da população, antes dissolvidas na economia de subsistência, condenadas à estagnação e à perpetuação de um drama social intolerável; c) estabelecer as bases para a efetiva transformação da agricultura da região semi-árida do Nordeste; d) reorientar a migração de mão-de-obra do Nordeste em direção aos vales úmidos da própria região e à nova fronteira agrícola, evitando-se uma transferência para as áreas das metrópoles superpovoadas do Centro-Sul (TAVARES DOS SANTOS, 1993, p. 50).

Em matéria intitulada “Colonização na Amazônia”, publicada no Jornal de Boa Vista em 25/12/1973, se lê:

A orientação básica do programa de colonização consistiu em abrir um horizonte para os excedentes populacionais do Nordeste brasileiro, para os colonos descendentes de europeus que já experimentam a angústia dos minifúndios no sul ou para os imigrantes nordestinos que ampliam o quadro de dramas das grandes megalópoles sulistas [...]. Assim, procura se aliar o elevado nível de mão-de-obra

dos descendentes de europeus do Sul à determinação férrea de sobreviver dos nordestinos [...].

Para fazer frente aos objetivos propostos, o governo federal definiu alguns projetos prioritários: a construção da rodovia Transamazônica e da Cuiabá-Santarém; o projeto Radar da Amazônia (RADAM); o Plano de Irrigação do Nordeste; os corredores de exportação do Nordeste e a implantação do Projeto de Colonização na Transamazônica, em faixas de terras às margens da rodovia, nos modelos espinha de peixe. Em nível institucional, o governo federal criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em substituição ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). Este novo órgão tinha como objetivos principais:

a) promover e executar a reforma agrária visando a corrigir a estrutura agrária do país, adequando-se aos interesses do desenvolvimento econômico e social; b) promover, coordenar, controlar e executar a colonização; c) promover o desenvolvimento rural através da coordenação, controle e execução preferencialmente das atividades de cooperativismo, associativismo e eletrificação rural” (TAVARES DOS SANTOS, 1993, p. 51).

Os objetivos específicos da colonização eram os seguintes:

As atividades de colonização compreenderão a seleção, registro e transporte de agricultores a serem redicados, através da implantação de núcleos de colonização, em regiões de vazios demográficos com perspectivas de desenvolvimento, visando à expansão das fronteiras agrícolas do país e à produtividade, dentro do objetivo geral de proporcionar-lhes progresso econômico e social (TAVARES DOS SANTOS, 1993, p. 51).

Ainda segundo Tavares dos Santos (1993), foi decisivo para o “empurrão” da colonização na Amazônia a declaração do governo federal de 01 de abril de 1971 que tornava indispensável à segurança nacional e ao desenvolvimento do país as terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura de ambos os lados das rodovias federais na Amazônia Legal. Com esta resolução, as terras devolutas que pertenciam aos estados desde 1891 retornaram à responsabilidade da União. Paralelamente, a definição das normas de implantação de projetos de colonização agrícolas, assim como o reconhecimento do direito de concessões de terras, sobre as chamadas terras devolutas, passava para o Conselho Nacional de Segurança.

Consequentemente ocorreu um estímulo à participação da iniciativa privada na implantação de projetos de colonização nas áreas contempladas pelo PIN e nas terras devolutas da Amazônia Legal. Entretanto, a propriedade das terras públicas federais

continuava sendo do INCRA, que após o assentamento dos colonos devia transferir-lhe diretamente o título de propriedade, “garantindo ao mesmo tempo às empresas colonizadoras a rentabilidade do investimento feito” (TAVARES DOS SANTOS, 1993, p. 52). Ainda no ano de 1971, o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) “abriu possibilidades de crédito agrícola para as empresas privadas de colonização” (TAVARES DOS SANTOS, 1993, p. 52). Tais recursos serviam “para a modernização das propriedades agrárias e agroindustriais recentemente estabelecidas” (TAVARES DOS SANTOS, 1993, p. 52).

A política agrária do governo Médici consta no documento do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), com as diretrizes para o desenvolvimento nacional entre os anos de 1972 e 1974. O Plano, assinado em novembro de 1971 dispõe o seguinte sobre a colonização agrícola: “estimular tanto a colonização espontânea, por incentivos creditícios e pela revisão da tributação fundiária, quanto a colonização dirigida, em grande escala, sob o regime de economia de mercado, acima do nível de subsistência” (TAVARES DOS SANTOS, 1993, p. 52). Assim o governo Médici acabou por adotar uma série de medidas visando a colonização de novas áreas de terras na Amazônia, atreladas à expansão da produção agrícola para o mercado, estimulando a ruptura da simples produção para a subsistência.

5.1.2 O governo Geisel, o POLOAMAZÔNIA e a migração gaúcha para a Amazônia

Com o governo Ernesto Geisel (1974-1979) há uma expansão significativa da colonização particular na Amazônia, em detrimento dos projetos oficiais. Há um recuo importante da colonização dirigida pelo Estado e uma ampliação considerável dos projetos privados pelas empresas colonizadoras. Este momento foi crucial para a migração de gaúchos em direção à Amazônia brasileira. Foi a partir desta mudança que se abriram de forma escancarada as portas da Amazônia para os colonos sulistas.

Com a aprovação do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA), define-se a orientação para o aproveitamento das terras da região da seguinte forma: “a estratégia a ser adotada conjuga programas de colonos e pequenos produtores, com programas a serem realizados através de empresas agrícolas – pequenas, médias e grandes – assim como empresas de colonização” (TAVARES DOS SANTOS, 1993, p.55).

Entre os anos de 1976 e 1978 foi instituído um amplo sistema para a colonização particular. Num primeiro momento, o INCRA fixou critérios de concessão de terras públicas na Amazônia Legal para as “empresas particulares de colonização que se disponham a complementar a ação do governo nos programas de colonização oficial” (TAVARES DOS SANTOS, 1993, p. 56).

Em segundo lugar, ocorreu a regularização da participação de cooperativas agropecuárias em programas de colonização da Amazônia. Tratava-se de incorporar no modelo de colonização da Amazônia as experiências iniciadas ainda no início da década, como a da COOPERCOL (Cooperativa de Colonização 31 de março, fundada em Tenente Portela, no Rio Grande do Sul em 1971) que recrutou colonos para o projeto oficial de Altamira (PA) e que organizou também o projeto Canarana, no município de Barra do Garças, no Mato Grosso. Tanto cooperativas de colonização quanto as empresas privadas do sul do país que assumiram os projetos, responsabilizavam-se por todo o empreendimento, desde a implantação de obras de infra-estrutura, com medição e demarcação de terras, abertura de estradas vicinais, implantação de núcleos urbanos, instalações de serviços de saúde e educação, etc. Deviam também manter a área sob sua guarda e responsabilidade, preservando-a de eventuais invasores (ROCHA, 2006).

Com esta regularização haverá uma modificação no perfil dos futuros colonos a serem instalados nos projetos de colonização da Amazônia. A preferência passa ser pelos pequenos proprietários rurais residentes no sul do país, situados em localidades onde houvesse ações de cooperativas de produção agrícola. Como se sabe, o sistema cooperativista já de muito tempo ocorria no Rio Grande do Sul, pelo menos desde o final do século XIX. Até a metade do século XX, uma quantidade significativa de cooperativas agrícolas já tinha sido instalada naquele estado²². Portanto, havia uma lógica em cooptar os trabalhadores sulistas já com experiência cooperativa para a ocupação da Amazônia. Como visto anteriormente, o Estado buscava um modelo de colonização calcado na produção para o mercado, no que as cooperativas (e seus cooperativados) tinham larga experiência. Os trabalhadores rurais sulistas, portanto, possuíam experiência no sistema cooperativo de produção agrícola voltado à produção de excedentes para o mercado. Daí a escolha ter recaído sobre os “gaúchos”. Traçava-se naquele momento uma estratégia para as regiões de origem dos colonos e as

²² Na década de 1940 existia o Departamento de apoio ao Cooperativismo (DAC) dentro da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul. Até o final dos anos 1950, somente de cooperativas tritícolas eram mais de 20 no estado. No início da década de 1930 havia cooperativas de produção e comercialização de laticínios, uvas, vinho, banha, fumo, madeira, cebola, dentre outras. Nos anos 1950 nada menos do que 600 cooperativas destinavam-se a produção e comercialização de produtos agrícolas no RS.

cooperativas atuavam no mesmo sentido. A atuação das cooperativas devia seguir a seguinte lógica:

Possibilitar a transferência de proprietários de minifúndios e o reagrupamento de propriedades rurais nas áreas de origem. A cooperativa atuará junto aos associados a serem transferidos visando promover o reagrupamento do minifúndio para a alienação de suas terras aos proprietários que permanecerem na área (TAVARES DOS SANTOS, 1993, p. 57).

Portanto, o migrante escolhido para a implantação dos projetos de colonização na Amazônia era “o colono do sul que por já ter passado pela experiência da colonização, traria seu pecúlio para aplicar na propriedade e acima de tudo com outra mentalidade em relação ao trabalho, faria da produção uma atividade realmente lucrativa” (LENHARO, 1986, p. 50). Produziria, pois, como capitalista. Em seu estudo sobre o projeto de colonização de Canarana, município localizado no norte mato-grossense, Tavares dos Santos (1993) destaca que a maioria dos colonos de Canarana havia nascido em regiões de colonização europeia no Rio Grande do Sul. Os colonos de Canarana descendiam de imigrantes europeus que viam na migração para o Centro-Oeste a possibilidade de reprodução social de sua família e, por isso, migravam em busca de áreas maiores do que as que possuíam na sua localidade de origem. O autor ainda destaca que a migração do Rio Grande do Sul para Santa Catarina e Paraná já era uma tradição entre os descendentes, a “novidade era partir pro Mato Grosso” (TAVARES DOS SANTOS, 1993, p. 73).

Na época de sua implantação o projeto Canarana teve como clientela colonos de um mesmo município, Tenente Portela, na região do Alto Uruguai, norte do estado do Rio Grande do Sul. Historicamente povoada por índios Kaingang e Guarani, o município recebeu no início do século passado uma leva significativa de descendentes de imigrantes alemães e italianos vindos das “antigas colônias”, que não possuíam mais terras suficientes para o cultivo de suas lavouras.

No ano de 1955 o município conquistou sua autonomia política e administrativa. Nesta mesma época a agricultura familiar entra em crise, sobretudo por causa da fragmentação das propriedades que já vinha se desenrolando há um bom tempo. Contanto, os colonos imigrantes de europeus começam a invadir a reserva indígena, ocupando boa parte dos quase 24.000 hectares da área. Permaneceram aí por cerca de 20 anos, quando acabaram sendo expulsos pelos próprios indígenas.

Em março de 1962, cerca de dois mil agricultores formaram a “Associação dos Sem Terra”, objetivando reivindicar terras públicas disponíveis na região. Menos de um ano depois, em 17 de janeiro de 1963 foi fundado o sindicato dos trabalhadores rurais de Tenente

Portela. Muitos destes trabalhadores rurais é que se tornarão os futuros clientes do projeto Canarana.

Em 11 de outubro de 1970 foi inaugurada a Rádio Municipal de Tenente Portela, financiada pela Igreja Luterana do Brasil e da Suécia. Esta rádio, comandada pelo pastor luterano Norberto Schwantes teve papel fundamental na epopéia da migração dos portelenses para o projeto Canarana. A rádio fora criada com o intuito de expandir para os produtores rurais os conhecimentos sobre técnicas de produção e gerenciamento de propriedades que Schwantes havia adquirido em uma viagem que havia feito a Alemanha em 1969. Segundo relato do próprio Schwantes, apresentado por Simon (2009), num dado programa um convidado fez a seguinte pergunta: “por que não migrar?” A partir daí o próprio pastor abraçou a causa e foi atrás de áreas para o assentamento dos pequenos agricultores portelenses que contavam, em média, com menos de sete (07) hectares de terra para a reprodução de suas famílias.

No início de 1971 Schwantes e dois companheiros começaram a procurar terras para o assentamento dos agricultores pauperizados de Tenente Portela. O primeiro local visitado foi a região de Dourados, no atual Mato Grosso do Sul, onde o solo tinha boa qualidade para a cultura do trigo e soja, culturas desenvolvidas pelos agricultores portelenses. Além da qualidade dos solos, o preço da terra era acessível.

Na volta ao Rio Grande do Sul, após uma reunião com a Superintendência do INCRA em Porto Alegre, ocasião em que foi sugerida a criação de uma cooperativa de colonização, foi criada a Cooperativa de Colonização 31 de Março (COOPERCOL), no dia 31 de março de 1971. Inicialmente com 190 fundadores, rapidamente passa para aproximadamente 400 associados (TAVARES DOS SANTOS, 1993).

Criada a cooperativa, os responsáveis rumaram novamente para Dourados a fim efetivarem a compra das terras para dar início ao projeto de colonização. Tal foi a surpresa ao depararem com a estrondosa elevação do preço da terra, apontada por Tavares dos Santos (1993) como seis vezes maior do que na primeira visita. Sofreram ainda um novo revés: o projeto que haviam enviado para a apreciação da Igreja Luterana solicitando o financiamento fora recusado, provavelmente pela experiência frustrada que a mesma igreja já havia experimentado com a “Colônia Gurupi” em Goiás (atual Tocantins).

Foi então que a participação do governo federal começa a definir os rumos futuros da COOPERCOL e dos pequenos agricultores portelenses. Em fins de abril de 1971, numa reunião em Porto Alegre, o INCRA solicitou à COOPERCOL que recrutasse trabalhadores rurais para projetos de colonização que estavam sendo implementados às margens da rodovia

Transamazônica, em particular os projetos Altamira e Marabá. No mês seguinte os dirigentes da cooperativa vão a Brasília conhecer os projetos e recebem do INCRA a garantia de crédito fundiário para se instalarem na Amazônia.

Assim, a COOPERCOL começa a angariar camponeses pobres da região de Tenente Portela a fim de transferi-los para a Amazônia, particularmente Altamira. Inicialmente foram 76 trabalhadores rurais – 38 de Tenente Portela e 38 de Ibirubá – sem suas respectivas famílias. Partiram no dia 14 de julho de 1971 e chegaram ao destino dia 22 do mesmo mês. Segundo relatos contidos no Livro do Tombo da Paróquia de Tenente Portela a metade deles voltou de imediato, “horrorizados com a precariedade das condições de vida nos projetos” (TAVARES DOS SANTOS, 1993, p. 70).

Ainda assim, a transferência de camponeses para estes projetos na Transamazônica continuou. Tavares dos Santos (1993, p. 71) descreve a continuidade do movimento de camponeses gaúchos para a Transamazônica:

em setembro de 1971, 23 outras famílias partiram, 20 famílias em novembro e, no mês de setembro de 1972, mais de 100 famílias de colonos ainda foram transferidas para a Amazônia. O INCRA impunha então aos colonos um prazo mínimo de seis meses para poderem ainda eventualmente pedir para voltar. No total, parece que cerca de 200 famílias de colonos do Sul foram transferidas pela Cooperativa e pelo INCRA para a Transamazônica. Em seguida, os dirigentes da COOPERCOL foram à Amazônia Legal, à procura de terras, pois lá podiam receber os créditos agrícolas concedidos pelo Estado. Desembarcaram com 14 associados, no começo de 1972, na região de Barra do Garças, considerada uma região de “vazio demográfico” onde encontraram terras privadas para vender. As quatro herdades escolhidas tinham sido anteriormente terras devolutas, passadas aos proprietários por concessão legal do governo do Mato Grosso em 1970.

Não obstante os problemas enfrentados por muitos colonos, o movimento migratório de gaúchos em direção à Transamazônica e ao Mato Grosso continuou forte, apoiado por uma rede de difusão de mensagens favoráveis aos projetos de colonização lançada pela COOPERCOL. Através da Rádio Municipal, do Jornal da Terra²³, da própria Igreja Luterana, o discurso positivo sobre a colonização se espalhava por diversos municípios da região. Mais uma vez Tavares dos Santos (1993, p. 72) recorre ao Livro de Tombo da Paróquia de Tenente Portela: “Espalhavam-se rumores, pela Rádio, apresentando essas regiões como o paraíso terrestre”.

Este trabalho de propaganda dos projetos logrou êxito, resultando numa forte adesão de colonos dispostos à partirem para a colonização da nova fronteira agrícola do país. Houve ainda apoio das autoridades locais (projeto Canarana, no caso), haja visto que o prefeito do

²³ Jornal semanal que circulou entre 1971 e 1972 (74 edições) na região, fazendo propaganda dos projetos de colonização da Amazônia. Ver Tavares dos Santos (1993).

município entre 1971 e 1975 – nomeado diretamente pelo Governo Federal, por ser área de segurança nacional – era irmão do presidente da COOPERCOL. Os dirigentes da cooperativa avaliaram à época que nada menos do que 420 agricultores estavam interessados em partir para o projeto. Este número representava cerca de 10% dos proprietários rurais do município na época, já que havia 3.692 propriedades agrícolas em Tenente Portela em 1972, das quais 3.799 classificadas pelo INCRA como minifúndios.

No projeto Caranana os colonos começaram a desembarcar no mês de julho de 1972, tendo outra leva chegado somente no início do ano seguinte. Ao final deste ano aproximadamente 80 famílias residiam nos lotes no projeto. A primeira etapa (1972-1974) foi marcada pelo assentamento de colonos que praticavam fundamentalmente agricultura de subsistência. Em 1975 o projeto se emancipou (até então era responsabilidade da COOPERCOL), a administração tornou-se pública e em 01 de maio de 1975 foi fundada a Vila de Canarana. Neste mesmo ano, a 05 de julho, foi criada a Cooperativa Agropecuária Canarana (COOPERCANA) – por 200 associados, que chegarão a 1.500 em 1980 (TAVARES DOS SANTOS, 1993).

A grande maioria dos colonos de Caranana, que nesta data já possuía 10.200 habitantes, era oriunda das regiões de colonização europeia do século XIX, no Rio Grande do Sul. Suas famílias haviam chegado a Tenente Portela principalmente entre 1945 e 1954, no esquema de ocupação organizada pelo governo federal, nas chamadas “últimas colônias novas” do Rio Grande do Sul. Nessas colônias chegaram em busca de áreas mais extensas do que aquelas que possuíam nas suas regiões de origem.

Eram pequenos proprietários rurais que tinham como sistema de produção a policultura e a criação, associando culturas de subsistência às culturas de mercado. Todos eram associados à Cooperativa e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Sua forma de produção era bastante rudimentar, calcado na utilização de arados puxados por bois, geralmente em terrenos acidentados e perigosos. Por isso, a busca por terras novas no Mato Grosso, por exemplo, também tinha como objetivo a possibilidade de abandono do trabalho manual com a pá, a enxada, a picareta. Era a vontade do agricultor ter uma lavoura mecanizada. O sonho destes agricultores era poder trabalhar com a máquina, sentir-se também moderno, ser dono do seu próprio maquinário. Isso traria liberdade para eles, não seriam mais trabalhadores assalariados de ninguém, “nem pais nem filhos precisarão trabalhar como peões” (TAVARES DOS SANTOS, 1993, p. 80). Assim descreve Tavares dos Santos (1993, p. 80) sobre as motivações que levaram camponeses do Sul para o projeto Caranana:

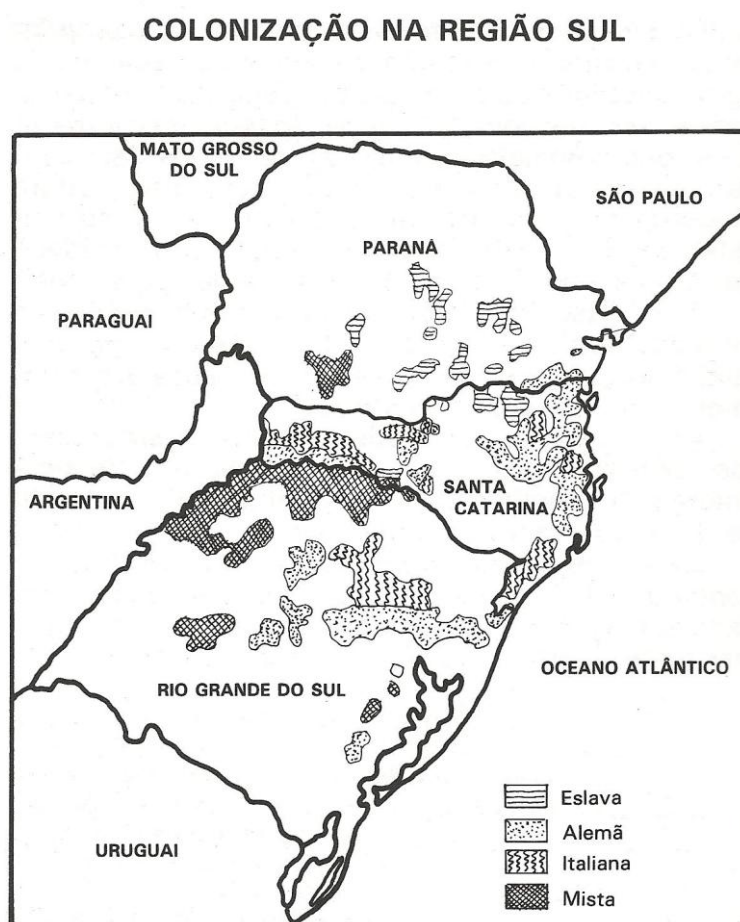
Todos foram motivados pela falta de terras: uma terra que pudesse dar a eles e a seus filhos a possibilidade de também serem camponeses que não precisam trabalhar com tanto esforço, porque mecanizaram o trabalho. Uma terra que lhes dê a possibilidade de ter a liberdade de um trabalho autônomo. Foi este projeto que, face a uma situação de expulsão, fê-los escolher este destino de colonos, de preferência a qualquer outro que também fosse possível. Esses colonos do Sul queriam partir para novas regiões para realizar seu sonho de terra.

Outro projeto de colonização no Mato Grosso foi uma porta de entrada de migrantes gaúchos na Amazônia brasileira. Trata-se do Programa de Colonização Terranova, implantado em terras públicas situadas às margens da rodovia Cuiabá-Santarém, a BR 163. O programa foi organizado em 1978 pela COOPERCANA a pedido do Governo Federal, visando o assentamento de camponeses que haviam sido expulsos pelos índios kaingang das reservas que ocupavam a pelo menos duas décadas. Também previa o assentamento de camponeses sem terra do Sul, principalmente do Rio Grande do Sul, totalizando 1.000 colonos (TAVARES DOS SANTOS, 1993).

A origem da presença dos colonos brancos nesta área do Rio Grande do Sul data pelo menos dos anos 1920 quando já expulsos das “antigas colônias” pela falta de terras, vão se deslocar em direção à Santa Catarina e Paraná. Entretanto, alguns pararam pelo meio do caminho e começaram a ocupar as áreas indígenas, a ponto de, em 1962 serem contabilizadas cerca de 400 famílias de colonos residindo no interior da reserva de Nonoai, que estava sob “posse” dos índios desde 1908²⁴. Entre invasões e expulsões, havia, em 1975, aproximadamente 980 famílias de colonos brancos residindo no interior da reserva de Nonoai. Estas famílias ocupavam cerca de 65% da área total da reserva, ou seja, 9.634 hectares. Por causa desta invasão, restaram apenas 232 famílias indígenas em Nonoai (TAVARES DOS SANTOS, 1993; SIMON, 2009). As áreas mistas no Rio Grande do Sul equivalem às colônias mais recentes, depois que os pioneiros italianos e alemães empreendem a jornada em direção ao noroeste do estado. Ali, as duas etnias – alemã luterana e italiana católica vão se encontrar e formar as colônias mistas (Figura 1). A figura 1 mostra os diferentes tipos de colonização europeia não ibérica nos estados da região Sul do país. Cabe destacar que as principais nacionalidades dos colonos no Rio Grande do Sul são os alemães e italianos. Os eslavos tem uma participação muito menor. Estes se encontram em maior número no estado do Paraná.

²⁴ Em 1908 o governo federal definiu esta área indígena com superfície de 34.908 ha no município de Nonoai. Em 1941 esta área foi reduzida para 14.910 ha devido a criação de uma reserva florestal. Ver Tavares dos Santos (1993).

Figura 1 – Tipos de colonização na região Sul



90).

Fonte: Alves, Carvalho e Lasmar (1990) apud Martins e Vanalli (2001)

Em maio de 1978 os índios kaingang conseguem expulsar os colonos brancos de suas reservas, num total de mais de 1.100 famílias. A maior parte destas famílias vai acampar as margens das rodovias na própria região do Alto Uruguai. Ainda no dia 18 de maio o governo vai retirar aproximadamente 800 famílias destes acampamentos e enviá-los ao Parque de Exposições Agropecuárias de Esteio, na região metropolitana de Porto Alegre. Outras 200 famílias ficaram ainda acampadas nas rodovias do Alto Uruguai.

Com esta situação o governo federal apelou à COOPERCANA para elaborar um programa de colonização para estes sem terra na Amazônia. Para tanto a União ofereceu a concessão de terras públicas às margens da Rodovia Cuiabá-Santarém. Logo em seguida uma comissão formada por seis agricultores escolhidos pelo governo foi ao local para conhecer as

terras. Os agricultores gostaram do que viram e foram arregimentar outros trabalhadores para a empreitada.

Já no começo de julho cerca de 550 famílias rumaram em direção ao Programa de Colonização Terranova. Numa primeira etapa, até junho de 1979, 637 famílias foram assentadas. Posteriormente, a partir de outubro de 1979, mais 423 terrenos foram distribuídos a colonos oriundos da região de Nonoai e outros municípios do norte do Rio Grande do Sul e também de Santa Catarina.

Daquelas famílias expulsas das áreas kaingang, parte delas vai ocupar em setembro de 1979 a fazenda Macali, de 1.600 hectares e a granja Brilhante, esta com 1.500 hectares, ambas no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Estas áreas haviam sido ocupadas ilegalmente e, desde o início dos anos 1960 esperava-se por uma decisão judicial sobre seu aproveitamento para fins de reforma agrária. Em outubro de 1980, os colonos que não receberam terra na região invadiram a fazenda Annoni (municípios de Sarandi e Pontão), com cerca de 9.200 hectares. Em 1981 algumas famílias acampam em Encruzilhada Natalino, município de Ronda Alta. Este acampamento é considerado o marco de fundação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Diante da situação que ocorria em Ronda Alta o governo Federal organiza um projeto de colonização da então Gleba Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso e direciona os assentados de Encruzilhada Natalino a esta região. Muitos não quiseram ir, mas 71 famílias enfrentaram uma viagem de mais de 70 horas e desembarcaram em Lucas do Rio Verde na madrugada de 07 de novembro de 1981. Traziam consigo “poucos bens materiais, como roupas, algumas ferramentas para a lida no campo, e, totalmente desprovidos de recursos financeiros” (ROCHA, 2006, p. 36). Apenas algumas famílias que haviam vendido o pouco de terra que lhes restava no Rio Grande do Sul aportaram com algum recurso financeiro. Além disso, “traziam na bagagem a esperança de conquistar a terra e integrar-se efetivamente no sistema produtivo e fazerem-se cidadãos” (ROCHA, 2006, p. 36). Em maio de 1982 chegou mais um grupo para o Projeto de Assentamento Conjunto (PAC) Lucas do Rio Verde, totalizando aproximadamente 230 famílias assentadas.

Muitos foram os projetos de colonização no Mato Grosso que tiveram como alvo os pequenos agricultores gaúchos. Cidades como Sorriso, Nova Mutum, Porto Alegre do Norte, dentre outras, surgem através destes projetos. Sorriso, por exemplo, vai surgir no final dos anos 1970 a partir de um projeto de colonização da Colonizadora Feliz, do Rio Grande do Sul. Nova Mutum tem origem num projeto de colonização privado levado adiante por uma empresa de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Ainda em 1975, surge o projeto Água

Boa, cujos compradores dos lotes eram quase na sua totalidade oriunda do município de Não-me-Toque, norte do Rio Grande do Sul. No Pará, ainda na primeira metade da década de 1970, quase 500 famílias foram levadas para Altamira e Itaituba para projetos de colonização na Transamazônica. O município de Rurópolis também teve uma forte presença de gaúchos no início de sua ocupação. Medicilândia (Pará) é outro município com forte presença gaúcha desde os anos 1970. Atualmente muitos deles se dedicam a produção de cacau, café e cana-de-açúcar (SIMON, 2009).

Outro município com forte presença gaúcha no Pará desde pelo menos os anos 1980 é Paragominas, para onde inicialmente se deslocaram visando a exploração da atividade madeireira. Atualmente a leva de gaúchos para os municípios da região se dá principalmente em função da lavoura de soja (SIMON, 2009).

Outro estado em que as portas se escancararam para os migrantes sulistas ainda na década de 1970 foi Rondônia. Talvez mais do que qualquer outro, este estado da federação recebeu uma quantidade de imigrantes “gaúchos” sem precedentes. Edilson Martins (1982) aponta que no início dos anos 1980, cerca de 3.500 pessoas chegavam mensalmente ao estado, oriundas principalmente do Sul e Sudeste, sobretudo do Paraná e Rio Grande do Sul. Ainda que também de Minas Gerais e Espírito Santo, eram os gaúchos e paranaenses (descendentes dos gaúchos que foram para o Paraná ainda nos anos 1940, 1950 e 1960) que chegavam em maior quantidade a Rondônia.

Juntamente com o Mato Grosso e a Transamazônica, Rondônia concentrou boa parte dos projetos de colonização levados a cabo pelo governo militar a partir dos anos 1970. Entre o início dos anos 1970 e 1980, cerca de uma dezena de projetos de assentamento foram instalados ao longo da BR 364, que posteriormente darão origem à municípios importantes do estado, como Ariquemes, Cacoal e Rolim de Moura. Os projetos de colonização em Rondônia, assim como em todo resto da Amazônia, foram instalados em áreas do governo, muitas vezes por questões estratégicas de segurança nacional. E nem sempre em áreas propícias ao desenvolvimento de uma boa agricultura, como foi o caso do Projeto Sidnei Girão. Já o projeto Ouro Preto, com forte presença de paranaenses e gaúchos experimentou franco progresso, através, sobretudo, da produção de arroz (BECKER, 1982).

Não obstante os projetos de colonização e a construção de estradas que permitiram a chegada dos migrantes, para Rondônia houve uma corrente migratória “espontânea” expressiva²⁵. Entre 1972 e 1973 milhares de migrantes chegavam diariamente ao estado,

²⁵ Velho chama a atenção para a expressão “espontânea”, que mascara as pressões concretas que na verdade forçam a migração. Concordamos com o autor. “Espontânea” não é tão “espontânea” assim.

oriundos principalmente do Sul do país. Nesta época aportavam em Rondônia cerca de 30 famílias diariamente, totalizando 900 famílias por mês (MARTINS, 1982). Na primeira metade da década já haviam sido assentadas 14 mil famílias, em 11 projetos diferentes. Esta maciça entrada de imigrantes causou uma explosão demográfica extraordinária, de mais de 400% em apenas seis anos. Em 1976 a população de Rondônia ultrapassava os 450 mil habitantes, ao passo que em 1969 era de apenas 80 mil (MARTINS, 1982; MARTINS; VANALLI, 2001).

São altos, loiros, olhos verdes ou azuis, os novos “paus-de-arara” da paisagem brasileira. Segunda, terceira, quarta geração de alemães, italianos e poloneses. A reavaliação das terras do Sul, dentro do novo projeto de colonização do país, que tem na grande empresa sua sustentação básica, empurrou-os para a Amazônia, onde muitas são as esperanças e não poucas as expectativas. Essa migração cresceu **sem promoção oficial**, apoiada apenas nas conversas de “boca a boca” e constitui o avesso do deslocamento histórico de nortistas e nordestinos em direção ao Sul (grifo meu) (MARTINS, 1982, p. 42).

A rodovia BR-364 (Cuiabá – Porto Velho ou Rodovia Marechal Rondon) foi crucial para a ocupação humana de Rondônia. Ainda em 1944, no âmbito do Plano Rodoviário Nacional, previa-se a construção de uma rodovia ligando Cuiabá até a fronteira com o Peru. Inicialmente denominada de rodovia acreana (BR-29), “ela fazia a ligação entre Cuiabá e Cruzeiro do Sul, ao Amazonas, passando por Rondônia e pelo Acre” (LISBOA, 1990, p. 21).

Em março de 1947 a construção foi interrompida após a conclusão dos primeiros 55 km. Foi retomada somente em 1960 e sua pavimentação só foi concluída em 1984, com uma extensão total de 1.442 km, entre Cuiabá e Porto Velho.

Desde as primeiras décadas do século XX, havia uma forte preocupação com a baixa densidade populacional do Território de Guaporé (atual Rondônia), o que levou o governo federal ainda na década de 1940 a implantar projetos de colonização naquela unidade da federação. Pode-se citar daquela época o Núcleo Agrícola Presidente Dutra, de 1945, ao norte de Guajará-Mirim, o núcleo agrícola de Candeias, em 1949, próximo a Porto Velho e ainda o Núcleo Agrícola Nipo-Brasileira, instalado em 1954. O modelo criado pelo governo federal era dirigido principalmente aos nordestinos e acabou, por vários motivos, fracassando²⁶. Iniciativas privadas, como o projeto da empresa paranaense Calama S.A., que atraiu famílias para a Gleba Pirineus, no município de Ji-Paraná, também não lograram êxito, em função de problemas como a falta de regularização fundiária e a malária.

²⁶ Para maiores detalhes sobre o fracasso destes projetos, sugerimos a leitura de Lisboa (1990).

A partir da construção da BR-364 que um número crescente de pessoas, sobretudo do centro-sul do país, vai ocupar maciçamente o (atual) estado de Rondônia. Esta rodovia facilitou a chegada de imigrantes destas regiões do país. Coordenada inicialmente pelo INCRA e através dos programas de desenvolvimento (POLOAMAZÔNIA e POLONOROESTE), a colonização torna-se intensa, principalmente por colonos das regiões sul e sudeste do Brasil.

Ainda no início da década de 1960, não obstante os projetos de assentamento levados à frente pelo Estado e por iniciativas privadas, ocorre uma colonização espontânea em direção à Rondônia, elevando, assim, a população de forma considerável.

A influência oficial na expansão demográfica de Rondônia surge com a criação do PIN e pelo Decreto-Lei no 1.164 de 01 de abril de 1971, que decretava que as faixas de terra com 100 km de largura situadas nos dois lados das rodovias na Amazônia Legal eram indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional. Assim, as BR-364 (Abunã-Cruzeiro do Sul, no Acre e Cuiabá-Porto Velho), a BR-319 (Porto Velho – Manaus) passaram para a jurisdição federal. E, dado que as terras públicas ao longo das fronteiras internacionais numa faixa de 150 km de largura são controladas pela União, “as terras de Rondônia passaram quase todas à jurisdição do Governo Federal” (LISBOA, p. 24). De 1977 até 1985, quase 90.000 famílias chegaram à Rondônia. Destas, aproximadamente 55.000 foram assentadas pelo INCRA, resultando em cerca de 35.000 famílias que ficaram sem terra. E das 55.000 assentadas, até fins da década de 1980, menos de 50% tinham sua situação regularizada (MARTINS; VANALLI, 2001).

Com o POLOAMAZÔNIA (1974) e com o POLONOROESTE (1981), há um direcionamento de fluxo migratório para Rondônia (assim como para o Pará e Mato Grosso), principalmente de pessoas vindas do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. Quase um quarto dos imigrantes era procedente do Paraná, mas boa parte deles era gaúcho ou descendente de gaúcho que já haviam realizado deslocamento para aquele estado. De mesma sorte os 15% procedentes²⁷ do Mato Grosso, que eram nascidos principalmente no Paraná e Rio Grande do Sul. E, mais uma vez, os paranaenses que estavam neste segundo movimento (Paraná – Mato Grosso – Rondônia) eram em boa parte descendentes de gaúchos que haviam ido para o Paraná ainda nos anos 1940 e 1950. Neste sentido, são esclarecedoras as palavras de Souza (2001, p. 63):

²⁷ Quando usarmos o termo procedente, estamos nos referindo ao último local de residência, quando usarmos o termo origem, nos referimos ao local de nascimento.

A expansão da fronteira agrícola do Paraná atraiu significativo contingente sul-riograndense, que lá se estabeleceu ainda na primeira metade do século XX. Contudo, se num primeiro momento a fronteira paranaense absorveu muitos gaúchos, nas três últimas décadas, alguns desses migrantes, [...], decidiram seguir adiante.

Portanto, segundo a autora (p. 63),

É lícito, afirmar, então, que a presença gaúcha nos estados do Norte e do Centro-Oeste no período enfocado, compõe-se não só dos fluxos migratórios procedentes diretamente do Rio Grande do Sul, mas também de movimentos migratórios gaúchos via Paraná.

Em suma, a partir de meados dos anos 1970, com a política de colonização do governo Ernesto Geisel vai haver uma inflexão importante no movimento de ocupação da Amazônia. Antes centrada no “chamamento” de agricultores das regiões pobres do Nordeste brasileiro, a nova política de colonização da Amazônia, com a proposta de integração nacional, através do PIN, vai apostar suas fichas nos agricultores sulistas, mais acostumados com uma agricultura voltada para os mercados. Voltava-se agora para uma colonização assentada no cooperativismo, com o qual os agricultores do sul já tinham bastante contato. Via-se nestes colonos (sulistas) a possibilidade de alavancar uma agricultura (e pecuária) moderna no interior da Amazônia, integrada ao mercado nacional. Neste novo quadro, a preocupação do governo em “simplesmente” ocupar a região torna-se distinta dos períodos anteriores. Buscava-se a partir de então uma “seleção” dos colonos, que deveriam ser arregimentados no sul do país. A antiga vinculação das questões relativas ao desenvolvimento integrado do Nordeste e da Amazônia é deixada de lado. Esse fato, juntamente com o crescente incentivo às empresas de colonização e à formação de cooperativas incrementou as correntes migratórias originadas do Sul do país.

Assim, muitos sulistas vão se dirigir para as novas áreas de fronteira agrícola da Amazônia, principalmente Pará, Mato Grosso, Rondônia. Nestes dois últimos, se verificam municípios que possuem suas populações quase que exclusivamente formadas por sulistas. Cidades como Lucas do Rio Verde e Primavera do Leste no Mato Grosso, com sua população amplamente formada por gaúchos e descendentes, assim como Rolim de Moura e Ji-Paraná em Rondônia com forte presença de paranaenses, são exemplos da colonização dos sulistas na Amazônia brasileira. Entretanto, cabe destacar que não só pequenos agricultores foram ocupar os projetos de assentamento na Amazônia, mas também grandes capitalistas rurais descendentes de imigrantes migram para a região visando expandir os seus lucros.

Os dados do IBGE demonstram claramente o incremento na participação dos sulistas nos fluxos migratórios que se dirigiram para a Amazônia entre 1970 e 1980, ao mesmo tempo

em que revela a redução dos nordestinos no fluxo inter-regional. Estes, que em 1970 representavam 74,5% dos migrantes inter-regionais, em 1980 passam a representar apenas 37%. Já os procedentes do Sul e Sudeste, que constituíam 11,5% dos entrantes na região Norte em 1970, em 1980 representam nada menos do que 38,6% dos imigrantes que chegaram ao Norte do país. De apenas 2,6% do total dos movimentos inter-regionais em 1970, os sulistas passam a constituir, em 1980, uma parcela de 20,1% do total deste tipo de movimento. Cabe destacar que o resultado do Censo de 1980 está relacionado aos movimentos migratórios ocorridos na década anterior. No que diz respeito aos nascidos na região Sul e domiciliados no Norte, os dados da Tabela 15 são esclarecedores:

Tabela 15 – Total de residentes na região Norte nascidos na região Sul

Ano	Residentes nascidos no Sul
1960	1.508
1970	4.264
1980	115.433

Fonte. Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE, 2012.

O acréscimo no número de sulistas se dirigindo para a Amazônia a partir da década de 1970 vai ocorrer, como já vimos, pela nova estratégia do governo federal de incentivar este “tipo” de colono a se deslocar para a fronteira agrícola amazônica. Nesta linha, Souza (2001, p. 72) afirma que

a seleção social e a seleção regional dos ocupantes dos programas de colonização também foram conformadas por uma representação social, ou seja, pela ideia do colono modelo. Este seria o agricultor que, supostamente, teria mais instrução e mais conhecimento das modernas técnicas agrícolas, [...]. Além disso, os agricultores do Sul deveriam ser escolhidos também por causa da sua decantada capacidade de trabalho, de sua tenacidade e disciplina.

Esta afirmação vai ao encontro do que nos relatou o senhor Evilásio, em entrevista concedida no CTG Nova Querência, em Boa Vista, no dia 20 de novembro de 2011. Ao falar sobre um encontro entre o então governador de Roraima (Ottomar de Souza Pinto) e o governador do Rio Grande do Sul Amaral de Souza em 1980, no Palácio Piratini, em Porto Alegre, para tratar de um futuro projeto de colonização para o Território, o entrevistado nos disse o seguinte:

Lá por 1980 o Ottomar foi pro Rio Grande do Sul para se encontrar com o governador Amaral de Souza para chamar a gauchada pra vir prum projeto aqui no Apiaú. Ele sabia que para desenvolver a agricultura aqui tinha que trazer gaúcho pra cá, não tinha outro jeito (Relato oral dado no dia 20 de outubro de 2011, no CTG Nova Querência).

Ainda que se possa verificar a presença de sulistas em todos os estados da Amazônia Legal, o maior número de migrantes do Sul se deslocou para o Mato Grosso, Rondônia e Pará. Sobretudo nestes estados os eixos rodoviários foram os grandes responsáveis pela chegada destes imigrantes, atraídos pelos diversos projetos de colonização agrícola que neles se desenvolviam. Não só fluxos dirigidos para os projetos, mas, também migrantes que se dirigiram “espontaneamente” para a região.

O Território (atual Estado) de Roraima ficou à margem deste intenso fluxo migratório de pessoas chegadas do sul do país, muito em função de sua localização geográfica. Somente ao final dos anos 1970 é concluída a BR-174 até Boa Vista (Manaus – Boa Vista – Pacaraima). Apenas em 1996 é que seu asfaltamento é concluído até a fronteira com a Venezuela. Até houve – como veremos posteriormente - tentativas de arregimentar “gaúchos” para Roraima, na lógica do “colono modelo”. Porém, a distância e a tônica da colonização para Mato Grosso, Rondônia e Pará impediram um afluxo mais significativo de sulistas para Roraima. A grande massa de migrantes que se dirigiu para Roraima foi de maranhenses, que hoje em dia representam aproximadamente 25% do total da população do estado, seguida de cearenses e, num segundo momento, de amazonenses e paraenses.

Entretanto, a ida de sulistas para Roraima não pode ser ignorada, mesmo que a quantidade destes residindo atualmente no estado esteja muito aquém daquela observada em outras naturalidades, como maranhenses, cearenses e paraenses. Os gaúchos estão presentes tanto na zona rural do estado como nos núcleos urbanos, exercendo diversas atividades econômicas e políticas. No campo, estão fortemente presentes na orizicultura e na fruticultura. Nas cidades exercem atividades no setor de comércio (principalmente como comerciantes), serviços, no setor público e na área de educação e pesquisa.

5.2 OS GAÚCHOS “PIONEIROS” EM RORAIMA: TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS

A história da migração de gaúchos “pioneiros” para Roraima está ligada ao Projeto Rondon e mais especificamente à implantação de um Campus avançado da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em Boa Vista no ano de 1969.

A Universidade Federal de Santa Maria, com sede no município de Santa Maria, região central do Rio Grande do Sul, foi a primeira universidade federal do interior do país. Fundada no ano de 1960, por iniciativa do professor Mariano da Rocha, a universidade, com apenas nove anos de vida engajou-se no projeto Rondon e levou para Roraima o primeiro campus avançado na Amazônia brasileira.

A instalação deste campus é considerada o marco do ensino superior em Roraima. No âmbito do “Projeto Rondon”, que tinha como slogan “Integrar para não entregar”, o então governo do Território Federal de Roraima firmou convênio com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), proporcionando a instalação do campus, onde foram ofertados os cursos de Licenciatura de 1º grau nas áreas de Letras e Estudos Sociais, autorizados pelo Decreto Federal no 71.769, de 26/01/1973. O primeiro vestibular foi realizado em dezembro de 1972, em Boa Vista, com uma turma para cada um dos cursos. No ano seguinte realizou-se o segundo vestibular, também para os mesmos cursos.

Em função de mais um Convênio celebrado entre o Governo do então Território Federal de Roraima e a Universidade Federal de Santa Maria, foi implantado em Boa Vista o curso de Pedagogia, Licenciatura de 1º Grau, com habilitação em Administração Escolar. Logo em seguida, o Conselho Federal de Educação, através do Parecer CFE nº 191, de 09/03/1981, autorizou a Universidade Federal de Santa Maria a oferecer o curso de Letras, Licenciatura de 1º Grau, na cidade de Boa Vista, com 30 vagas para cada habilitação. Ainda por conta do referido Convênio, foi implantado o Curso de Magistério das Matérias Pedagógicas do Segundo Grau, Licenciatura do 2º Grau, ofertando 50 vagas. Esses cursos funcionavam em regime especial, fora de sede, de forma intensiva, nos meses de janeiro, fevereiro e julho e, ainda, com a realização de atividades práticas e trabalhos bibliográficos durante o período letivo normal, culminando a fase não intensiva com seminários de cada disciplina nos meses de maio e outubro de cada ano. Os referidos cursos foram reconhecidos através do Parecer CFE nº 40/82, aprovado em 04/02/1983 (RORAIMA, 2006).

Com a chegada do campus avançado da Universidade Federal de Santa Maria muitos professores gaúchos foram para Boa Vista ministrarem os cursos. Ainda que não se tenha documentos que comprovem, supõe-se que a grande maioria dos professores era mesmo gaúcha, até porque naquele momento a UFSM estava em processo de afirmação e muito provavelmente a maior parte do seu quadro docente era mesmo sul-rio-grandense. Ademais, em conversas que tive com gaúchos mais antigos em Boa Vista, muitos citaram vários conterrâneos que haviam vindo naqueles primórdios do campus da UFSM como professores. Estas conversas “informais” realizaram-se em encontros que tive com gaúchos no Centro de

Tradições Gaúchas, localizado no bairro Mecejana, em Boa Vista. Estes encontros se deram durante 2 quintas-feiras dos meses de outubro e novembro de 2011, nas dependências do CTG Nova Querência. Nestas reuniões, regadas a chimarrão e churrasco pude conhecer e conversar com alguns gaúchos que haviam chegado a Roraima ainda nos anos 1960, 1970 e 1980. Em um caderno de campo fiz algumas anotações e redigi relatos de alguns destes gaúchos “pioneiros”. Um deles, o senhor Evilásio, relatou-me o seguinte:

Tchê, escreve aí, o que trouxe os primeiros gaúchos aqui pra Roraima foi o campus da Universidade Federal de Santa Maria. Acho que foi lá pelo início de 1970, por aí. Foi isso e o Projeto Rondon. Não tem dúvida (13/10/2011).

Outro interlocutor, o senhor Antônio Augusto, afirmou que

Foi isso mesmo, a extensão de (Universidade Federal de) Santa Maria trouxe um monte de gaúcho pra cá. Isso foi lá no fim dos anos 1960, começo dos anos 1970. Foi a primeira universidade do país a fazer isso, só depois a USP fez. Tu conheces a M.V? Pois é, ela foi uma das que veio nesse negócio. Hoje é uma pessoa muito respeitada no estado, baita vereadora. Acho que durou uns 15, 16 anos. Neste tempo todo veio uma gauchada pra cá (20/10/2011).

Em janeiro de 1974, a Universidade Federal de Santa Maria em mais um convênio com o Governo do Território Federal de Roraima, realizou vestibular para os cursos de Educação Física, Agronomia e Veterinária. Os selecionados se deslocaram à cidade de Santa Maria, com bolsas oferecidas pelo governo do Território. Lá, alguns dos estudantes formaram a Associação dos Estudantes Roraimenses da UFSM em Santa Maria. A ata de fundação desta associação encontra-se publicada no Jornal de Boa Vista de 25/04/1980.

Através do Parecer CFE no 356, de 04/06/84, o Conselho Federal de Educação aprovou a reedição do Curso de Letras, Licenciatura de 1º Grau, ministrado pela Universidade Federal de Santa Maria como prolongamento do Convênio citado anteriormente (RORAIMA, 2006).

A revista “O Quero-Quero” órgão oficial de difusão da Universidade Federal de Santa Maria, em uma edição de 1982, tratando da presença do campus da universidade em Boa Vista noticia que (p.5)

Fugindo da falta de empregos do Sul e atraídos por excelentes salários, centenas de técnicos formados pela Universidade Federal de Santa Maria deslocam-se ao Território Federal de Roraima. Esse movimento migratório iniciou há 13 anos e hoje os ex-alunos da UFSM ocupam muitos dos principais postos na Administração do Território. O campus avançado de Boa Vista – criado através de um convênio entre o Projeto Rondon, o Governo do Território e a UFSM – foi o principal responsável por essa interiorização de mão-de-obra (grifo nosso).

Um entrevistado nosso apontou justamente o fato dos altos salários que eram pagos em Roraima por ser Território Federal e que isto foi um ponto decisivo para os gaúchos irem residir naquele Território.

Segundo matéria publicada na página da Universidade Federal de Santa Maria, dentre todas as universidades que participaram do Projeto Rondon, a UFSM foi a primeira a instalar um Campus Avançado, o qual funcionou em Boa Vista – RR, entre 1969 e 1985. Nestes 16 anos, conforme o site, foram enviados para Boa Vista aproximadamente 3,5 mil alunos e 450 professores da UFSM. Tanto professores quanto alunos vão, num segundo momento, instalar-se definitivamente em Roraima. Neste sentido, afirma o senhor Paulo Nunes

Olha tchê, alguns dos mais antigos da Embrapa daqui eram alunos da Federal de Santa Maria que vieram pra cá no Projeto Rondon. Vieram, se formaram lá no sul e depois voltaram. Depois eles deram a barbada pros arroteiros, mostraram direitinho quais eram as melhores terras pra plantar arroz (13/10/2011).

Já a senhora Renata Rocha, ex-pesquisadora da Embrapa, afirma que

Os pesquisadores mais antigos da Embrapa são a maioria gaúchos. Alguns deles vieram pra cá nos anos 1970 pro Projeto Rondon, gostaram daqui e resolveram voltar depois de formados. E tem também os que foram estudar agronomia lá em Santa Maria. Então, ou é gaúcho ou estudou no Rio Grande do Sul (20/10/2011).

Esta mesma matéria publicada no site da UFSM aponta algumas realizações da UFSM no Projeto Rondon em Roraima, listadas a seguir (retirado ipsi litteris da matéria):

- a) As equipes eram formadas preferencialmente por alunos das áreas de ciências rurais, saúde, educação e outras em menor número. A área de saúde, constituída por alunos de Medicina, Odontologia, Farmácia, Enfermagem e Fisioterapia, fez mais de 300 mil atendimentos nos hospitais, consultórios odontológicos, clínicas e laboratórios.
- b) Na área de ciências rurais, Roraima cedeu a Fazenda Bom Intento, onde foi possível desenvolver novos métodos de agricultura, pesquisa sobre a região amazônica, pecuária, métodos de conservação dos solos, agricultura, implantação de novas leguminosas, estudo e aproveitamento da mata e implantação de novas culturas, como o arroz irrigado.
- c) Foram ministrados mais de 150 cursos para a comunidade, abrangendo as áreas de saúde, ciências rurais, educação, artes, educação física e ciências humanas.
- d) A UFSM colaborou diretamente com Roraima, cedendo professores para ocuparem, como secretários, as secretarias de Saúde, Agricultura e Educação.

e) A UFSM foi o embrião da atual Universidade Federal de Roraima (UFRR). Em seu período de atuação em Roraima foram instalados três cursos de nível superior na área de educação, para qualificar os professores em atuação.

O site aponta ainda que mais de 200 profissionais se estabeleceram em Roraima depois de terem estagiado no Campus Avançado da UFSM e que mais de 150 casamentos foram realizados entre ex-estagiários e roraimenses. Esta afirmativa dá uma noção de como os gaúchos que se deslocaram para Roraima em função do Campus Avançado da Universidade Federal de Santa Maria acabaram por se estabelecer em definitivo no estado.

Nesta linha, em matéria publicada no Jornal Boa Vista de 31 de julho de 1981, intitulada “12 anos de integração: Campus Avançado de Boa Vista” lê-se a seguinte passagem:

A medida que a rede de ensino foi crescendo, o sistema foi desenvolvendo, prescindindo inclusive da atividade dos rondonistas, por já contar com pessoas gabaritadas. Muitos destes professores são ex-rondonistas **que para cá retornaram depois de formados**. (grifo nosso).

Além do Campus Avançado da Universidade Federal de Santa Maria, as Forças Armadas também foram um importante “fornecedor” de gaúchos para Roraima. Contando com uma Base Aérea da Aeronáutica e aproximadamente 08 unidades do Exército Brasileiro, o estado de Roraima possui um contingente militar importante, dos quais muitos oriundos do Rio Grande do Sul. É importante ressaltar o fato de que a cidade de Santa Maria, sede da UFSM, possui uma das mais importantes bases aéreas da Força Aérea Brasileira (FAB), além de mais de 10 unidades do Exército Brasileiro. Um contingente significativo de militares procedentes de Santa Maria também foi residir em Boa Vista, e muitos deles fixaram residência definitiva na cidade. Ainda que, mais uma vez não possamos afirmar sobre a origem destes militares, é razoável imaginar que boa parte deles era de origem gaúcha. Os militares gaúchos pareciam ter certa “queda” pela aventura, conforme nos relatou o senhor Bento Gonçalves, professor, militar aposentado, natural de Dom Pedrito-RS:

Cara, cheguei aqui em 1988, era militar, eu era sargento do exército. Trabalhei muito aí pelo interior, andei muito no meio da selva por aí. Na época do fechamento do garimpo eu explodia pistas clandestinas, eu era especialista em explosivo. A gente que vinha do sul tinha muito essa vontade de tá no meio da selva. Muitos dos que tinham vindo lá atrás também tinham essa vontade. Parece que gaúcho gosta mesmo de desafio (25/10/11).

Outro atrativo para os militares eram os benefícios financeiros que a ida para Roraima proporcionava. O estado, região de fronteira amazônica, propiciava (e propicia) uma

remuneração extra aos militares nele lotados. Ademais, outros benefícios pecuniários eram chamariz para os militares serem transferidos para Roraima. Nesta direção, é interessante o relato de Paula, 28 anos, natural de Canoas, região metropolitana de Porto Alegre, servidora pública estadual:

Vim pra cá em 1995, tinha doze anos. De Canoas. Meu pai era militar da Base Aérea (da FAB, em Canoas) e veio transferido pra cá. Como ele estava querendo investir num apartamento lá no sul, pegou a transferência para ganhar um dinheiro. A ideia era ficar só três anos, mas a Aeronáutica começou a apertar esse negócio das transferências, ainda mais que ele estava se aposentando. Aí acabamos ficando por aqui (22/10/11).

Outro fator importante para a ida de gaúchos para Roraima foi a criação da Polícia Militar do Território ainda na década de 1970. Mais uma vez a cidade de Santa Maria esteve presente neste processo. Ainda no primeiro quinquênio dos anos 1970, quando da criação daquela instituição, foram arregimentados em Santa Maria os reservistas do Exército para comporem o seu quadro de oficiais. Boa parte dos primeiros oficiais da Polícia Militar de Roraima eram reservistas gaúchos que haviam se desligado do Exército recentemente. Coincidentemente, o pai do pesquisador, também reservista do Exército em Santa Maria, sua terra natal, quase foi parar em Roraima nesta leva. Por circunstâncias da vida, acabou não indo morar em Roraima. Sobre este assunto, o senhor Elton Staevie, militar aposentado, natural de Santa Maria - RS revela:

Eu tinha terminado meu tempo de exército lá em Santa Maria e entrei num curso da Brigada Militar²⁸ que tava formando oficiais para a polícia militar lá de Roraima. Aí uns três, quatro meses antes de eu ir pra Roraima abriu o concurso pra Marinha. Daí resolvi fazer e passei. Quase que tu nasce em Roraima (10/12/10).

A senhora Elis Regina, funcionária pública, gaúcha de Cachoeira do Sul, esposa de oficial aposentado da Polícia Militar de Roraima dá o seguinte relato:

Meu irmão era do exército e um vizinho nosso também era militar e servia aqui em Roraima. Numa dessas idas dele pro sul, ele convidou esse meu irmão pra conhecer aqui. Ele veio e gostou. Aí pediu transferência pra cá. Eu só vim depois. É que ele (referindo-se ao marido) era R2 no exército e ainda faltava 3 anos pra terminar o tempo dele no exército. Naquela época Roraima ainda era Território e estavam recrutando oficiais para a polícia militar entre os R2 lá no Rio Grande do Sul. Foi aí que surgiu a oportunidade de irmos pra cá de vez. Isso foi em 1983. A maioria dos oficiais da PM naquela época eram gaúchos (08/10/11).

Assim, pode-se constatar que estas instituições (UFSM, Forças Armadas e Polícia Militar de Roraima) tiveram importante papel na ida de gaúchos para Roraima nos anos 1970

²⁸ A Brigada Militar é como é denominada a Polícia Militar no Rio Grande do Sul.

e 1980, particularmente. Ainda que não possamos caracterizar este movimento como uma migração dirigida, estas instituições foram fundamentais para a chegada dos primeiros gaúchos ao Território Federal de Roraima. A rede de amizades e de parentesco já aparece aqui, no relato da senhora Elis Regina.

Entretanto, um contingente significativo de gaúchos e sulistas, como um todo, oriundo de antigas regiões amazônicas de fronteira agrícola, como Rondônia e Mato Grosso, vão se dirigir para Roraima, principalmente a partir dos anos 1980. São colonos que haviam passado por estas regiões em períodos anteriores e, vislumbravam a oportunidade de acessar lotes de terra em projetos de assentamento em Roraima. Não só estes, mas outros tantos que vieram diretamente dos estados do sul (sobretudo Paraná e Rio Grande do Sul) formaram um significativo contingente de colonos que foram assentados em projetos do INCRA e do Instituto de Terras de Roraima (ITERAIMA). Ainda que numa dimensão muito menor do que os nordestinos, não se pode desprezar o número de sulistas que foram assentados nestes projetos.

5.3 AGRICULTORES GAÚCHOS EM DIREÇÃO A RORAIMA: (MAIS UMA) BUSCA POR TERRAS PARA PRODUZIR

Para compreendermos a história dos agricultores gaúchos pioneiros em direção à Roraima necessitamos de uma digressão acerca dos acontecimentos que levaram tal grupo social a se deslocar de um extremo ao outro do país.

Como já mencionamos anteriormente, a história migratória do povo gaúcho nos remete ao início do século XX. Ainda ao final do século XIX, um contingente importante de imigrantes das antigas colônias alemãs e italianas das regiões dos vales e da serra começam a se deslocar em direção ao norte/noroeste do estado. Muitos deles tinham como objetivo alcançar os estados vizinhos de Santa Catarina e Paraná, mas acabaram ficando no meio do caminho. Nesta região, conhecida como a das “colônias novas” houve uma maior miscigenação entre alemães, italianos e, em menor intensidade, eslavos. Denominadas de colônias mistas, tais áreas tinham as mesmas características de suas regiões de procedência. Caracterizadas pela pequena propriedade, pelo trabalho familiar e pela policultura, as colônias novas proporcionavam aos agricultores o mesmo estilo de vida daquelas áreas que ocupavam anteriormente. Como aquelas áreas já estavam ocupadas há bastante tempo, a produtividade não era mais a mesma, o solo já estava desgastado, dificultando a reprodução social das famílias. Além do mais, como discutido anteriormente, o sistema hereditário entre os colonos

levou a uma fragmentação maciça das propriedades, o que ajudou a dificultar ainda mais a reprodução familiar. Na busca pela terra que pudesse permitir manter a família e seu *modus vivendi*, o colono vai se dirigir para onde haja esta possibilidade. E dado que o norte do Rio Grande do Sul era menos povoado, naquele momento esta região se torna um atrativo para quem buscava novas terras para o plantio.

Entretanto, alguns anos depois a situação torna a se repetir. O desgaste da terra e a fragmentação das propriedades voltam a dificultar a reprodução das famílias dos agricultores que habitavam as colônias novas e as áreas já ocupadas do Paraná. E com um agravante, a modernização (conservadora) da agricultura que começa a invadir o campo brasileiro ainda nos anos 1950 acaba por piorar ainda mais a situação dos pequenos agricultores. Numa lógica distinta daquela com que estava acostumado a lidar, o agricultor familiar torna-se refém dos ditames do capital que avança sobre a agricultura brasileira. Não há mais espaço para a pequena propriedade e para a lógica familiar de produção. Ainda que no sul do país haja uma “aliança” entre a agricultura familiar e o grande capital, nem sempre esta relação é bem vista (e experimentada) pelos pequenos agricultores. Além de um processo de pauperização, o que parece ser mais sentido pelo camponês é a falta de liberdade que o novo modelo lhe impõe. Acostumado com uma lógica tradicional de produção visando a reprodução da família, agora o agricultor é obrigado a “obedecer” a lógica do mercado.

Como nos lembra Graziano da Silva (1996), a agricultura passa a ser ditada não mais pela natureza, e sim pela tecnologia que impõe um padrão de produção dependente das indústrias ligadas ao pacote tecnológico que passa a imperar no campo brasileiro. A racionalidade do modelo é imposta pelas empresas a montante e a jusante, transformando a agricultura em um sub-setor da indústria. Este processo se intensifica ao longo dos anos 1960 e 1970 e fica conhecido como a “Revolução Verde”. Dito de outra forma, a expansão do capitalismo no campo brasileiro engendra novos contornos na produção primária, resultando num rearranjo da organização produtiva familiar. O sul do país, notadamente o Rio Grande do Sul e o Paraná, se torna um espaço no qual a modernização da agricultura se mostra fortemente presente, gerando implicações significativas em suas áreas rurais.

A expansão da modernização agrícola no sul, inserido no processo de desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, resulta na expulsão de pequenos agricultores da região, levando-os em direção às novas fronteiras agrícolas da Amazônia brasileira. Muitos agricultores gaúchos já haviam se deslocado para o Paraná em momento anterior e começam a rumar em direção ao Pará, Mato Grosso, Goiás e Rondônia. Outros, que permaneciam no Rio Grande do Sul, também vão tomar a direção do Norte e Centro-Oeste do país. São

fundamentalmente pequenos agricultores do norte/noroeste do Rio Grande do Sul, caracterizada pela pequena propriedade e trabalho familiar.

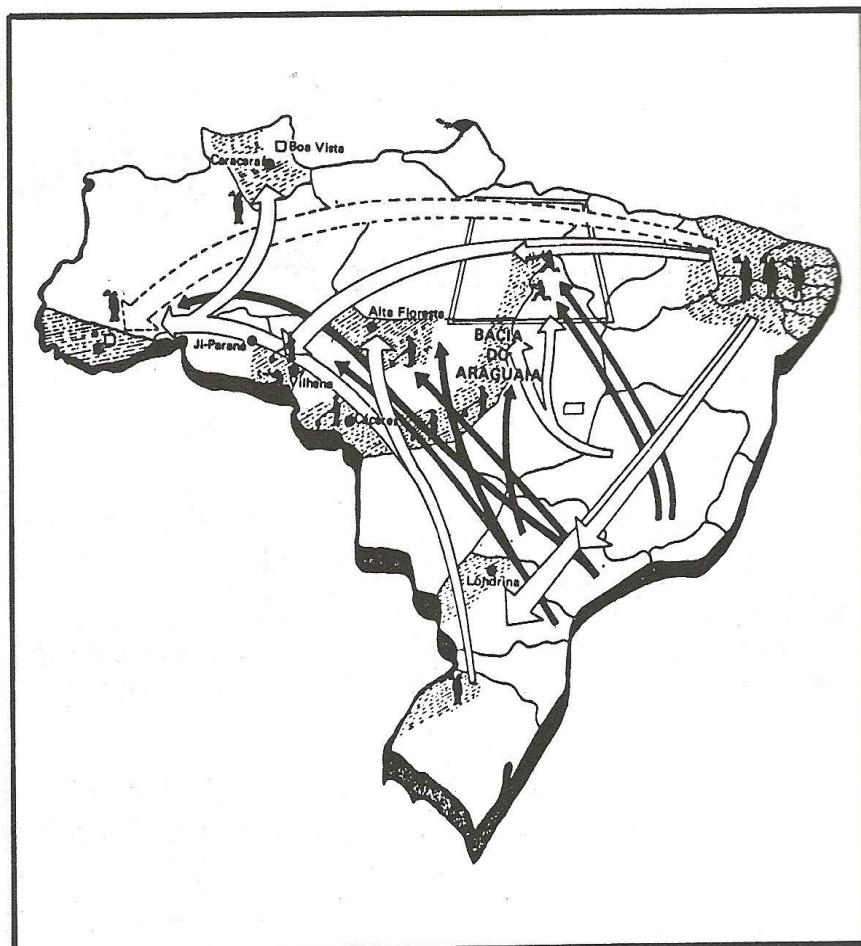
As áreas para as quais vão rumar os agricultores gaúchos a partir dos anos 1970 são justamente as chamadas novas fronteiras agrícolas do país, onde também o processo de desenvolvimento do capitalismo vai começar a tomar mais corpo. Através de ações colonizadoras estatais e privadas, milhares de pequenos agricultores serão levados a ocupar a Amazônia. Sobretudo Mato Grosso, Rondônia e Pará serão os locais para onde irão se dirigir os colonos gaúchos (e paranaenses), até porque é lá que serão criados os maiores e mais importantes projetos de colonização. Pode-se afirmar que houve um incentivo grande para a ida destes sulistas para as novas áreas de fronteira. Principalmente no Mato Grosso e no Pará a colonização foi mais dirigida, ao passo que em Rondônia, ainda que tivesse havido também este tipo de colonização (dirigida), foi forte a migração espontânea.

No que tange a colonização privada, Roraima não foi alvo de nenhuma empresa colonizadora. E muito da colonização estatal foi levada a cabo pelo governo do Território, muito mais como mecanismo de atração de futuros eleitores do que de produtores rurais propriamente ditos. Mas, como já dito, não se pode afirmar que não tenha ocorrido uma colonização dirigida à Roraima, mas pode-se inferir das pesquisas documentais e dos relatos orais que predominou neste estado a migração espontânea dos colonos. Mais uma vez cabe destacar que, como afirma Tavares dos Santos (1993), nem tão espontânea assim. Condições estruturais levam as pessoas a se deslocarem de uma região à outra. No caso de agricultores gaúchos que foram pra Roraima, boa parte deles já havia participado de projetos de colonização na Amazônia e “não tinham se dado bem”, o que os fez tentar a sorte numa nova fronteira agrícola.

A figura abaixo mostra os principais fluxos migratórios internos ocorridos no Brasil durante a década de 1980. Destacamos a corrente que vai inicialmente do Rio Grande do Sul à Rondônia e, posteriormente para Roraima.

Figura 2 – Principais rotas migratórias no Brasil na década de 1980

MIGRAÇÃO INTERNA – DÉCADA DE 80



Fonte: Oliveira (1987); Schaefer (1985) apud Martins e Vanalli (2001)

Segundo Souza (2001) os colonos que vão se dirigir ao estado ou se instalam em projetos de assentamento ou diretamente na capital. No que tange os projetos de assentamento, a autora destaca que nos dois maiores deles instalados em Roraima existem justificativas para assentar colonos oriundos do sul. No documento de criação do Projeto Jatapu, na região sudeste do estado, consta que visava o assentamento de 1.456 famílias de agricultores dos estados do Nordeste “constando ainda que uma das metas do Projeto era a transferência de 150 famílias da Região Centro-Sul” (SOUZA, 2001, p.65). Para justificar a

expansão do projeto do Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) Anauá, também no sudeste roraimense, o INCRA afirmava que estava ocorrendo um fluxo intenso de migrantes para a região, oriundos das regiões vizinhas e do Centro-Sul do país, o que demandava a ampliação do projeto. Souza (2001) aponta que nos projetos Jauapery e Jatapu, ambos na área da Perimetral Norte, 46% dos inscritos haviam nascido nas regiões Sul e Sudeste. Ao se referir à ocupação da porção sul de Roraima analisada por Freitas (1997) afirma que foram trazidos muitos colonos, principalmente do Maranhão, mas também do Paraná e Rio Grande do Sul,

constatando que sobrenomes de origem européia, como Trevisan, Tomazini, Schall, Siebeneichler, Dal Vesco, Lunardi dentre outros, podem ser encontrados nos municípios de São Luiz do Anauá, Caroebe, São João da Baliza e Rorainópolis (SOUZA, 2004 p. 30)

Em pesquisa desenvolvida entre os anos 1995 e 1996, Souza (2001, p. 31) relata que

pude constatar que muitos dos portadores desses sobrenomes são figuras de destaque na comunidade local, como por exemplo o Sr Sabino Trevisan, que além de ter seu lote e ser comerciante do ramo de material de construção, já foi candidato a prefeito. Da mesma forma, em área de colonização no município de Alto Alegre, distante cerca de 90km de Boa Vista, foi constatado *in loco* a existência de uma vicinal, denominada São Paulo, cujos lotes pertencem quase todos a gaúchos. Neste mesmo município foram localizadas e contactadas duas famílias gaúchas, os Dresch e os Pappi, cujos membros em sua totalidade estavam lá estabelecidos há mais de quinze anos, sendo que um dos filhos da família Pappi exercia o mandato de vereador.

Para entendermos melhor o início da chegada de colonos em Roraima, necessitamos voltar ao ano de 1979. O ano de 1979 foi marcante para a política roraimense e para os desdobramentos da sua ocupação demográfica. Neste ano assume o governo do então Território o brigadeiro da Aeronáutica, Ottomar de Souza Pinto, conhecido popularmente como o brigadeiro. Tornou-se um político marcante na sociedade roraimense, tendo sido o primeiro governador eleito do recém-criado estado de Roraima. Seu primeiro mandato – ainda como governador do Território – nomeado pelo presidente João Figueiredo, ocorreu entre os anos de 1979 e 1983. Posteriormente comandou o estado entre 1991 e 1994. Foi ainda prefeito de Boa Vista entre 1996 e 2000. Já nos anos 2000, assume o governo do estado em 2004, após a cassação do governador Flamarion Portela e seu vice, mas seu governo é interrompido com sua morte em 11/12/2007, aos 76 anos. Ottomar foi fundamental no processo de ocupação de Roraima. Durante seu governo, sobretudo nos dois primeiros mandatos, as políticas de incentivo à migração foram constantes, até mesmo com a abertura de garimpos, atividade vital para entender a imigração maciça rumo a Roraima nos anos 1980. No que tange a participação do brigadeiro no impulso demográfico de Roraima, Souza (2001,

p. 83) afirma que “A sua atuação pessoal no processo de ocupação de Roraima é incontestável, mesmo que revestida de objetivos eleitoreiros indisfarçáveis e de um certo caráter folclórico”. A autora afirma que referências a Ottomar Pinto apareceram com frequência nos relatos orais colhidos em suas pesquisas sobre gaúchos em Roraima. Nas conversas que tivemos com os gaúchos que chegaram em Roraima nos anos 1970 e 1980, as referências ao brigadeiro também se fizeram presentes. Assim nos conta o senhor Evilásio, 57 anos, produtor rural, natural de Santa Rosa, RS:

O Ottomar foi lá em Porto Alegre reunir com o Amaral de Souza, que era governador do Rio Grande do Sul na época. Ele foi pra lá chamar a gauchada pra vir pra cá. Ele queria trazer uns gaúchos pros projetos lá no Taiano. No início tinha muito gaúcho mesmo. Ainda tem. Mas naquela época tinha mais. O Ottomar que ajeitou pros gaúcho vir pra cá. Só não veio mais porque o G.C. não quis mais a gauchada por aqui. Aí o fluxo de gaúchos diminui. Se fosse pelo Ottomar, tinha muito mais gaúcho aqui (05/10/11).

Já o senhor Roberto, 60 anos, comerciante e escritor, natural de Bom Jesus-RS, residente em Roraima desde 1980, nos deu o seguinte relato:

Sei lá se ele fez (Ottomar) projetos pra outros, porque no sul do estado tem muitos maranhenses, não sei se ele fez pra outras etnias, mas o Apiaú foi feito pros gaúchos. Tinha um camarada, o Flori de Gonçalves e Gonçalves, que era caminhoneiro, era sem terra lá no sul, que tinha muita facilidade de comunicação e acabou sendo o cara que ficou no projeto e dirigiu o projeto durante 21 anos. Começou a vinda dos gaúchos pra cá com o projeto Rondon e a extensão da Universidade de Santa Maria. Depois veio o tal do projeto Apiaú, que veio o pessoal do campo, campeiro mesmo. Não era muito, mas foi umas 30 famílias que vieram pra se estabelecer e se estabeleceram. E como eles vieram? A facilidade que eles tiveram, porque o Ottomar ajudou (07/10/11).

Mas nem tudo foi fácil para os gaúchos em Roraima, conforme o relato do próprio senhor Roberto:

Teve um outro projeto que também foi feito pelo Ottomar, e isso transformou os gaúchos muito mal vistos por aqui, porque saíram como caloteiros. Eles foram assentados nessa estrada de Bonfim, Normandia, naquele trecho ali. Ali não dá nem calango naquela terra ali mano. Ali é areia pura. Assentaram os caras no inverno, qué dizer, os caras tão andando na água, acham que tá bom, tem uma lagoa ali e não sei o que, tá tudo beleza, mas quando secô mano, aí não tinha água pra eles beber, não era só pra plantar, não tinha água pra beber. Aí os cara começaram a ir embora, não sei como fizeram, como ficou o negócio do financiamento, mas aquilo não foi bom pra raça gaúcha, ficou visto como caloteiro. Foi um projeto mal feito, botaram os cara onde não dava nada. E o que que o Ottomar fazia, procurava abrir na beira de estrada, assentava os caras na beira da estrada, justamente pra garantir as estradas deles. Aí rapidamente colonizava. Você pode ver, todas as colonização são na beira de estrada. Mas foi o cara que teve visão, o governo que teve visão aqui foi o Ottomar (07/10/11).

A revista Quero-Quero, anteriormente mencionada, também se refere às dificuldades enfrentadas pelos gaúchos que chegaram a Roraima nos anos 1970, particularmente no que diz respeito a como eram vistos pelos roraimenses, isto é, de como foi a aceitação dos gaúchos pela sociedade de recolhimento. Na página 4 da publicação lê-se o seguinte:

Para os primeiros que lá chegaram as coisas não foram fáceis. Eram vistos como intrusos que roubavam as melhores oportunidades de trabalho dos nativos. No início dos anos 1970, um movimento de protesto à presença dos gaúchos chegou a preocupar as autoridades governamentais que necessitavam de recursos humanos para dar maior impulso ao desenvolvimento (REVISTA QUERO-QUERO, 1982, p. 4).

Mais uma vez recorremos ao Jornal de Boa Vista como fonte de registro histórico da colonização agrícola de gaúchos em Roraima. Na edição de 27/07/1980, a matéria intitulada “Governador quer trazer colonos gaúchos para Roraima” trata da reunião realizada no início de julho daquele ano entre Ottomar Pinto e Amaral de Souza, então governador do Rio Grande do Sul. A reunião ocorreu durante a visita que Ottomar fez à Universidade Federal de Santa Maria para a assinatura de convênios com aquela instituição de ensino. O governador de Roraima demonstrou a intenção de levar gaúchos para projetos de colonização no Território, além do desejo de enviar produtores roraimenses ao Rio Grande do Sul para “aprender” com os colonos sulistas.

Na edição de 17/07/1981, o Jornal de Boa Vista faz a cobertura de uma reunião entre o governador Ottomar de Souza Pinto com colonos procedentes do Paraná, no Palácio 31 de março, sede do executivo roraimense. Nela, o governador de Roraima deu as boas vindas aos colonos que tinham ido pra se instalar ou conhecer o Território e, pediu que alguns deles se dedicassem a suinocultura, atividade que era uma das prioridades do governo. Tal prioridade se dava pela ampliação do mercado interno e da possibilidade de exportação para a Venezuela, segundo a publicação. A publicação chama atenção ainda para o fato de que alguns dos colonos tinham sido atingidos pela construção da hidrelétrica de Itaipu e que viam em Roraima a oportunidade de dar continuidade às suas atividades. Na ocasião Ottomar fez questão de ratificar seu apoio aos colonos que desejassem se mudar para Roraima, assentando-os em projetos que achassem que poderiam melhor se adaptar. Os colonos visitaram diversas regiões e a preferida da maioria foi o Apiaú. Muitos deles acabaram permanecendo e outros retornaram ao Paraná após a visita e voltaram definitivamente para Roraima. Em outra edição, do dia 14/08/1981, sob o título “Colonos: a travessia para Roraima”, o jornal afirma que

Foi no governo Ottomar de Sousa Pinto que se iniciou a campanha para trazer migrantes brasileiros com a promessa de terras para poderem trabalhar e se auto-sustentar [...]. Os paranaenses da região onde será construída a hidrelétrica de Itaipu, são um exemplo típico, pois o governador Ottomar foi ali, pessoalmente, conversar com eles.

Essas iniciativas contribuíram de forma efetiva para o crescimento do número de naturais do Sul do Brasil residentes em Roraima, conforme atestam os dados do IBGE. Em 1960, os sulistas em Roraima representavam 2,56% do total de sulistas na Amazônia Legal; em 1970 este número sobe para 4,55% e em 1980 decresce para apenas 1,77% (Tabela 16).

Tabela 16 – Nascidos no Sul residentes em Roraima, 1960-1991

UF nascimento	1960	1970	1980	1991
PR	8	34	431	2.515
SC	13	28	233	548
RS	18	132	700	1.526
Total	39	194	1.364	4.589

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE, 2012.

Nota-se que justamente entre os censos de 1970 e 1980 e 1980 e 1991 é que ocorre um grande incremento de sulistas morando em Roraima, sobretudo no último intervalo censitário (1980-1991). De um total de apenas 39 sulistas residindo em Roraima em 1960, passa-se em 1991 para quase 4.600, um aumento de quase 120 vezes. Ainda que muito aquém dos valores absolutos observados em outras regiões da Amazônia, o número de pessoas oriundas do Sul morando em Roraima cresceu de forma exponencial, sobretudo entre 1970 e 1991. Em 1991, os gaúchos representavam a sexta maior colônia de imigrantes em Roraima, com 2,93% do total de nascidos em outras unidades da federação. À frente do Rio Grande do Sul estavam o Amazonas (35,2%), Maranhão (27,39%), Ceará (13,95%), Pará (6,61%) e Piauí (3,74%).

O quadro 1 mostra os projetos de assentamento existentes em Roraima e sua situação em 2004. Os mais representativos até o início dos anos 1990 eram: PAD Anaúia, no município de Rorainópolis, criado em 1975, com capacidade para 3.460 famílias e 221.832 ha; o PAD Jatapú, no município do Caroebe, criado em 1983, capaz de assentar 3.000 famílias e 164.226,70 ha; PAD Equador (1992), com capacidade para 2.113 famílias e 14.143 ha; Paredão, estabelecido em 1987, em Rorainópolis, com capacidade de assentar 1.500 famílias e 76.577,12 ha; Apiaú, em Mucajaí, criado em 1979, com 1.500 lotes e o Confiança III, no município do Cantá, com 2.988 lotes, criado em 1979. Em sua maior parte estão localizados no sudeste e centro do estado, próximo a Boa Vista. Na porção sul, entre 1980 e 1991 a média

de crescimento populacional foi de 12,04% ao ano, tendo o sudeste apresentando uma taxa de 16,28%. A parte norte apresentou uma taxa média de crescimento demográfico de 9,04% ao ano, particularmente na área próxima à Boa Vista. Este crescimento está intimamente ligado aos projetos de assentamento desenvolvidos nestas áreas.

Ainda que não se tenham informações precisas sobre a origem dos assentados nos projetos de assentamento, os dados que já apresentamos coletados junto ao CETREMI, SETRABES e SEPLAN indicam uma entrada significativa de pessoas nascidas no sul e sudeste do país nos anos 1980. As pesquisas que fizemos junto ao Jornal de Boa Vista também dão indícios de que muitos sulistas – paranaenses e gaúchos - foram assentados nos projetos. E em nossas entrevistas, pelo menos dois daqueles considerados mais significantes – Anauá e Apiaú – foram recorrentemente citados pelos entrevistados, além do projeto Taiano, como locais com forte presença de gaúchos, como na fala do senhor Roberto, que relatamos anteriormente. Referente ao Taiano, no município de Alto Alegre a dona Anita, 55 anos, dona de casa, natural de Ijuí – RS, residente em Roraima desde 1978 nos conta que:

Eu tô aqui faz mais de 30 anos. Cheguei em 1978, tinha 12 anos de idade. Meu tio veio em 1972 trazer a mudança de um gaúcho que tava indo lá pro Taiano. A gente era da roça e meu pai era tratorista. Esse meu tio veio, gostou e resolveu ficar. Já tinha uns gaúcho por aqui que ele conheceu que tinham se dado bem, aí ele resolveu ficar. Comprou umas terras pra ele lá no Taiano, se estruturou, fez casa, se ajustou. Depois de 6 anos ele mandou nos buscar, fomo tudo direto pro Taiano. Aí continuamo nossa vida da roça. Tinha muito gaúcho lá. Ainda tem bastante. Ficamos muitos anos no Taiano, plantando e o pai trazendo pra Boa Vista. A terra lá era muito boa. Muito gaúcho foi pra lá (01/10/11).

A família de Anita, antes de empreender deslocamento para Roraima, já havia morado no Paraná e retornado ao Rio Grande do Sul. Em 1972 foram morar naquele estado e em 1975 retornaram ao Rio Grande do Sul, para a sua cidade de origem, Ijuí, no noroeste gaúcho, município originado das colônias novas. Eram agricultores no interior de Ijuí, foram para o Paraná trabalhar na agricultura, voltaram para a roça no Rio Grande do Sul e acabaram em Roraima trabalhando novamente no campo. Foi uma típica migração rural-rural. Após alguns anos no Taiano, migraram definitivamente para Boa Vista. Segundo ela, essa mudança se deu “porque a gente foi crescendo, a gente não queria mais a roça, queria morar na cidade, ver as coisas da cidade. E era mais fácil pra estudar também” (relato oral, 01/10/2011). Conforme seu relato, “hoje a família toda veio pra Boa Vista, não tem mais ninguém no Taiano. Mas muitos da nossa época ficaram lá, criaram seus filhos lá, e tão lá” (relato oral, 01/10/2011).

A ida de gaúchos para Roraima se intensifica, como visto, a partir dos anos 1970. No início daquela década, havia apenas 132 deles residindo em Roraima. No Censo de 1980, já aparecem 700 gaúchos em Roraima e em 1991, já são mais de 1.500. Como afirma Souza (2001), esta migração é fundamentalmente rural, em direção aos projetos de assentamento. Num segundo momento, muitos vão se dirigir para a capital, em função do papel que a cidade exerce na hierarquia urbana de Roraima, como vemos no relato de Anita Garibaldi. Novamente o Jornal de Boa Vista nos ajuda a perceber o movimento de gaúchos (e outros migrantes) em direção a Roraima, além do seu papel na agricultura roraimense. Na edição de 14 de agosto de 1981, lemos: “Colonos de toda parte chegam a Roraima. São gaúchos, catarinenses, mato-grossenses, nordestinos em geral”. Já a edição de 22/02/1981 traz a seguinte matéria:

Desde o início do seu governo o Brigadeiro Ottomar Pinto tem afirmado que o Território, para desenvolver-se, precisa que sua agricultura seja forte [...]. Em Roraima muita coisa já mudou, para melhor. Os produtores roraimenses que há pouco tempo eram considerados inservíveis para a agricultura [...], hoje apresentam um nível de produção espantoso [...]. Neste aspecto, a participação do agricultor **gaúcho**, paranaense, catarinense e goiano tem sido fundamental (grifo nosso).

Muitos agricultores gaúchos, ainda que vivessem numa situação não muito confortável no Rio Grande do Sul, dados os problemas já relatados, chegaram a Roraima com um nível de capitalização razoável, pois na sua maioria tinham vendido suas terras no Sul e possuíam alguns recursos para encarar a nova empreitada. Esta era uma diferença entre os agricultores gaúchos e os maranhenses, por exemplo. Estes últimos empreenderam migração para Roraima como estratégia de sobrevivência. No caso dos gaúchos, tal jornada não ocorre como estratégia de sobrevivência, outras motivações norteiam estes sulistas em direção a Roraima.

5.4 MOTIVAÇÕES DA IDA DE GAÚCHOS PARA RORAIMA

Como já vimos, o desenvolvimento das relações de produção capitalistas na agricultura gaúcha (e brasileira) a partir dos anos 1950 resulta no processo de pauperização dos pequenos agricultores familiares. A expansão das grandes lavouras empresariais, tais como trigo, arroz e soja demandam extensas áreas para a sua produção, o que acaba por dificultar a incorporação dos pequenos proprietários neste processo produtivo. A saída para muitos deles foi a união em cooperativas ou, em boa parte dos casos, o arrendamento de suas terras para os grandes empresários do campo. Nos anos 1970 a modernização do campo

encontra-se completamente difundida no processo de produção primária propriamente dita. Naquele momento a marginalização do pequeno produtor torna-se ainda mais evidente, minando sua capacidade de suprir as necessidades de sua família. Sem dúvida, no caso dos pequenos agricultores no Rio Grande do Sul, muitos deles, sem outras alternativas, vão se aliar ao grande capital. Para eles, esta era a única forma de manter a reprodução de sua família. Para outros, a alternativa era “tentar a sorte” em outro lugar. E, naquele momento, a Amazônia, pelos motivos já mencionados, torna-se um lugar de atração para os gaúchos. Portanto, a primeira ordem de motivos que leva os agricultores gaúchos a se deslocarem para a Amazônia, e por extensão, para Roraima, é estrutural. Como bem afirma Tavares dos Santos (1993), causas estruturais de ordem socioeconômica impulsionam as pessoas a migrar.

Entretanto, Tavares dos Santos (1993) nos lembra ainda que motivos subjetivos concorrem na decisão das pessoas em migrarem ou não. Não só os motivos de ordem estrutural, mas também os motivos subjetivos recaem na decisão dos (futuros) migrantes. As causas de ordem estrutural se originam da estrutura da sociedade, historicamente determinada, ao passo que os motivos subjetivos (ou individuais) “refletem a interiorização, pelos agentes sociais, de suas condições de existência” (TAVARES DOS SANTOS, 1993, p.14). Assim,

Essas duas dimensões são vividas simultaneamente pelos grupos sociais em questão, **sendo distinguíveis apenas a nível analítico**. Devemos observar ao mesmo tempo os fatores de expulsão demográfica e os de atração das populações. Esses dois fatores em conjunto definem um fluxo ou uma corrente migratória que se desdobra em determinadas condições de espaço e de tempo (grifo nosso).

Portanto, Tavares dos Santos (1993) afirma haver duas ordens de motivos que levam as pessoas a migrar, uma estrutural e outra subjetiva. E, como chama a atenção o próprio autor, tais dimensões só são distinguíveis a nível analítico. O processo migratório, desta forma, é um projeto coletivo, pois não se estabelece unicamente por escolhas individuais, mas por condições estruturais. Assim, ele não remete apenas a uma necessidade eminente, como a busca por terras pra produzir, por exemplo, mas a escolhas que envolvem subjetividades. Estas duas ordens de motivos são amplamente perceptíveis na obra do autor. Em seu trabalho com colonos gaúchos no Mato Grosso, tanto os motivos de ordem estrutural quanto os subjetivos são recorrentemente empregados pelos agricultores para justificar suas transferências para o Mato Grosso.

Já Souza (2004), em sua Tese de Doutorado intitulada “História, Memória e Migração: processos de territorialização e estratégias de inserção entre migrantes gaúchos radicados em Roraima” propõe que o estudo dos processos migratórios deva considerar três

dimensões, interdependentes entre elas: a dimensão estrutural, que se liga a processos sociais e históricos situados em uma perspectiva temporal mais longa; a conjuntural, que se relaciona a aspectos situados em um tempo mais curto, flexível e dinâmico; e a singular, que expõem situações específicas, únicas e particulares, enfocando e identificando lugares, grupos ou indivíduos. Comungamos da ideia dos autores. Partimos do pressuposto que os gaúchos que escolheram Roraima para viver o fizeram por questões estruturais nas suas regiões de origem e destino e por motivações subjetivas. Entretanto, para os migrantes gaúchos do século XXI as redes sociais tiveram papel central na migração.

Nos anos 1970/80, além da modernização agrícola poupadora de mão de obra e intensiva em capital que dificulta a reprodução social das famílias no sul do país, o sistema de hereditariedade característico dos agricultores contribui para o fracionamento das propriedades, resultando numa dificuldade ainda maior aos colonos. Cabe ressaltar que é nas regiões Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul que este fenômeno vai ocorrer com maior intensidade. Lá era (e é) a porção do estado caracterizada pelas pequenas propriedades e trabalho familiar. O centro do Rio Grande do Sul, a região serrana e a zona dos Vales já haviam passado por esse processo algumas décadas antes. Já Campanha Gaúcha não sofreu tanto com este fenômeno, dada sua característica socioeconômica e espacial. Por lá impera a grande propriedade, marcada pela pecuária extensiva e regime de trabalho assalariado.

O relato a seguir, da dona Anita é representativo ao descrever os motivos que levaram sua família para Roraima:

Foi uma aventura, ó. Viemos tudo num caminhão de Ijuí pra cá, demoramos uns 16 dias pra chegar aqui. Viemos mais ou menos umas 30 pessoas na carroceria do caminhão. Era um caminhão baú. Fizemos uma casa lá dentro, a gente até cozinhava lá dentro. Veio o pai, a mãe, com nove filhos (7 homens e 2 mulheres), um tio com 3 filhos mais a esposa, outro com 10 filhos e mais o motorista. Depois veio mais uma “renca”. Mais dois irmãos meus e outros parentes e amigos. O pai ainda foi pra lá duas vezes trazer mais gente. Primeiro foi uma camionete, depois foi uma Kombi. Era muita gente, muito filho pra pouca terra lá. O pai também era tratorista, dirigia trator pruns arroseiros. Mas o que ele gostava mesmo era a lida da roça. Ele mora lá no Raiar do Sol²⁹, tá com 76 anos e tem a roça dele lá. Planta couve, alface, abóbora, verdura. E lá a roça num dava mais, não tinha como. Aí nós tinha um tio que já morava aqui e mandou buscá nós. Meu pai comprou umas terras do meu tio e aí continuamos nossa vida da roça. O pai começou a plantar tomate, abóbora, alface, essas coisa tudo, milho (01/10/11).

O depoimento anterior demonstra a importância que a roça tinha para a família, não só em termos financeiros, mas como elemento constituinte do modus vivendi daquele núcleo familiar. A quantidade de filhos não era apenas um limitante à satisfação alimentar da família,

²⁹ Bairro de Boa Vista, localizado junto a BR-174, na saída para Manaus.

mas um obstáculo à continuidade da vida na roça. Como nos alerta Demartini (2005), os relatos orais estão repletos de sentimentos, ideologias, ambiguidades, conflitos, etc. e cabe ao pesquisador saber ler e interpretar estas idiossincrasias. Precisa saber “ouvir” o que não foi dito, “ler” nas entrelinhas o que não foi escrito. Este processo permitiu-nos compreender o quanto “a lida da roça” era importante para a família da dona Anita. Roraima possibilitou mais do que uma melhora financeira, permitiu que sua família continuasse a viver na agricultura, trabalhando em conjunto, como fazia em seu local de origem. Nossa entrevistada demonstrou grande entusiasmo ao falar sobre esta permanência na roça, o que para ela foi fundamental para manter a unidade familiar mesmo depois de mais de 25 anos de vida urbana. Centrada na figura do patriarca, a família de dona Anita mantém uma unidade familiar consistente, que, segundo ela, foi fundamental para a permanência de (quase) todos em Roraima. Pelo relato da dona Anita se verifica a presença de laços familiares na migração. Um tio que já morava no estado convidou sua família para morar em Roraima. Seu tio era caminhoneiro e havia ido a Roraima levar a “mudança” de outro gaúcho. Conheceu o Taiano (projeto de colonização) onde havia muitos gaúchos e resolveu se mudar definitivamente para Roraima. Depois de seis anos a família de dona Anita mudou-se para lá, levando junto alguns amigos. Posteriormente seu pai ainda foi ao Rio Grande do Sul buscar mais parentes e amigos.

Outro gaúcho “pioneiro”, o senhor Evilásio, assim descreve a vinda dos conterrâneos mais antigos em Roraima:

Tchê, a nossa vinda pra cá (os mais antigos) tá muito relacionado com o campo. A maioria de nós era do campo e viemos pra Roraima para continuar nossa vida no campo. Vendemos terra lá e compramos aqui, era muito mais barato. Meu pai tinha uns dois mil hectares de campo lá no sul. Aí teve cinco filhos. Ficou quatrocentos pra cada um. Depois cada um teve seus filhos. Aí o que sobrou pra mim foi uns cento e cinquenta hectares. E eu tava acostumado com bastante terra. Eu vim pra cá pra ter de novo esse horizonte de campo. Não foi porque tava mal lá, porque tava ruim. Eu podia ter ficado lá. Ia viver com aqueles cento e cinquenta hectares. Mas eu precisava de mais campo, precisava pegar o cavalo e sair troteando, enxergando longe. Aí vendi meus cento e cinquenta hectares lá e comprei uns dez mil aqui. Foi isso (05/10/11).

Novamente o senhor Roberto nos brinda com o seguinte depoimento sobre sua ida para Roraima, ainda ao final dos anos 1970.

A vinda nossa pra Roraima foi uma coisa fantástica. Passou uma reportagem na Globo sobre os cavalos selvagens de Roraima. E no Acre (onde morava) tinha gado, mas o gado era tocado a pé. Aí veio uma turma lá depois daquela reportagem pra comprar os ditos cavalos de Roraima, ora se os cavalos eram selvagens devia ser barato, e era. Vieram aqui pra comprar cavalo. Meu sogro veio pra cá e deixou uma fazenda comprada, lá em Normandia. Ele era pantaneiro, mano. Morava lá em

Bonito. Aqui era um novo pantanal pra ele. Quando eles vieram era inverno mano, tudo alagado. Eu fui o primeiro a vir cá, quando eu cheguei aqui mano, lá na Normandia, beira da Guiana Inglesa, os rio Mau e Tacutú, os dois seco. Eu perguntei, mas vem cá, onde é que tão as fazenda embaixo d'água. Se pudesse ele tinha me batido por telefone (07/10/11).

A ida do senhor Roberto para Roraima ocorreu justamente porque o seu sogro pantaneiro comprou esta fazenda no município de Normandia e o convidou para tomar conta da propriedade. Segundo o que nos contou o entrevistado, a ideia do sogro em comprar a fazenda foi pela semelhança que havia com o seu lugar de origem, o pantanal. “Foi uma espécie de encantamento que o velho teve com Normandia” (relato oral). “Ele achava que o pantanal era só lá no Mato Grosso, e quando chega aqui, dá de cara com outro pantanal” (risos). Antes da ida para Roraima, o senhor Roberto já havia morado em Santa Catarina, Paraná, Paraguai, Mato Grosso (área do atual Mato Grosso do Sul) e Acre. Portanto, sua migração, rural-rural, foi marcada por diversas etapas. O seu último local de residência antes de Roraima tinha sido o Acre, onde trabalhou por três anos como coletor de castanha no interior da floresta. No final de 1979 foi pra Roraima cuidar da fazenda do sogro, no município de Normandia, na beira do rio Tacutu, divisa com a Guiana. Após uns três anos se mudou para a sede do município onde virou comerciante e chegou a ser secretário de finanças municipal. Em seguida mudou-se definitivamente para Boa Vista, onde reside até hoje, exercendo a atividade de comerciante e escritor/poeta.

O senhor Pinheiro Machado, 57 anos, comerciante, natural de Crissiumal e residente em Roraima desde 1980, também apresenta os seus motivos subjetivos para ter se mudado pra Roraima. Segundo o relato que nos foi dado em 12/10/2011, sua ida para Roraima ocorreu porque “queria ser dono do próprio nariz, ser meu patrão”. Torneiro mecânico da empresa SLC no município de Horizontina, o senhor Pinheiro nos relatou que não tinha a necessidade financeira de sair do Rio Grande do Sul. Seu emprego, numa empresa multinacional, lhe permitia criar sua família de maneira digna no sul do país. Mas, não queria mais ser empregado. Tinha um cunhado que morava em Roraima há um ano e este lhe convidou para conhecer o então Território. Inicialmente foi morar na região do Tucano, interior do estado. Foi trabalhar na garagem do governo do Estado, mas, o salário, segundo nos contou, era baixo. “Se fosse pra continuar ganhando isso e ainda por cima continuar empregado dos outros teria ficado no Rio Grande”. Ainda no mesmo ano (1980) se mudou definitivamente para Boa Vista, onde “consegui fazer minhas conquistas, fiz minha vida” (relato oral). Mais uma vez a rede estava presente no relato do senhor Pinheiro Machado. O senhor Pinheiro

Machado possuía um cunhado que morava em Roraima e este lhe convidou para ir pra Roraima.

A fotografia abaixo mostra o estabelecimento comercial de um gaúcho pioneiro em Roraima:

Fotografia 4: “Mercadinho dos Pampas”. Bairro São Vicente. (Foto: Pedro M. Staevie, 2012)



Os relatos orais nos ajudam a compreender as distintas motivações que levaram estes gaúchos a fixar residência em Roraima. Assim como constatou Tavares dos Santos (1993) em seu estudo, também em Roraima encontramos motivações estruturais e subjetivas que concorreram para levar os gaúchos àquele estado. Através da pesquisa bibliográfica feita com bibliografia pertinente, juntamente com a pesquisa na hemeroteca do Diário Oficial de Roraima, e as entrevistas realizadas, se pôde inferir que tanto motivações estruturais quanto subjetivas explicam a migração de gaúchos para Roraima. Para os migrantes gaúchos atuais, as redes sociais tem papel de protagonista neste movimento migratório.

Esta dicotomia (racionalidade individual X estruturas sociais) permeia a discussão acerca do fenômeno migratório no âmbito das ciências sociais. Por um lado, a exacerbação do

individualismo nas decisões e, por outro, a superestimação das estruturas sociais como as únicas responsáveis pela mobilidade do trabalho, fazendo do indivíduo uma simples marionete destas estruturas historicamente determinadas. Sem dúvida, a liberdade das escolhas individuais tomadas num vazio social inexistente. O indivíduo está envolto num conjunto de relações que lhe condicionam a decisão (de migrar) de forma consciente e inconsciente. A ação individual encontra-se diluída numa trama social que prepara o indivíduo para as escolhas, moldando a forma de apreensão dos fatores de repulsão e atração e a resposta do indivíduo a esta situação. Este se encontra sempre coagido por estruturas sociais, tanto na sua região de origem, como na região de destino, que interagem entre si e alimentam um fluxo migratório (MATOS, 1993).

O indivíduo, portanto, decide (migrar ou não) mediante uma apropriação muito particular da forma de resposta que lhe foi inculcada pelas estruturas sociais às quais está submetido. As circunstâncias condicionam a decisão sobre o fato de migrar ou não, mas não a determinam. Se não fosse assim, porque alguns gaúchos submetidos a perversidades estruturais em seus locais de origem permaneceram lá, ao passo que outros se deslocaram para Roraima, por exemplo?

No próximo capítulo discutiremos o papel das redes sociais na migração contemporânea de gaúchos para Roraima e na adaptação e permanência destes migrantes naquele estado.

6 MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DE GAÚCHOS PARA RORAIMA E O PAPEL DAS REDES SOCIAIS

6.1 UM RETRATO DA MIGRAÇÃO GAÚCHA CONTEMPORÂNEA PARA RORAIMA

6.1.1 Campos emigratórios da migração gaúcha contemporânea

No início dos anos 2000 o Rio Grande do Sul, com 496 municípios, contava com uma população total de aproximadamente 10, 2 milhões de habitantes e um PIB de cerca de US\$ 60 bilhões. Com estes números, o estado possuía o quarto maior Produto Interno Bruto do país (6,5% do total) e a quinta maior população. Tinha ainda a segunda maior indústria de transformação do Brasil, superado apenas por São Paulo. E sua agropecuária era a terceira do país em valor bruto da produção e a segunda em exportações. E mantinha sua posição de estado expulsor de migrantes.

Neste mesmo ano, Roraima, com apenas 15 municípios, tinha um PIB de menos de US\$ 3,0 milhões e uma população de apenas 321 mil habitantes. Tanto num quanto no outro quesito o estado ocupava a última posição no ranking nacional. No que diz respeito ao PIB, representava 0,1% do total do país. Sua indústria era muito pouco dinâmica e a agropecuária extremamente débil. O setor madeireiro era o maior exportador do estado, que tinha (e tem) sua economia atrelada ao setor público, que representa cerca de 70% do total do PIB estadual. É a famosa economia do contra-cheque. E continuava como um estado altamente absorvedor de migrantes.

Em 2000, aproximadamente 2.300 gaúchos residiam em Roraima, dos quais 1.800 moravam em Boa Vista. Este número colocava Roraima na quinta posição entre os sete estados da região Norte no total de gaúchos residentes em seus respectivos territórios. O total de gaúchos residindo no Norte era de 36.331 naquele ano, assim distribuídos: Rondônia (14.951), Pará (9.029), Tocantins (4.680) e Amazonas (3.834), os quais possuíam mais gaúchos do que Roraima. Já os estados do Acre (1.019) e Amapá (315) contabilizavam menos sul-rio-grandenses residentes do que Roraima. Em conversas que tivemos com pessoas ligadas ao Censo 2010 do IBGE em Roraima, a estimativa é que a população de gaúchos residindo no estado possa ficar entre 5.000 e 6.000 indivíduos. Este valor significaria um acréscimo de até 2.700 gaúchos em Roraima em 10 anos, mais de 100% de crescimento. A Tabela 17 mostra o número de gaúchos residindo no estado de Roraima por município de residência e a participação no total da população de cada um destes municípios.

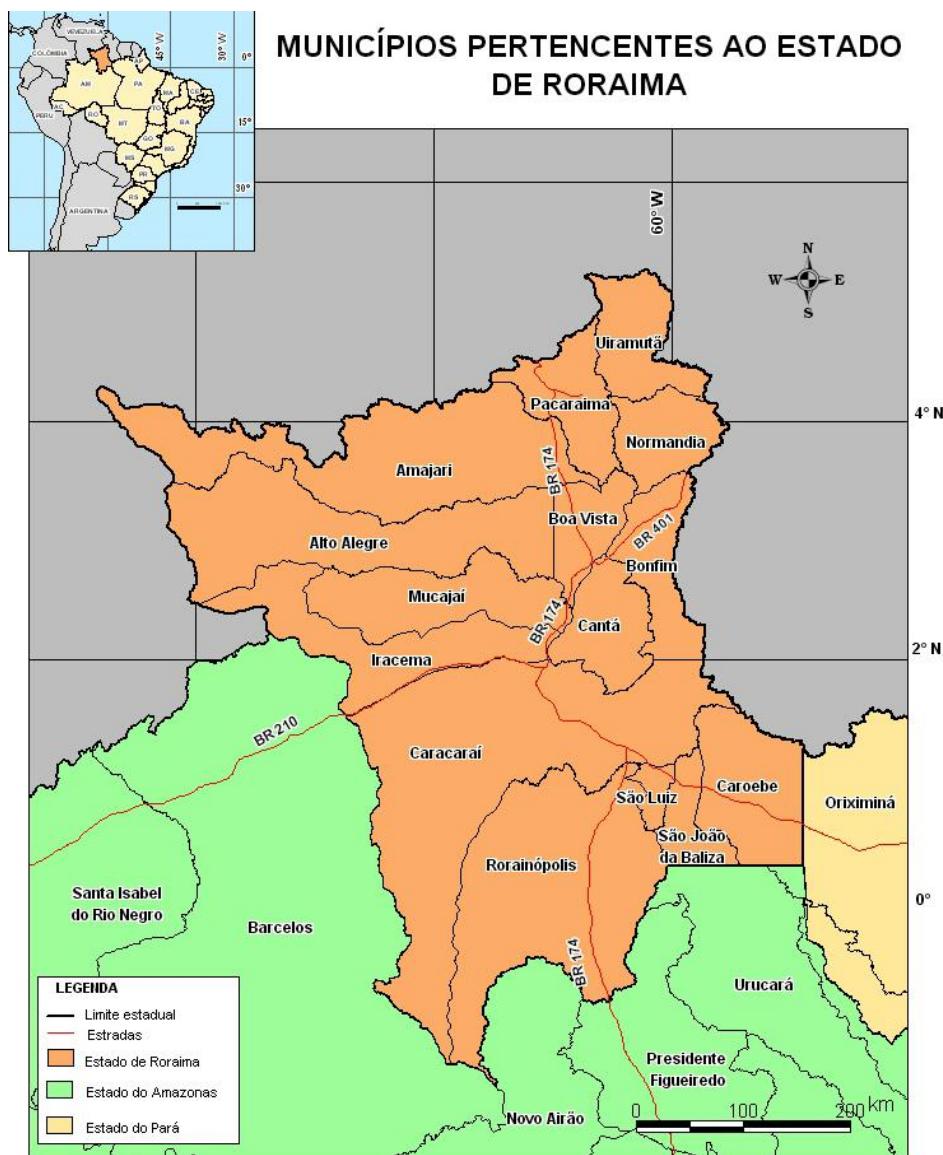
Tabela 17 – Nascidos no Rio Grande do Sul e residentes em Roraima por município de residência – 2000

Município	População total (A)	Nascidos no RS (B)	Porcentagem (B/A)%
Alto Alegre	17.907	157	0,88
Amajari	5.294	-	0,0
Boa Vista	200.588	1.802	0,89
Bonfim	9.326	44	0,47
Cantá	8.571	71	0,83
Caracaraí	14.288	62	0,43
Caroebe	5.692	21	0,37
Iracema	4.781	17	0,36
Mucajaí	11.247	42	0,37
Normandia	6.138	4	0,06
Pacaraima	6.990	13	0,18
Rorainópolis	17.393	26	0,15
São João da Baliza	5.091	31	0,6
São Luiz	5.311	24	0,45
Uiramutã	5.802	4	0,07
Roraima	324.397	2.320	0,71

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do IBGE, 2012.

Percebe-se que nenhum município de Roraima possuía um número de gaúchos que representasse 1% do total de sua população em 2000. Os municípios que possuem o maior número de gaúchos, tanto em termos absolutos como relativos são Boa Vista (capital) e Alto Alegre. A presença de gaúchos em Alto Alegre se justifica pelo número de projetos de colonização agrícola encontrados naquele município. Os municípios com a menor quantidade de gaúchos são Uiramutã e Normandia, os quais possuem uma população quase que exclusivamente de indígenas. O total de gaúchos residentes em Roraima representava somente 0,71% da população total do estado. Para compreender a distribuição dos gaúchos, o mapa 2 mostra a divisão geopolítica de Roraima e os principais eixos rodoviários federais do estado.

Mapa 2 - Divisão geopolítica do estado de Roraima



Fonte: RORAIMA/SEPLAN - RR.

Confirmados estes números, teremos um crescimento substancial na quantidade de nascidos no Rio Grande do Sul residindo em Roraima nos últimos 50 anos. Em 1960 eram apenas 18 gaúchos residindo no estado, ao passo que em 2010 podem ser 6.000, o que significa um crescimento de mais de 330 vezes o número inicial. Além do mais este número (6.000) representaria um percentual de 1,33% do total da população do estado, frente aos 0,71% do que representava em 2000.

Através da análise dos 28 relatos dos migrantes contemporâneos, sistematizamos a seguir algumas informações visando resgatar um retrato geral dos imigrantes pesquisados,

contemplando algumas de suas características, assim como suas trajetórias espaciais. Neste primeiro momento, analisaremos, além destas características, as motivações que levaram estes gaúchos a saírem do Rio Grande do Sul. Na seção seguinte, apoiados nos relatos dos depoentes, analisaremos o papel das redes sociais na migração destes gaúchos.

O quadro 2 mostra uma fotografia sobre os 28 entrevistados. A partir deste quadro podemos tecer algumas considerações que julgamos importantes para o entendimento da migração contemporânea de gaúchos para Roraima. As informações contidas no quadro foram retiradas das entrevistas com os migrantes.

Dos 28 imigrantes, 21 tiveram seus relatos orais gravados e os outros sete responderam o questionário contido no apêndice. Isto ocorreu pois estes imigrantes preferiram não ter seus relatos gravados. Desta forma responderam diretamente o questionário de próprio punho ou foram questionados pelo pesquisador e tiveram suas respostas anotadas em espaço apropriado no próprio questionário.

Particularmente no que diz respeito às características (perfil) gerais dos imigrantes, a não gravação dos relatos não implicou em perdas significativas para a pesquisa. A descrição do perfil dos migrantes e suas trajetórias migratórias não foram prejudicadas por esta escolha metodológica.

Mesmo os imigrantes que tiveram seus relatos orais gravados, suas características gerais (sexo, idade, níveis de escolaridade, estado civil, local de nascimento, último local de residência, ocupações) eram primeiramente anotados no respectivo questionário. Após a primeira leitura que fazia nos questionários onde realizava as anotações gerais, ouvia atentamente os relatos para confrontar com o que havia sido anotado e confirmar as informações escritas. Feito isso foi construído o quadro síntese a seguir que mostra o perfil geral dos 28 imigrantes pesquisados. Foram usados no quadro siglas usualmente utilizadas pelos estudiosos dos movimentos migratórios, tais como ULR para definir “último local de residência” e LN que significa “local de nascimento”.

Cabe reiterar novamente que não houve critérios etários, de gênero ou de renda para os entrevistados. O único critério adotado, além de obrigatoriamente nascidos no Rio Grande do Sul, era que fossem chefes de família. E, como já comentado, as entrevistas foram realizadas em locais definidos conjuntamente entre o pesquisador e o entrevistado. Os locais das entrevistas podiam ser as residências, os locais de trabalho ou qualquer outro definido conjuntamente.

Quadro 2 – Informações sobre os migrantes gaúchos contemporâneos - 2012

N	Sexo	Idade chegada	LN	ULR	Ano saída RS	Ano chegada RR	Ocupação ULR	Ocupação atual	Grau esc. chegada.	Grau esc. atual	Estado civil chegada	Estado civil atual
1	M	53	Restinga Seca	Maués - AM	2005	2008 (CR)	Bancário	Gerente de agência	3 inc.	3 comp.	Casado	Casado
2	F	30	Taquara	Taquara - RS	2008	2008 (R)	Costureira fábrica calçados	Comerciante	2 inc.	3 inc.	Casada	Casada
3	M	29	Porto Alegre	Porto Alegre - RS	2010	2010 (R)	Analista de logística de medicamentos.	Bancário	3. inc.	3. inc.	Solteiro	Solteiro.
4	M	27	Sapucaia do Sul	Esteio - RS	2008	2008 (R)	Supervisor de frota empresa de transporte	Consultor de venda de revenda automóveis	3. inc.	3. inc.	Solteiro	Solteiro
5	M	30 (*)	Porto Alegre	Porto Alegre - RS	2011	2010(R)	Servidor público municipal	Empresário	2.comp.	2.comp.	solteiro	Solteiro
6	M	29	Santiago	Porto Alegre - RS	2006	2006(R)	Estudante Doutorado	Professor Universitário (SPF)	Doutorado	Doutorado	Solteiro	Solteiro
7	M	53	Santo Ângelo	Manaus - AM	1996	2000 (CR)	Representante comercial.	Aposentado	2. inc.	2.inc.	Casado	Casado.
8	M	41	Estância Velha	N.Hamburgo - RS	2009	2009 (R)	Técnico químico indústria de couro/estudante Doutorado	Professor universitário (SPF)	Mestrado	Mestrado	Solteiro.	Solteiro c/companheira.
9	M	23	Porto Alegre	Torres-RS	2006	2006 (R)/(CR)	Técnico em prótese dentária. Estudante.	Odontólogo.	3.inc.	3.comp.	Solteiro	Solteiro
10	M	22	Rondinha	Rondinha-RS	2006	2006(R)	Estudante	Técnico em informática. Estudante.	3.inc.	3.inc.	Solteiro	Solteiro
11	F	29	Santo Augusto	S.Miguel do Iguçu-PR	1988	2010(R)	Prof. Academia	Prof. Educação física e academia	3. comp	3.comp.	Solteira c/comp.	Solteira c/comp.
12	F	23	Guaporé	Farrópilha-RS	2010	2010 (R)/(CR)	Estudante/estagiária	Projetista de móveis	3.inc.	3.inc.	Solteira	Solteira
13	M	39	Porto Alegre	Carramarca – Peru	1990	2000	Mecânico automóveis/Nutricionista	SPF. IBGE.	3.comp.	3.comp.	Solt.c/comp.	Solt.c/comp.
14	M	35	São Francisco de Assis	Santa Maria-RS	2004	2004(CR)	Auxiliar administrativo	Professor Universitário	Mestrado	Mestre	Solt.c/comp.	Solt.c/comp.
15	F	28	Rodeio Bonito	Nova Hartz-RS	2007	2007(R)/(CR)	Professora municipal	Diretora Geral do SESC	P.G.	P.G.	Casada	Casada
16	F	33	Ijuí	Ijuí-RS	2000	2000 (R)/(CR)	Auxiliar de escritório	Policia civil	3.comp.	3.comp.	Solteira	Solteira
17	M	40	Lajeado	Rodeio Bonito-RS	2005	2005 (R)/(CR)	Comerciante e produtor rural	Comerciante e produtor rural	2. técnico	2. técnico	Casado	Casado
18	M	26	Ametista do Sul	Ametista do Sul-RS	2009	2009 (R)/(CR)	Garimpeiro. Proprietário de garimpo.	Comerciante e produtor rural	1.inc.	1.inc.	Casado	Casado
19	M	23	Alegrete	Normandia-RR	2002	2002(R)/(CR)	Gerente técnico em lavoura de arroz/produtor rural	Gerente comercial empresa máquinas agrícolas/prod. rural	2.técnico	3.inc.	Solteiro	Casado
20	M	36	Porto Alegre	Cachoeira do Sul-RS	2009	2009(CR)	Bancário	Bancário (gerente)	3.comp.	P.G.	Casado	Casado
21	M	45*	Uruguaiana	Manaus-AM	2000	2004 (R)	Intermediante comercial	SPE	2.comp.	2.comp.	Divorciado	União estável
22	M	26	Santana do Livramento	Santa Maria-RS	2006	2006	Militar	Professor Universitário	Mestrado	Mestrado	Solteiro	Solteiro
23	M	27	N.Hamburgo	Novo Hamburgo-RS	2010	2010 (R)	Bancário	Gerente regional Banco	P.G.	PG.	Solteiro	Solteiro
24	M	17	Augusto Pestana	Augusto Pestana-RS	2006	2006(R)	Estudante e trabalhador rural	Consultor de vendas empresa máquinas agrícolas	2.técnico	3.incomp.	Solteiro	Casado
25	M	46	Soledade	Viamão-RS	2010	2010(R)/(CR)	Mecânico (proprietário de oficina)	Mecânico (proprietário de oficina)	2.comp.	2.comp.	Casado	Casado
26	F	30	Ametista do Sul	Chapadão do Céu-GO	2009	2011(R)	Cozinheira de fazenda	Faxineira	2.comp.	2.comp.	Casada	Casada
27	M	28/31	Novo Hamburgo	Novo Hamburgo-RS	2006/2009	2006/2009 (R)	Comerciante	Comerciante	3.comp.	3.comp.	Solteiro	Casado
28	M	40	Viamão	Viamão-RS	2011	2011	Bancário	SPF	3.comp.	Mestrado	Casado	Casado

Fonte: Entrevistas. Elaborado pelo autor (2012)

(R) Rede. (CR) Continuou a rede. (*) na última chegada SPF: Servidor Público Federal SPE: Servidor Público Estadual PG: Pós-graduação. Especialização LN: lugar de nascimento ULR: último lugar de residência

Em termos ocupacionais, a maioria dos imigrantes entrevistados trabalhava no setor de comércio, tanto como comerciantes quanto comerciários, e de serviços. Alguns deles exerciam paralelamente às suas atividades comerciais a produção agrícola, mas esta era secundária no provimento de suas respectivas rendas. A ausência de entrevistados trabalhando no setor industrial justifica-se pela baixa participação deste setor na economia do estado de Roraima. Outros eram servidores públicos estaduais ou federais.

Um ponto que merece destaque é a prevalência dos movimentos diretos entre o Rio Grande do Sul e Roraima, isto é, a maior parte dos deslocamentos se deu de forma direta, sem locais anteriores de residência entre os dois estados. Dos 28 depoentes, apenas seis fizeram outro deslocamento (inter-estadual) antes de chegarem a Roraima. Três tiveram como último lugar de residência o estado do Amazonas, uma morou em Goiás antes de Roraima, outra no Paraná e outro residiu no exterior antes de Roraima, especificamente o Peru. Este depoente nos relatou que morou aproximadamente três anos neste país, na cidade de Cajamarca. Esta conclusão vai de encontro aos estudos realizados por Souza (2001, 2004), onde a autora aponta que a maioria dos gaúchos que chegou a Roraima nos anos 1960, 1970 e 1980 tinha passado por outras etapas migratórias em antigas regiões de fronteira agrícola, mais especificamente em Rondônia. Isto se dá provavelmente pelo fato de que nos anos 1970 e 1980 vivia-se o auge dos projetos de colonização agrícola da Amazônia e do esgotamento das fronteiras agrícolas do Rio Grande do Sul. E muito provavelmente se relaciona com o fato que todos os nossos entrevistados eram moradores da zona urbana de Boa Vista e eram oriundos de áreas urbanas no Rio Grande do Sul. Mesmo os que se dedicavam a atividade agropecuária, tinham esta atividade como paralela aos seus trabalhos urbanos. Se formos realizar a pesquisa em projetos de assentamento no interior do estado, provavelmente os resultados poderiam ser diferentes. Por dificuldades logísticas e financeiras, ficamos impedidos de realizarmos pesquisa no interior do estado. Entretanto, a partir do relato de alguns de nossos entrevistados, temos alguns indícios de que entre os assentados, alguns deles realizaram um deslocamento anterior entre o Rio Grande do Sul e outro estado da federação antes de chegar a Roraima. Dentre todos os entrevistados, somente três deles exerciam atividades agropecuárias em seus lugares de origem e nos seu último lugar de residência.

Entre todos os entrevistados, 18 deles fizeram algum tipo de deslocamento no interior do Rio Grande do Sul, seja para trabalhar, estudar ou simplesmente acompanhando os pais. Somente 11 deles diferem entre local de nascimento e último local de residência dentro do estado, entretanto, alguns fizeram migração de retorno no interior do Rio Grande do Sul. Os entrevistados de número 3, 16, 23 e 28 fizeram deslocamentos intra-estaduais e retornaram

aos seus locais de nascimento, sendo estes mesmos locais seus últimos locais de residência. Dito de outra forma, nasceram, migraram dentro do estado e retornaram novamente ao seu local de nascimento e lá permaneceram até mudarem para Roraima. A migração interna no estado não é totalmente perceptível pelo quadro anterior, pois apresentamos apenas o local de nascimento e o último lugar de residência. Quando coincidiu do último lugar de residência ser também no Rio Grande do Sul, embora distinto do local de nascimento, podemos perceber que houve um deslocamento interno. Mas quando o último lugar de residência não era no Rio Grande do Sul, pelo quadro não podemos apreender este movimento. Incluem-se aí os entrevistados 1, 7 e 21. Estes três depoentes migraram dentro do Rio Grande do Sul, foram para outros estados e só depois se mudaram para Roraima, isto é, fizeram migração indireta. Entretanto, o entrevistado 21, se deslocou do Rio Grande do Sul para outros estados (depois de ter empreendido uma migração intra-estadual), retornou ao Rio Grande e saiu novamente para outros estados e só depois foi morar em Roraima.

Já o entrevistado número 8 migrou dentro do Rio Grande do Sul, morou dez anos em outros países (Portugal, Moçambique, Angola, Congo, Alemanha), voltou ao Rio Grande do Sul, onde permaneceu por cerca de dois anos, mudou-se para Goiás, permanecendo por lá por mais três anos e finalmente voltou ao Rio Grande do Sul. Ficou mais três anos e se transferiu para Roraima. Já o entrevistado número treze, como ele mesmo afirma, empreendeu uma aventura, saindo do Rio Grande do Sul para rodar de carro a América Latina e, por problemas de saúde que teve quando viajava pela Venezuela, viu-se obrigado a “sossegar” por Boa Vista.

Alguns pontos importantes a destacar se referem ao local de nascimento (LN) dos imigrantes e o último lugar de residência (ULR). Do total de 28 entrevistados, 11 nasceram na região metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e 11 tiveram como último local de residência também a RMPA. Mais uma vez esta informação vai de encontro ao observado por Souza (2004), onde a maioria dos seus entrevistados era original das áreas rurais do Rio Grande do Sul. Como entrevistamos as pessoas em Boa Vista, na área urbana e todos eles residentes na cidade, provavelmente esta fato é um bom explicativo para a prevalência de pessoas oriundas das áreas urbanas. Entretanto, isto por si só não demonstra o porquê há uma quantidade significativa de imigrantes oriundos (ULR) da Região Metropolitana de Porto Alegre. Mais à frente abordaremos este fenômeno.

Dos 28 entrevistados, somente seis deles não tinham algum município do Rio Grande do Sul como seu último local de residência antes de Roraima. O entrevistado 19 teve como último local de residência um município do próprio estado de Roraima, mas ele migrou

diretamente do Rio Grande do Sul. Foi o único caso de migração para o interior (Normandia) e depois para a capital (Boa Vista). Entretanto, consideramos que ele fez, juntamente com outros 21 migrantes, um movimento direto entre os dois estados, sem paradas pelo meio do caminho. Neste universo de 22 migrantes diretos, são contados inclusive os que fizeram migração de retorno para o Rio Grande do Sul e depois foram para Roraima. Em suma, consideramos os migrantes diretos aquele que tinham como último local de residência antes de Roraima o Rio Grande do Sul.

O quadro três (3) mostra os municípios de último lugar de residência e suas respectivas regiões - Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) - dentro do estado do Rio Grande do Sul. Esta divisão é feita pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE), órgão vinculado à Secretaria Estadual de Planejamento. Nos diferentes COREDES – 28 no total - são aglutinados municípios com características semelhantes em produção, ecossistema, bacia hidrográfica, dentre outros. Esta divisão serve como instrumento de planejamento para as políticas públicas de desenvolvimento do estado. O quadro três mostra ainda as mesorregiões e microrregiões definidas pelo IBGE às quais pertencem os municípios, além de suas respectivas populações e o pertencimento ou não à Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).

Do quadro pode-se verificar os principais municípios e regiões de origem dos imigrantes entrevistados que chegaram em Roraima entre 2000 e 2011. Verifica-se que a procedência dos migrantes é variada, apesar de que algumas áreas se destacam no “fornecimento” destes gaúchos.

Assim, não obstante distintas áreas do Rio Grande do Sul (mesorregiões Sudoeste, Noroeste, Nordeste, Centro-Oriental e Região Metropolitana) “fornecerem” gaúchos para Roraima, algumas delas merecem destaque e uma análise mais acurada, particularmente as mesorregiões Metropolitana de Porto Alegre e Noroeste do Rio Grande do Sul. A partir destas informações pode-se fazer algumas comparações com aqueles sul-rio-grandenses que chegaram a Roraima em décadas anteriores e traçar novos elementos da migração gaúcha para aquele estado nos primeiros onze anos do século XXI.

Após o quadro, os mapas três (3), quatro (4) e cinco (5) permitem a visualização geográfica das mesorregiões, microrregiões e COREDES de procedência dos imigrantes pesquisados.

Quadro 3 – Municípios ULR no RS, mesorregiões, microrregiões, COREDE, população do município e pertencimento à Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) – 2012

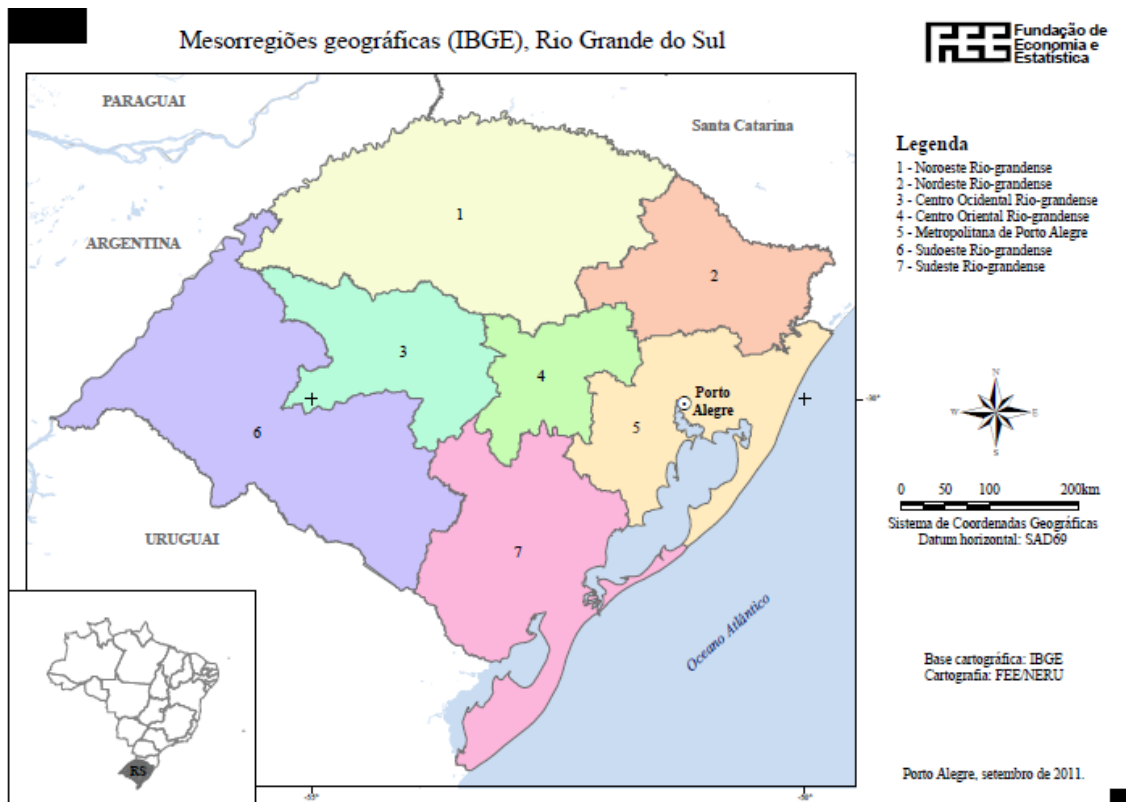
Município	Frequência	Mesorregião	Microrregião	COREDE	População	RMPA
Alegrete (*)	01	Sudoeste RS	Campanha Ocidental	Fronteira Oeste	77.653	Não
Ametista do Sul	01	Noroeste RS	Frederico Westphalen	Médio Alto Uruguai	7.323	Não
Augusto Pestana	01	Noroeste RS	Ijuí	Noroeste Colonial	7.096	Não
Cachoeira do Sul	01	Centro-Oriental RS	Cachoeira do Sul	Jacuí Centro	83.827	Não
Esteio	01	Região Metropolitana	Porto Alegre	Vale do Rio dos Sinos	80.755	Sim
Farroupilha	01	Nordeste RS	Caxias do Sul	Serra	63.635	Não
Ijuí	01	Noroeste RS	Ijuí	Noroeste Colonial	78.915	Não
Nova Hartz	01	Região Metropolitana	Porto Alegre	Vale do Rio dos Sinos	18.346	Sim
Novo Hamburgo	03	Região Metropolitana	Porto Alegre	Vale do Rio dos Sinos	238.940	Sim
Porto Alegre	03	Região Metropolitana	Porto Alegre	Metropolitano Delta do Jacuí	1.409.351	Sim
Rodeio Bonito	01	Noroeste RS	Frederico Westphalen	Médio Alto Uruguai	5.734	Não
Rondinha	01	Noroeste RS	Frederico Westphalen	Rio da Várzea	5.518	Não
Taquara	01	Região Metropolitana	Gramado-Canela	Paranhana-Encosta da Serra	54.643	Sim
Torres	01	Região Metropolitana	Osório	Litoral	34.656	Não
Viamão	02	Região Metropolitana	Porto Alegre	Metropolitano-Delta do Jacuí	239.384	Sim

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da FEE.

O primeiro ponto a destacar é que não se confundem a definição de mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, definida pelo IBGE, com a Região Metropolitana de Porto Alegre, definida pela Constituição Estadual e ratificada pela Assembleia Legislativa. O site da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul define assim a Região Metropolitana de Porto Alegre: é aquela estabelecida legalmente, em conformidade com a Constituição Estadual e definida por um agregado de municípios limítrofes, caracterizados por forte fluxo demográfico, estrutura ocupacional com acentuada predominância dos setores secundário e terciário e tem um sistema de integração que se traduz pelo movimento constante de pessoas entre as unidades que a compõem (www.fee.tche.br).

Só para termos comparativos, a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) propriamente dita conta com 31 municípios, centralizada na capital, Porto Alegre. Já a mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, definida pelo IBGE, possui nada menos do que 98 municípios, distribuídos entre 06 microrregiões. Aqui no nosso caso, Torres faz parte da mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, mas não pertence à Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). O mapa a seguir mostra as diferentes mesorregiões do Rio Grande do Sul.

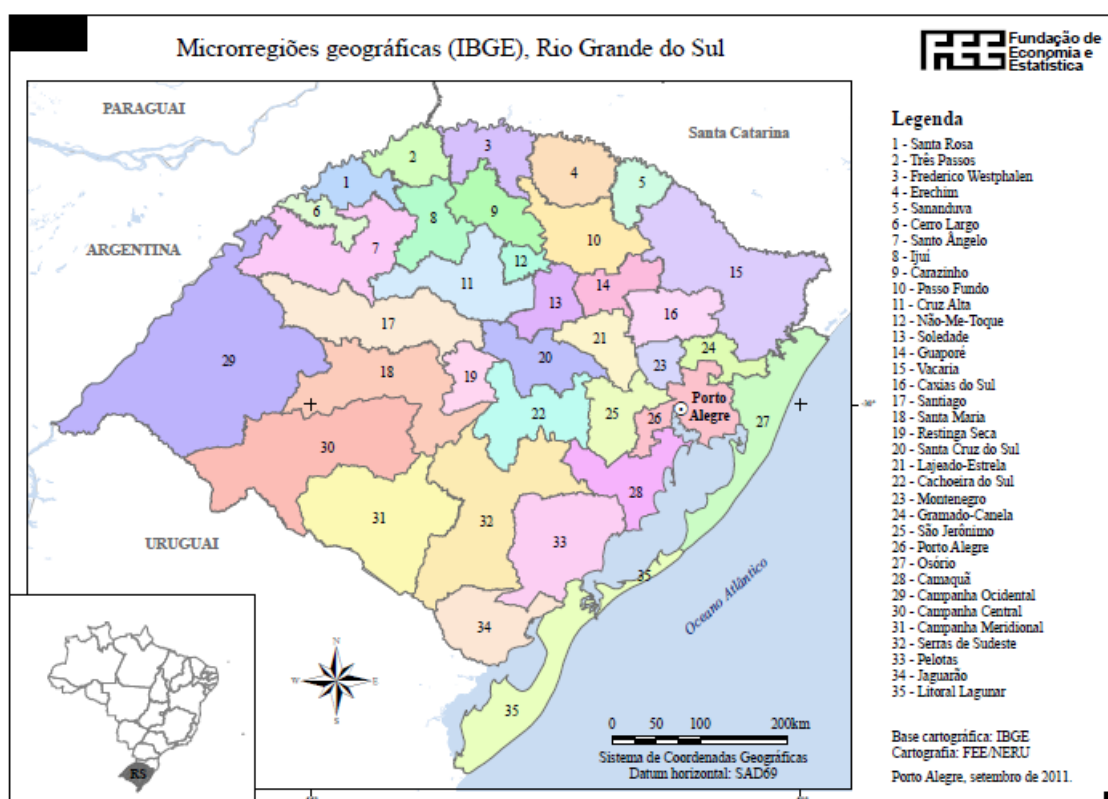
Mapa 3 - Mesorregiões geográficas do Rio Grande do Sul (IBGE)



Fonte: FEE (2012)

O próximo mapa mostra as distintas microrregiões do estado do Rio Grande do Sul, num total de 35. As microrregiões 1 a 13 pertencem a mesorregião 1 (Noroeste Rio Grandense). Esta é a mesorregião com o maior número de municípios (216). As micro 14 a 16 fazem parte da meso 2, Nordeste Rio-grandense. Já as microrregiões 17, 18 e 19 compõem a mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense (nº 3), ao passo que as microrregiões 20, 21 e 22 pertencem à mesorregião de número 4, a Centro Oriental. Temos ainda as microrregiões 23 a 28, pertencentes à mesorregião 5, Metropolitana de Porto Alegre – que possui a maior população. Por fim, as microrregiões 29, 30 e 31 correspondem à mesorregião Sudoeste (nº 6) e as de 32 a 35 fazem parte da mesorregião Sudeste Rio-grandense (nº 7), que compõem a totalidade dos municípios fronteiriços ao Uruguai.

Mapa 4 - Microrregiões geográficas do Rio Grande do Sul (IBGE)



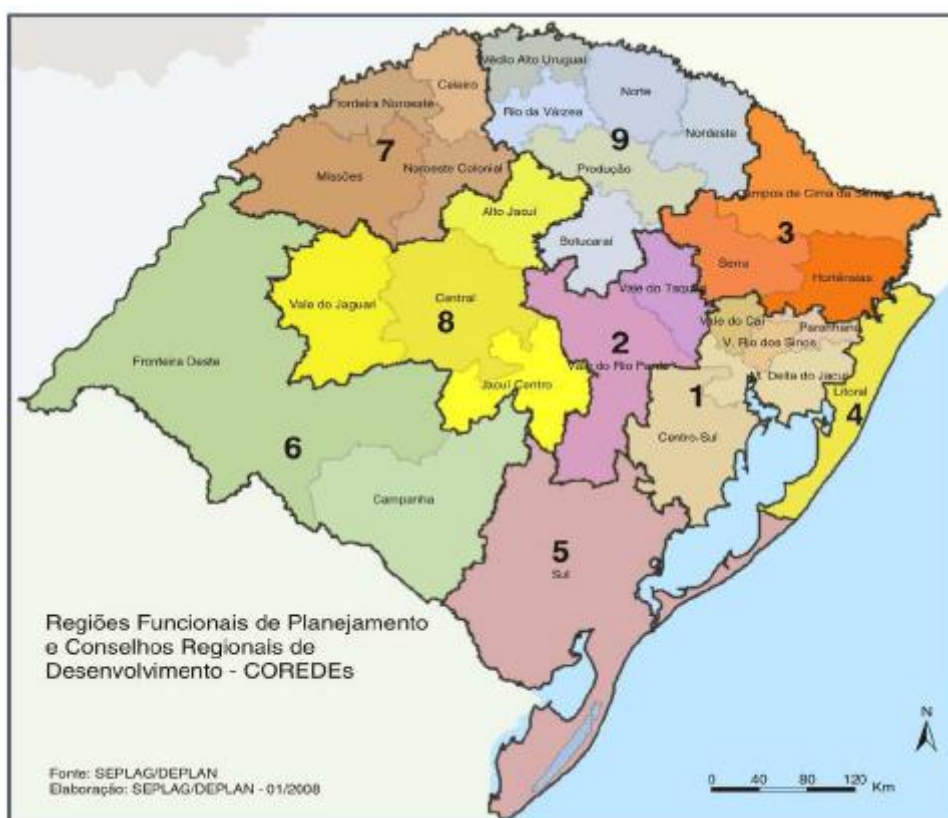
Fonte: FEE (2012)

As mesorregiões Sudeste e Sudoeste possuem as microrregiões com o menor número de municípios. Na microrregião de Jaguarão (meso Sudeste) são apenas três municípios (Arroio Grande, Herval e Jaguarão). Já as microrregiões Litoral Lagunar e Campanha Central, nas mesorregiões Sudeste e Sudoeste, respectivamente, são formadas somente por quatro municípios cada. Já as com maior número de municípios são a micro Lajeado-Estrela (31 municípios) e Erechim (30 municípios), nas mesorregiões Centro-Oriental e Noroeste, respectivamente.

Só para efeitos comparativos, o mapa a seguir mostra as regiões funcionais de planejamento e os diferentes COREDES do Rio Grande do Sul. Criados pela Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, os Coredes têm por objetivo a promoção do desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, através da integração dos recursos e das ações de governo na região, visando à melhoria da qualidade de vida da população, à distribuição equitativa da riqueza produzida, ao estímulo à permanência do homem em sua região e à preservação e recuperação do meio ambiente. Compete aos Coredes as seguintes atribuições, dentre outras: promover a participação de todos os segmentos da sociedade regional no diagnóstico de suas necessidades e potencialidades, para a formulação e a implementação das políticas de

desenvolvimento integrado da região; elaborar planos estratégicos de desenvolvimento regional; manter espaço permanente de participação democrática, resgatando a cidadania, através da valorização da ação política; constituir-se em instância de regionalização do orçamento do Estado, conforme estabelece o art. 149, parágrafo 8º, da Constituição do Estado; orientar e acompanhar, de forma sistemática, o desempenho das ações dos Governos Estadual e Federal na região; e respaldar as ações do Governo do Estado na busca de maior participação nas decisões nacionais (www.fee.tche.br).

Mapa 5 - Regiões Funcionais de Planejamento e COREDEs Rio Grande do Sul (FEE)



Fonte: FEE (2012)

A partir do quadro 2 visualizamos alguns aspectos importantes. Primeiro, verificamos que nenhum dos imigrantes tinha como último local de residência no Rio Grande do Sul municípios ou da mesorregião Sudoeste ou da mesorregião Centro-Occidental. Da mesorregião Centro-Oriental apenas 01 imigrante, tal qual da mesorregião da Campanha Occidental.

Os principais lugares de procedência dos gaúchos foram as mesorregiões Noroeste e metropolitana de Porto Alegre. Da primeira, vieram cinco imigrantes, sendo três deles da

microrregião de Frederico Westphalen e dois da microrregião de Ijuí. Este ponto é importante no entendimento das redes que se constituem na sociedade de destino, pois, os elos de pertencimento ao Sul ou ao espaço social representado por um município ou microrregião de origem são pontos chave para a reconstrução de novas relações e novas redes sociais. A partir do sentimento de pertencimento a uma identidade territorial comum as relações sociais se estreitam e constituem novas redes sociais no novo local de residência, no caso Roraima.

Historicamente a mesorregião Noroeste é expulsora de população, desde pelo menos a década de 1940. Esta região foi justamente a que recebeu colonos oriundos das antigas colônias alemãs e italianas ainda no início do século XX e que posteriormente experimentou uma fuga de pessoas para os estados vizinhos de Santa Catarina e Paraná. Eram colonos que se encontravam onde hoje são as mesorregiões Centro-Oriental e Metropolitana de Porto Alegre. Estes colonos, em função do esgotamento da fertilidade das terras e em decorrência da fragmentação das propriedades pelo regime hereditário vão se deslocar destas regiões em direção ao noroeste do estado. Depois, estes mesmos fenômenos vão concorrer para a migração de colonos do noroeste para os estados de Santa Catarina e Paraná. Num terceiro momento, isso a partir dos anos 1970, muitos colonos migram para os estados da Amazônia brasileira, como Mato Grosso, Rondônia e Pará. O estudo de Tavares dos Santos (1993) mostra que os municípios de origem dos colonos gaúchos se situavam na região noroeste do Rio Grande do Sul, na mesorregião Noroeste Sul-Rio-grandense. Portanto, desenha-se aqui uma rede territorial ligando dois territórios específicos, Rio Grande do Sul e Amazônia. Souza (2001, 2004) aponta também para uma superioridade dos procedentes desta região entre os colonos gaúchos que chegaram a Roraima entre os anos 1960 e 1980. Novamente há uma continuidade nesta rede territorial ligando agora o Rio Grande do Sul a Roraima especificamente. Na realidade a autora diz não poder afirmar haver um padrão no fluxo, mas que todos os gaúchos contatados para sua tese tinham esta região como área de origem.

Outro ponto envolvendo a emigração contemporânea de gaúchos procedentes desta região relaciona-se a fatores conjunturais. Como afirma Souza (2001, 2004) a migração só pode ser entendida se compreendermos que ela é resultado de fatores estruturais, singulares e conjunturais. Têm ocorrido frequentemente nos últimos anos fortes estiagens que vem resultando em constantes quebras de safra agrícola, contribuindo para o declínio econômico desta região, conhecida no Rio Grande do Sul como a Região da Produção. A maior parte da produção de grãos do estado é colhida nestas áreas. Esta situação, como narrado por entrevistados nossos oriundos desta zona, vem exercendo grande pressão sobre as famílias, que se veem obrigadas a tentar a vida em outras regiões do país. Tal episódio ocorreu com

três de nossos entrevistados, os quais relataram ter sido justamente este fenômeno climático o fator preponderante de suas saídas do Rio Grande do Sul, embora admitam que suas idas para Roraima tenham se dado em função de convites de amigos ou parentes. Chegam a relatar que não sabiam nem onde ficava Roraima.

Contudo, a mais expressiva região fornecedora de migrantes gaúchos para Roraima na última década, segundo nosso levantamento, foi a mesorregião Metropolitana de Porto Alegre. Dos 28 imigrantes da pesquisa, 12 deles tinham como último local de residência no Rio Grande do Sul imediatamente antes de irem para Roraima esta mesorregião. E mais, destes 12, 10 deles eram procedentes da microrregião de Porto Alegre, e, mais especificamente, 11 residiam antes de chegar a Roraima em algum município da Região Metropolitana de Porto Alegre. Aqui aparece um elemento novo na migração gaúcha para Roraima nesta última década.

6.1.2 Motivações da emigração contemporânea de gaúchos do Rio Grande do Sul

Através dos trabalhos de Souza (2001, 2004), Amorim (1996) e os levantamentos feitos na hemeroteca do Diário Oficial do Estado de Roraima, observou-se que a Região Metropolitana de Porto Alegre não constava como uma área fornecedora de imigrantes gaúchos. Ainda que essas fontes tenham suas especificidades, não podemos descartar que este seja um elemento novo na migração contemporânea de gaúchos para Roraima. Nas entrevistas e conversas informais com os gaúchos pioneiros, em nenhum momento foi citado algum gaúcho que teria vindo da capital e de seus arredores. Sem dúvida nossa amostra não é probabilística e assim não podemos afirmar categoricamente que a região metropolitana de Porto Alegre seja hoje um campo emigratório para Roraima, mas não se podem desconsiderar os indícios encontrados na nossa pesquisa.

A explicação para que haja uma quantidade importante de pessoas deixando a região metropolitana de Porto Alegre passa por questões levantadas por autores como Brito (2007), no sentido de que as regiões metropolitanas vêm reduzindo os seus atrativos em função de diversos problemas como violência, trânsito, falta de emprego, etc.

A região metropolitana de Porto Alegre (RMPA) é composta por 31 municípios e possui uma população total de aproximadamente 4,0 milhões de habitantes, o que lhe confere a quarta posição entre as maiores regiões metropolitanas (RMS) do país, atrás apenas de São Paulo (19,6 milhões), Rio de Janeiro (11,7 milhões) e Belo Horizonte (5,5 milhões). Suas cidades mais populosas são Porto Alegre (1,4 milhão), Canoas (324 mil), Gravataí (255,6

mil), Viamão (239,4 mil), Novo Hamburgo (238,8 mil) e São Leopoldo (214 mil), que somadas possuem uma população residente de 2, 67 milhões de habitantes. Possui uma dinâmica econômica bastante diversificada, caracterizada por uma pujante indústria, destacando-se os setores químico e petroquímico, de refino de petróleo, automobilístico, materiais elétricos e de transportes, metalúrgico, de hardwares e suprimentos de informática, automação industrial, robótica, alimentícios, coureiro-calçadista, dentre outros.

A exceção de Viamão, estas cidades podem ser consideradas o núcleo duro da RMPA, pois são sedes das principais empresas dos setores mencionados anteriormente. Em Canoas se encontra, por exemplo, a Refinaria de Petróleo Alberto Pasqualini, da Petrobrás, em Novo Hamburgo fica a empresa Basf e em Gravataí existe uma montadora de automóveis da General Motors do Brasil. Aliás, Gravataí conta com o distrito industrial que é um dos mais importantes do país.

Entretanto, as maiores virtudes destas cidades desapareceram diante da violência urbana, do desemprego, das dificuldades de acesso aos serviços públicos básicos, como transporte e saneamento e à moradia. As externalidades positivas das grandes cidades, particularmente das RMS foram superadas pelas externalidades negativas. O mercado de trabalho se tornou extremamente rígido, com uma cadeia de pré-requisitos educacionais e de treinamento extremamente excludentes (BRITO, 2007). Por outro lado, a ampliação da oferta de vagas no ensino superior e o crescimento dos cursos técnicos profissionalizantes tem aumentado significativamente o número de pessoas qualificadas para o mercado de trabalho, contribuindo para uma maior concorrência pelas vagas de emprego.

Tem ocorrido ainda, nos últimos anos, uma descentralização da atividade produtiva das RMS em direção aos municípios do interior, gerando um processo de desconcentração regional. No caso gaúcho, os eixos Caxias-Bento Gonçalves, na serra e Rio Grande – Pelotas, no sul do estado, vem experimentando uma forte expansão industrial. Está ocorrendo um processo denominado de “deseconomias de escala e de aglomeração” nas grandes cidades, advinda da falta de oportunidades laborais, da violência urbana, de maiores exigências para a inserção no mercado de trabalho, da poluição e da fragilidade das políticas públicas em diversos setores. Isto tem concorrido não só para a mudança na direção das migrações no país, como contribui para a emigração de residentes das RMS para outras áreas. É isto que revelam alguns depoimentos de nossos entrevistados:

Eu saí de Porto Alegre não foi por causa de falta de dinheiro, não foi pela questão financeira. Tenho a minha família, meu filho, minha mulher. Eu, eu quero tá mais perto e isso foi o que me fez sair de Porto Alegre. Eu tinha minha oficina em Porto Alegre, mas morava em Viamão. Pra eu morar em Porto Alegre, no bairro que eu

queria, que era a Cidade Baixa, onde ficava minha oficina, não dava. Lá só morando em apartamento e eu não ia sair da minha casa em Viamão pra morar num apartamento. A minha casa era muito boa, num lugar bom. Não queria trancar meu filho num apartamento. Eu queria tá próximo dele. Isso até poderia acontecer em Porto Alegre, mas as dificuldades são as distâncias. A dificuldade da distância acabou afastando a família. Eu cheguei a ficar dois dias sem ver meu filho. Preocupação com o meu filho. O que está ocorrendo aqui? A questão das drogas, da violência. Estudo a gente podia dar lá, mas os problemas eram esses (Sr. Matuzalém, 47 anos, mecânico, residente em Roraima desde 2010) (05/01/12).

Já o senhor Sepé Tiaraju, 40 anos, servidor público e residente em Roraima desde 2011 nos conta que:

Eu trabalhava na Caixa em Porto Alegre, mas morava em Viamão. Tava cansado daquela correria de Viamão, Porto Alegre, trânsito, buzina, violência. Eu queria continuar estudando, por causa da minha vida lá no sul eu parei uns 10 anos. Aí entrei na Caixa e consegui voltar a estudar, mas não conseguia avançar. O trabalho no banco me consumia muito, chegava cansado e não dava pra estudar mais. Podia ter permanecido na CEF lá no sul, o salário não era grande coisa, mas juntando com o dela (referindo-se a esposa) dava pra viver. Mas eu queria estudar mais e nem meu trabalho nem o ritmo da cidade me permitiam isso. Lá eu ficava mais de uma hora no trânsito pra ir trabalhar e mais uma hora e tanto pra voltar pra casa (11/12/11).

O senhor Falcão, 31 anos, morando pela segunda vez em Roraima desde 2011, empresário, relata que:

Um dos principais problemas que eu tinha em Porto Alegre e que me fizeram sair de lá foi a poluição. Eu tenho asma e lá em Porto Alegre eu sofro muito, velho. Eu gosto de correr e lá eu não podia fazer isso nunca. O clima e a poluição não permitiam. Eu vivia tomando remédio lá. Não tinha qualidade de vida. A violência também. Direto eu tinha amigos que eram assaltados. Porto Alegre não me oferecia mais nada, não tinha nada que me segurasse lá. Era uma cidade estressante, grande, violenta, não dava mais (08/11/12).

O senhor Oswaldo, 30 anos, residente em Roraima desde 2008, conta que:

Eu saí de lá porque precisava mudar de ares. Eu trabalhava em Esteio, mas minha família morava em Sapucaia. Meu trabalho lá já tava ficando estressante. Esse negócio de cidade grande tem uma hora que enche o saco. Eu não morava em Porto Alegre, mas ia muito pra lá a serviço. E pras festa também. Tu sabe, ali é tudo a mesma coisa, Porto Alegre, Canoas, Esteio. Às vezes tinha que pegar ônibus, trem, era um porre. Tava mesmo precisando mudar de ares (12/11/12).

Finalmente, o senhor Jânio, morando pela segunda vez em Boa Vista desde 2009, relata sobre sua primeira ida para Roraima, em 2006:

Lá no Rio Grande do Sul eu tava passando uma fase terrível lá, cara. Não tinha emprego, não tinha nada. Novo Hamburgo era complicadíssimo. Eu era funcionário do meu pai, eu não tinha um negócio meu. Eu queria sair daquela dependência (03/01/12).

Após viver em Boa Vista entre fevereiro e dezembro de 2006, o senhor Jânio volta para o Rio Grande do Sul (Novo Hamburgo), onde permanece até fevereiro de 2009, quando

retorna para Roraima. Assim descreve o depoente sobre sua permanência no retorno ao Rio Grande do Sul e os motivos da nova saída:

Aí voltei pra lá, ficamos uns 2 anos. E foi muito difícil, tive que voltar a trabalhar com o meu pai. Eu não cheguei a me profissionalizar em nada né, e lá cara, sem capacitação, sem qualificação tu não arranja emprego em canto nenhum. Até com estudo é difícil. Sem estudo lá, não rola nada nada nada (03/01/12).

Constatamos através dos depoimentos que fatores relacionados com os problemas dos grandes centros urbanos contribuem para saída de pessoas destas cidades. Um fato a destacar aqui se relaciona com a dinâmica da região metropolitana, onde as cidades do entorno do centro – no caso Porto Alegre – acabam por se tornar cidades dormitório, obrigando aos trabalhadores a realizarem diariamente movimentos pendulares entre os dois lugares.

A fotografia 5 mostra o estabelecimento comercial de um gaúcho contemporâneo em Roraima:

Fotografia 5: Churrascaria “Churrasco do Gaúcho”. Av. Santos Dumont. Bairro Canarinho. (Foto: Pedro M. Staevie, 2012)



Sem dúvida que uma gama de motivos leva ao deslocamento de populações. Ainda que possam ser divididos entre estruturais, conjunturais e subjetivos, distintas são as motivações que levam os indivíduos a se deslocarem no espaço. No quadro 4 mostramos os motivos que levaram os nossos entrevistados a deixarem o Rio Grande do Sul, usando as expressões utilizadas pelos depoentes ou palavras que expressem sucintamente tais motivações. O quadro mostra também o tipo de migração empreendida pelo migrante. Quando o último local de residência era o próprio Rio Grande do Sul, esta migração foi considerada como direta, mesmo que o migrante tenha empreendido retorno antes de se mudar definitivamente para Roraima. No caso de o último local de residência ser outro que não o estado gaúcho, a migração foi indireta, pois houve um lugar de moradia intermediário entre os dois estados.

Merece destaque o fato que a maioria (22) dos migrantes empreendeu migração direta entre o Rio Grande do Sul e Roraima, isto é, tinham como último local de residência o estado gaúcho. Isto significa que não fizeram uma parada intermediária entre os dois estados, ou, dito de outra forma, não moraram em nenhum outro estado no seu “caminho” entre o Rio Grande do Sul e Roraima.

Quadro 4 – Tipo de migração e motivos para a saída do Rio Grande do Sul

Número do entrevistado	Tipo de migração	Motivos para a saída do RS
1	Indireta	Falta de perspectiva de ascensão profissional no RS
2	Direta	Financeiro.
3	Direta	Falta de qualidade de vida. Financeiro.
4	Direta	Problemas da cidade grande. Independência dos pais
5	Direta	Problemas da cidade grande. Falta de qualidade de vida.
6.	Direta	Instabilidade financeira.
7	Indireta	Financeiro.
8	Direta	Realização profissional e passional.
9	Direta	Dificuldades no estudo. Estudo caro.
10	Direta	Financeiro
11	Indireta	Acompanhar a família
12	Direta	Falta de emprego. Concorrência
13	Indireta	Aventura.
14	Direta	Financeiro. Independência dos pais.
15	Direta	Acomodação. Falta de desafios.
16	Direta	Acomodação. Falta de desafios.
17	Direta	Financeiro. Falta de desafios.
18	Direta	Falta de desafios.
19	Direta	Financeiro
20	Direta	Falta de perspectiva de ascensão profissional no RS
21	Indireta	Aventura
22	Direta	Obrigado. Transferência.
23	Direta	Falta de perspectiva de ascensão profissional no RS
24	Direta	Profissional
25	Direta	Problemas de cidade grande. Falta de qualidade de vida. Falta de desafios.
26	Indireta	Financeiro. Custo para manter o negócio
27	Direta	Problemas de cidade grande. Acompanhar a namorada. Independência dos pais.
28	Direta	Problemas de cidade grande. Falta de qualidade de vida

Fonte: Relatos orais. Elaborada pelo autor, 2012.

Pelo menos cinco de nossos entrevistados relataram que um dos principais motivos para a saída do Rio Grande do Sul era relacionado ao problema da qualidade de vida nas cidades onde moravam. Todos que relataram este motivo eram procedentes da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Outro ponto de destaque que constatamos como motivos para a saída do Rio Grande do Sul foi a falta de desafios que aquele estado proporcionava aos futuros migrantes. Como nos relataram alguns de nossos entrevistados, “no Rio Grande do Sul a gente se acomoda”. Para pelo menos cinco dos nossos entrevistados, o que os levou a deixar o Rio Grande do Sul foi por não terem mais desafios profissionais e pessoais em suas vidas. Alguns atribuíram isso a uma possível cultura gaúcha de migração. O senhor Elias Figueroa nos disse que:

Eu sou de família italiana. Meus parentes vieram da Itália pra cá sem nem saber pra onde estavam indo direito. Só sabiam que era do outro lado do oceano. E trabalharam muito. Eu achava muito pouco nascer e morrer no mesmo lugar. Tá no sangue, a gente precisa de desafios. Eu queria desbravar umas terras.

Chama a atenção ainda que na quase totalidade dos casos, mesmo quando relatado que o motivo da saída do Rio Grande do Sul foi financeiro, tais problemas não constituíam uma situação desesperadora, na qual a única saída seria migrar para outro lugar. Muitos relataram sim os problemas financeiros como motivadores da emigração, mas a sua maioria relatou que “a gente não tava mal, mal, não ia morrer de fome”, “apesar dos problemas a gente ia conseguir viver”, etc. A migração destes gaúchos, portanto, não foi uma migração por sobrevivência. Ainda mais se pensarmos que a maioria dos migrantes veio direto do Rio Grande do Sul para Roraima. Não foram “subindo” tentando a vida em outros lugares. O lugar primeiro depois do Rio grande do Sul foi justamente Roraima.

Mais um ponto de extrema importância que constatamos refere-se à necessidade de alguns entrevistados em ter uma independência em relação aos pais. Os três entrevistados que alegaram este motivo tinham 27, 28 e 35 anos nas suas saídas do Rio Grande do Sul. Estudos apontam que cada vez mais os filhos têm permanecido na casa dos pais ou dependido financeiramente deles por um período cada vez mais longo, o que tem se chamado de geração canguru. No nosso caso verificamos que havia certo constrangimento por parte destes filhos, havendo a necessidade de migrar para desatar estas amarras, visto que no Rio Grande do Sul isso não seria possível. Os entrevistados deixaram a entender, mesmo que possa não ter sido dito de forma explícita, que os pais ajudariam, que não se importavam com a situação. Entretanto, houve uma necessidade subjetiva para realizar a migração, se desvencilhar do incômodo de depender, de alguma forma, da ajuda dos pais. Penso ser este ponto um bom

elemento para estudos futuros. Não que seja uma novidade, pois as teorias que tratam da relação da migração com o ciclo de vida já abordam esta questão, mas focam principalmente em elementos como o casamento, o divórcio, o nascimento dos filhos, a entrada na vida adulta.

Outro elemento que se relaciona ao ciclo de vida e trajetória profissional diz respeito ao início da vida adulta, ou, mais especificamente, o início da vida laboral. Alguns de nossos entrevistados viviam esta situação. Eram recém-formados e necessitavam adentrar ao mercado de trabalho e, dadas as dificuldades que encontravam no Rio Grande do Sul, a migração se tornou a possibilidade de conseguir isso. Vemos no quadro 1 que o nível de escolaridade dos imigrantes estudados é relativamente alto. Os 28 imigrantes entrevistados, nas suas chegadas a Roraima, possuíam os seguintes graus de escolaridade (último grau): Doutorado (1); Mestrado (3); Especialização (2) Superior Completo (6); Superior incompleto (6); Ensino Médio Completo (4); Ensino Médio Técnico Completo (3) Ensino Médio Incompleto (2) e Ensino Fundamental Incompleto (1). Portanto, 12 possuíam o ensino superior completo e outros seis estavam cursando a faculdade quando chegaram ao estado. Eram, portanto, em boa parte, pessoas qualificadas ao mercado de trabalho.

6.1.3 Migração e educação: Roraima como polo de atração educacional?

Outro ponto importante que destacamos diz respeito ainda à educação, mas agora sobre a possibilidade que Roraima propiciou aos migrantes em darem continuidade ou iniciarem seus estudos no nível superior. Para alguns de nossos entrevistados, a migração para Roraima possibilitou continuarem a estudar ou entrar para uma faculdade. Este ponto merece, a nosso ver, uma maior atenção futura. Podemos pensar Boa Vista como uma cidade que atrai pessoas para estudarem, particularmente no nível superior? É um fator de atração de Boa Vista atualmente? É um fator de retenção em Boa Vista nos dias de hoje?

Quando terminei o segundo grau, como não tinha condições de fazer o curso que eu queria, eu fui fazer técnico. Técnico em prótese dentária. O nosso objetivo, o meu sonho era fazer faculdade de Odontologia. E a faculdade Ulbra nessa época era 3.000 reais de mensalidade de odontologia. Aí a gente começou a fazer uma cadeira. Aí a gente soube que a mensalidade aqui era 1.200. Aí, relatando isso, sabendo que aqui era 1.200 e a nossa faculdade era 3.000, a gente resolveu vir embora né. Hoje eu tô formado, me formei no meio do ano, montei uma sociedade com uns amigos e temos 4 consultórios. Se eu tivesse ficado no Rio Grande do Sul acho que eu tava no segundo semestre, é, no segundo semestre. Boa Vista me possibilitou realizar esse meu sonho. Aquele meu amigo se formou comigo e voltou pra Torres. Ele realizou o sonho dele também (Sr. Renato, 28 anos, odontólogo, residente em Boa Vista desde 2006).

Já o senhor Falcão nos conta que:

Uma das coisas que me fazem permanecer em Boa Vista, além da qualidade de vida que eu tenho aqui, são os estudos. Priorizar os estudos, é o que a gente aprende lá, aqui as pessoas não pensam assim. Aqui é bom pra estudar também. Lá em Porto Alegre eu tentei o vestibular na Federal várias vezes e não consegui, só nas particulares. E lá, na Ulbra, o curso de Direito é uns 1.300 por mês, cara. Aqui, na Cathedral ou na Atual é uns 450. Se pagar adiantado ainda sai uns 400 só.

Outro entrevistado, o senhor Oswaldo, também afirmou que uma das coisas que eram boas e o mantinham em Boa Vista era o valor das mensalidades nesta cidade, mais baratos se comparados ao sul. Outro entrevistado, o senhor Diogo, também se mantém em Boa Vista fundamentalmente por causa dos estudos. Faz faculdade de Medicina na UFRR e aponta a maior facilidade em entrar nesta Universidade do que nas federais do Rio Grande do Sul. “O vestibular aqui da Federal também é concorrido, também vem gente de fora pra fazer, mas lá na URGs ou na Federal de Santa Maria é muito mais difícil” (Sr. Diogo, professor universitário e estudante de Medicina, residente em Roraima desde 2006). O senhor Eduardo, professor de cursinho pré-vestibular afirma que nos últimos anos tem vindo mais gente, inclusive do Sul e Sudeste do Brasil fazer vestibular pra Medicina na Universidade Federal. “Não sei se ficam depois de formados, mas que tem mais gente lá de baixo vindo pra cá, eu tenho certeza”.

Ao tratar dos elementos que conduzem às migrações urbano-urbano, Vignoli (2011, p. 62) distingue quatro tipos de migração entre cidades, sendo um deles:

La educativa, cuya motivación es la búsqueda de oportunidades de formación, normalmente de tercer ciclo o superior [...]. En tal sentido, si atributos demográficos como la cantidad, la densidade, la estructura y el crecimiento de la población de la ciudad se vinculan sistemáticamente con la oferta educativa, cabe esperar una relación entre el perfil demográfico de la ciudad y su atractivo migratorio. La hipótesis, entonces, es que el diferencial en materia de oferta de educación terciaria (universitaria o técnica) es el relevante para este tipo de migración [...].

Outros entrevistados afirmaram que Boa Vista foi o lugar que lhes permitiu continuar seus estudos e até mesmo entrar na faculdade, como foi o caso de Patrícia (30 anos, comerciante, residente em Roraima desde 2008), que afirmou que a vinda para Boa Vista foi muito boa, pois lhe permitiu entrar e pagar a faculdade, o que provavelmente não conseguiria no Rio Grande do Sul.

Cabe destacar que uma possível atração a Roraima pelo motivo educacional relaciona-se aos custos das mensalidades nas instituições privadas e a menor concorrência nos processos seletivos das instituições públicas e particulares de ensino superior. Roraima não se constitui ainda num estado que possui instituições de ensino superior nacionalmente

reconhecidas que sejam desejadas por pessoas de várias unidades da federação, como ocorre em São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo. Sendo assim, a atração que Roraima possa exercer em termos educacionais refere-se aos motivos elencados anteriormente. Entretanto, essas informações chegam ao conhecimento dos futuros migrantes através das redes sociais. São elas que permitem aos imigrantes saberem que a concorrência é menor e que as mensalidades nas instituições privadas são reduzidas se comparadas às praticadas no Rio Grande do Sul.

Motivos para ir são vários, tal como os motivos para permanecer no estado. Motivações de ordem estrutural, conjuntural e subjetiva concorrem para a mobilidade espacial da população. Mas o que desencadeia o movimento? No nosso caso, o que desencadeou a ida desses gaúchos para Roraima? Relatamos alguns motivos que levaram estes migrantes saírem do Rio Grande do Sul e até mesmo alguns que os fazem permanecer em Roraima. Mas por que logo Roraima? O que faz um gaúcho ir para Roraima e não pro Paraná, estado próximo e historicamente receptor de gaúchos? Ou para São Paulo, o centro econômico do país? Como “descobriram” Roraima?

6.2 REDES SOCIAIS NA MIGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DE GAÚCHOS PARA RORAIMA

6.2.1 Redes de parentesco e amizade no desencadeamento da migração

Como afirmamos no capítulo 1, e a partir do que possam indicar os dados do Censo 2010 do IBGE, percebemos nos últimos anos um crescimento na quantidade de gaúchos circulando pelas ruas de Boa Vista. Vários elementos nos deram estes indícios, como a maior quantidade de pessoas que via tomando chimarrão nas praças da cidade, circulando com camisetas do Internacional e do G.F.P.A, pessoas que acabava conhecendo no meu dia-a-dia, etc. Como também já indicado, em várias situações me parecia efetivamente que a quantidade de gaúchos estava aumentando a cada dia. No futebol semanal, na sala de aula, nas mesas de bar, enfim, em vários lugares eu tinha essa percepção e me perguntava o porquê da vinda desses gaúchos para Roraima. O que estava(m) fazendo aquele(s) gaúcho(s) num lugar tão distante do seu lugar de origem? O que fazia alguém sair de um dos estados mais ricos do país para um dos mais pobres (se pensarmos em tamanho de PIB simplesmente, é o mais pobre)? Como vieram parar aqui? Fazer o que? Com quem? O que fazem aqui? O que pensam sobre este lugar? Enfim, vários questionamentos começaram a brotar na minha cabeça.

Todos estes questionamentos tinham como pano de fundo a seguinte realidade: Roraima tem a menor economia do país, não tem indústria, não tem agropecuária forte, a área disponível para a produção agrícola é limitada. Pela estrutura econômica do estado, não vislumbrava oportunidades de emprego para os gaúchos (e demais migrantes) que aportavam todos os dias na cidade de Boa Vista. Em plenos anos 2000, o que Roraima poderia oferecer aos gaúchos? O garimpo não existia mais, os projetos de colonização agrícola estavam desestruturados, a farra do serviço público estava acabando. Então, o que Roraima tem pra atrair gaúchos atualmente?

Em capítulos anteriores tratamos de aspectos históricos que delinearão um conjunto de elementos que interferiram e em parte produziram os fluxos migratórios do Rio Grande do Sul para a Amazônia e, em particular Roraima. O objetivo foi trabalhar de forma a relacionar as trajetórias dos imigrantes em meio a contextos históricos onde elas se inseriam. Nesse capítulo buscamos tratar a abordagem sobre o conjunto de relações e laços que os gaúchos construíram no decorrer de suas trajetórias. A partir da história de vida de cada imigrante entrevistado, iremos traçar o fluxo percorrido em cada caso, os contatos estabelecidos, as ajudas recebidas, estabelecendo as redes sociais envolvidas no processo. Nosso ponto de partida será o (a) imigrante e a rede social será percebida através da dinâmica vivida por ele/ela. O objetivo é reconstruir os elos estabelecidos entre os imigrantes e outras pessoas e verificar a importância desses elos na migração, na adaptação e na retenção dos gaúchos contemporâneos em Boa Vista. Através das histórias vividas, buscamos mostrar as particularidades encontradas, em cada caso, definindo as redes sociais que, dependendo do caso, mostram-se mais ou menos ramificadas. Na nossa pesquisa quase todos os entrevistados fizeram uma migração direta entre o Rio Grande do Sul e Roraima. Portanto, suas trajetórias migratórias envolveram, na maioria dos casos, nenhuma etapa intermediária. Ainda assim, como pensar este universo de relações, que se estabelecem entre os atores envolvidos antes, durante e depois da migração? Quais os principais tipos de relações que existem entre os atores e que desencadeiam o ato migratório? Por que as redes são formadas? E mais, como as relações e as redes se desenrolam na sociedade de destino? Nossa preocupação central é compreender o papel das redes sociais na migração, integração e adaptação/retenção dos migrantes gaúchos em solo roraimense. Nossa hipótese central, como já destacado, é que as redes tem papel central na migração contemporânea de gaúchos para Roraima. Partimos do pressuposto que as redes possuem extrema relevância como mecanismo de conexão entre atores sociais e as sociedades de origem e de destino.

Abdelmalek Sayad (2000) fala sobre a comunidade de espectadores, que possibilita uma abordagem capaz de identificar uma rede que não se restringe somente aos migrantes em si, ou apenas aos seus contatos estabelecidos no ato migratório. Tal comunidade de espectadores interage de alguma forma com os migrantes que partilham um conjunto de elementos do habitus. Para Bourdieu (1990), os agentes sociais estão imersos em um sistema de disposições coletivas produzidas pela experiência que por sua vez, varia de acordo com o espaço e o tempo. Assim, as práticas e comportamentos se orientam para um objetivo comum, ainda que não sejam racionalmente expressos – é o senso prático (DESCONSI, 2009).

Esta forma de abordagem traz o conceito de redes para o centro da decisão de migrar. O ponto nevrálgico é resgatar o papel do migrante e de suas relações no processo migratório, refutando os modelos meramente estruturalistas (que levam em consideração apenas as condições estruturais de origem e destino). Desse modo, o migrante, no interior de suas redes pessoais é tratado como um agente racional que possui vários objetivos, desenvolvendo estratégias e mobilizando recursos (financeiros ou não) para migrar e se inserir na nova sociedade de acolhimento. “Assim, as variáveis relacionais, frequentemente acomodadas em uma história narrativa, deslocam, disputam ou pelo menos completam a explicação dos fenômenos migratórios oferecida pela abordagem estruturalista” (DESCONSI, 2009, p. 115).

No presente capítulo buscamos delinear aspectos sobre as relações sociais, a rede acionada no ato de migrar, no processo de adaptação e de retenção, os agentes que compõem a rede, a circulação de informações, as relações familiares e de amizade e as funções das redes nas explicações sobre o fenômeno migratório de gaúchos para Roraima. Acreditamos que no caso da migração contemporânea de gaúchos para Roraima, as redes tem papel central nestes fenômenos. Não fosse a existência delas, os gaúchos não sairiam do Rio Grande do Sul e se dirigiriam para Roraima. Poderiam ir para outro lugar, mas não para Roraima. Isso porque as redes sociais direcionam os fluxos migratórios. Foram as redes sociais que direcionaram o fluxo de gaúchos contemporâneos para Roraima. As estruturas e os aspectos pessoais determinam a migração, mas as redes sociais direcionam o fluxo.

Sayad (2000), em seu estudo sobre os argelinos na França discorre acerca da noção de pertencimento ao local de origem. Trata-se de um pertencimento a uma história coletiva, a um tempo, a um determinado espaço físico, expresso em narrativas como uma referência a uma origem comum que em geral aciona o espaço geográfico de uma região, de um município, de uma localidade. O pertencimento demarca a busca da reconstrução de relações no novo local de destino. A ideia de retorno está sempre presente na imigração, segundo Sayad. Antes de ser um imigrante, o agente é um emigrante. Antes de pertencer (fisicamente,

culturalmente) a uma nova sociedade, o agente pertence ao seu lugar de origem. Por isso, a ideia de retorno está sempre presente no imigrante. No novo local de destino o imigrante faz de tudo para se sentir no seu local de origem, lançando mão das redes sociais para fazer frente a esse seu objetivo. No interior de espaços de sociabilidade que emulam ao seu local de origem é que o imigrante reconstrói o sentimento de pertencimento ao lugar. A necessidade de se sentir pertencente àquela sociedade de destino faz com que ele reconstrua suas interações sociais, negociando novas estratégias comportamentais, mas sem abrir mão de sua própria identidade de origem. Novas redes sociais, surgem, portanto, neste processo.

Inicialmente, há de se considerar na reflexão sobre redes sociais e migração tomada neste trabalho a noção adotada de família ou parentesco. Família aqui não se refere somente à família nuclear (pai, mãe, filhos). Ao tratar de família, adotamos a concepção levada a cabo pelos atores foco desta pesquisa. Em todos os casos a noção de família está embebida na ideia de consanguinidade. Também em algumas narrativas, os cunhados e cunhadas são entendidos/tratados como familiares. Assim, na presente pesquisa, famílias se relacionam a irmãos, irmãs, filhos, filhas, pais, mães, tios, tias, primos, primas, cunhadas e cunhados. Em nenhum relato, outros “tipos” de parentes foram acionados pelos depoentes, pelo menos que tivessem algum tipo de relação com a migração ou adaptação e retenção dos migrantes. Para Comerford (2003, p. 120),

famílias não são unidades inequivocamente estabelecidas de uma vez por todas. São unidades compostas, componíveis e decomponíveis, círculos vivos multilocalizados, em expansão, segmentação, contração, agregação e desagregação. Isto permite lançar a categoria de família a partir dos membros individuais que se interligam mais que somente por consanguinidade, mas por relações de reciprocidade, afeto, ajuda, compondo um conjunto de valores morais que formam as teias desta rede. Isto permite entender a família para além da consanguinidade, de membros estabelecidos em um único espaço físico, o que se torna um instrumento importante para mapear as relações e as próprias redes sociais onde estão dispostos os movimentos migratórios deste estudo, o que permite o diálogo com os casos em questão.

De maneira geral, os estudos de migração consideram a família e o parentesco como laços estabelecidos antes da migração propriamente dita. Conforme Desconsi (2009), em alguns casos é possível relativizar este questão. Isto ocorre porque muitas vezes um parente que foi o elo principal na migração não fazia parte das relações da família que iria migrar no futuro. Para um de nossos entrevistados, o senhor Elias Figueroa, o primo, com o qual não tinha assim tanto contato, foi acionado para viabilizar a migração. Depois de rodar pelo Piauí e pelo Amazonas atrás de terra para produzir, o nosso depoente entrou em contato com o primo que morava em Roraima há alguns anos dizendo que estava no Amazonas e gostaria de

visitá-lo. Na oportunidade o primo lhe informou que em Roraima podiam encontrar as terras que estavam procurando. Assim relata o senhor Elias, 46 anos, produtor rural e comerciante, residindo desde 2005 em Boa Vista, sobre sua ida para Roraima:

aí que eu decidi vir pra Roraima. Liguei para um primo que tenho aqui, que já tava aqui há alguns anos, e contei que tava no Amazonas aí ele me perguntou o que eu taria fazendo e eu disse que nós viemos vê se achávamos uma terra pra produzir, um monte de gaúcho querendo vir pro Norte e procurando terra pra produzir [...]. Foi pelo meu primo que eu parei aqui (05/01/12).

A intenção da presente pesquisa não é medir se seriam mais relevantes os familiares ou amigos no processo migratório, tampouco na adaptação e retenção dos migrantes em solo roraimense. O objetivo é demonstrar a importância das relações para o processo migratório e para a adaptação dos migrantes gaúchos, sem tentar apontar quais são os atores mais importantes neste processo. A pesquisa empírica mostra que as articulações envolvem uma gama de atores, desde amigos próximos, parentes conhecidos e desconhecidos e até mesmo amigos de amigos. O trabalho de campo (as entrevistas) confirma que os laços são flexíveis e, assim, quando uma família ou indivíduo migra para um novo espaço, no caso, Roraima, este ato estabelece rupturas com elos anteriormente estabelecidos, ao mesmo tempo em que pode manter boa parte das relações estabelecidas, especialmente com familiares e amigos. Este movimento é o que leva Tilly (1990) a concluir que “as redes migram”. O principal pressuposto desta afirmação é que, junto com os migrantes se deslocam as suas relações sociais. A partir dos primeiros sujeitos que migram, o deslocamento espacial se incorpora nas redes sociais já existentes. Estas redes sociais tendem a se afirmar e alimentar os fluxos migratórios por circular por ela, pessoas, recursos materiais e informações. Neste sentido, são esclarecedoras as palavras de Vignoli (2011, p. 57):

Y dentro de los mecanismos de circulación de la información, uno de los más destacados há sido el de **las redes**, cuya influencia no se basa solamente en el flujo de información sino en su capacidad para reducir, a veces significativamente, los costos de inserción en lugar de destino y también aumentar las posibilidades de éxito allí. Las redes pueden ser la base de sustentación de flujos migratorios con origen y destino precisos. Durante un tiempo más o menos largo estos flujos se retroalimentan, sobre todo si el lugar de destino tiene un diferencial objetivo que permite cumplir al menos en parte las expectativas simbólicas creadas mediante la red. Pasado un tiempo, el flujo puede diversificarse tanto en el origen como en el destino. Pero con independencia de la duración del período de influencia de la red, el punto clave es que esta puede ser decisiva para sustentar flujos migratorios que no habrían ocurrido de otra manera porque, incluso existiendo un diferencial objetivo marcado entre origen y destino, **no era probable que el destino apareciera en el horizonte de posibilidades de los residentes en el origen** (grifo do autor e grifo nosso).

Apesar de atualmente ser recorrente falar em redes sociais nos estudos das migrações, é importante esclarecer do que se trata. Fazito (2002) considera que a maioria dos trabalhos trata as redes como “mecanismo heurístico” ou como um “problema empírico”, não fornecendo a legitimidade necessária à matéria.

Decorre que, nos estudos sobre migrações, predominam os trabalhos da demografia e da economia, fazendo uso principalmente de modelos analíticos e dados quantitativos que apesar de importantes, carecem de diálogo com as dimensões sócio-antropológicas, no sentido de discutir e refletir sobre os atores, sobre suas relações e sobre os contextos específicos onde se apresentam estes processos da migração. Apesar de ser possível construir modelos para análises de redes sociais, isto pode implicar em “fechar” estas redes e limitar sua compreensão (DESCONSI, 2009, p. 88)

Soares (2002) sintetiza os principais debates e abordagens sobre redes e postula as seguintes diferenciações: i) Rede social consiste no conjunto de pessoas, organizações ou instituições sociais que estão conectadas por algum tipo de relação. Uma rede social, em virtude do processo em torno do qual ela se organiza, pode abrigar várias redes sociais; ii) Rede pessoal representa, então, um tipo de rede social que se funda em relações sociais de amizade, parentesco etc.; iii) Rede migratória não se confunde com redes pessoais; estas redes precedem a migração e são adaptadas a um fim específico: a ação de migrar (SOARES, p.24). Aqui, usamos a noção rede social como relações existentes antes ao ato migratório propriamente dito e as relações que se constituem no lugar de destino. Apenas para fins analíticos podemos separá-las. Mas ambas as relações e redes são acessadas conjuntamente pelos imigrantes e pelos naturais. Cabe ressaltar que no local de destino as redes podem ser constituídas por naturais do lugar, ainda que isso possa não ocorrer de forma corriqueira. Nosso ponto de partida para a compreensão das redes sociais na migração é o entendimento das mesmas como o faz Barnes (1987, p. 172): “um conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos”.

Segundo Desconsi (2009) tomar a noção de rede migratória é pertinente nos casos onde aparecem correntes migratórias consolidadas, para além de relações de parentesco ou amizade, envolvendo não migrantes ou ainda instituições formais. Contudo, o objetivo último destas redes é viabilizar o ato de migrar. São redes que se articulam no intuito de proporcionar a viabilidade da migração propriamente dita. Nos estudos envolvendo migrações internacionais esta noção é bastante utilizada por existirem, dentre outras, barreiras legais e institucionais impedindo o deslocamento entre os Estados Nacionais. Destarte, as redes migratórias constituídas associam elementos das relações familiares, de amizade, de conterraneidade, com agentes especializados, instituições jurídicas, etc. Neste trabalho, a

noção de rede social contempla em si as redes familiares, de amizade e pertencimento (conterraneidade). Tomamos neste trabalho a perspectiva da rede familiar nos termos em que esta categoria é percebida pelos atores sociais foco desta pesquisa. Rede familiar, neste trabalho (a partir das percepções dos atores), abrange um universo de relações, delimita um campo social a partir da consanguinidade em geral. A noção de rede pessoal é evocada na nossa pesquisa pois tem como ponto de partida para análise o próprio migrante. A partir dele buscamos as relações e os elos da rede que podem transcender o familiar, envolvendo os conhecidos e amigos. Alguns autores apontam problemas ao usar a noção de rede pessoal na análise das migrações, pois admitem a migração como um processo de escolha familiar e que, portanto, a rede pessoal não daria conta da totalidade do fenômeno. No nosso caso, a noção de rede pessoal mostrou-se pertinente, pois, ainda que não tenhamos escolhido este perfil, a maioria dos entrevistados era solteira no momento do deslocamento e a decisão foi “individual”. Quando não, os nossos migrantes casados afirmaram que os conhecidos que os convidaram para conhecerem/morarem em Roraima eram amigos da família.

A relevância das redes sociais no processo migratório acena para a possibilidade da construção de uma base sólida que busca garantir segurança, apoio mútuo e informação ao futuro migrante. Os estudos sobre as redes sociais e seu papel nas migrações advogam que a informação que circula entre os migrantes e não migrantes envolvidos no processo migratório é ponto chave para o entendimento desta relação. A rede social, formada por familiares e amigos, é, portanto, a principal fonte que supre de informação os futuros migrantes, assim como a comunidade de espectadores que permanece nos locais de origem destes agentes:

O conceito de redes enfatiza que essas duas esferas entram em contato e se concretizam no interior de uma trama de relações pessoais, através das quais fluem as informações sobre trabalho disponível. São as relações pessoais que determinam quem partirá e tomará tal trabalho. A informação não é concebida como um bem livre: os indivíduos compartilham e dispõem de informações limitadas, sempre dependentes de sua rede de relações (DESCONSI, 2009, p. 110).

No nosso trabalho, utilizamos uma categoria que denominamos de “rede de percepções acerca do gaúcho”. A partir da percepção que os imigrantes entrevistados têm sobre a forma como são vistos pela sociedade local, constatamos que há uma circularidade de informações acerca de seus atributos. Não que haja uma rede de informações sobre determinados gaúchos a qual é acionada pelos locais, mas o que ocorre, na percepção destes migrantes, é uma rede que vincula noções sobre o comportamento do gaúcho. Calcado no discurso da diferença, há uma noção da sociedade em geral sobre as qualidades do gaúcho,

uma “rede de percepções acerca do outro”. Essa rede de “informações” é fundamental para o êxito e a manutenção do gaúcho na sociedade roraimense.

Nossa pesquisa, como já destacado, propõe-se a entender o aumento no fluxo migratório de gaúchos para Roraima utilizando empiricamente o caso dos que lá chegaram nos últimos onze anos (2000-2011) a partir da abordagem das redes sociais. Entendemos as redes como fundamentais no fluxo migratório de gaúchos em direção a Roraima no período considerado. Para operacionalizar nossa hipótese (de que as redes tem papel central na migração dos gaúchos contemporâneos em Roraima) analisamos os 28 relatos dos imigrantes, traçamos suas trajetórias e relações sociais com indivíduos no lugar de origem e destino. Dentre os 28 imigrantes que entrevistamos, escolhemos os relatos de alguns deles para demonstrar as dimensões de seus fluxos, suas redes, possibilitando apresentar nossa pesquisa de uma forma mais clara.

A reconstrução das relações sociais em Roraima por parte dos gaúchos contemporâneos pressupõe diversos modos de relações que trazem à tona uma tentativa de retorno, aos moldes de Sayad (2000). O retorno, para além da relação dos migrantes com seu lugar de origem e com a dimensão do vivido no decorrer de suas trajetórias, é uma tentativa de reconstrução de um espaço social utilizando uma série de elementos trazidos em suas bagagens: formas de convívio, valores éticos e morais, formas de produção, manifestações culturais e identitárias etc. Assim, pode-se concluir que esses migrantes gaúchos são pessoas que deixaram fisicamente a sua terra natal, mas que continuam a carregar de uma forma ou de outra este espaço social. A diferença consiste que no novo local ele necessitará impor, aprender, conhecer e, até mesmo dominar outros grupos neste processo (SAYAD, 2000). Neste sentido, podemos considerar a migração como um ponto de inflexão na vida dos migrantes. Sendo assim, “o tempo e o espaço seriam categorias bem demarcadas para o estudo da migração, já que o migrante passa a referendar os acontecimentos a partir da data da mudança, usando os termos antes e depois, para localizar-se no mundo” (VIANNA, 1998, p. 97).

Não há dúvida que os processos migratórios traduzem as particularidades das sociedades de origem dos migrantes e suas dimensões econômicas, políticas e culturais que se territorializam de forma a reafirmar uma identidade territorial no local de destino. Paralelamente, ganham expressões específicas e aglutinam novos elementos neste novo espaço social. Tais dimensões podem ser observadas, dentre outras, nas estruturas de redes que expressam seus laços e valores. A migração gaúcha possui aspectos singulares, particularmente no que diz respeito a processos de territorialização e rearranjo do poder local

a partir da chegada destes migrantes no local de destino. Em algumas regiões do Mato Grosso esse processo levou à criação de novos municípios e em estados como a Bahia e Piauí isto também começa a tomar mais corpo. No caso de Roraima a migração gaúcha ainda não gerou desdobramentos territoriais e políticos como nos estados citados.

A partir de uma rede de conhecidos e contatos prévios acionados na migração e que serviram como ponto de apoio inicial, a rede social neste local de destino vai sendo reconstruída, com novos elos e novos componentes, pois, rapidamente, são descobertos outros gaúchos que também migraram. O universo das relações sociais tende a se ampliar. O fato de ter conhecidos é levado em consideração inclusive na escolha do local específico de residência. Os conhecidos entram em cena na troca de informações sobre a cidade, seus negócios, suas condições estruturais, os melhores locais para residência, etc. Dispor de poucos conhecidos significa possuir menos informações sobre este espaço social e físico, que pode redundar no fracasso da migração. Por isso, os imigrantes - agentes racionais possuidores de laços de amizade e parentesco que lhes proporcionam as informações capazes de minimizar os riscos inerentes à migração – lançam mão de cálculos racionais para tomarem suas decisões sobre permanecerem ou não, por exemplo. Entretanto, as condições do que se atribui como cálculos racionais não são dadas objetivamente na prática. Ainda que os migrantes (e não migrantes) realizem frequentemente ações que parecem um agir ao acaso, o fazem sob as instruções do senso prático, produto da exposição continuada a condições de natureza semelhante às suas (DESCONSI, 2009). Os agentes se comportam de determinadas maneiras em certas circunstâncias, porque integram um sistema de disposições que orientam suas práticas, que é fundamento objetivo de suas condutas (BOURDIEU, 1990).

Esta constatação merece reflexão, na busca em estabelecer, a partir dela, algum comparativo entre os migrantes pioneiros e os migrantes contemporâneos, foco deste estudo. Os migrantes atuais possuem circunstâncias diferenciadas particularmente pelas possibilidades de acesso à informação e redes sociais formadas neste espaço. Os migrantes pioneiros não possuíam muitos referenciais acerca do novo local de destino. Os gaúchos que foram para Roraima nos anos 1970 e 1980, ou foram para os projetos de colonização agrícola ou em função de instituições como a UFSM, a Polícia Militar de Roraima ou ainda por causa das Forças Armadas. Houve aí instituições que proporcionaram o deslocamento destes gaúchos. Como afirmaram alguns migrantes pioneiros, “viemos na cara e na coragem”. Obviamente, como vimos no capítulo que tratamos dos gaúchos pioneiros em Roraima, em alguns casos houve a existência de redes, ou de laços entre agentes que concorreram para a ida destes para o estado. Mas não era a praxe. Atualmente, há maior circularidade de

informações, tanto de recursos como de pessoas, possibilitada pelo avanço nos sistemas de transporte e sistema de telecomunicações (telefone, internet etc.), que encurtam distâncias e auxiliam na tomada de decisões, como foi o caso já citado do senhor Sepé Tiaraju. Neste sentido, as condições históricas são diferentes das vividas pelos pioneiros. Ao mesmo tempo, os migrantes contemporâneos, antigos integrantes das comunidades de espectadores, puderam presenciar as experiências de migração para Roraima por parte de indivíduos e famílias participantes das suas relações sociais.

Além do mais, os migrantes considerados bem-sucedidos agem como elementos de atração e apoio para outros migrarem, além de facilitarem a fixação destes na mesma rede social vivida no local de origem, nutrindo assim um fluxo migratório para os que vêm depois (TRUZZI, 2008). Desta forma, o potencial de atração provocado por fatores como terra e trabalho associados a uma rede que se movimentou através de migrantes vai agregando novos espaços sociais e, assim, mobiliza para a migração parentes, amigos e outras famílias oriundas do mesmo local de origem, todos eles pertencentes às relações sociais estabelecidas no Rio Grande do Sul. A partir daí o movimento se auto-alimenta. Aquele que hoje é apenas um ponto na rede, se torna um nó importante e forte da rede amanhã. O imigrante que hoje veio porque foi convidado por um primo, amanhã se torna aquele que recruta e apoia a vinda de vários amigos. Aqui em nossa pesquisa caracterizamos estas duas faces da mesma moeda da seguinte forma: veio pela rede e deu continuidade a rede. Aquele que veio porque conhecia alguém veio pela rede e se “mandou trazer” mais alguém deu continuidade à rede.

No conjunto de experiências pioneiras analisadas em estudos como o de Tavares dos Santos (1993), são levantadas questões referentes à precariedade das condições vividas nas primeiras levas de migrantes, como é o caso de famílias que perderam todos seus recursos nesse processo e, ainda, o grande contingente de retornados. O conjunto de experiências acumuladas nas trajetórias migratórias e que são partilhadas identificam um enorme contingente de “fracassados”. Nosso estudo, focado na migração contemporânea para Roraima, não contemplou de forma sistemática a questão dos retornados, ou daqueles considerados fracassados, entre os pioneiros. Nem entre os migrantes atuais. Ainda assim, nos depoimentos de alguns pioneiros, como o do senhor Roberto, houve referência a alguns migrantes gaúchos que acabaram indo embora pelas dificuldades encontradas no estado naquele momento. O senhor Elias, já tratando de migrantes contemporâneos, também fez alusão a gaúchos que vieram junto ao seu grupo e também foram embora pelas dificuldades, fracassando no seu intento. Entretanto, é prudente mencionar que alguns gaúchos contemporâneos que entrevistei relataram que conheciam outros contemporâneos que teriam

vindo no período considerado (2000 a 2011) e já tinham ido embora e que não haviam fracassado. Muito pelo contrário. Com o objetivo de terminar seus estudos ou “juntar um dinheiro para montar seus negócios no Sul”, por exemplo, alguns gaúchos já tinham “cumprido suas missões” em Roraima. Para eles, Roraima era visto como um trampolim profissional em suas vidas.

Passemos agora à análise de nossos relatos orais. Nosso foco é compreender as redes sociais no processo migratório (migração, adaptação e retenção), mas os relatos orais nos permitem uma dimensão extremamente rica da trajetória de vida dos entrevistados. Ainda que o foco recaia sobre as redes, entendemos que um estudo dessa dimensão, com as informações adquiridas através das histórias de vida dos imigrantes, proporciona uma riqueza de detalhes e informações que não devem ser desprezadas e que possam inclusive ser utilizadas para estudos futuros. Inicialmente analisaremos os relatos orais relacionados ao movimento migratório propriamente dito. Num segundo momento a análise recairá sobre as redes sociais na adaptação e retenção dos migrantes gaúchos em solo roraimense.

Assim, no intuito de responder acerca do papel das redes sociais na migração gaúcha contemporânea para Roraima e aos questionamentos colocados no capítulo introdutório e no início deste, estruturamos nossa entrevista nos seguintes tópicos de análise:

- a) A representação e os significados da migração;
- b) O motivo para a migração;
- c) As dificuldades da migração (na saída do RS e na chegada a RR);
- d) As relações sociais em RR;
- e) O novo contexto e suas relações com a cidade de Boa Vista;
- f) A inserção social e laboral em Boa Vista;
- g) A intencionalidade a respeito da permanência ou saída de Roraima;
- h) O ser gaúcho em Boa Vista.

A partir do quadro 2 vimos que a maioria dos nossos entrevistados afirmou terem ido para Roraima através de convite de familiares ou amigos, ao que marcamos com uma letra R para assinalar a presença da rede no ato migratório. Apenas seis dos nossos 28 entrevistados não fizeram menção a nenhum tipo de convite de parentes ou amigos para conhecerem/residirem em Roraima. Entretanto, três deles tiveram a informação sobre as possibilidades de ascensão profissional em Roraima no interior das instituições nas quais trabalham. Dado que o objetivo de ir para lá era “crescer dentro do banco”, “pular etapas na carreira profissional”, permitindo uma ascensão financeira, podemos afirmar que uma rede de informações é que possibilitou esse conhecimento. O objetivo final era galgar posições

dentro da instituição e somente através de informações obtidas no interior da própria instituição é que os futuros migrantes resolvem se mudar para o estado. Portanto, uma rede de informações se fez presente neste movimento migratório. Não fosse por ela estes gaúchos não teriam se mudado para Roraima.

Ao perguntarmos ao entrevistado número 4 como ele tinha ido morar em Roraima recebemos a seguinte resposta:

Meus primos foram me visitar lá no Rio Grande do Sul lá por 98, 99 e me convidaram para conhecer aqui. Minha tia já morava aqui há bastante tempo. O marido dela veio pra cá em mil novecentos e oitenta e pouco eu acho. Não tenho bem certeza. Acho que ele veio pra trabalhar no Campus da Federal de Santa Maria. Vou até perguntar direitinho isso pra ele. Sei que eles tão aqui há muito tempo. Eu vim em 2007 conhecer e vim de vez em 2008 (12/12/11).

Já o entrevistado número 5, ao responder a mesma pergunta, nos conta que:

É o seguinte Pedro: já é a segunda vez que venho morar aqui. Meu pai veio pra cá em 1974 como professor da Universidade Federal de Santa Maria, naquele convênio que tinha. Aí ele casou com a minha mãe que é daqui mesmo, é roraimense. Depois se separou e voltou pro sul. Eu nasci lá em Porto Alegre (1980). Morei aqui entre 2001 e 2005. Aí me formei técnico em informática e voltei agora 3 meses atrás. Minha mãe mora aqui (08/11/11).

Estes dois relatos demonstram que laços familiares foram os responsáveis pela migração, envolvendo indivíduos que foram para Roraima ainda nas décadas de 1970 e 1980. Os gaúchos pioneiros foram os desencadeadores do ato migratório dos migrantes contemporâneos. Isto demonstra a perpetuidade das relações sociais que acabam dando continuidade a uma corrente migratória entre os dois estados. São pessoas que vivem em Roraima há duas, três décadas que acabam convidando seus parentes a ir para Roraima. No segundo caso há uma relação mais estreita, pois a mãe do nosso depoente mora na cidade e o próprio já tinha também uma relação com a cidade por ter morado nela um tempo. Entretanto, o primeiro depoente não tinha relação próxima com a cidade, tampouco pai ou mãe residindo nela. O convite parte de sua tia que é uma gaúcha pioneira na cidade. Assim, os laços se mantêm mesmo à distância e resultam na migração de novos gaúchos, como foi o caso do entrevistado número 4. O migrante teve a possibilidade de conhecer o lugar e acessar as informações necessárias à decisão de migrar definitivamente.

O entrevistado número 1 nos relata que

Eu nasci em Restinga Seca e vivi quase a minha vida inteira lá. Fiz de um tudo por lá, fui comerciante, fui gerente do Sicredi. Cheguei a ser vereador e até secretário de planejamento do município. *Com 50 anos fui morar em Uruguaiana. Tinha um amigo que me convidou pra ir pra lá e eu fui.* Trabalhei um ano de vendedor de

produtos agrícolas lá em Uruguaiana. Produtos para orizicultura. Aí nessa idade eu comecei a pensar na aposentadoria. Eu não tinha conseguido juntar dinheiro nesses anos todos. Não consegui o suficiente para a minha tranquilidade e da minha mulher. Então eu resolvi fazer um concurso público pra poder me aposentar com salário garantido. Me inscrevi pra Polícia Rodoviária Federal. Daí eu fazia um cursinho e uns guri falaram pra mim: ô tio, como é que tu vai passar na prova de aptidão física, com essa pança aí e fumando como um condenado. Eu nem sabia que tinha teste físico. Aí me inscrevi pro B.B. Passei e comecei a trabalhar em Itaquí (RS). Mas eu precisava galgar posições dentro do banco rapidamente, em cinco anos eu queria me aposentar. *Foi aí que um conhecido me falou que pro Norte era mais fácil conseguir isso, era menos concorrido.* No sul pra virar gerente eu ia demorar uns 10 anos. *Aí foi que o gerente da agência de Maués me convidou pra ir pra lá.* Fiz a seleção interna no banco e fui pra Maués. Fiquei lá de julho de 2007 a outubro de 2008. Depois a vinda pra cá foi do mesmo jeito (03/11/11).

E continua

Hoje tenho um filho que também trabalha no banco, mas em São João da Baliza (município do interior de Roraima). Veio um pouco depois de mim. Ele fez o mesmo caminho que eu. Já tive outro filho que veio, mas não gostou daqui voltou pro Rio Grande. Prometeram pra ele uns empregos mas não deram, só enrolaram. Aí ele resolveu voltar. O outro tá bem lá em Rorainópolis. Mas acho que quer voltar também. Talvez sim, talvez não. Mas eu volto. Tô me articulando pra ir pra Goiás ano que vem e depois me aposento e volto pra Restinga Seca. Eu tenho uma propriedadezinha lá. Meu objetivo aqui foi conseguir dar um pulo dentro do banco. Boa Vista foi um trampolim na minha carreira.

Eu não acostumo muito aqui. Tem muitas coisas aqui que eu não suporto, enfim. Eu frequento muito o CTG, muito muito não, mas pelo menos toda quarta-feira a gente vai lá comer um costelão. Lá a gente sempre encontra uns amigos (03/11/11).

Aqui se verifica a existência de uma rede de amizade na migração no interior do Rio Grande do Sul e na migração para Maués. Na ida para Roraima, o entrevistado não mencionou alguém especificamente, mas o seu conhecimento sobre as possibilidades de ascensão na carreira no Norte do país iniciaram com um amigo. Constitui-se uma rede de informações que desencadeiam a migração. Posteriormente, seu filho segue o mesmo caminho, como descreve o entrevistado. A rede de parentesco aparece aqui neste segundo momento. Não só de parentesco, mas como de informações. São informações que são acionadas pela rede de parentesco formada pelos agentes, pai e filho. O pai informou ao filho a possibilidade de “seguir o mesmo caminho”.

Já no local de destino, o Centro de Tradições Gaúchas se torna um espaço importante de sociabilidade acessado pelo nosso migrante. É lá que ele vai ao encontro de suas origens e dos seus, como ele mesmo relata. No CTG é que se desenvolvem suas relações de amizade e onde ocorre o retorno (no sentido de Sayad) ao local de origem. É uma rede de conterraneidade, de sentimentos em comum. Neste espaço se reúnem diversos gaúchos que buscam fortalecer seus laços de amizade e de manifestação e culto às tradições do Rio Grande

do Sul. É uma rede fundamental, segundo o próprio depoente, para matar a saudade do Rio Grande e sobreviver num lugar de cultura tão distinta da vivida em seu local de origem.

O entrevistado número 7 também teve como último local de residência o estado do Amazonas, mas a sua capital, Manaus. Também empreendeu migração interna dentro do Rio Grande do Sul antes de se deslocar para o Norte do país. Assim descreve o Sr. Carlos sobre sua trajetória:

Com 23 anos eu entrei na Coca-Cola em Santo Ângelo, na minha cidade. Com 33 anos fui pra Porto Alegre trabalhar na Vonpar. Isso foi lá por 1981, mais ou menos. Aí, lá em 1985 *um diretor da Vonpar em Santa Maria me convidou pra ir pra lá pra trabalhar no marketing da firma.* Aí em 1990 fui pra Passo Fundo, ainda na Coca-Cola, como gerente de vendas e depois fui gerente geral (05/11/11).

Depois de passar ainda por Farroupilha, Tramandaí e Caxias do Sul, todos municípios do Rio Grande do Sul, o seu Carlos foi pra Manaus:

Depois de todos esses anos trabalhando na Coca-Cola, resolvi montar uma distribuidora própria pra mim. Aí me dei mal, acabei falindo. Depois de 23 anos na firma e com 46 anos de idade, eu tava falido, desempregado. Não tinha emprego pra mim lá. *Aí, eu tinha um amigo que trabalhou numa dessas fábricas do Rio Grande do Sul que tava na Coca-Cola de Manaus e me convidou.* Aí vim pra Manaus pra ver a tal da vaga. Só que a vaga era pra Rondônia e eu não fui escolhido. E eu sei porque, eu tinha pouco estudo. A empresa queria gente formada, com faculdade. *Aí surgiu a oportunidade numa fábrica de segunda linha, de Tubaina, que esse meu amigo me indicou lá pros caras.* Como gerente comercial desta empresa, vinha sempre pra Boa Vista pra vender. Aí abriu um escritório aqui e vim definitivamente em 2000. Gostei daqui e fui ficando. Surgiu a oportunidade. Quando cheguei aqui, era terra de oportunidade. Eu vim recomeçar minha vida (05/11/11).

Mais uma vez encontramos as redes como elemento dinamizador do movimento migratório. Nosso entrevistado foi parar no Amazonas através do convite de um amigo seu do Rio Grande do Sul que havia ido morar naquele estado. Novamente a rede de amizades foi acionada na migração.

O entrevistado 21, que, coincidentemente também teve como seu último local de residência antes de Roraima o Amazonas, relata assim sua trajetória:

Cara, minha história é longa. Eu andei em muito canto, rodei esse Brasil inteiro. Data eu não lembro muito bem, foi tanta banda que eu dei que as datas certas eu não sei direito, mas vamos lá. Resumindo, depois eu conto melhor: *Eu nasci em Uruguaiana. Morei lá sei lá, até uns 19, 20 anos. Aí cansei daquela vida lá e fui morar em Porto Alegre. Tinha um amigo que morava lá e me convidou pra trabalhar numa empresa de seguros.* Aí morei lá um tempo. As coisas tavam rolando por lá, mas aí o cara fez uma baita c...e aí a firma faliu. Voltei pra Uruguaiana mas não gostava daquilo lá, aquela vida lá não era pra mim. Eu queria me aventurar, conhecer o Brasil. Aí acabei indo pra Recife. *Tinha um amigo meu lá que me chamou pra ir. Um dia tava em Uruguaiana e o cara me ligou, perguntando o que eu tava fazendo. Eu disse que nada. Aí o cara me chamou pra trabalhar com ele lá e fui.* Morei uns três anos por lá eu acho. Gostava muito de lá, queria ficar por

lá. Mas tive uns problemas e não rolou. *Aí um outro amigo me convidou pra ir pra Goiás trabalhar numa firma que comprava peixe. Mas era pra trabalhar no Maranhão, e lá fui eu.* Fui morar em Pedreiras, comprando peixe pra mandar pra Goiás. Depois fui pra São Luis. Aí vai e vem, acabei voltando pra Uruguaiana, precisava dar um tempo em casa. Tentei plantar lá mas me quebrei. Perdi a colheita por causa de uma tormenta que acabou com tudo. Bixo, aí não teve jeito. Aí que eu vi que ali não era lugar pra mim mesmo. Aí voltei pro Maranhão pra trabalhar com peixe de novo. Casei por lá. Depois separei. Fui pra Rondônia, ainda trabalhando com peixe e aí foi que vim parar no Amazonas. Tudo ainda trabalhando com peixe. Morei um tempo em Maués e depois fui pra Manaus. *Aí que eu vim parar aqui. Eu tinha um irmão e uma irmã que já moravam aqui. Ele veio primeiro e depois trouxe minha irmã.* Vim aqui pra visitá-los, acho que foi em 2002, 2003, por aí. *Fiquei uns dias aqui e voltei pra Manaus. Não tinha gostado muito daqui. Não tinha intenção de vir pra cá. Aí um dia minha irmã me ligou e falou de um concurso aqui, por que tu não faz e tal. Vem pra cá, eu e o Luís a gente tá aí, tá na hora de tu sossegar.* Rapaz, aí eu pensei, tô com 45 anos, tô precisando sossegar mesmo. Fiz o concurso pra secretaria da saúde e vim. Trabalho como motorista de ambulância e com reciclagem também (10/01/12).

Novamente as redes de amizade e parentesco se fizeram presentes na trajetória deste migrante. No interior do Rio Grande do Sul os laços de amizade desencadearam os deslocamentos, assim como as idas para Recife, Goiás e Maranhão. Depois, a ida para Roraima foi desencadeada pela rede familiar, formada por dois irmãos que já moravam em Boa Vista desde a década de 1990.

Percebe-se, através dos três depoimentos, que as redes foram fundamentais para o ato migratório propriamente dito. Essas redes, particularmente no primeiro e terceiro casos, minimizaram os riscos da migração. Obviamente que, no primeiro caso, os riscos eram menores, pois o migrante já possuía uma estabilidade no trabalho que lhe dava respaldo, entretanto, a informação (conhecimento) que possuía acerca da possibilidade de ascensão profissional foi um fator preponderante. Como nos relatou o depoente, sua migração para Boa Vista só se deu em função desta informação. No terceiro caso, a presença de familiares em Roraima minimizou os riscos inerentes à mudança, visto que o depoente tinha a quem recorrer caso houvesse problemas. Mais uma vez a rede, familiar, no caso, desencadeou a migração para Boa Vista.

Na nossa pesquisa verificamos a existência de redes em quase todos os movimentos migratórios. Apenas seis imigrantes não citaram como desencadeadores da migração algum parente ou amigo. Em alguns casos, particularmente envolvendo os migrantes de número 12, 15, 17, 18 e 26, há a formação de uma rede social na migração bastante expressiva, através da qual, muitas pessoas tem se mudado para Roraima nos últimos anos e por lá permanecido. Esta rede é centralizada no imigrante de número 17, considerado o elemento-chave, tanto na migração propriamente dita, como no auxílio aos novos imigrantes. Este imigrante se apresenta como fundamental na rede social que se formou a partir de sua migração para o

estado. Sua ida para Roraima possibilitou que outros gaúchos acessassem informações acerca do estado e pudessem assim minimizar os riscos da futura mudança. O imigrante 17, dentre os citados, foi o primeiro a chegar a Roraima e convidar parentes e amigos para irem, inclusive ajudando com o pagamento de passagens e estadas para que fossem conhecer a cidade. Ademais, os auxiliou nos primeiros tempos de Roraima. Foi o típico caso de migrante bem sucedido que agiu como elemento de atração, apoiando outros para migrar. Agiu ainda como facilitador na fixação destes na mesma rede social vivida no local de origem, alimentando dessa forma um fluxo migratório para os que vieram depois. Inclusive, uma rede social laboral foi criada. Amigos e parentes juntaram-se num objetivo comum de criação de uma cooperativa de produção agrícola, que acabou tornando-se mais uma rede arregimentadora de gaúchos para Roraima. Além do mais, constituiu-se uma rede social em torno do culto às tradições gaúchas, em que o CTG se tornou o espaço de sociabilidade desta rede de amigos e parentes. Percebe-se que uma nova rede é criada a partir de afinidades em comum e cumprem papel importante na assimilação dos imigrantes no local de destino, assim como para o retorno no sentido sayadiano. Portanto, a partir do migrante 17, uma rede se constitui e resulta na vinda de amigos e parentes e até mesmo desconhecidos, que acabaram indo por intermédio de seus “convidados”. Entretanto, o migrante-chave também fora convidado por um primo que já morava em Roraima há alguns anos. Assim, conforme nossa definição, o autor veio pela rede e deu continuidade à rede. Usaremos o relato do Sr. Elias para entender sua migração e a rede social que se constitui neste processo. O relato será um tanto o quanto longo, pois acreditamos ser fundamental para o entendimento.

Eu não vim sozinho, eu, a gente começou a discutir com amigos lá a possibilidade de desbravar novas áreas. Então nós viemos em 50 famílias no grupo. Por conta própria, sem ajuda de governo, sem promessa de governo, sem ajuda de ninguém. Eu fiz parte da comissão que discutia essa migração nossa. A primeira reunião foi na minha casa, eram oito pessoas. Todas de Rodeio Bonito. Depois vieram pessoas de Panambi, Frederico, Ametista do Sul, tudo município ali da região. Eram quase todos conhecidos nossos. Eu fui o primeiro a conhecer o Piauí. Tínhamos amigos que tinham ido para o Piauí, que moram lá até hoje. A primeira viagem que eu fiz, que a gente fez, eu e mais três colegas escolhidos pela comissão foi para o Piauí, conhecer e ver a possibilidade de conseguir umas terras lá, mas não tivemos muito sucesso. Vimo muita dificuldade lá [...]. De lá fomos pro Amazonas, para Jacarecanga, Pará divisa com o Amazonas, depois perto de Porto Velho. A área era muito difícil, perto do Apuí, muito plana, alagável, difícil acesso. A gente viu muita dificuldade para fazer agricultura lá. Em três dias lá eu falei pros meus companheiros, “se vocês quiserem continuar eu vou embora”. Aí que eu decidi vir pra Roraima. Liguei para um primo que eu tenho aqui, acho que já tava aqui há uns 15 anos, e contei que eu tava no Amazonas aí ele me perguntou o que eu taria fazendo e eu disse que nós viemos vê se achávamos terra pra produzir, um monte de gaúcho querendo vir pro Norte e procurando terra pra produzir. Quando chegamos aqui fomos conversar com o secretário de desenvolvimento que mandou a gente ir no INCRA e pediu para que o senhor D.G., da Embrapa, que é conterrâneo nosso, é

gente do sul, fosse junto. E pela primeira vez as portas institucional se abriram pra nós [...] (03/01/12).

Aqui vemos uma rede formada antes da migração (rede migratória, na concepção de Soares, 2002). Segundo o senhor Elias, eles formaram um grupo de 50 famílias interessadas em deixar o Rio Grande do Sul em direção ao Norte para desbravar novas terras e produzir. Foi justamente ele que nos relatou que esta necessidade de desbravar novas terras estava no seu “sangue” italiano. Entretanto, nos contou que esta necessidade se deu pelas constantes quebras de safra que vinham ocorrendo no Rio Grande do Sul nos últimos anos em decorrência das constantes estiagens que vinham assolando aquele estado. Este é um elemento importante no tratamento das migrações contemporâneas. Os fenômenos climáticos e ambientais como condicionantes da mobilidade humana tem chamado a atenção de pesquisadores como Domenach (2011). O sr. Elias não foi o único a relatar este problema.

Formada uma rede pré-migração (ou uma rede migratória, nos termos de Soares, 2002), ele e mais três companheiros foram para o Piauí a convite de amigos que já moravam “e ainda moram” por lá. Segundo o seu relato, estes amigos o convidaram para conhecer o Piauí e verem as possibilidades de acessar terras para produzir. A rede aqui possibilitou ao nosso migrante acessar informações (in loco) acerca de um possível local de destino. A partir do convite destes amigos (rede de amizade) pôde se informar sobre a região “pretendida”. Ao chegar lá viu as dificuldades que teria no (futuro) local de destino e resolveu não ficar. A rede forneceu a informação, cumprindo o seu papel de fonte de informações para o migrante. Durante os três dias em que permaneceu por lá, viu a impossibilidade de conseguir lotes em assentamentos de reforma agrária (“só tinha terra pra vender e a gente não tinha dinheiro, a gente queria acessar um lote”), constatou as dificuldades em se conseguir água, construir um poço artesiano (que sairia, segundo o depoente, mais de 800 mil reais), dentre outros.

Ao chegar ao Amazonas, por indicação destes conhecidos do Piauí, deparou-se com dificuldades de toda ordem. Além dos problemas citados acima em sua fala, nos relatou que um dos principais impedimentos à produção no Amazonas seriam as barreiras ambientais. Relatou a necessidade de derrubar a floresta, algo que não gostariam de fazer. Conheceu novamente in loco o lugar e resolveu não ficar. Nessa sua trajetória acumulou conhecimento, acessando informações que foram adquiridas e experimentadas gradualmente, inclusive através de novos laços sociais que foram construídos ao longo do caminho. A rede cumpriu, portanto, o seu papel.

Após desistir do Piauí e do Amazonas, o sr. Elias fez contato com um primo que morava há algum tempo em Roraima. Segundo seu relato, a intenção primeira era ir visitar o

primo. Não vislumbrava a possibilidade de alcançar as terras desejadas naquele estado. Mas seu primo lhe disse que lá havia sim essa possibilidade. E, ao chegar em Roraima – sempre ele e os três companheiros – foram conversar com o secretário de desenvolvimento que lhes encaminhou ao INCRA, mas antes disso, pediu para que outro gaúcho, pesquisador da Embrapa e um pioneiro no estado os acompanhasse ao órgão. Com isso, “pela primeira vez as portas institucional se abriram para nós”. Veio pelo primo. Ficou por intermédio de outro gaúcho. A partir desta rede, formada por esse primo que era produtor rural conhecido no estado e pelo gaúcho pioneiro, vislumbrou a real oportunidade de migrar (ele e as cinquenta famílias) definitivamente para Roraima. Assim, laços de parentesco e de conterraneidade foram imprescindíveis para a ida do sr. Elias e seus companheiros. Na tipologia de Soares (2006) verifica-se aqui uma rede pessoal na migração.

As suas passagens pelo Piauí e pelo Amazonas lhe permitiram acumular informações acerca destes lugares e repassá-las aos demais pretendentes à terra. Seu conhecimento sobre estes lugares foram determinantes para o destino a ser seguido por ele e pelos demais companheiros. Continuemos com o relato do sr. Elias:

Pesquisador: Então o sr. veio parar aqui por causa do seu primo?

É que meu primo falou que a gente podia conseguir umas terras aqui. Eu tinha uma noção muito errada daqui. Só tinha ouvido falar de garimpo e área indígena. O pessoal do sul até hoje acha que a gente é louco de ter vindo pra cá, que só tem mato e índio e animal feroz. E não é verdade. Eu fui com o meu primo na propriedade dele e em mais duas propriedades que ele me levou e vi produção de arroz, milho, soja, feijão. Vi a qualidade da produção, o potencial e a diversidade da produção que permite aqui. Aí eu não tive nenhuma dúvida, eu disse, é aqui, de minha parte aqui vai ser o meu lugar (03/01/12).

Esta ida para Roraima, como nos relatou nosso informante, era inicialmente apenas para visitar o primo. Após o primo lhe informar sobre a possibilidade de conseguir terras em Roraima, é que o seu Elias resolve conhecer e avaliar a real probabilidade de migrarem para lá. As notícias que ouvia sobre Roraima tornaram este estado uma possibilidade impensável para o sr. Elias. Entretanto, mais uma vez houve uma apropriação de informações disponibilizadas pelos laços sociais de parentesco que desencadearam a migração. Esta primeira visita foi para conhecer. Mas o sr. Elias voltou algumas vezes antes de mudar “definitivamente” para Roraima. Ele nos conta que:

Aí fui embora. Isso era setembro de 2003. Em 2004 voltei aqui com a minha esposa, trouxe minha esposa para conhecer. Aí vim mais umas cinco ou seis vezes sozinho, representando esse grupo né, fazendo a intermediação com o INCRA e já em 2004 o nosso pessoal começou a vir pra cá, acessar os lotes. Mas nós só fomos assentados mesmo no final de 2005. Nós fomos ver umas terras para ser assentados lá no P.A. Nova Amazônia, na antiga fazenda Bamerindus. Aí tivemos reunião com o pessoal

da FETAG, MDA, vereadores e aí aceitaram que a gente criasse um polo de grãos no PA Nova Amazônia. Aí ganhamos lotes de uns 70, 75 hectares. E tá lá. O polo 5 é conhecido como o polo dos gaúchos. Na época vieram 52 famílias (03/01/12).

Das 52 famílias que foram para o assentamento, apenas a metade permanece nos lotes. Os demais ou voltaram para o Rio Grande do Sul ou seguiram outro caminho. Mas, segundo o relato do senhor Elias, outros gaúchos já vieram ocupar lotes neste mesmo Projeto de Assentamento (P.A.), por indicação da rede. Ele relata que:

Dessas 50 famílias do início hoje são mais de 100. Essa semana mesmo eu trouxe uma família. Tinha muita amizade no sul e acabei ajudando mesmo. Eu não digo pra virem, que aqui é bom, acho que é muita responsabilidade, a decisão é de cada um. Digo venha conhecer, eu ajudo a mostrar as coisas, vê como funciona. Até já ajudei com passagens, mas cada um decide se fica ou não. Mas graças a Deus de todos que vieram poucos não se deram bem e voltaram. Só aqueles lá do início que vieram sem conhecer pra produzir e teve muitas dificuldades. A maioria que veio se deu bem, tocando a vida adiante, tão aí. E continuam vários vindo. Hoje mesmo tinha um cara aqui dizendo que tinha umas terras a uns 90 km daqui, terra boa, com energia, pomar, tanque pra peixe, só não tinha quem tocar. Aí convidei um casal do sul pra conhecer e semana que vem eles devem estar aí (03/01/12).

Vemos a continuidade dada à rede que se iniciou com o primo do senhor Elias, mas que tomou corpo com sua ida para Roraima. Através das informações repassadas a conhecidos, amigos e parentes no Rio Grande do Sul, a rede prosseguiu expandindo-se em Roraima em direção ao sul. Na trajetória apresentada pelo senhor Elias temos a presença de uma rede social familiar e na continuidade verifica-se uma rede de amizades e conhecidos.

Passemos agora ao relato da senhora Mariana, conhecida do senhor Elias, que nos relatou assim sua trajetória:

Bom, eu nasci numa cidade chamada Rodeio Bonito, uma cidade de cinco mil habitantes. A gente morava na roça, no interior mesmo. Aí, eu tinha uns 14, 15 anos os meus pais compraram um mercadinho, colocaram na cidade, que era Rodeio Bonito. A gente mudou pra lá, teve toda a dificuldade pra estudar. Quando a gente mudou pra cidade ficou mais fácil estudar, de dar sequência aos estudos. Depois comecei a estudar na URI (Universidade da Região da Integração), que era a faculdade mais próxima, em Frederico Westphalen. Aí eu conheci o Eras., a gente se casou e resolveu sair de lá, romper com aquilo. E aí a gente foi pra uma cidade chamada Nova Hartz. Eu transferi a faculdade pra ULBRA, em Canoas. Ia e voltava, era pertinho. Aí trabalhei nove meses na fábrica de calçado Ramarim. E tava fazendo a faculdade de Pedagogia. Aí cansei daquela vida na fábrica. Depois me formei e comecei a trabalhar num projeto na escola num outro município que era do lado, o município de Araricá. Trabalhei lá até dezembro de 2006 quando pedi minha demissão pra vir pra cá. E aí o convite de vir pra cá surgiu de um convite de um cunhado do meu pai, o Elias. Tanto quando ele veio morar pra cá ele foi lá em casa e tal, e ele falou assim, “ah, larguem isso, vão pra lá, lá tem muita oportunidade, aqui vocês trabalham como professores, de manhã, de tarde e noite e lá vocês ganhariam em meio dia o que vocês ganham aqui e tal”. Aí eu e o Eras comentamos, ah, a gente tem nossa casa aqui, tem nossa estabilidade aqui e tal, o que a gente vai fazer num lugar desconhecido que a gente não sabe nem onde é que fica. Até então nem se falava em Roraima, não tinha nem observado no mapa onde ficava Roraima.

Aí nós éramos muito amigos, a Aline sempre me ligava – a esposa do Elias – ligava, “Mariana, vem pra cá, deixa disso e não sei o que”. Até que um dia eu e o Eras não, vamos lá. Aí eu vim pra conhecer. Fiquei uma semana aqui na casa do Elias. O Elias tava aqui há uns três anos e tinha vindo por intermédio de um primo dele. Aí eu fiquei uma semana aqui distribuindo currículo em tudo que era escola pública e particular. A Aline que me levava pra lá e pra cá. Aí eu voltei, a gente ficava pesquisando muito na Internet sobre Boa Vista, sobre concursos né. Daí a gente pensou, vamos ter mais um desafio na vida né. Aí 15 de janeiro de 2007 a gente veio pra cá. Eu tinha vindo em março de 2006. Então, demorou de março de 2006 até janeiro de 2007 que a gente ficou pensando, refletindo (07/01/12).

Mais uma vez a rede (pessoal) se faz presente na migração. O senhor Elias, amigo da senhora Mariana a convidou para ir a Roraima conhecer. Assim como fizera o próprio senhor Elias, ela primeiramente foi a Roraima conhecer a cidade. A rede proporcionou novamente o conhecimento in loco do pretendido local de destino. Os laços de amizade proporcionaram a ida a Roraima para visitar. Visto que, como afirma a própria depoente, nunca nem tinham ouvido falar em Roraima, nem sabiam onde ficava, a relação com o amigo da família desencadeou a ida para este estado. Como afirma Vignoli (2011), as redes possibilitam que destinos que nem apareciam como horizonte de possibilidades para o futuro migrante se tornem efetivamente novos locais de destino.

A senhora Mariana continua o seu relato da seguinte forma:

Meus pais não entendiam porque a gente vinha embora. Eu disse pra eles que não podia mais ajudar, fazer nada por eles e que lá (RR) podia ter oportunidades, ter mais recursos. E foi o que aconteceu. Aí a gente veio e um ano depois os meus pais vieram. Porque eles não tavam bem lá, não financeiramente, mas meu pai nunca gostou de mercado. Enquanto os filhos estavam próximo, ele tocava junto com meu irmão. Mas depois que todo mundo saiu de casa ele entrou em depressão. Eles sentiram a síndrome do ninho vazio, antes eles tinham um motivo pra fazer as coisas, pelos filhos. Mas depois os filhos já tinham saído de casa, tavam tudo encaminhado. Aí ele entrou em depressão.

Eu comecei a trabalhar num projeto da Secretaria de Educação e depois passei num processo seletivo do SESC e comecei a ganhar melhor. Aí teve uma super promoção de passagem aí comprei as passagens pra todo mundo de lá, pai, mãe, pra vir passear. Quando meus pais chegaram aqui aí o pai gostou muito daqui. Gostou da cidade, não é populosa, é tranquilo andar aqui, tinha muitos conhecidos aqui [...]. Aí ele, em seguida, ele veio passear em maio, em julho já ele veio. A mãe ficou lá vendendo o mercado e o pai veio. Logo depois a mãe chegou (07/01/12).

Pesquisador: E tu conheces muitos gaúchos chegando aqui nos últimos anos? E como estão estes gaúchos? Estão ficando por aqui?

Sra. Mariana:

As pessoas que eu conheço estão permanecendo, é, prosperando. Tenho assim vários conhecidos que querem voltar pro Rio Grande do Sul pra passear, e vem trazendo outro, vem irmão, vem primo, vem amigo, cada um trazendo outro, porque aqui ainda é terra de oportunidades. Aí veio meus pais, meus irmãos, tá todo mundo bem. Tão todos aqui em Boa Vista. Minha irmã é fruteira. Eles começaram sem nada

aqui, eu e o Eras, a gente ajudou muito. Aí tem os últimos que chegaram, estes que tavam aqui e acabaram de sair, tão bem. Agora tá vindo meu irmão. Eu tenho duas conhecidas que vieram de São Luiz Gonzaga (noroeste do RS) a pouco tempo e montaram um salão de beleza, tão super bem aí. E todo mundo se ajuda na medida do possível (07/01/12).

Novamente se observa a continuidade da rede social familiar na migração envolvendo a família da sra. Mariana. Após sua ida para Roraima convidou os pais para conhecerem a cidade. Seus pais, assim como fizera a própria sra. Mariana, tiveram a informação sobre o possível local de destino visitando-o antes de decidirem efetivamente sobre a mudança definitiva para Roraima. A rede possibilitou o conhecimento in loco do local para o qual havia a possibilidade de migrarem. E um dos pontos que pesaram para a ida de seus pais foi a existência de conhecidos na cidade, além dela mesma, a filha. Depois ainda convidou sua irmã que também decidiu ir morar em Boa Vista, assim como o seu irmão que estava por chegar e, através de contato que fiz após esta entrevista, soube que já se encontra na cidade.

Como afirma nossa depoente, vários gaúchos têm chegado à Boa Vista nos últimos anos trazidos por irmãos, primos, amigos, que se ajudam mutuamente na “medida do possível”. Esses laços se constituem em elemento fundamental para que os gaúchos possam enfrentar as dificuldades iniciais na nova sociedade de destino, resultando em sua adaptação e permanência neste lugar. Depois uma rede se forma nesta sociedade. E, constantemente novos membros passam a fazer parte desta rede, auto-alimentando o fluxo migratório entre o Rio Grande do Sul e Roraima. A rede se constitui por pessoas que se conheciam no Sul e por outras que passam a fazer parte das relações sociais dos imigrantes já em Roraima.

Vamos a mais um depoimento que nos ajuda a compreender o papel das redes na migração contemporânea de gaúchos para Roraima.

O senhor Jânio nos conta assim sua trajetória:

Eu trabalhei com meu pai esses anos todos, desde os 15 anos. Aí em 2006 eu acabei um relacionamento que eu tinha desde os 18 anos. Aí eu me separei e conheci minha atual esposa. Aí a gente se conheceu e ela me contou que tinha um irmão que morava em Roraima. Até então eu não sabia nem onde é que era, quer dizer, sabia onde era, mas não sabia nada daqui. A gente começou a namorar e ela me contou que tinha um irmão que tava aqui há alguns anos. Eu sei que ele serviu o Exército aqui em Manaus, dali um pouco ele veio pra cá, sabia mais ou menos como era aqui. Eu sei que dali a pouco através de um amigo que ele fez aqui, que disse, surgiu uma oportunidade aqui e assim e assado, aí ele apostou e veio pra cá. Acho que foi no ano 2000, é, 2000, 2001, não posso precisar com certeza. Daí eu sei que em 2006, através dele, ela me contou que tinha esse irmão que morava aqui e tudo o mais e ele queria muito que ela viesse pra cá. Numa dessas viagens dele pra lá a gente se conheceu lá no sul, tinha ido visitar a família e tal. Aí a gente se conheceu, ele contou daqui, e tava louco pra trazer ela pra cá. Ó, se for pra ficar perto dela eu vou. Aí a gente veio (03/01/12).

O senhor Jânio nos relata sobre sua ida para Roraima afirmando que além de motivado pela necessidade de ter sua independência em relação aos pais, foi para Roraima acompanhar a sua então namorada, atual esposa. Não fosse a existência de um irmão dela em Roraima o senhor Jânio não teria ido para este estado. Como ele mesmo afirma, não sabia nada em relação a Roraima. Seu cunhado é que foi a fonte de informações e o desencadeador da migração dele para Roraima. As motivações foram subjetivas (independência dos pais e acompanhamento da namorada), estrutural e conjuntural (desemprego, crise de emprego em seu lugar de origem), mas foi desencadeada pelo cunhado que morava em Roraima. Novamente uma relação social foi a desencadeadora da migração de um gaúcho para Roraima.

Após 10 meses em Boa Vista, ele volta para o Rio Grande do Sul, onde permanece por dois anos e retorna a Boa Vista:

Foi quando em 2009 surge a oportunidade de voltar pra cá de novo. Um casal de amigos nossos, eu sempre falava daqui né, dizia ah, me arrependo demais, queria ter ido pra lá. Aí tinha um amigo meu, eu sempre falava daqui e ele trabalhava com serralheria, ele dizia que passava muito trabalho e que realmente o sonho dele era montar um negócio pra ele. Vamo pra lá, vamo pra lá então. Eu vendi o peixe pro cara e ele comprou. Aí viemos nós dois, só depois é que as esposas vieram. Aí era diferente, eu já conhecia tudo, chegando lá eu resolvo tudo, já sei onde tenho que ir (03/01/12).

O depoente também aqui teve a oportunidade de conhecer o local para o qual migrou “definitivamente”. Diferentemente do que ocorrera com os migrantes anteriores, ele não foi conhecer para depois migrar. Já foi diretamente mudar e permaneceu lá por 10 meses. Mas, como ele mesmo relata, durante os dois anos que voltou para o sul, tinha a cabeça em Roraima. Sabia que lá estava a oportunidade de conseguir a almejada dependência dos pais e montar o seu próprio negócio. Na primeira passagem por Roraima já havia montado um negócio que estava prosperando. Por motivos particulares foi obrigado a retornar ao sul. Na sua volta, “era diferente, eu já conhecia tudo”, e este conhecimento – que fora possibilitado pela vivência anterior – permitiu remontar seu negócio e recomeçar a vida. Teve alguns percalços, mas foi ajudado pelo cunhado e por uma rede de amigos que conhecera durante sua primeira passagem pela cidade.

Além do mais, o senhor Jânio continuou a rede trazendo um amigo para montar o negócio com ele. Ele passou a ser o fornecedor da informação que possibilitou ao amigo migrar junto com ele. Conforme nos relatou, seu amigo não tinha conhecimento nenhum

sobre Roraima. Ele – o senhor Jânio – que informou ao amigo como eram as oportunidades que havia naquele estado para realizar o sonho de montar um negócio próprio.

Quando eu e ele chegamos, ele dizia, “ó cara, é tudo contigo, eu não conheço nada aqui, tu é que manja daqui”. E foi assim, arranjei o ponto, o lugar pra gente morar. Alugamos uma casa pra morar juntos. Pra que alugar duas casas? Tava começando. A gente aluga uma casa só, vai se ajudando no início. Depois de dois, três meses cada um arranja a sua. Aí ele viu que eu não tava mentindo. Mesmo depois de dois anos tinha gente que me encontrava e dizia, “ô gaúcho, por que tu fechou” e tal (03/01/12).

O próximo depoimento, do senhor Henrique, 48 anos, mecânico, residente em Roraima desde 2009, nos ajuda ainda a entender o papel das redes na migração gaúcha.

Eu vim parar aqui em 2004, 2005 eu não me lembro bem, acho que foi em 2005. Eu vim passar umas férias aqui. O Natal e o ano novo, vim passar com minha sobrinha, que é filha do meu irmão mais velho (05/01/12).

Pesquisador: Como tua sobrinha veio parar aqui?

Ela veio parar aqui. Ela, ela era bem jovem e conhecia muito de informática, era uma coisa que tava começando no Brasil. Aí ela recebeu, ela tinha terminado o segundo grau e ela recebeu uma proposta pra trabalhar em Rondônia e ela foi pra vê se era interessante. Chegando lá ela encontrou um colega de curso e esse colega disse: tem uma oportunidade boa em Boa Vista e eu tô indo pra lá. E ela jovem, “vou lá pra ver” e veio. Isso tem mais ou menos uns 20, 22 anos. Aí ela veio pra cá (05/01/12).

Pesquisador: Mas e como tu viesse parar definitivamente aqui?

Pois é. Aí ela e o C., dono da Tin. Aí eles namoraram, casaram. Ele já tinha uns negócios na cidade e foram construindo as coisas juntos e foi através deles que eu vim parar aqui, porque daí quando eu vim passar essas férias na casa deles, eles viviam me ligando e isso e aquilo. Eu tenho uma ligação muito forte com ela, por ser a filha do meu irmão mais velho e por ser a primeira sobrinha, a primeira neta dos meus pais. Aí acabei vindo os visitar aqui. Eu gostei daqui. Gostei do que vi, mas não levei nada muito em consideração. Comentei com um irmão meu, mas também nada sério. Um dia meu irmão me ligou e perguntou, tá em casa? Eu digo tô. Vem pro aeroporto agora diz ele, nunca me esqueço. Tô aqui. Tem promoção de passagem para Boa Vista, ida e volta 500 reais. “Vai lá vê os negócios que tu queria”. Isso foi quatro meses depois que eu voltei daquela viagem de férias. Aí no impulso eu disse, tô indo aí, fui no aeroporto e comprei passagem. Não fosse pelo meu irmão eu nem ia saber, acho que nem tinha vindo pra cá, parado por aqui. Aí lá por maio, junho de 2005 eu vim pra cá, vim sozinho, fiquei uns 15 dias. Aí percebi que tava faltando uma oficina boa aqui na cidade, falei com as pessoas, fui nas oficinas, pesquisei, conversei com motorista de taxi, com as pessoas na rua. Eu voltei para Porto Alegre, falei pra minha esposa que aqui podia ser bom e tal. Aí fiquei uns dois anos projetando, mas não tava assim, fazendo esforço para vir, tava deixando as coisas acontecerem. Aí resolvemos, eu e minha esposa decidimos, tá na hora, a gente vai ou não vai. Uma mudança dessa, uma família tradicional, muito grande, minha mãe ainda é viva, é muito difícil. Mas precisava de um desafio. Tava ávido por fazer algo novo, por conquistar um território novo. Aí a gente resolveu, vamos embora. Eu não tive muitos problemas quando cheguei aqui. Fui muito bem auxiliado por aquela minha sobrinha. Claro que eu tive medo, é normal. Mas fui

muito ajudado pela minha sobrinha. O C., marido dela, me ajudou bastante. Também tenho um irmão que mora aqui, que veio um pouco antes de mim. O que desencadeou minha mudança foi a minha própria mentalidade e aquela minha sobrinha. Uma das conversas que a gente teve em Porto Alegre ela disse, “se tu quiser mesmo ir, encaminha tuas coisas aí que eu te dou o maior apoio lá, o que eu puder te ajudar quando você chegar”. Esse prédio aqui (a oficina) inclusive é deles, aí ele me emprestou esse prédio para montar logo a oficina. Podia alugar logo, mas aí você tem mais coisa para arriscar (05/01/12).

Pesquisador: E tu trouxeste mais alguém do sul pra cá?

Sim, sim. Tu vê, inclusive hoje um cara que eu conheço lá de Porto Alegre chegou aqui hoje pra trabalhar comigo. É um excelente profissional. Vai fazer a diferença aqui. Tenho um sobrinho querendo vir também, deve vir ainda esse ano. Chegou hoje aquele amigo que falei. Tem mais um amigo que deve tá chegando (05/01/12).

Novamente a rede desencadeou a migração de mais um gaúcho para Roraima. O futuro migrante teve a oportunidade de conhecer in loco o futuro local de residência. Foi a Roraima visitar uma sobrinha que morava há mais de 20 anos – que chegou lá por intermédio de um amigo - e gostou da cidade. Alguns meses depois retornou para pesquisar sobre a real possibilidade de montar seu próprio negócio naquele lugar. A rede possibilitou acessar as informações necessárias para uma futura migração para Roraima. Após analisar a possibilidade real de mudar para Boa Vista, ele e a esposa, após mais de quatro anos resolveram migrar. Foi uma decisão familiar. Também recebeu ajuda da sobrinha e do marido dela. O senhor Henrique afirma que aquilo que a sobrinha havia lhe falado a respeito do apoio que daria na sua possível ida para Roraima foi o que faltava para ele decidir migrar para Boa Vista. Portanto, uma rede familiar se fez presente nesta migração. Também aqui a migração possibilitou uma reunião familiar, haja visto que seu irmão que também morava no Rio Grande do Sul já havia mudado para Boa Vista. O migrante ainda deu continuidade à rede, trazendo amigos para trabalhar com ele. E, segundo seu relato, mais um amigo e um sobrinho devem chegar a Roraima ainda em 2012. Migrações que são desencadeadas a partir de redes sociais que acabam se expandindo na sociedade de destino. Uma rede de pequena capilaridade acaba se tornando uma rede extensa, de maior alcance.

Nosso entrevistado de número 9, 27 anos, natural de Porto Alegre, residente em Roraima desde 2006 conta sobre sua ida para o estado de Roraima:

Trabalhava pra faculdade e fazia uma cadeira. Aí nessa faculdade a gente conheceu um aluno que ele tinha três irmãos que faziam odontologia também. Aí um certo dia eles lá no consultório, no nosso laboratório, falando da vida deles né, um formado já e o outro na expectativa de ir embora e ele era amigo de uma família famosa daqui, os Quart., plantadores de arroz. Ele se formou e veio embora. Assim que ele se formou e veio embora ele começou a dizer, nos chamar, vocês tem que vir embora pra cá, tem bastante oportunidade. Aí a gente (ele e um amigo) veio, ficou uma

semana aqui, visitamos um monte de cliente, um monte de dentista que esse conhecido nosso nos apresentou. Todos nos apoiaram, que o mercado era bom mesmo. Voltamo pro Rio Grande do Sul e em um mês arrumamo as nossas coisas, botamo tudo no caminhão da mudança, pegamo o avião e se mandamo pra cá (21/12/11).

Aqui a decisão se deu de forma coletiva, entre ele e o seu sócio no Rio Grande do Sul. Os dois tomaram a decisão conjunta de mudarem para Boa Vista. Também através de uma rede tiveram a oportunidade de primeiramente conhecer o futuro local de residência. Depois de terem as informações sobre o mercado local e as possibilidades de trabalho em Roraima e o valor da faculdade, os dois decidiram migrar para Boa Vista. Aqui visualizamos não apenas uma rede de amizades, mas uma rede laboral, de pessoas do mesmo ramo de atividade profissional que exerciam no seu local de origem. Foram convidados por um amigo para conhecerem Roraima e foram informados sobre o mercado pelas pessoas que exerciam profissões afins. Como relata, “todos nos apoiaram”. Como nos relatou, sua ida para Roraima se deu principalmente em função dos estudos. Através da informação recebida dos amigos sobre o valor da faculdade em Boa Vista ele (e o amigo) decidiram mudar. A rede de amizade permitiu o acesso à informação que desencadeou sua migração para Boa Vista.

O senhor Vitório, residindo desde 2002 em Boa Vista conta o que ele mesmo chama de saga em direção a Roraima:

O pai plantou 180 e eu plantei 100 quadras de arroz. É o que eu digo, aquela lavoura foi o meu passaporte pra Roraima. Nós já tava arrumando as máquinas pra colher, não tinha erro. Quando eu tô voltando da cidade, peguei uma bomba d'água e quando veio uma chuva de pedra. Chê³⁰, derrubou tudo, eu perdi toda a lavoura, perdi tudo. Perdi tudo que eu tinha e o que eu não tinha. Aquele dia eu chorei velho, tu não sabe o que é um homem desesperado [...]. A mãe passou um rádio pra mim e eu liguei. Era o Paulo Borin, eu já tinha feito uns trabalhos pra ele e ele ligou pra mãe querendo saber onde eu andava. Aí o Paulo Borin me liga e disse, chê, vamo pra Roraima comigo? Eu pensei, Roraima, deve ser uma cidadezinha ali, logo ali pra Santa Catarina, pensei assim na hora né. Eu disse, tchê Paulo. Eu digo eu vô, tô quebrado mesmo, tenho que pagar as contas. Aí fui conversar com ele. Ele me ofereceu dois mil reais na época e disse “tu vai pra lá, se tu não gostar pega o avião e volta”. Aí falei com o Edilson, meu irmão, eu falei pra ele que o Paulo Borin tinha me convidado pra plantar 1000 hectares de arroz em Roraima. Aí o Edilson disse assim, “Roraima, tu sabe onde é que fica?” Eu disse, deve ser uma cidadezinha aí pra onde, perto de Santa Maria, por ali, Santa Catarina, Mato Grosso. Pra que lado será? O negão olhou pra mim e disse, “isso é lá pra Roraima rapaz, tu é doido, lá do outro lado do Brasil”. Aí eu disse, “tu é doido é, tu acha que o gordo vai querer que eu atravesse o Brasil, leve oito carretão de máquina pra atravessar o Brasil?” Não é que era mesmo chê? (11/01/12)

De novo a condicionante climática aparece como fator expulsor. Foi pela chuva de pedra que o senhor Vitor se viu endividado, resultando na sua mobilidade geográfica.

³⁰ Chê ou tchê. Interjeição usada corriqueiramente pelos gaúchos das regiões fronteiriças.

Contudo, em mais esta trajetória encontramos a presença de uma rede social de amizade na migração para Roraima. A fala do senhor Vitório enfatizando não saber nem onde ficava Roraima ratifica a ideia da centralidade da rede social na migração. O motivo de sua mudança foi financeiro, mas a ida para Roraima se deu em função única e exclusivamente do convite de seu amigo. Depois leva seus pais, um irmão e dois conhecidos para Roraima. Assim, o senhor Vitor dá continuidade a rede de migração gaúcha.

Por fim, o senhor Paolo relata sua ida para Boa Vista:

Começa por aí, pelo curso que meu pai fez e pela profissão que ele escolheu. Porque ele tinha um amigo dele que é advogado, que advogava aqui em Boa Vista pros arroteiros que tavam lá na Raposa Serra do Sol, né. Então, esse advogado já era conhecido do pai de longa data, de muitos e muitos anos. Então uma vez comentando de um processo, se encontraram e conversavam sobre Roraima, que tinha oportunidade e tal. Mas enfim, se encontraram e ele comentou de Roraima, isso foi no início de 2005. Aí na metade de 2005 se encontraram de novo e ele fez a proposta de vim pra cá e trabalhar com esse advogado. Aí ele fez a proposta, esse advogado e foi pra lá e disse pro pai voltar com ele pra cá, isso no final de 2005, pra advogar. O pai veio em novembro de 2005. Em fevereiro de 2006 a gente vendeu tudo que tinha dentro de casa lá e viemos pra cá toda a família. Hoje tenho meu trabalho aqui, minha vida. Não dependo de ninguém (18/12/11).

O senhor Paolo conta que o motivo para a migração de sua família para Roraima ocorreu por questões financeiras, mas somente em função do convite de um amigo a seu pai é que vão se dirigir para este estado. Diz que nunca houve a intenção da família em ir pra Roraima, que não sabiam nada sobre o estado. Só após o convite do amigo que vislumbraram essa oportunidade, que acabou se concretizando. Assim, no caso do senhor Paolo e de sua família (pai, mãe e irmã) a rede de amizade é que despertou a migração para Boa Vista.

Em suma, os relatos apresentados apontam o papel central das redes sociais, seja de amizade, seja de parentesco, no ato migratório dos migrantes gaúchos que se deslocaram para Roraima. Temos relatos inclusive de pessoas que não sabiam nada sobre Roraima, nem mesmo sabiam onde se localizava. Somente a partir das redes sociais (de parentesco e amizades) é que “descobriram” o estado de Roraima.

Também essas redes tiveram papel fundamental por permitirem a muitos de nossos migrantes conhecerem in loco o estado desconhecido. As informações recebidas puderam ser efetivamente conferidas quando de suas visitas a Boa Vista, reduzindo ou até mesmo dirimindo os riscos do desconhecido. Assim, permitiram a migração destes gaúchos para Boa Vista. Como dito, não se buscou mostrar quais tipos de redes foram mais importantes – familiares ou de amizade – e sim, demonstrar o papel central que elas tiveram na migração.

6.2.2 As redes sociais na adaptação dos gaúchos contemporâneos em Roraima

Assim como fizemos na seção anterior, em que se procurou mostrar o papel das redes sociais na migração, nesta seção o objetivo é demonstrar a relevância das redes na adaptação e retenção dos gaúchos em Roraima.

As motivações que levaram os gaúchos a se deslocarem para Boa Vista foram várias, desencadeadas pelas redes sociais. Os motivos que fazem com que os migrantes permaneçam na cidade também são vários, mas entendemos que da mesma forma que ocorre com o ato migratório em si, as redes sociais são fundamentais para a manutenção dos imigrantes gaúchos em Roraima.

Em resumo, podemos afirmar que os motivos da permanência dos imigrantes gaúchos em Boa Vista se inserem no mesmo rol de motivações que fazem as pessoas se deslocarem, isto é, motivos estruturais, conjunturais e subjetivos (ou individuais). A falta dos motivos acionados pelos oriundos da região metropolitana de Porto Alegre para a sua emigração, como violência, trânsito, distâncias, são justamente pontos que os fazem permanecer em Boa Vista. Sem dúvida uma cidade do porte de Boa Vista (cerca de 300 mil habitantes) não está totalmente incólume a estes problemas, mas nada comparado aos níveis encontrados em uma região com quatro milhões de habitantes.

As motivações referentes à educação, como falamos, apareceram na fala de muitos de nossos entrevistados. Seja para si próprio ou para seus filhos, a possibilidade de acessar mais facilmente o nível superior de ensino foi um ponto bastante lembrado pelos nossos entrevistados. Também a presença próxima à família foi dito por outros de nossos entrevistados. Poder estar mais próximo dos filhos, acompanhar de perto o crescimento deles, são fatores que fazem alguns dos nossos gaúchos permanecerem em Roraima. Como nos lembram Mougeot (1986) e Aragón (1986) a retenção migratória está relacionada com a estrutura socioeconômica do lugar e com as características dos indivíduos envolvidos, isto é, os próprio migrantes.

O motivo da permanência dito por boa parte dos migrantes foi o financeiro. Apenas dois dos nossos entrevistados relataram estar pior financeiramente em Roraima. Contudo, esses dois residiam em outro local que não o Rio Grande do Sul antes de sua ida para aquele estado. Todos que tinham como último local de residência o Rio Grande do Sul afirmaram estar financeiramente melhores em Roraima do que no sul. Ainda que a migração para Roraima não fosse uma necessidade de sobrevivência, a ascensão financeira foi fundamental para a permanência destes gaúchos no estado. Entretanto, como afirmaram alguns de nossos

entrevistados, muitos gaúchos já haviam cumprido sua “missão” financeira em Roraima e tinham ido embora. Para aqueles que não fizeram esse nova emigração, a ascensão econômica conseguida em Boa Vista se tornou a razão para que permaneçam na cidade. Mas não a ascensão financeira por si só, mas o que ela representa e representou para estes imigrantes. Aqueles que queriam a independência dos pais, conseguiram. Os que buscavam poder pagar sua faculdade conseguiram. Alguns dos nossos entrevistados chegaram a afirmar que só foram conhecer cidades turísticas do próprio Rio Grande do Sul depois de conseguirem ganhar dinheiro em Roraima. Mas as redes tiveram um papel preponderante na adaptação destes migrantes, contribuindo para a permanência dos mesmos na cidade de Boa Vista. Até mesmo como fator principal da permanência de migrantes bem sucedidos financeiramente na cidade. Como demonstram alguns de nossos relatos, mesmo bem financeiramente, a existência das redes foi o fator preponderante na permanência dos migrantes em solo roraimense. Novamente usamos o relato do senhor Paolo.

Eu me relaciono quase exclusivamente com as pessoas que vem do sul. Com as outras eu vejo uma certa, não é preconceito, é uma certa diferença, e quando as diferenças são muito grandes, acaba gerando algum tipo de diferença de ideia, de conflito. Eu vou bastante no CTG, meus amigos que são quase que exclusivamente lá do Rio Grande. A minha vida social aqui em Boa Vista gira em torno do CTG, cultivar as tradições, o tradicionalismo, e aqueles programas de jovens, ir pra boate, pra balada, pro bar, sai com os amigos e a maioria é lá do Rio Grande, como falei. Claro que comparado ao número de amigos que tenho lá no sul aqui eu tenho poucos. Mas a gente tem uma turma boa, todos gaúchos. A gente tem esse nosso compromisso de final de domingo a noite tomar chimarrão com os amigos, é um chimarrão, uma conversa, a gente tá aqui todo o domingo (18/12/11).

Aqui uma rede de amigos se constituiu em torno de características comuns, particularmente ligadas à conterraneidade e também relacionadas com a idade dos imigrantes. Pude participar dessas rodas de chimarrão em pelo menos cinco domingos e ficou muito claro que essa rede foi se constituindo aos poucos, agregando cada vez mais gaúchos que chegavam à Boa Vista. Esta rede é constituída de amigos exclusivamente gaúchos, que tem a conterraneidade e os comportamentos em comum como o amálgama responsável pela sua manutenção. Assim discorre o senhor Paolo sobre suas relações sociais e dificuldades de interação social e a formação dessa rede de amigos gaúchos em Boa Vista.

Aqui, como eu te disse, as pessoas são muito diferentes da gente. Por isso é que a gente acaba se relacionando mesmo é com os gaúchos como nós. Eu vejo muito aqui essa coisa das pessoas querer passar os outros pra trás, de enganar. Por isso que quando nas empresas tem um gaúcho em cargos de gerência ele busca se cercar de pessoas do sul, por afinidade, por saber desse maior compromisso. É uma palavra bem creditada aos gaúchos, é o compromisso, compromisso com o trabalho, compromisso com a família. Aqui as pessoas não tem palavra, não tem compromisso. Eu não gosto disso. Gaúcho tem palavra, o que foi dito foi dito e não

tem que dizer que não disse. Por isso é que os nossos amigos são todos do sul. Somos todos amigos de verdade. (18/12/11).

A rede social formada por amigos se constituiu na sociedade de destino. A maioria dos componentes desta rede não tinha ligação entre si no Rio Grande do Sul. Ela surge com a necessidade de poder sentir-se no Rio Grande do Sul, com pessoas que desfrutassem das mesmas tradições e comportamentos que os depoentes dizem esperar de um gaúcho, como seriedade, compromisso, comprometimento, honestidade e amor ao lugar de origem.

Esta rede é fundamental para a adaptação destes gaúchos em Roraima, pois nela estes imigrantes mantêm os costumes que para eles são cruciais para o seu “sucesso” na cidade de Boa Vista. Os costumes aos quais nos referimos diz respeito àquilo que os próprios migrantes consideram como características intrínsecas ao gaúcho: a seriedade, o respeito, o compromisso, a ética, o trabalho, etc. Para estes migrantes essas características são as principais responsáveis pelos seus êxitos no mercado de trabalho boa-vistense. A rede permite aos migrantes manterem estes traços que são, segundo eles, o grande trunfo dos gaúchos na sociedade roraimense. Este perfil do gaúcho se sobressai perante os demais e faz com que sejam amplamente reconhecidos na sociedade local. A maioria dos entrevistados relatou que o fato de serem gaúchos representou um ponto altamente positivo para suas respectivas inserções no mercado de trabalho local. Segundo os próprios depoentes, a visão que a sociedade tem acerca dos atributos do gaúcho facilitou enormemente a entrada destes migrantes no mercado de trabalho. E as redes são vitais para isso. Tanto na apresentação dos migrantes mais novos pelos mais antigos em possíveis locais de trabalho como na manutenção destes costumes no seu dia a dia. Na percepção dos entrevistados, no próprio local de trabalho os gaúchos se aproximam e acabam se destacando, sendo suas ações pautadas nesse comportamento “característico do gaúcho”. No ambiente externo ao do trabalho as redes permanecem pautadas por estas características, ajudando a manter a visão que a sociedade local tem sobre o gaúcho.

Com isso ocorre uma “rede de percepção sobre o gaúcho”. A informação é passada através das distintas relações sociais que se dão no interior do mercado de trabalho local e da sociedade roraimense como um todo. Estes valores que são tomados pelos migrantes como característica essencial do gaúcho são transmitidos através de suas redes de contato moldando um tipo de ser social reconhecidamente trabalhador na sociedade local³¹.

Pesquisador: E o que te faz permanecer em Roraima?

³¹ Sabemos da importância de termos entrevistados não gaúchos para entendermos a percepção destes acerca dos gaúchos. Entretanto, por diversas limitações não pudemos realizar estas entrevistas. Assim, as afirmações se referem à percepção que os gaúchos têm (fazem) sobre si mesmos, e que a utilizam em seu próprio benefício.

Ah, hoje tudo. Toda minha vida tá aqui, meus amigos, minha família, minha profissão, a faculdade. Aí ó, todo domingo a gente se reúne aqui na praça pra tomar um mate. É sempre isso, sempre tem uma meia dúzia de gaúcho aqui. E sempre aparece mais gente. Tu, por exemplo, já é a terceira ou quarta vez que tu vens aqui. Já é mais um aqui na nossa comunidade de gaúchos. Então hoje a minha vida tá aqui. Acho que vou ter que ir embora no final do ano que vem (2012) pra fazer meu mestrado porque aqui não tem na minha área. Mas se tivesse eu provavelmente não iria. Não tenho o desejo, tenho a necessidade de sair. Eu gosto daqui. Tenho amigos de verdade aqui, tenho minha família por aqui também. Hoje eu tenho tudo que preciso aqui. Se um dia eu for embora eu vou sentir saudade daqui, dos meus amigos daqui (18/12/11).

Vemos pela fala do senhor Paolo que a rede de amizades e a rede familiar são elementos chave para a adaptação e mesmo a permanência dele em Roraima. Não fosse pela necessidade de sair o senhor Paulo permaneceria em Boa Vista, pois sua família e seus amigos estão nesta cidade.

Outro depoimento, agora do senhor Leonel, nos ajuda a entender o papel das redes sociais (familiar) na permanência dele em Roraima:

Eu já tô meio enjoado daqui. Isso aqui não tem jeito não. Mas eu tenho dois irmãos por aqui. Tenho também cinco sobrinhos. A minha sobrinha tem menos de dois anos. Eu quero ver ela crescer (10/01/12).

Aqui fica claro o quanto esta rede familiar é importante na permanência do senhor Leonel em Roraima. Esta rede que se iniciou no seu lugar de origem e que foi ampliada com a chegada e nascimentos dos seus sobrinhos. Este migrante veio convidado pela irmã que se encontrava em Roraima desde a década de 1990 e por causa dela, de outro irmão e, sobretudo pelos sobrinhos ele permanece em Boa Vista. “Se não fosse por isso eu acho que já teria ido embora pro Maranhão”.

Já o senhor Elias narra que:

No primeiro ano as dificuldades foram muito grandes. E ainda aconteceu de meu irmão, que era sócio lá no sul faleceu de câncer. Eu só não fui embora por causa desse nosso grupo. Além da gente ter um projeto junto, ter vindo junto, eu me sentia responsável por eles. Se não fosse por eles acho que eu tinha voltado. Não fiz muito por eles, mas sempre tive a frente na batalha para conseguir as coisas no INCRA, a documentação no INCRA. Eu era visto como o líder do grupo. Me senti na obrigação de permanecer. Mesmo passando por tudo o que passamos eu acho que valeu a pena. Nunca me arrependi (03/01/12).

O depoimento do senhor Elias demonstra como a rede de amizades, com pessoas que tinham um objetivo comum, um projeto em comum, foi fator preponderante na permanência dele em Roraima.

O senhor João nos conta que

Apesar das saudades e das dificuldades financeiras eu gosto daqui. Se eu tivesse dinheiro, acho que voltava pro Rio Grande do Sul. Talvez não. Mas poderia. Não tenho dinheiro e na idade que tenho não posso começar do zero. Mas aqui é bom, não tenho vontade de ir embora. Só pela minha mulher, que voltou pra lá, não gostou daqui. E pela saudade da minha terra. *Mas não tenho a intenção de voltar*, fiz muitos amigos aqui. Temos nosso piquete lá no CTG, lá todo mundo é gaúcho mesmo, mantém a tradição. Assamos uma carne, tomamos um mate, uma cerveja, proseamos. É bom. *Mas o que eu acho que me segura mais aqui mesmo é a Maçonaria*. A nossa loja inclusive se chama Bento Gonçalves. Quando foi criada tinha muito gaúcho, hoje nem tanto. Acho que é o que principalmente me segura aqui mesmo. Mas tenho dois filhos aqui também, que vieram depois de mim. Um filho e uma filha. Eles tão bem. Minha filha trabalha na área financeira de um sindicato e meu filho é fotógrafo profissional (05/11/11).

Depois, nosso migrante trouxe filhos e esposa. A esposa e um dos filhos retornaram, entretanto, dois deles permaneceram em Roraima, próximo ao pai. Esta rede é um ponto fundamental na manutenção deste imigrante em Boa Vista. Aqui ocorre mais uma vez a existência de uma rede de parentesco, tanto na migração propriamente dita, como na retenção do migrante no local de destino. Também o CTG e, particularmente o piquete³² formado lá dentro por uma rede de amigos torna-se fundamental para a permanência em Roraima, tal como a Maçonaria, que no seu início “tinha muito gaúcho”.

Assim nos conta a senhora Mariana sobre sua permanência em Roraima:

Hoje a família tá toda aqui. E temos muitos amigos gaúchos aqui. Hoje não tem porque ir embora daqui. Temos estabilidade financeira aqui, a família tá toda aqui, temos uma turma de gaúchos muito grande aqui. Se meus pais não tivessem vindo pra cá eu poderia pensar em voltar. Isso sim poderia me fazer ir embora daqui. Mas como eles vieram, não tenho nenhum motivo pra voltar (07/01/12).

Uma rede familiar se constituiu aí, ou se reconstituiu. Os pais e os filhos haviam se separado no Rio Grande do Sul. Antes da ida da sra. Mariana para Roraima, sua irmã e seu irmão moravam em outros municípios. Agora, toda a família estava novamente reunida. Não há porque ir embora. A migração possibilitou o reencontro da família, reconstruindo uma rede familiar em Roraima.

Todos os relatos apresentados anteriormente têm em comum ou relações de parentesco e amizades que já existiam antes da migração propriamente dita ou laços de conterraneidade. Mas outros laços que formam redes sociais na migração originam-se da própria condição de migrante, não necessariamente ligadas a conterraneidade. Neste sentido é esclarecedor o depoimento do senhor Renato. Mesmo admitindo claramente que sua permanência em Boa Vista se dá fundamentalmente em função da chegada de seu irmão do

³² Aqui a expressão é utilizada no sentido de um grupo de pessoas que se reúnem por afinidades e interesses em comum.

Rio Grande do Sul e a intenção de auxiliá-lo e a maior proximidade com os gaúchos em Boa Vista, ele nos conta que:

Em relação à amizade cara, eu vou te falar que durante esses cinco anos meus, meus melhores amigos e meus amigos que eu fiz aqui, não são daqui, são de fora, ou do Rio de Janeiro ou do próprio Rio Grande do Sul ou vieram de outras cidade. Agora, tenho muitos amigos aqui, boa parte gaúcho, mas também carioca, mineiro, colegas de faculdade, do Rio, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, que também vieram em busca disso né. Pessoas que tem afinidades, que vieram pra cá com os mesmos objetivos. Claro que a gente se aproxima muito dos gaúchos, a gente tem mais coisas em comum. É normal. Se tiver um churrasco aqui em casa, se tiver dez pessoas, seis ou sete são gaúchos. Isso também é bom para diminuir a saudade. Mas vai ter mineiro, carioca, paulista também. São os meus amigos aqui (21/12/11).

Esta rede se forma pós-migração a partir de afinidades e necessidades em comum. São pessoas que foram para Roraima com os mesmos objetivos de vida e isso as tornou próximas, independentemente de suas regiões de origem. Segundo nosso depoente são pessoas que foram para Boa Vista com os mesmos objetivos, por isso a formação de laços de amizade fortes na cidade. A tentativa de construção de novas redes sociais no novo espaço aproximou pessoas que tinham a mesma história, no sentido de terem saído dos seus locais de origem e se dirigido para outro lugar com os mesmos objetivos de vida. Todos deixaram seus locais de procedência e foram morar em Roraima almejando os mesmos propósitos e neste local construíram uma rede de amizades e de trabalho em torno desses objetivos. E estas afinidades foram responsáveis pela criação da rede que transcendeu o âmbito do universo laboral dos migrantes.

Seguindo o seu depoimento, o senhor Renato relata que:

Eu me formei agora no meio do ano. Eu tava com uma ideia de voltar, mas quando eu tava me formando, um irmão meu veio me visitar aí ele fez um concurso público aqui e passou. Como eu fiquei muito sozinho aqui, eu sei que é difícil. Eu quero ficar para ajudar, pra dar uma força pra ele. E ele é uma companhia pra mim também. Quando ele chegou aqui, pô, agora eu vou ter uma companhia e o mercado é melhor pra mim. Então eu acho que vou permanecer aqui, já que vou ter uma companhia, um irmão meu. Vai diminuir essa saudade né, já que esse meu outro amigo voltou pro Rio Grande do Sul, pegou e foi embora, se formou e foi embora. O que faz eu permanecer aqui ainda é esse meu irmão que tá trabalhando, a minha especialização, é isso (21/12/11).

Aqui novamente a presença de um laço familiar é fator preponderante para a permanência do migrante em Roraima. A ida do irmão para Roraima tornou-se ainda um elemento auxiliar na amenização da saudade da família que permaneceu no Rio Grande do Sul. Houve a reconstituição de uma rede familiar após a migração, permitindo amenizar as saudades do lugar de origem.

O senhor Oswaldo conta que:

Eu cheguei aqui e fui morar na casa da minha tia. Eu vim pra cá e não tinha emprego. Demorei um mês e pouco pra conseguir trabalho. Durante esse período eu morei na casa dela. No início foi difícil, mas ela me ajudou. Eu não tinha dinheiro pra pagar aluguel. Só depois que consegui emprego é que pude sair de lá e alugar um canto pra mim (12/12/11).

Já o senhor Vander, 29 anos, residente desde 2008 em Roraima, comerciante e produtor rural, nos conta que:

Nós tinha casa própria, não pagava aluguel. Aí fomos morar na casa da minha cunhada, morar de favor, meu cunhado e minha cunhada são muito gente boa, acolheu todos da família que passam ficam morando na casa deles até se estruturar. Foi assim com meu sogro, com a gente. A gente sempre se ajuda, quando puder ajudar a gente ajuda. O Elias também acolhe, quem vem lá do sul ele acolhe, tá meu primo, meu irmão (13/01/12).

E continua:

Nossa relação social aqui em Boa Vista é mais com o pessoal do sul mesmo sabe. O CTG também que a gente ia lá, os amigo, e o pessoal que veio de lá mesmo. E todo domingo a gente se reúne pra fazer um churrasco. Fechemo 1 hora aqui e aí se reunimo na casa de algum conhecido que veio de lá também. Aí a gente tem uma relação mais com o pessoal do sul mesmo sabe. Temos amigos daqui também, a gente sempre convida pros churrasco. Tem uns macuxi já meio gaúcho até (risos). Hoje temos uma família toda aqui, meu irmão tá aqui, meus sogros, minha cunhada. Meu primo também. Tem lá a turma do Elias. Temo muito amigos gaúchos aí. A gente vai no CTG pra matar as saudades de casa. Eu sempre fui ligado nas tradições, cavalgada, toda semana tinha cavalgada. A gente fazia todo domingo as cavalgada, todo pilchado³³. Nós tinha lá um grupo bem tradicionalista mesmo. O CTG é bom pra matar a saudade de casa (13/01/12).

Aqui vemos a presença de uma rede de parentesco e de amizade na adaptação dos novos migrantes em Boa Vista. Ao chegarem à cidade, os migrantes (sr. Vander e esposa) foram acolhidos pela cunhada em sua residência, assim como todos os membros da família que acabaram indo residir em Roraima. O senhor Vander deu continuidade a rede trazendo posteriormente o irmão e um primo, aumentando em Boa Vista a rede social de parentesco já constituída pela cunhada e seu marido e pelos seus sogros. Os laços de amizade na adaptação se verificam pelo senhor Elias que “acolhe todo mundo”. As relações sociais de caráter mais próximo se dão quase que exclusivamente com os conterrâneos. A necessidade de retorno no sentido sayadiano aproxima os gaúchos que, além das reuniões semanais onde voltam às suas origens, tem no CTG um espaço de sociabilidade que permite “matar a saudade de casa”. Cria-se no local de destino, além de uma rede de parentesco (formada por irmãos, primos,

³³ Pilcha é a indumentária tradicional do gaúcho tradicionalista, formada pela bombacha, guaiaca, chiripá, chapéu de barbicacho, etc. Quando se está vestido com estas vestimentas se diz que está pilchado.

cunhados, pais, sogros) uma rede social de conterraneidade que auxilia no retorno às origens. Nesta rede inclusive alguns naturais passam a fazer parte dela a partir de um convívio mais próximo com os migrantes gaúchos, como relatou o depoente ao falar sobre os macuxis³⁴ que “já são meio gaúchos”. Assim como os gaúchos necessitam ser incorporados à sociedade local moldando-se de alguma forma aos costumes locais, os naturais também acabam incorporando o habitus dos migrantes com os quais mantem uma rede de amizades.

Estas redes sociais que se formam ou se reconstroem em Roraima, sejam elas de parentesco ou de amizade são fundamentais para a adaptação dos migrantes gaúchos em solo roraimense e sua futura permanência no Estado. O CTG Nova Querência é, para muitos deles, o espaço da sociabilidade gaúcha por excelência, tornando-se referência na manutenção da tradição gaúcha no estado de Roraima. E por isso, é parte importante numa rede social que é crucial para a (sobre)vivência num local de costumes e tradições tão distintas dos seus locais de origem.

Essas redes passam a receber constantemente novos elementos através dos recorrentes convites para que novos gaúchos se transfiram para Roraima. Este constante chamamento de amigos e parentes auto-alimenta a rede que proporciona a continuidade da corrente migratória. Na nossa pesquisa constatamos que dos 28 entrevistados, 11 deles acabaram sendo responsáveis pela ida definitiva de outros gaúchos para Roraima. Alguns deles (03) se pode dizer que começaram uma rede, pois não foram convidados por ninguém mas após lograrem êxito na cidade convidaram amigos e parentes para se mudarem também. E, muito provavelmente esta rede continuará, pois todos afirmaram que as pessoas “trazidas” por eles progrediram e “hoje estão bem aqui em Roraima”.

Dos 28 entrevistados, apenas seis deles não apresentavam amigos ou parentes em Roraima que teriam os convidado para conhecer/residir no estado. Entretanto, três deles eram ligados a instituições que forneceram a informação sobre este lugar e, a partir do conhecimento que tiveram sobre as possibilidades de ascensão profissional resolveram migrar para Roraima. Portanto, também uma rede social está presente nesta migração. Como dito, entendemos as redes sociais, nos moldes de Barnes, que as define como um conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos. Ou como afirma Weber (2002), um conjunto de pessoas, organizações ou instituições sociais que estão conectadas por algum tipo de relação, sejam elas de amizade, parentesco ou pertencimento. Assim, os gaúchos que não tinham amigos ou parentes em Roraima possuíam obviamente

³⁴ Como é chamado popularmente o roraimense.

relações sociais no âmbito de suas instituições que acabaram por desencadear a migração para este estado.

Da mesma forma as redes de amizade, pertencimento e até mesmo de parentesco que se construíram e reconstruíram em Boa Vista foram e são fundamentais para a adaptação e fixação dos migrantes gaúchos na cidade. Na maioria dos relatos percebemos o quanto estas relações são importantes para a vivência numa sociedade de costumes e tradições tão diferentes das vivenciadas pelos migrantes no seu estado de origem, o Rio Grande do Sul. Também a rede que chamamos de “rede de percepções acerca do outro” foi fundamental para a inserção laboral dos gaúchos em solo roraimense. A partir da percepção dos naturais (segundo os depoentes) acerca dos atributos dos gaúchos é que se desenvolve toda uma teia de informações que conduzem a uma facilidade de entrada no mercado de trabalho local.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente tese buscamos entender e explicar a migração contemporânea de gaúchos para Roraima, compreendida entre os anos de 2000 e 2011. A partir da análise dos dados do IBGE sobre o crescimento de gaúchos residindo em Roraima nas últimas décadas e da nossa percepção pessoal empírica acerca deste crescimento é que desenvolvemos a nossa pesquisa. A questão norteadora central foi: O que explica o acréscimo no fluxo de gaúchos para Roraima mesmo com o fim dos incentivos e chamarizes dos anos 1970, 1980 e 1990? Por que isso tem acontecido?

Ao conversarmos com pessoas ligadas ao Censo 2010 do IBGE em Roraima fomos informados de que a quantidade de gaúchos residindo no estado poderia chegar a 6.000 indivíduos, mais do que o dobro do constatado pelo levantamento anterior. Na nossa vivência em Boa Vista passamos a detectar nos últimos anos uma maior quantidade de gaúchos na cidade. Seja pelo número de pessoas de nosso convívio, ou pela maior profusão de elementos ligados ao hábito gaúcho, como o chimarrão e camisas do Internacional e do G.F.P.A. “circulando” pelas ruas da cidade, comecei a perceber mais gaúchos em Boa Vista. Aí reside o despertar de minha preocupação em estudar a migração gaúcha para Roraima, além do fato de eu mesmo ser gaúcho.

Minha preocupação recaiu sobre os migrantes que estavam chegando recentemente ao estado. Aqueles que tinham vindo a partir do ano 2000 foram o foco da pesquisa. Por que saíram do RS? Por que vieram para Roraima? Com quem vieram? Tiveram ajuda de alguém? Como “descobriram” Roraima? Como se sentem em Roraima? Se adaptaram ao estado? Estas perguntas despertaram minha curiosidade e nortearam o trabalho. O foco da análise se deu sobre as redes sociais envolvidas no processo migratório. A abordagem das redes sociais na migração é fundamental para entender o fenômeno estudado. Só através desta abordagem poderíamos compreender por que sair do Rio Grande do Sul e ir para Roraima, no extremo oposto do país, com características socioeconômicas e culturais completamente distintas.

Contudo, para compreendermos a migração como um fato social total (SAYAD, 1998, 2000) havia a necessidade de entendermos as transformações pelas quais passaram a sociedade de origem e a sociedade de destino dos migrantes gaúchos. Como afirma Tavares dos Santos (1993) a primeira ordem de motivações que leva as pessoas a se deslocarem no espaço é estrutural. Assim, devíamos primeiramente conhecer a história econômica e social da sociedade de origem (Rio Grande do Sul) e as modificações estruturais pelas quais ela passou

para entendermos os mecanismos determinantes para a saída dos sul-rio-grandenses do seu estado.

O Rio Grande Sul até o início do século XVIII não tinha sido colonizado pelo governo metropolitano. As únicas atividades econômicas eram a criação de gado e as pequenas roças introduzidas pelos missionários jesuítas nas missões a partir de 1626. Somente em 1736 vai ser fundado o primeiro município do Rio Grande do Sul, a atual cidade de Rio Grande. Enviado em socorro à Colônia de Sacramento, sitiada pelos espanhóis, o Brigadeiro José da Silva Pais ao chegar ao rio da Prata percebeu que não tinha como derrotá-los e seguiu para cumprir sua segunda missão. O rei D. João V ordenou à Silva Pais ocupar o Rio Grande (canal que liga a Lagoa dos Patos ao Atlântico), desembarcando na margem sul do canal e construir um forte (Jesus Maria José). Este forte deu origem à São Pedro do Rio Grande, elevado em 1757 à categoria de vila. Aqui se inicia oficialmente a ocupação do atual estado do Rio Grande do Sul, praticamente dois séculos e meio após o descobrimento do Brasil.

A partir deste momento a ocupação evoluiu calcada nas atividades pecuária e charqueadora. A pecuária estava fortemente presente nas regiões da Campanha e Campos do Alto da Serra. Já as charqueadas tinham como espaço geográfico o sul do estado, próximo aos municípios de Pelotas e Rio Grande. A estrutura fundiária era marcadamente de grandes propriedades de terra e o regime de trabalho fundado no escravismo. Essa situação começa a se modificar a partir do segundo quartel do século XIX com a instalação das colônias alemãs. Estas colônias se caracterizavam pelas pequenas propriedades rurais e trabalho familiar, não obstante houvesse também a utilização de mão de obra escrava. Com a chegada dos italianos a partir de 1875 ratifica-se esta transformação da estrutura fundiária do RS e se aprofunda a diversificação social. Uma província eminentemente latifundiária escravagista passa a ser formada também por minifúndios em que imperava o regime de trabalho familiar. É nessa região de colonização europeia não ibérica que vai se expandir a indústria gaúcha a partir das duas últimas décadas do século XIX. Ainda que as primeiras indústrias surjam no sul (Pelotas/Rio Grande) é na zona colonial que a acumulação de capital proveniente da atividade comercial permitirá a expansão da indústria sul-rio-grandense, que, junto com a paulista e a fluminense, será pioneira da industrialização nacional.

Durante o século XX o Rio Grande do Sul se consolida como um dos estados mais industrializados do país. Sua indústria até os anos 1960/1970 era fortemente ligada ao setor primário da economia. Neste mesmo setor o Rio Grande do Sul também se apresenta como um dos estados mais dinâmicos do país. Atualmente é o terceiro maior exportador nacional de produtos agropecuários. A sua indústria evoluiu dos anos 1970 pra cá, tornando-se

extremamente diversificada, com destaque para os setores químico e petroquímico, automobilístico e de autopeças, metal-mecânico, materiais elétricos e de transporte, robótica, siderurgia e refino de petróleo. Na última década tem se destacado no setor de tecnologia da informação e construção de navios e plataforma de petróleo (estaleiros). Torna-se ao longo do século XX a quarta maior economia do país. Até os anos 1970 era a terceira, quando perde este posto para Minas Gerais. Sua capital possui o segundo maior IDH entre as capitais de estado. E, dos dez municípios como os maiores IDHs do país, três deles estão no Rio Grande do Sul.

Até a década de 1970 o Rio Grande do Sul também era considerado o celeiro do país. Com o esgotamento da fronteira agrícola do estado muitas lavouras importantes vão se deslocar para o Centro-Oeste do país, em particular a soja. Nesta época milhares de gaúchos vão deixar o Rio Grande do Sul em direção ao Centro-Oeste e Norte através dos projetos de colonização agrícola. Se inicia aí um movimento migratório maciço de gaúchos em direção a estas regiões. O Rio Grande do Sul desde os anos 1930 torna-se um estado expulsor de população, mas estes emigrantes iam para Santa Catarina e Paraná. Com o esgotamento da fronteira agrícola do Paraná nos anos 1970 muitos gaúchos que lá residiam seguem adiante rumo ao Norte, num segundo movimento migratório. Os gaúchos, os “gaúchos paranaenses” e os paranaenses rumam aos milhares em direção às novas fronteiras agrícolas do país, chegando principalmente aos estados do Mato Grosso, Rondônia e Pará. São colonos em busca de novas terras para produzirem e poderem sustentar suas famílias. Com o advento do governo Geisel e o POLOAMAZÔNIA a migração de sulistas para o Norte se intensifica, em razão da política do “colono modelo” para a ocupação da região. Vivia-se o apogeu do esgotamento das fronteiras agrícolas do sul e a forte política de ocupação das novas fronteiras agrícolas do Norte do país.

Roraima, o estado mais setentrional do país vai experimentar uma ocupação mais intensa apenas com a criação do Território Federal em 1943. Neste ano são criadas algumas colônias agrícolas que acabam contribuindo para uma maior ocupação do Território. Também as obras de construção na nova capital demandaram uma quantidade significativa de pessoas que por vezes permaneceram na cidade. Durante os anos 1950 e 1960 outras colônias foram criadas atraindo populações principalmente do Nordeste do país. As colônias em si redundaram em grandes fracassos, mas contribuíram para uma expansão da população residente em Roraima. Contudo, até os anos 1970 o então Território Federal era fracamente ocupado. No Censo daquele ano a população recenseada foi de pouco mais de 41 mil habitantes. Com a construção das rodovias federais BR-174 e BR-210 ao longo da década é

que haverá uma maior integração do estado com os estados vizinhos do Amazonas e Pará. Com a febre do ouro no segundo quinquênio dos anos 1980 é que ocorrerá o boom de migração em Roraima. Nessa década a taxa anual de crescimento populacional será da ordem de 10%. O número de residentes passa de 41.638 em 1970 para 82.018 em 1980 e alcança 215.950 em 1991.

No início dos anos 1990 o Território Federal de Roraima é efetivamente transformado em Estado. No mesmo período o garimpo é considerado ilegal, visto que a maior incidência de metais preciosos encontrava-se em áreas indígenas e de proteção ambiental. Isto foi um baque para a economia roraimense, pois girava em torno da atividade garimpeira. Comércio, serviços, bancos, etc., tudo gravitava em torno da economia do garimpo. Muitos garimpeiros retornam aos seus estados de origem ou seguem para outras áreas de garimpo na Venezuela ou Guiana. Outros tantos se dirigem para Boa Vista, inchando ainda mais a periferia da cidade. Durante os anos 1990 vai ocorrer a farra do serviço público em decorrência da necessidade de aparelhar o novo Estado que fora recentemente criado. Muitas pessoas são admitidas no serviço público sem concurso, sobrecarregando de cargos comissionados a administração pública do estado. E muitos migraram para Roraima em função da farra do setor público. Assim, uma economia dependente do garimpo tornou-se uma economia dependente do setor público. Desde então Roraima mantém esta característica. Mais de 60% do seu PIB diz respeito ao setor público. As áreas livres para a agropecuária não representam nem 30% da área total do estado. Se considerarmos somente as áreas propícias à atividade agrícola, chegam ao máximo a 11%. A indústria roraimense é insignificante. Não há no estado, como ocorre em outras unidades da região Norte, a construção de hidrelétricas, nem tampouco rodovias, nem projetos minerários de grande monta, nem tampouco a instalação de indústrias importantes. Ainda assim Roraima continua recebendo muitos migrantes, entre eles gaúchos. Foi isso que buscamos entender nesta Tese. O que tem levado os gaúchos atualmente para Roraima? Como “descobriram”? Roraima Com quem eles tem ido? Tem tido a ajuda de alguém? Se adaptaram ao estado?

Vimos que os gaúchos que foram para Roraima nos anos 1970 e 1980 eram fundamentalmente colonos que muito provavelmente haviam passado por outras áreas de expansão agrícola no Norte (Rondônia, p. ex.) e pessoas ligadas ao Campus Avançado da Universidade Federal de Santa Maria, à Polícia Militar de Roraima e às Forças Armadas. Através de nossa pesquisa na Hemeroteca do Diário Oficial do Estado de Roraima e dos trabalhos de Souza (2001 e 2004), além dos relatos orais dos gaúchos pioneiros pudemos concluir que os colonos e as pessoas ligadas às entidades acima relacionadas formaram o

grosso da migração gaúcha no período dos anos 1970 e 1980. O projeto Rondon como um todo também foi fundamental no deslocamento de gaúchos para Roraima nestas duas décadas. Muitos rondonistas depois de formados retornaram definitivamente para Roraima, sendo alguns admitidos na Embrapa. Portanto, através de uma pesquisa histórica (em arquivos, pesquisas e relatos de pioneiros) concluímos que entidades e projetos como o Projeto Rondon, a UFSM, as Forças Armadas, a PM de Roraima e a Embrapa foram fundamentais para a migração de gaúchos para Roraima. Destacam-se também os projetos de colonização agrícola levados a cabo pelo governo do Território. Todavia, através de alguns relatos orais já vemos a presença de redes de parentesco ou amizade na migração destes gaúchos pioneiros.

E atualmente, o que faz com que os gaúchos se desloquem para Roraima, dadas as condições socioeconômicas deste estado descritas anteriormente? Assim, buscando compreender este fenômeno entrevistamos 28 gaúchos que haviam chegado a Roraima entre 2000 e 2011. Utilizando como fonte principal os relatos orais da história de vida dos migrantes procuramos validar ou negar nossa hipótese básica de trabalho, qual seja: as redes sociais exercem papel central na migração e adaptação de gaúchos contemporâneos em Roraima.

Primeiramente mapeamos a trajetória dos migrantes entrevistados e levantamos algumas características básicas dos mesmos que nos permitem importantes conclusões. Mesmo sabendo que não trabalhamos com uma amostra probabilística acreditamos que tais conclusões são importantes indicativos da migração atual de gaúchos para Roraima. São elas:

A maioria dos migrantes entrevistados eram solteiros nas suas chegadas a Roraima, o que pode indicar um perfil diferente daquele dos chegados nas décadas de 1970 e 1980;

Praticamente 65% dos entrevistados ou possuíam nível superior ou cursavam este grau de ensino nas suas chegadas a Roraima. Isto também pode representar um componente novo desta migração;

Quase 79% dos entrevistados fizeram migração direta, isto é, seus últimos locais de residência antes de Roraima eram municípios do Rio Grande do Sul. Aqui também visualizamos uma possível diferença em relação aos gaúchos pioneiros.

Praticamente 40% dos entrevistados eram procedentes da região metropolitana de Porto Alegre. Este elemento também nos parece ser um elemento novo na migração atual.

Estas conclusões podem estar relacionadas com a procedência urbana da maior parte dos entrevistados e da sua residência atual também urbana. Se fizéssemos este levantamento junto aos assentados em projetos de colonização agrícola as conclusões poderiam ser distintas. Assim, nossas conclusões dizem respeito muito mais aos migrantes residentes em Boa Vista.

Uma conclusão que chegamos através dos relatos orais diz respeito à importância da educação superior no ato migratório e na permanência dos migrantes na cidade. Concluímos que a possibilidade de continuação ou ingresso no ensino superior em Roraima foi fundamental na ida e na retenção dos migrantes em solo roraimense. Mensalidades mais baratas e ingresso mais fácil foram alguns dos pontos acessados por nossos entrevistados. Mas a facilidade logística no deslocamento para as faculdades/ universidades em razão do porte da cidade também foi lembrada por alguns dos depoentes. Não que Roraima possua instituições de ensino superior reconhecidas nacionalmente que possam atrair migrantes, mas os pontos elencados são indicativos interessantes para uma reflexão sobre o tema. Assim formulamos as seguintes questões que servem a reflexões futuras: “A educação (superior) é um atrativo para as pessoas migrarem para Roraima?” “É um elemento de retenção das pessoas em Roraima?”

No entanto, a conclusão principal a que chegamos e a qual nos permite confirmar a nossa hipótese é que as redes sociais ou os laços de parentesco, amizade e conterraneidade estão no centro da migração contemporânea de gaúchos para Roraima. A abordagem das redes sociais na migração não negam os fatores estruturais como determinantes do deslocamento espacial das pessoas, mas asseveram que elas direcionam os fluxos migratórios, como no caso da migração contemporânea de gaúchos para Roraima. O que fazem é trazer para a discussão o papel das relações sociais envolvendo os (futuros) migrantes no ato migratório e na adaptação deles na sociedade de destino.

Por isso, a relevância das redes sociais no processo migratório aponta para a construção de uma base sólida que busca garantir segurança, apoio mútuo e informação. A informação que circula entre os migrantes e não migrantes envolvidos no processo migratório é um elemento crucial na decisão de migrar e de permanecer no lugar. A rede social, formada por familiares, amigos e conterrâneos, é a principal fonte que supre de informação os futuros migrantes, assim como a comunidade de espectadores que permanece nos locais de origem destes agentes.

No caso da migração contemporânea de gaúchos para Roraima concluímos que as relações sociais foram os elementos desencadeadores deste movimento, além de cruciais na adaptação e, conseqüentemente, na permanência destes no estado. Dos 28 entrevistados, apenas seis deles não mencionaram o fato de terem sido convidados por um parente ou amigo para irem morar em Roraima. Mais do que isso, vários relataram que através destas redes de amizade ou parentesco puderam conhecer previamente o futuro local de residência. A rede cumpriu o seu papel de fornecedor de informação para o futuro migrante. Muitos deles através destes convites conheceram Roraima pessoalmente para depois decidirem sobre sua ida

definitiva para o estado. A rede permitiu o conhecimento in loco da futura sociedade de acolhimento e as possibilidades de trabalho, residência e sociabilidade no lugar.

Só através das redes os migrantes puderam saber que Roraima tinha uma faculdade mais barata, que era mais fácil de entrar ou que ali a cidade era mais tranquila e que se poderia conviver sem trânsito, sem violência, sem estresse. Só através delas os migrantes puderam saber que era um lugar tranquilo para criar os filhos e ter os desafios que tanto necessitavam. Apenas a partir delas souberam da possibilidade de acessar um emprego que permitisse a tão sonhada independência dos pais. Por isso as redes tem papel central na migração gaúcha contemporânea para Roraima. Centralidade no sentido de ser o elemento desencadeador desta migração. Obviamente que determinantes são as estruturas nos locais de origem e destino. Determinante para sair de um dado lugar são suas estruturas. Para se chegar a outro também. Entretanto, no caso de Roraima, as estruturas do lugar são muito frágeis para condicionar a ida de migrantes gaúchos. Como destacado, em Roraima não há indústria, as terras aptas a produção agrícola são reduzidas e os custos de produção elevadíssimos, não há hidrelétricas ou rodovias em construção, tampouco projetos minerários ou mesmo grandes indústrias se instalando. A febre do ouro e a farra do serviço público são coisas do passado. Assim, só entendemos a migração contemporânea de gaúchos para Roraima e a continuidade desta corrente migratória se colocarmos as redes sociais no centro deste fenômeno. As redes sociais direcionaram o fluxo destes migrantes para Roraima.

Com as redes a corrente migratória entre o Rio Grande do Sul e Roraima se perpetua no tempo. No caso dos gaúchos em Roraima as redes que tiveram origem ainda nos anos 1970 proporcionam a continuidade do fluxo entre os dois estados, permitindo a constante mobilidade e o perene crescimento dos sul-rio-grandenses residindo no estado. Pessoas que foram residir em Roraima nos anos 1970, 1980 e 1990 deram continuidade a uma rede que proporcionou a informação aos (futuros) migrantes contemporâneos para aquele estado. E estes dão continuidade trazendo outros amigos e parentes para conhecer e residir em Roraima. Migrantes chegados já nos anos 2000 acabam também dando continuidade a estas redes sociais, implicando na migração de mais gaúchos. Como afirmaram alguns de nossos entrevistados o desconhecimento sobre Roraima era total e a informação só foi disponibilizada pelos parentes e/ou amigos que já viviam no estado. Por isso as redes sociais são centrais na migração gaúcha contemporânea para Roraima. Não só os relatos orais confirmam isso, mas a frágil estrutura socioeconômica de Roraima não fornece atrativos econômicos que possam permitir a continuidade da corrente migratória entre os dois estados.

Além do mais, a necessidade de se sentir pertencente à sociedade de destino (Roraima) fez com que os migrantes reconstruíssem suas interações sociais sem abrir mão de sua própria identidade de origem. Novas relações sociais surgiram. O retorno está sempre presente nesta imigração. Contudo, as redes sociais que se constituíram em Roraima estão completamente imbricadas à conterraneidade dos agentes e seus “atributos” e “comportamento” de gaúchos. Embebidos no discurso da diferença as redes sociais envolvendo gaúchos em Roraima são quase que exclusivamente formadas por conterrâneos. Isso se dá pela dificuldade dos gaúchos em se adaptar aos comportamentos que dizem ser diferentes dos seus. Não é o fato de nascerem no mesmo lugar que os aproxima fundamentalmente. Não é o costume de tomar chimarrão, comer churrasco e reverenciar as tradições gaúchas que os aglutina e sim as afinidades comportamentais. Ao se referirem às suas relações sociais em Boa Vista e às suas redes de amizade, a maioria dos entrevistados – seja de forma explícita ou implícita – deixou claro que são fundamentalmente com gaúchos porque são trabalhadores, são compromissados, são respeitadores, etc. Esta é a visão e a imagem que os entrevistados constroem de si mesmos e dos gaúchos e utilizam este discurso para o seu próprio benefício. Apoiam-se no discurso da diferença para descrever os seus atributos e construir uma imagem que os beneficie no mercado de trabalho local. Estas afirmações resultam da análise dos relatos orais dados pelos entrevistados. E este comportamento é, para a maioria, a marca do gaúcho. Ser gaúcho, para os nossos entrevistados, não é andar de bombacha, ir ao CTG (apesar de boa parte deles frequentar), tomar chimarrão e sim respeitar as “verdadeiras” tradições gaúchas: ser respeitador, cumprir com a palavra, ser trabalhador, não se calar perante as injustiças, honrar seus compromissos, dentre outros. Assim, as redes que se formam em Roraima tem o papel central na adaptação a uma sociedade de costumes tão diferentes dos seus.

Esta rede apresenta-se como vital para a adaptação e inserção destes gaúchos na sociedade roraimense e no mercado de trabalho local. Nela os migrantes mantêm os costumes creditados por eles como fundamentais para seu “sucesso” na cidade de Boa Vista. São os costumes que os próprios migrantes consideram como características intrínsecas ao gaúcho: a seriedade, o respeito, o compromisso, a ética, o trabalho, etc. Para eles essas características são as grandes responsáveis pelo seu êxito no mercado de trabalho local. A rede permite aos migrantes manterem estas particularidades que, segundo eles mesmos, são o as grandes responsáveis pelo reconhecimento dos gaúchos na sociedade roraimense. Este comportamento do gaúcho se sobressai frente aos demais resultando no amplo reconhecimento pela sociedade local. Para a maioria dos entrevistados o fato de ser gaúcho foi um elemento altamente

positivo para suas respectivas inserções no mercado de trabalho local. A maneira como a sociedade local vê o gaúcho facilita enormemente a entrada destes migrantes no mercado de trabalho. E as redes são vitais para isso, não só na apresentação dos migrantes recentes pelos mais antigos em futuros locais de trabalho como ainda na manutenção destes costumes no seu dia a dia. No próprio ambiente de trabalho os gaúchos se juntam e acabam se destacando. Suas ações se norteiam pelo comportamento “característico do gaúcho”. No ambiente externo ao trabalho as redes permanecem calcadas nestas características, ajudando a manter a visão que a sociedade local tem sobre o gaúcho. Assim se forma uma “rede de percepção sobre o gaúcho”. A informação é passada através dos laços sociais envolvendo tanto migrantes como locais e que se dão no interior do mercado de trabalho local e da sociedade roraimense como um todo. Estes valores - tomados pelos migrantes como característica essencial do gaúcho - são transmitidos através de suas redes de contato ajudando a “vender” um tipo de trabalhador reconhecidamente eficiente na sociedade local.

Com isso a inserção e reinserção do gaúcho no mercado de trabalho boa-vistense se dão de forma bastante rápida. As redes sociais são vitais na disseminação do “discurso da diferença” que faz com que os gaúchos sejam vistos de forma positiva neste mercado, conforme os próprios entrevistados. A condição de gaúcho, segundo os depoentes, transcende a identidade pessoal do migrante e carrega consigo as características que fazem a diferença na sociedade local, possibilitando uma rápida entrada e reentrada no mercado.

Também as redes ao permitirem antecipadamente que os futuros migrantes conheçam in loco as potencialidades e oportunidades do lugar possibilitam aos mesmos reconhecer os seus próprios diferenciais e construir suas estratégias para o êxito no lugar. Na sociedade de origem o migrante não percebe esse seu diferencial, “pois lá todos são gaúchos”, têm, em tese, os mesmos comportamentos. Assim, conforme os relatos orais dos próprios imigrantes, no Rio Grande do Sul ser trabalhador, comprometido, ético, cumpridor dos seus deveres não é um diferencial. Esta é, sem dúvida, a imagem que os imigrantes constroem de si mesmos e que está carregada do discurso da diferença. Com objetivos claros, os próprios imigrantes reproduzem este discurso. Entretanto, cabe destacar que, também os próprios entrevistados afirmam não haver discriminação com os não gaúchos e que seus “atributos” não são exclusividade sua.

No que tange às qualidades profissionais as redes sociais também permitiram aos futuros migrantes que conheceram o lugar antes de se mudar definitivamente visualizar o seu diferencial. Na sociedade de origem (RS) o que faziam “tinha um monte de gente que fazia, e até melhor”, ao passo que em Roraima “ninguém faz” (ou fazia). O prévio conhecimento do

futuro lugar de residência e conseqüentemente de trabalho permitiu ao migrante a informação acerca de seu potencial de crescimento na cidade em razão de seu diferencial de mercado. A rede foi que permitiu esse conhecimento. Através da rede o futuro migrante acessou in loco informações julgadas essenciais para seu deslocamento do Rio Grande do Sul para Roraima.

E, dadas as características socioeconômicas de Roraima, não fossem as redes sociais de amizade, de parentesco e de conterraneidade os gaúchos contemporâneos não haveriam se deslocado para aquele estado. Muitos deles não haveriam sequer tido qualquer tipo de informação sobre ele, o que nos permite concluir que as redes tem papel de protagonista na migração contemporânea de gaúchos para Roraima.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, Rosa; HÉBETTE, Jean. **Mobilidade do trabalho**: revisão teórica. Série Seminários e Debates NAEA n.7. Belém: NAEA/UFPA, 1982.

AMORIM, Lúcia Araújo Guedes de. **Gaúchos migrantes**: etnografia sobre a migração gaúcha para Roraima. 1997. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Centro de Ciências Sociais e Geociências, UFRR, Boa Vista, 1997.

ARAGÓN, Luis E. Redes familiares e migração na Região Amazônica brasileira. In: MOURA, Carlos; ARAMBURÚ, Carlos (Org.) **Desarrollo amazónico**: una alternativa latinoamericana. Lima: CIPA; INANDEP, 1986. p. 279-318.

_____. Consideraciones teórico metodológicas sobre el estudio de la migración en América Latina. Bogotá: **Trimestre Geográfico**, v. 3. n. 1, 1984, p. 12-25.

ARANTES, Emerson Clayton. **O Incra e a evolução da estrutura fundiária em Roraima – 1972 a 2004**. 2006. 85 f. Monografia (Especialização). Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável e Políticas Públicas- Núcleo de Estudos Comparados da Amazonia e do Caribe, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2006.

AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: Edufal;Unesp, 2010.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)**. São Paulo: USP, 1980.

BAENINGER, Rosana. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: CUNHA, José Marcos Pinto da (Org.). **Mobilidade espacial da população**: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: Unicamp, 2011. p. 45-70.

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Relatórios de Diretoria. Correspondente aos anos 1957, 1958 e 1959. Porto Alegre.

BARBOSA, R. I. Ocupação humana em Roraima I: do histórico colonial ao início do assentamento dirigido. Belém: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 9, n. 1, p.123-144, 1993a.

_____. Ocupação humana em Roraima II: uma revisão do equívoco da recente política de desenvolvimento e crescimento desordenado. Belém: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 9, n. 2, p. 177-197, 1993b.

BARNES, John A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**: métodos. São Paulo: Global, 1987. p. 159-193.

_____. Social networks. **Anthropology**, v. 26, p. 1-29, 1972.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BECKER, Olga Maria S. Mobilidade espacial da população: conceito. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). **Explorações geográficas: percurso no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 45-75.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRITO, Fausto. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Taller CELADE de Migracion Interna, Brasília, 2007: **Urbanização, metropolização e mobilidade espacial da população: um breve ensaio além dos números**.

BRUMES, Karla R. **Movimentos migratórios em cidades médias: o caso de Uberlândia – MG (1970 – 2000)**. 2003. 120 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Ciência e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2003.

_____. **Redes em espaços migratórios: Uberlândia – MG**. 2010. 276 f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciência e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2010.

CARLEIAL, Adelita Neto. Redes sociais entre imigrantes. In: ANAIS ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Caxambu, MG: ABEP: 2004.

CASTIGLIONI, Aurélia H. Migração: abordagens teóricas. In ARAGÓN, Luis E. (Org.) **Migração internacional na Pan-Amazônia**. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; Universidade Federal do Pará, 2009, p. 39-151.

COMERFORD, John Cunha. **Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

BARROS, Nilson C de. Paisagem, homem e natureza no vale do Rio Branco, Roraima, Brasil. In: SOUZA, Maria Adélia de; SANTOS, Milton. **Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **Roraima: paisagens e tempo na Amazônia Setentrional**. Recife: Editora Universitária (UFPE), 1995.

_____. Mobilidade Populacional, Fronteira e Dinâmica das Paisagens na Amazônia: o caso de Roraima, Brasil. **Seminário Populações Amazônicas: tendências e perspectivas**. Manaus: FUNDAJ, 1996.

DEMARTINI, Zeila de B. F. Pesquisa histórico-sociológica, relatos orais e imigração. In: DEMARTINI, Zeila de B. F.; TRUZZI, Oswaldo (Org.). **Estudos migratórios: perspectivas metodológicas**. São Carlos: Edufscar, 2005. 87-113.

DESCONSI, Cristiano. **A marcha dos pequenos proprietários rurais no Mato Grosso: um estudo a partir das trajetórias de migrantes do Sul do Brasil para a microrregião de Alto Teles Pires**. 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação

de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2009.

DI PAOLO, Darcy Flexa. **Elaborando trabalhos acadêmicos e científicos: tcc, dissertação e tese**. Belém: Paka-Tatu, 2009.

DINIZ, Alexandre M. A.; SANTOS, Reinaldo O. dos. Fluxos migratórios e formação da rede urbana de Roraima. **Revista Geografia**, v.33. n.2. Rio Claro, 2008. p.1-20.

_____. O vertiginoso crescimento populacional de Roraima e seus impactos socioambientais. **Revista Caderno de Geografia**, v. 15, n. 25. p. 23-44, 2º sem. 2005. Belo Horizonte: 2005.

DINIZ, Alexandre. **A dimensão qualitativa da migração e da expansão da fronteira agrícola em Roraima**. 1997.

DOMENACH, Hervé. Movilidad espacial de la población: desafios teóricos y metodológicos. In: CUNHA, José Marcos Pinto da (Org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: Unicamp, 2011. p. 33-44.

EMBRAPA. Diagnóstico sócio-econômico em áreas de pequenos produtores rurais no estado de Roraima. **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento**, n. 4, dez 2002. Boa Vista, 2002.

FARRAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas do rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Anpocs, 1991.

FAZITO, Dimitri. A análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. In: ENCONTRO DA ABEP, XIII, 2002, Ouro Preto/MG. **Anais da ABEP**. Ouro Preto-MG: UFOP, 2002.

_____. **Reflexões Sobre Sistemas de Migração Internacional: proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários**. 2005. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

FERREIRA, A. H. B. Migrações internas e subdesenvolvimento: uma discussão. **Revista de Economia Política**, São Paulo, p. 98-124, jan./abr. 1986.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Amazônia, estado e sociedade**. Campinas: Armazém do Ipê, 2006.

FREITAS, Aimberê. **Geografia e História de Roraima**. ed.rev.ampl. Boa Vista: DLM, 2001.

_____. **Políticas públicas e administrativas de territórios federais brasileiros**. 2. ed. Boa Vista: Corprint, 1997.

FREITAS, Décio. **O capitalismo pastoril**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

FREITAS, Marcílio de. **Amazônia e Desenvolvimento Sustentável: um diálogo que todos os brasileiros deveriam conhecer**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **25 anos de Economia Gaúcha**. 3 ed. Porto Alegre: FEE, 1987.

_____. **A produção gaúcha na economia nacional**. Tomo I. Porto Alegre: FEE, 1983.

_____. Disponível em: < www.fee.tche.br >. Acesso em: 12 fev. 2011.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico**. 15.ed. Porto Alegre: [s.n], 2011.

GAUDEMAR, Jean Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação de capital**. Lisboa: Estampa Editorial, 1977.

GHIZZO, Márcio Roberto; ROCHA, Márcio Mendes. Contextualização dos estudos da mobilidade da população nas Ciências Humanas. **Revista Espaço Plural**. Ano IX, n. 18, 1º semestre 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999. 205 p.

GOLDSTEIN, Sidney. Facetas da distribuição da população: Oportunidades e desafios à pesquisa. In MOURA, Hélio (Org.) **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 693-722.

GUERRA, Dannyelle M. R. **Redes sociais de migração como crítica social às políticas públicas: um estudo de caso em Fortaleza**. 2007. 125 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.

HAESBAERT, Rogério. Migração e desterritorialização. NETO, H. P.; FERREIRA, A. P. (Org.). **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 35-46.

HEMMING, John. **Roraima: Brazil's Northernmost frontier**. Institute of Latin American Studies. Londres: University of London, 1990.

HISTÓRIA VIVA. Brasil: país de imigrantes. São Paulo: Duetto, n. 97, ano IX, 2011.

IBGE. **Censos (1872-2010)**. Disponível em: < www.ibge.gov.br >. Acesso em: 10 jan.2011.

_____. **PNAD 2009**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2010.

JARDIM, Maria de Lourdes Teixeira. Evolução da população do Rio Grande do Sul. In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Três décadas de economia gaúcha**, v.1. Porto Alegre: FEE, 2010.

JORNALISMO CULTURAL. Disponível em: <www.jornalismocultural.com.br/reportagem/negrosRS.html>. Acesso em: 10 fev. 2010.

JORNAL DE BOA VISTA. “Colonos: a travessia para Roraima”. Edição de 14/08/1981. Boa Vista, 1981.

_____. “Colonização da Amazônia”. Edição de 25/12/1973. Boa Vista, 1973.

_____. “Governador de Roraima quer trazer colonos gaúchos”. Edição de 27/07/1980. Boa Vista, 1981.

_____. “O pingo no i”. Edição de 22/02/1981. Boa Vista, 1981.

_____. “Roraimenses criam associação no Rio Grande do Sul”. Edição de 25/04/1980. Boa Vista, 1981.

_____. “12 anos de integração: campus avançado de Boa Vista”. Edição de 31/07/1981. Boa Vista, 1981.

LEE, Evert S. Uma teoria sobre migração. In: Moura, Hélio de (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. Tomo 1. p. 89-114.

LENHARO, Alcir. **A colonização e trabalho no Brasil**. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1986.

LISBOA, Pedro L. B. **Rondônia: colonização e floresta**. Brasília: CNPq, 1990. 216 p. (Relatório de Pesquisa, n. 9).

LUVIZZOTO, Caroline Kraus. **As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Unesp, 2010.

MACMILLAN, Gordon. **At the end of the rainbow: gold, land and people in the Brazilian Amazon**. Londres: Earthscan Pub., 1995.

_____. **Gold mining and land-use change in the Brazilian Amazon**. Edinburg: University of Edinburg (Phd. Thesis in Geography).

MAESTRI, Mário. **O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e sociedade**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

MARQUES, Eduardo César. **Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo**. São Paulo, Annablume, 2003.

MARTELETO, Regina M. Análise de Redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001.

MARTINS, Dora; VANALLI, Sônia. **Migrantes**. São Paulo: Contexto, 1996.

MARTINS, Edilson. **Amazônia, a última fronteira: a saga dos oprimidos, as multinacionais, a iminência de um deserto**. Rio de Janeiro: Codecri, 1981. 257 p.

MASSEY, Douglas et al. **Return to Aztlan: the social process of international migration from Western Mexico**. Berkeley, University of California Press, 1987.

MASSEY, Douglas. International migration and economic development in comparative perspective. **Population and Development Review**, 1998, 14: 85-113.

MATOS, Cristina. Migrações: decisões individuais e estruturas sociais. **Working Socius Papers**, n.5, 1993,. Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIUS), Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa.

MEDEIROS, Laudelino. **Formação da sociedade rio-grandense**. Porto Alegre: URGs, 1975.

MINAYO, Maria C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo. Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1992.

MIRANDA, Alcir Gursen de (Coord.). **Perfil Territorial do Estado de Roraima**. Boa Vista: GTE/RR, 2003. 159 p.

MOUGEOT, Luc. J. A. A recente ocupação humana da região Amazônica: causas, durabilidade e utilidade social. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). **Migrações internas na Amazônia: contribuições teóricas e metodológicas**. Belém: UFPA; NAEA; CNPq, 1986.

MÜLLER, Carlos Alves. **A história econômica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Grande Sul, 1998.

MÜLLER, Geraldo. A Economia Política Gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). **RS: Economia e Política**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

NAÇÕES UNIDAS. **Métodos de medición de la migración internas**. Nova Iorque, 1972.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu R. de.; ERVATTI, Leila Regina; ONEILL, Maria Monica V. L. O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADS e Censos Demográficos. In: OLIVEIRA, Luiz Antônio P. de; OLIVEIRA, Antônio Tadeu R. de. **Reflexões sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. (Estudos e Análises. Informação Demográfica e Socioeconômica. n.1).

OLIVEIRA, O. de; STERN, C. Notas sobre a teoria da migração interna: aspectos sociológicos. In: MOURA, Hélio de (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. Tomo 1. p. 245-265.

PEIXOTO, J. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas. **Socius Working Papers n.11**. Centro de Investigação em Sociologia Económica das Organizações (SOCIUS), Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. **A vila do Rio Grande de São Pedro 1737-1822**. Rio Grande: FURG, 1987.

RAVESTEIN, E. C. As leis da migração. In: MOURA, Hélio de (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. Tomo 1. p. 19-88.

REVISTA QUERO – QUERO. Órgão oficial da Universidade Federal de Santa Maria, ano IX, n. 34, out., 1982. Santa Maria: UFSM.

REVISTA VEJA. On line. **O novo Eldorado. Roraima é o estado que mais recebe migrantes. E Rondônia, o que mais exporta gente**. 04/08/1999. Disponível em:< www.veja.abril.com.br>. Acesso em: 22 mar.2010.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RICE, Alexander Hamilton. **1875 – 1956. Exploração da Guiana Brasileira**. Tradução e notas de Lacy Schettino. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1978.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. **Atlas sócio-econômico do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Edelbra, 1998.

ROCHA, Betty Nogueira. **“A Trama do Drama”. A Trama das fronteiras e o Drama dos migrantes nas configurações do desenvolvimento de Lucas do Rio Verde – MT**. 2010. 236 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Centro de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2010.

_____. **Em qualquer chão: sempre gaúcho**. A multiterritorialidade do migrante gaúcho no Mato Grosso. 2006. 161 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2006.

ROCHA, Márcio Mendes. Mobilidade forçada - a economia política dos deslocamentos humanos. **Acta Scientiarum**, v. 21, n. 1, p. 153-161, 1999.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. **Garimpendo a sociedade roraimense: uma análise sócio-política**. 1996. 132 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1996.

RORAIMA. Governo do Estado. Conselho Estadual de Educação. **Parecer CEE/RR nº 34/06**.

RORAIMA. Governo do Estado. Disponível em:<www.seplan-rr.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2011.

SALIM, Celso Amorim. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, VIII. Brasília, 1992.

SANTILI, Paulo. Ocupação territorial Macuxi: aspectos históricos e políticos. In: BARBOSA, Reinaldo I.; Ferreira, Efrem J.G.; Castellón, Eloy G. (ed.). **Homem, ambiente e ecologia no estado de Roraima**. Manaus: INPA, 1997. p. 44-64.

SANTOS, Nélvio P.D.; UFPA. **Políticas públicas, economia e poder: o estado de Roraima entre 1970 e 2000**. 2004. 271 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). PDTU/NAEA/UFPA. Belém, 2004.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. **Travessia**, v. 13, n. esp., p. 7-32, jan. 2000.

SCHAAN, Denise Pahl. Deixando a terra natal: as migrações pré-colombianas. In: CANCELA, C. D.; CHAMBOULEYRON, Rafael (Coord.). **Migrações na Amazônia**. Belém: Açaí, 2010. p. 9-26.

SILVA, J. F. Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1996.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Contribuições metodológicas para a análise das migrações. In: DEMARTINI, Zeila de B. F.; TRUZZI, Oswaldo (Orgs.). **Estudos migratórios: perspectivas metodológicas**. São Carlos: EDUFSCAR, 2005. p. 53-86.

SILVEIRA, I. M.; Gatti M. Notas sobre a ocupação de Roraima. Migração e colonização. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi (Antropologia)**, v. 4, n. 1, Belém, 1988, p.43-64.

SIMON, Pedro. **A diáspora do povo gaúcho**. Brasília: Senado Federal, 2009.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, Hélio de (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. p. 211-244.

SOARES, Weber. **Da metáfora a substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga**. 2002. Tese (Doutorado). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2002.

SOUZA, Carla Monteiro de. **Gaúchos em Roraima**. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

_____. Migração e memória: (re)territorialização e inserção social entre gaúchos residentes em Roraima. **Revista Vivência**, Natal, n. 33, p. 105-120, 2008.

_____. **História, memória e migração: processos de territorialização e estratégias de inserção entre migrantes gaúchos em Roraima**. 2004. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia de Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SOUZA, Célia Ferraz de. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. Porto Alegre: Porto & Vírgula; Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre, 1997.

STAEVIE, Pedro M. **Concentração industrial na indústria gaúcha de esmagamento de soja nos anos 1990**. 2004. 113 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. A formação social e territorial (FS&T) sul-rio-grandense na longa duração e a identidade regional. In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **Três décadas de economia gaúcha**. Porto Alegre: FEE, 2010. v.1.

_____. O Rio Grande do Sul: fronteiras entre duas formações históricas. In: TARGA (Org.). Luiz Roberto Pecotis. **Gaúchos e paulistas: dez escritos de história regional comparada**. Porto Alegre: Ed. FEE, 1996. (CI)

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Matuchos - exclusão e luta: do Sul para a Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1993.

TILLY, Charles. Transplanted networks: In: MACLAUGHLIN, Virginia Yans (Org.) **Immigration reconsidered: history, sociology, and politics**. New York: Oxford University, 1990. p 75-95.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social Revista de Sociologia**, v. 20, n. 1, 199-218, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). Disponível em:< www.ufsm.br>. Acesso em: 10 abr. 2011.

VAINER, Carlos B. Reflexões sobre o poder de mobilizar e imobilizar na contemporaneidade. In: NETO, H.P.; FERREIRA, A.P. (Org.). **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 251-274.

VIANNA, Eliane Chaves. **A migração em um novo contexto sociocultural: o provisório-permanente**. 1998. 104 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 1998.

VIGNOLI, Jorge Rodríguez. Qué definiciones, que teorías, qué fuentes e qué metodologías precisamos para el estudio de la migración interna em la actualidad? In: CUNHA, José Marcos Pinto da (Org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: Unicamp, 2011. p. 45-70.

APÊNDICE A**ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS MIGRANTES GAÚCHOS RESIDENTES EM RORAIMA****ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS MIGRANTES GAÚCHOS RESIDENTES EM RORAIMA.****PESQUISADOR: PEDRO MARCELO STAEVIE****DEPARTAMENTO DE ECONOMIA – UFRR****DOUTORANDO NAEA/UFPA****DATA:****HORÁRIO:****LOCAL DA ENTREVISTA:****NOME:****SEXO:****IDADE ATUAL:****IDADE NA CHEGADA A RORAIMA:****NATURAL DE (MUNICÍPIO) (LN):****ÚLTIMO LOCAL DE RESIDÊNCIA ANTES DE RORAIMA/BOA VISTA (ULR):****OCUPAÇÃO NO ÚLTIMO LOCAL DE RESIDÊNCIA:****OCUPAÇÃO ATUAL:****ANO DE SAÍDA DO RS:****ANO DE CHEGADA EM RORAIMA:****ANO DE CHEGADA EM BOA VISTA:****GRAU DE ESCOLARIDADE NA CHEGADA:****GRAU DE ESCOLARIDADE ATUAL:****ESTADO CIVIL NA CHEGADA:****ESTADO CIVIL ATUAL:**

1. DEPOIS QUE SAIU DO RS, MOROU EM ALGUM LUGAR ANTES DE VIR PRA BOA VISTA/RORAIMA? ONDE? QUANDO?
2. QUAL O MOTIVO DE SUA SAÍDA DO RS?
3. E POR QUE O LOCAL ESCOLHIDO (SE MOROU EM ALGUM LUGAR ANTES DE RORAIMA)?
4. E POR QUE RORAIMA/BOA VISTA?
5. QUAIS FORAM SUAS MAIORES DIFICULDADES AO SAIR DO RIO GRANDE DO SUL?
6. E QUAIS FORAM SUAS MAIORES DIFICULDADES NA CHEGADA A RORAIMA/BOA VISTA?

7. **COMO FOI SUA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DE BOA VISTA? QUANTO TEMPO DEMOROU PARA CONSEGUIR O PRIMEIRO EMPREGO?**
8. **O QUE VOCÊ ACHA DA CIDADE DE BOA VISTA?**
9. **TEM INTENÇÃO DE VOLTAR PARA O RIO GRANDE DO SUL OU IR EMBORA PARA ALGUM OUTRO LUGAR QUE NÃO O RIO GRANDE?**
10. **COMO SÃO SUAS RELAÇÕES PESSOAIS/SOCIAIS EM BOA VISTA?**
11. **QUAIS OS PRINCIPAIS MOTIVOS QUE O FAZEM PERMANECER EM BOA VISTA?**
12. **SE A INTENÇÃO É SAIR DE BOA VISTA, QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS MOTIVOS PARA ESTA SAÍDA?**
13. **SE A INTENÇÃO É VOLTAR PARA O RIO GRANDE DO SUL, QUAIS OS PRINCIPAIS MOTIVOS PARA ESTE RETORNO?**
14. **SE A INTENÇÃO É IR PRA OUTRO LUGAR QUE NÃO O RIO GRANDE DO SUL, QUAIS OS MOTIVOS PARA A ESCOLHA DESTE LUGAR? E POR QUE NÃO O RETORNO PARA O RIO GRANDE DO SUL?**
15. **O QUE SIGNIFICA MIGRAÇÃO PRA VOCÊ? VOCÊ SE CONSIDERA UM MIGRANTE? POR QUE?**
16. **O QUE É SER GAÚCHO PRA VOCÊ?**
17. **COMO É SER GAÚCHO EM BOA VISTA?**